

ISSN ELETRÔNICO: 1982-5269  
ISSN IMPRESSO (ATÉ 2018): 2236-479X

revista **DEBATES**

REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

<https://seer.ufrgs.br/debates>  
revistadebates@ufrgs.br

## REVISTA DEBATES

ISSN 1982-5229

Revista editada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre a América Latina (NUPESAL) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como objetivo de constituir um espaço de debate e confronto sobre questões contemporâneas no âmbito das Ciências Humanas / Ciência Política, abordadas sob uma multiplicidade de perspectivas.

(Texto em inglês) Revista editada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre a América Latina (NUPESAL) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como objetivo de constituir um espaço de debate e confronto sobre questões contemporâneas no âmbito das Ciências Humanas/Ciência Política, abordadas sob uma multiplicidade de perspectivas.

Ano 17, n2, mai/ago 2023, Porto Alegre, NUPESAL/UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Reitor:** Carlos André Bulhões Mendes

**Vice-Reitora:** Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**Diretor:** Hélio Ricardo do Couto Alves

**Vice-Diretor:** Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Coordenador:** Rodrigo Stumpf González

**Coordenadora-Substituta:** Silvana Karuse

NUPESAL

**Coordenador:** Marcello Baquero

**Editor**

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

**Editor Emérito**

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

**Editora Assistente**

Jennifer Azambuja de Moraes, UFRGS, Brasil

**Comissão Editorial Executiva**

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Henrique Carlos de Oliveira de Castro, UFRGS

Fabiano Pellin Mielniczuk, UFRGS

**Conselho Editorial**

Aaron Schneider, University of Denver, Estados Unidos da América

Adriana Chiroleu, Universidad Nacional de Rosario, Argentina.

Adriano Codato, UFPR, Brasil

Alfredo Ramos Jiménez, Universidad de Los Andes, Venezuela

Arnaud Sales, Université de Montréal, Canadá

Asimina Christoforou, Athens University of Economics and Business, Grécia

Benjamin Goldfrank, Seton Hall University, Estados Unidos da América

Carlos Mello Moyano, IMUR, Uruguai

Eduardo Vizer, Universidad de Buenos Aires

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

José Álvaro Moisés, USP, Brasil

Julian Borba, UFSC, Brasil

Luca Andriani, Birkbeck University of London

Manuel Alcántara, Universidad de Salamanca, Espanha

Maria Tereza Sirvent, Universidade de Buenos Aires, Argentina

Mário Fuks, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Miguel Angel López Varas, Universidad de Chile, Chile

Patrício Valdivieso, Universidad de los Lagos, Chile

Rafael Antônio Duarte Villa, USP, Brasil

Rosana Katia Nazzari, UNIOESTE, Brasil

Vicente Palermo, Universidad de Buenos Aires, Argentina

**Secretaria executiva:** Alexander Dugno Chiodi e Felipe Silva Milanezi

**Equipe Técnica:** Talissa Barcelos Rosário, Esther Krüguer Silveira e Gustavo Ribas Avancini

Revista eletrônica, de acesso aberto, disponível em: [www.seer.ufrgs.br/debates](http://www.seer.ufrgs.br/debates) e em suas bases indexadoras.

NUPESAL | PPG Ciência Política | UFRGS

E-mail: [revistadebates@ufrgs.br](mailto:revistadebates@ufrgs.br)

Publicação quadrimestral / Triannual publication

© 2022, NUPESAL/UFRGS

revista **DEBATES**

REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

ISSN 1982-5269 versão eletrônica  
Edição quadrimestral, volume 17, nº 2, 2023



Núcleo de Pesquisa sobre América Latina / UFRGS

Versão digital disponível em:

SEER UFRGS: <http://www.seer.ufrgs.br/debates>

Portal de Periódicos da UFRGS: <http://www.periodicos.ufrgs.br/>

**Indexadores:**

Latindex

Sumarios de Revistas Brasileiras

DOAJ - Directory of Open Access Journals

Worldwide Political Science Abstracts

Google Academic

Diadorim

LatinRev

Oasisbr

LA Referencia

RCAAP

DEBATES de NUPESAL | UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em [www.seer.ufrgs.br/debates](http://www.seer.ufrgs.br/debates).

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em [www.seer.ufrgs.br/debates](http://www.seer.ufrgs.br/debates).

2023, NUPESAL | UFRGS

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

9

## DOSSIÊ

### **Socialização e trauma: efeitos da pandemia sobre opiniões e atitudes de jovens de Curitiba**

*Socialization and trauma:*

*the effects of the pandemic on opinions and attitudes of young people in Curitiba*  
Rodrigo Stumpf González & Alexander Dugno Chiodi

25

### **Brasil, um sistema social diante do caos: Socialização política desigual de estudantes brasileiros durante a pandemia de covid-19**

*Brazil, a social system in the face of chaos: Unequal political socialization of Brazilian  
students during the COVID-19 pandemic*

Felipe B. Zorzi

51

### **Capital social, juventude e pandemia: os casos de Curitiba-PR e Florianópolis-SC**

*Social capital, youth, and pandemic:*

*the cases of Curitiba-PR and Florianópolis-SC*  
Jennifer Azambuja de Moraes & Felipe Milanezi

87

### **Educação política e juventudes: política pública e percepção do público-alvo sobre o tema**

*Political education and youth: public policy  
and perception of the target audience on the subject*

Humberto Dantas, Ana Julia Bernardi & Jennifer Azambuja de Moraes

115

### **Explorando o efeito das clivagens sociais e políticas na participação política juvenil**

*Exploring the effect of social and political cleavages on youth political participation*  
Julian Borba, Éder Rodrigo Gimenes & Gregório Unbehaun Leal da Silva

145

**O mercado de trabalho dos jovens no Brasil: de 2019 a 2022**

*The youth labor market in Brazil: from 2019 to 2022*

Rosana Katia Nazzari & Maria Rosa Rodrigues da Silva

175

**ARTIGOS LIVRES**

**Protesto político em países latino-americanos: relação entre o contexto de oportunidade política e a estrutura de mobilização de recursos**

*Political protest in latin american countries: the relationship between the political opportunity context and resource mobilization framework*

Daniel Leonel da Rocha & Ednaldo Aparecido Ribeiro

201

**Una estrategia para la enseñanza de políticas públicas: el caso de los proyectos de innovación pública en la maestría de gobierno y de políticas públicas de la PUCP (Perú)**

*A strategy for education in public policy:*

*the case of public innovation projects applied in the teaching of government and public policies at PUCP (Peru)*

Leonidas Ramos & Rafael Miranda

241





APRESENTAÇÃO

**O IMPACTO DE CRISES  
POLÍTICAS NA CULTURA  
POLÍTICA JUVENIL E A  
DEMOCRACIA NO BRASIL**

Marcello Baquero

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Historicamente, tem sido demonstrado que, no desenvolvimento democrático, o compromisso das massas com direitos civis depende do contexto social, econômico e político do momento. A aceitação de princípios fundamentais da democracia flutua de acordo com a percepção dos cidadãos em relação a potenciais ameaças à sociedade e aos cidadãos (ZILLER e HELBLING, 2020). Em épocas de estabilidade, o apoio à democracia tende a aumentar, enquanto, em tempos de instabilidade ou turbulências geradas por diferentes circunstâncias, há uma tendência de que se reacendam práticas autoritárias e intolerância política entre grupos, questionamentos sobre o processo legal e sobre o respeito das liberdades individuais.

Uma dessas circunstâncias ocorreu com o surgimento da pandemia da covid-19, que gerou restrições sem precedentes às liberdades civis, sobretudo em relação à liberdade de movimentação dos cidadãos. Em determinados contextos, tais restrições entraram em tensão com liberdades democráticas fundamentais. De maneira geral, a maioria dos países mostraram que os cidadãos, apesar do constrangimento sentido pelas restrições de movimento, entenderam que o objetivo maior era controlar a pandemia e assegurar o devido cuidado das pessoas. No caso brasileiro, no entanto, em função do desempenho do governo de Jair Bolsonaro, a pandemia produziu uma polarização ideológica entre aqueles que defendiam e obedeciam às regras sugeridas pela Organização Mundial da Saúde e aqueles que desafiavam essa lógica com o apoio de um governo negacionista da ciência. Tal situação foi denominada de sindemia, ou seja, o papel deletério que o governo de Jair Bolsonaro teve no agravamento da expansão da pandemia.

Nesse contexto, avaliar como os brasileiros – pontualmente os jovens cidadãos – internalizaram normas e valores relacionados à política e à

democracia, nesta circunstância, assume centralidade no contexto de construção democrática.

Uma análise de pesquisas sobre a juventude e democracia no Brasil indica que esse tema não tem recebido a devida atenção pela ciência política, existindo uma lacuna na literatura na compreensão de como os jovens se sentem enquanto atores políticos na construção de uma sociedade baseada em princípios republicanos, principalmente em épocas de crises.

Uma primeira linha teórica sustenta que, do ponto de vista da cultura política e capital social, a juventude contemporânea se caracteriza por uma anomia, falta de interesse por política, apatia e indiferença. Tal postura dos jovens cidadãos, segundo essa vertente teórica, agrava a crise democrática (PUTNAM, 2000; FOA e MUNK, 2016). Numa segunda linha de pensamento, se argumenta que os jovens não são nem antidemocráticos nem indiferentes, mas representam uma nova geração de cidadãos que está num processo de ampliação de seu repertório de inserção política, através de suas atitudes de questionamento e desafio das autoridades constituídas, o que, segundo essa perspectiva, contribui para o fortalecimento democrático ao invés de aumentar sua fragilidade (DALTON e WELZEL, 2015).

Tais pesquisas dependem do contexto em que são realizadas. Nos últimos anos, os estudos sobre o apoio dos jovens cidadãos à democracia têm se concentrado primordialmente nos países na Europa e nos Estados Unidos, inexistindo análises comparativas com países cujas democracias ainda não estão plenamente consolidadas do ponto de vista social. No caso do Brasil, os estudos sobre a juventude brasileira na política são majoritariamente estudos de caso e restritos a determinados contextos. Embora esforços tenham se direcionado para sanar essa lacuna, ainda há a necessidade de dados de natureza comparativa para delinear um quadro analítico que permita fazer

generalizações com probabilidade robusta. Apesar de uma proporção significativa dos jovens ter convivido com regimes democráticos, seu envolvimento está longe de ser suficiente para afirmar que a cultura política juvenil é plenamente democrática. O apoio se dá preponderantemente com base no desempenho dos governos incumbentes e não em princípios republicanos.

Tais estudos têm constatado que, além do desafeto da juventude com a política, a pandemia materializou uma divisão ideológica entre eles que estava latente, resultando na migração de parte significativa dos jovens para a extrema direita. A despeito desse novo cenário, chama a atenção que o apoio que a juventude manifesta a favor da democracia num sentido normativo contrasta com um comportamento que não é consistente com essas atitudes. Nesse sentido, a vivência dos jovens em contextos democráticos (no sentido institucional) não se traduziu na institucionalização de uma cultura política ativa, crítica e participativa. Os dados de pesquisas realizadas no país revelam que, embora os jovens repudiem o autoritarismo, ao mesmo tempo não confiam nas instituições democráticas ou nos gestores e representantes eleitos.

As pesquisas tipo *survey* realizadas pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (Nuposal/UFRGS) mostram que, num sentido longitudinal, a juventude não se interessa por política, não se sente motivada a aprofundar seu conhecimento sobre política e não tem predisposições a se envolver nesse campo. Tal constatação se aplica também às pesquisas com adultos em nosso país. Neste sentido, o país continua a evidenciar uma cultura política híbrida, que mistura aspectos democráticos formais com predisposições autoritárias, tanto por parte de um setor de partidos políticos quanto dos cidadãos.

No caso do Brasil, a democracia tem sido operacionalizada em termos ideais, uma vez que se parte do pressuposto de uma democracia nacional, de mercado e de corte ocidental e liberal. Admitiu-se que,

quanto mais liberal é a democracia de um país, mais justo ele será, e quanto mais justo, mais democrático – o que, na realidade, não se concretizou. Atualmente, o Brasil continua a apresentar desigualdade social e econômica, produzindo disparidades dramáticas não só nas rendas, mas também no acesso a bens elementares como educação, saúde, energia e telecomunicações.

Nessa perspectiva, os regimes da democracia brasileira podem ser caracterizados como híbridos, pois situam-se entre a democracia e o autoritarismo, caracterizados pela capacidade das elites de se apropriarem paulatinamente de importantes recursos estatais, mesmo quando existe uma oposição e instituições democráticas desenvolvidas, em um contexto de pluralismo débil, onde a participação se exerce principalmente mediante o voto. Embora ocorra com certa regularidade a alternância entre as elites políticas, a participação é baixa e, portanto, não é suficiente para controlá-las. As elites frequentemente se isolam da sociedade e se cristalizam no poder.

O fracasso da maior parte dos governos em resolver os problemas da desigualdade social e econômica possibilitou que a dimensão social retornasse à agenda dos debates, apesar da boa avaliação da democracia em termos formais. Por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início do século XXI, chegou à conclusão de que a falta de atenção à dimensão social resulta em uma democracia deficiente, corroendo subsequentemente sua legitimidade.

Desse modo, a questão social se impôs na agenda política nos últimos anos e contribuiu de maneira considerável à crise profunda de democracia representativa. Essa crise de representação continuou com mudanças de governo, que nos últimos anos experimentaram um “giro à direita (extrema)”.

Nas últimas décadas, em virtude do fracasso em promover a plena democracia ancorada unicamente em instituições ou numa racionalidade formal que, na prática, raramente se materializa,

passou-se a buscar outras explicações além da dimensão institucional. Resgatou-se, nessa direção, o conceito de cultura política como elemento essencial que, conjugado à dimensão institucional, poderia gerar prosperidade democrática.

Tal argumento assume consistência quando se presume que a política diz respeito à definição, busca e distribuição de poder. Quem determina a direção desse poder e quem está legitimado para exercê-lo são os cidadãos, por meio do sufrágio. Nesse sentido, para onde a democracia se encaminha está diretamente relacionado com o tipo e a forma como uma cultura política se estrutura. Nesse contexto, a inter-relação entre normas, práticas e processos – tanto formais quanto informais – para eleger, aceitar, manter ou excluir um processo político depende diretamente das orientações, crenças e comportamento do *demos* na chamada democracia representativa.

Nessa democracia que atualmente se constitui no único jogo político no país, o conceito de legitimidade é central para se compreender por que algumas democracias prosperam enquanto outras entram num processo de decadência. Legitimidade determina a eficiência de um regime político e de seus representantes perante a sociedade, uma vez que representa um julgamento das pessoas sobre o que elas entendem por autoridade e quem elas consideram estar habilitado por direito a exercê-la.

Deduz-se dessa afirmação que a legitimidade é um processo que depende da forma como os representantes eleitos e os partidos políticos interagem com a sociedade tanto em tempos de bonança quanto, principalmente, em épocas de crise. Se um governo incumbente desfruta de legitimidade não meramente formal ou jurídica, apesar das eventuais turbulências, Estado e sociedade trabalham cooperativamente para a superação dos tempos difíceis. Se, no entanto, a legitimidade social está ausente, todo o sistema político corre o risco de colapsar.

É nesse cenário que a cultura política influencia a legitimidade dos regimes, pois estrutura a compreensão do que é justo e aceitável e o que não é; em outras palavras, formata o realismo normativo. Esse realismo é normativo na medida em que, mesmo sendo difícil para os cidadãos quantificar imperativos normativos, sabe-se que, na política, assim como em outros domínios da vida, as pessoas buscam razões para selecionar uma alternativa sobre outras quando enfrentam uma escolha difícil. Esse processo de escolha é parcialmente tributário da cultura política na qual a pessoa vive no mundo que herdamos e que nos auxilia a refletir sobre o mundo que gostaríamos de construir.

Nesse processo, o conceito de socialização política como dispositivo fundamental na forma como as pessoas veem e decodificam o mundo político assume centralidade. A cultura foi originariamente definida como o conjunto de “orientações psicológicas em relação aos objetos sociais”. Desse modo, a cultura política se refere “[...] ao conhecimento, sentimentos e avaliações em relação ao sistema político internalizados pela população de uma sociedade” (ALMOND e VERBA, 1965, p. 13-14).

Após quase cinco décadas desde o estudo seminal de Almond e Verba, o conceito de cultura política passou por várias redefinições e críticas. Uma das principais limitações atribuídas ao conceito dizia respeito à dimensão sociométrica. Um dos poucos estudos que tem ido além da clássica definição de Almond e Verba é apresentado por Consuelo Cruz (2005), para quem a cultura política pode ser mais bem definida como um sistema de desenho normativo encapsulado numa área de imagináveis possibilidades.

Tal conceitualização deriva do pressuposto de que os atores políticos precisam transitar entre seu mundo interno e externo, uma vez que estão preocupados não somente com resultados práticos, mas também com a probabilidade relacional de suas metas e a adequação dos seus meios. Em outras palavras, cada cidadão opera num universo de relações.

Nesse universo, a questão óbvia é: como os atores políticos negociam a complexidade dos imperativos? Uma resposta que se popularizou foi a de Thucydides, que argumentava que “[...] os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem” (FERNANDES, ©2023).

Mesmo aceitando a frase de Thucydides como verdadeira, como explicar as variações de inclusão, eficácia, resiliência e legitimidade de diferentes tipos de regimes políticos, sejam eles fortes ou fracos? Uma segunda indagação diz respeito a como explicar as adaptações informais que, na prática da política, frequentemente, reformatam as molduras formais?

Os adeptos do institucionalismo argumentariam que são as instituições as responsáveis pelo desenho e aplicação de normas e regras que determinam a boa convivência social entre cidadãos, por meio de um processo de freios e contrapesos que regulam e garantem uma convivência justa e civilizada entre as pessoas e entre a sociedade e o Estado.

O que cabe ressaltar neste ponto é o fato de que as instituições derivam da escolha dos atores políticos em relação ao tipo de instituições consideradas como mais adequadas para alcançar essa convivência pacífica e harmônica entre os membros de uma população e deles com o Estado e suas instituições. E isso aponta, na minha opinião, para a necessidade de avaliar como se formam as identidades coletivas.

Na prática do desenho normativo, pode-se unificar aquilo que somente pode ser separado na teoria, ou seja, como Albert Hirshman argumentava, “as paixões e os interesses”. Essa reunificação significa levar a sério a observação geral de que, enquanto os modelos teóricos podem ignorar a “[...] ganância, o ódio e a inveja, bem como a moralidade na prática cotidiana”, essas características “não estão ausentes no mundo” (HIRSHMAN, 1991, p. 166).

A cultura política influencia a legitimidade dos regimes. A cultura política forma a compreensão dos atores em relação ao que é possível e viável; em outras palavras, formata seu realismo normativo. Os atores são realistas porque, na busca de suas agendas, eles procuram se agarrar ao que consideram uma possibilidade real de conseguir as coisas. Seu realismo é normativo porque, apesar de parecer difícil a quantificação de imperativos normativos, qualquer um sabe que, na política, como em outros domínios da vida, as pessoas buscam razões para selecionar uma alternativa sobre outra quando enfrentam uma escolha difícil.

A retórica da política pode nos dizer muito em relação a como os atores constroem seu realismo normativo. Estratégias retóricas contêm dicas importantes a respeito dos julgamentos normativos com base em determinada identidade que impactam a busca de determinadas agendas, precisamente porque frequentemente dependem da construção, manipulação e reformulação de argumentos internamente consistentes dentro dos seguintes raciocínios: se é isso que nós somos, então é isso o que defendemos e do que somos capazes, ou, se é isso que eles são, então é isso que eles defendem e é isso que são capazes de fazer.

O fato de que os direitos cidadãos se encontram seriamente limitados dificulta a consolidação mais ou menos eficiente da poliarquia no país. O resultado é uma cidadania de baixa intensidade, que se manifesta na pobreza estendida como disparidades extremas nos ingressos e outras formas de discriminação, já que, a partir desse ponto de vista, desigualdade e pobreza propiciam relações sociais autoritárias.

Nesse cenário, reformas que institucionalizam práticas participativas são desenhadas para reformatar as relações entre Estado e sociedade civil. Numa época em que a confiança e o desafeto entre os cidadãos em relação ao governo parecem estar crescendo, a institucionalização de uma democracia participativa deveria ter o poder de promover o reengajamento político dos cidadãos, porém, somente se eles percebem

o valor de sua participação. Há quase três décadas da recuperação da democracia, a maior participação política não se traduziu em participação social. Um dos motivos fundamentais é a crescente importância política da questão social, à qual não foram encontradas, até o momento, respostas satisfatórias.

Para que a participação seja considerada valiosa, as instituições precisam ter um poder real material. Tal situação sugere que a questão da democracia no país ainda é um capítulo aberto.

## **SITUANDO O PROBLEMA DA DEMOCRACIA NO BRASIL**

Embora as questões sociais tenham sido tema de acirrados debates em todos os governos, isso não tem resultado na materialização de uma democracia eficiente, sobretudo no campo social. Há uma incongruência entre o modelo econômico implantando e o déficit em políticas públicas voltadas para atenuar e resolver os anseios da cidadania. A economia, com base na lógica de mercado, orienta suas estratégias políticas e econômicas ao mercado, dando ênfase à produtividade em detrimento da abertura de espaços para atender às demandas sociais e econômicas do segmento mais vulnerável da população. Esse modelo afeta, sobretudo, os jovens, que se sentem frustrados e decepcionados com a política bem como convivem com uma incerteza sobre seu futuro. No governo Bolsonaro, a incerteza se agravou em virtude da implementação de políticas de desvalorização da educação, resultando em investimentos insignificantes na área da educação e da cultura. Desse modo, a juventude perdeu espaço, visto que essa nova ordem social anarco-capitalista criou um novo controle de dominação política que enfraquece as forças sociais como catalizadoras de novas identidades coletivas, como canais de pressão perante o governo incumbente para o atendimento de suas demandas.

A incongruência referida não tem possibilitado a institucionalização de uma cultura política cidadã participante. De fato, pode-se afirmar que a aparência de uma democracia processual estável esconde um sistema político que historicamente tem favorecido os mais privilegiados, e não a população socialmente fragilizada. Permanecem obstáculos para realizar objetivos de igualdade e liberdade, pressupostos propostos pela democracia processual, mas cujo desempenho tem produzido predisposições atitudinais negativas em relação às instituições políticas e seus representantes, bem como comportamentos de distanciamento e hostilidade em relação a elas. Barry Ames (2021), a esse respeito, tem argumentado que, na democracia brasileira contemporânea, a governabilidade se constitui num problema permanente devido: 1) à eficiência do Legislativo e do Executivo na elaboração de programas e políticas públicas, e 2) à inabilidade do governo em implementar os referidos programas e políticas públicas. Se essas dimensões não são resolvidas adequadamente, as atitudes e comportamento dos jovens podem se orientar numa direção contrária ao fortalecimento democrático. Tal comportamento ainda apresenta resquícios significativos de um passado patrimonialista e clientelista que se enraizou na cultura política brasileira (FAORO, 1989). A materialização do clientelismo no presente se manifesta na forma como o Legislativo pressiona o Executivo a trocar seu apoio por políticas de favorecimentos pontuais que, geralmente, não produzem resultados que diminuam a desigualdade econômica no país, sendo os jovens um dos segmentos mais penalizados.

Nesse cenário, é inevitável que uma cultura política híbrida se consolide. A principal característica dessa cultura política é a mistura de democracia institucional formal com um cenário que apresenta graves déficits de investimentos na área social, produzindo uma sociedade de desafeto com a política. O resultado se plasma na estabilidade da instabilidade política que se naturaliza na população.

No contexto atual, sobretudo como legado do governo Bolsonaro, estamos assistindo a um cenário de deslegitimação ou desconsolidação da democracia. Durante seu governo, a violência praticada por agentes estatais, que agiram apostando na impunidade e na parcialidade da lei, aumentou. O novo governo do presidente Lula tem uma tarefa difícil para reverter esse quadro.

Na ausência de uma sociedade civil vibrante e participativa, os cidadãos geralmente recorrem a mediadores privados, à margem das instituições de mediação tradicional, particularmente os partidos políticos. No Brasil, se constata a existência de uma sociedade de massas superimposta a uma configuração estrutural de caráter patrimonialista. Nesse tipo de sociedade, o Estado detém o poder absoluto na determinação de políticas públicas, cabendo à sociedade um papel insignificante, o que decorre de um processo em que, ao contrário das democracias consolidadas, o Estado se estruturou antes da sociedade.

Com esses comentários como pano de fundo, foram solicitados artigos que tratassem sobre a relação da pandemia com a democracia, o papel dos jovens na política contemporânea, o papel do capital social na estruturação de crenças e atitudes, e a qualidade da educação como catalizador de uma cidadania mais ativa. Esses temas foram examinados tendo como sujeitos de análise os jovens cidadãos no Brasil.

O primeiro artigo, de autoria de Rodrigo S. Gonzalez e Alexander D. Chiodi, analisa o impacto da pandemia de covid-19 e do contexto político brasileiro nos valores e atitudes dos jovens de Curitiba. A hipótese do estudo é que a pandemia intensificou o fenômeno da alienação política e o descrédito nas instituições entre os jovens, afetando sua confiança no futuro e percepção da política. A metodologia utilizada é quantitativa, por meio de método de pesquisa tipo *survey* aplicada na cidade de Curitiba/PR em dois momentos distintos: 2016, antes da radicalização política e da pandemia, e em 2022. A análise de dados

apresenta a percepção dos jovens em relação à pandemia, buscando analisar as divergências entre eles quanto aos efeitos da covid-19 em suas vidas, e em seguida a comparação entre os jovens de Curitiba nos dois períodos, buscando identificar possíveis mudanças significativas em suas percepções e atitudes e avaliar se essas mudanças podem ser atribuídas às experiências vivenciadas durante o período pandêmico. Os resultados indicam que os eventos ocorridos entre 2018 e 2022 não causaram mudanças substanciais na cultura política da juventude curitibana, que permaneceu ambivalente em relação ao regime político e seus representantes, com a presença de valores autoritários e uma perspectiva pessimista em relação à política, sugerindo que a construção de uma cultura política democrática exigirá esforços contínuos e de longo prazo.

O segundo artigo, elaborado por Felipe B. Zorzi, analisa o impacto da pandemia de covid-19 sobre a estrutura de poder emergente no sistema social brasileiro. A pandemia causou isolamento social por dois anos, e a desigualdade ficou evidente durante esse período. O Brasil apresenta alta concentração de riqueza, estudantes de diferentes classes recebem educação desigual, e as autoridades políticas não enfrentam tais dilemas. Nesse sentido, a crise pode ter afetado a socialização dos jovens para a política. A teoria dos sistemas sociais diz que a sociedade é um todo interdependente, com funções que se interpenetram: educação, economia e política. Aplica-se análise sistêmica em dados de questionários (*survey*, 2015-2022) sobre política que turmas de jovens responderam em escolas públicas e privadas de ensino médio. A hipótese é que a pandemia aprofundou a concentração de poder na sociedade capitalista. Evidencia-se ampliação da alienação política de estudantes de grupos subalternos como resultado da qualidade desigual do seu aprendizado.

O terceiro artigo, de Jennifer Morais e Felipe Milanezi, busca analisar os níveis de capital social dos jovens antes (2016) e depois da pandemia

(2022), nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Os dados analisados são da pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (Nuposal/UFRGS) com jovens de escolas públicas e privadas de ensino médio, em 2016 e 2022. Os dados apontam para a continuidade dos baixos níveis de capital social entre os jovens, e os autores destacam a importância de uma educação de qualidade para superar as desigualdades agravadas na pandemia.

O quarto artigo, de Humberto Dantas, Ana Julia Bernardi e Jennifer Moraes, busca adensar o debate sobre a importância de uma política pública de “educação cívica” ou “educação democrática”, algo que, a despeito das críticas e temores atuais, sempre esteve presente nas estratégias pedagógicas oficiais do Brasil República, e que responde aos preceitos mais elementares de democracia. A partir disso, primeiramente o trabalho se concentra em compreender a percepção dos jovens sobre a política e o papel da escola na sua formação em assuntos dessa natureza, por meio de revisão de estudos concentrados em tais temáticas. Em seguida, procura compreender, com base em *survey* de 2018 com estudantes do ensino médio de escolas públicas paulistanas, que permitiu a construção de um indicador de afeição desses jovens à democracia, quais variáveis independentes seriam capazes de caracterizar o interesse do público pelo tema, por meio do uso de método estatístico de regressão linear simples.

A seguir, o artigo de Julian Borba, Éder Rodrigo Gimenes e Gregório Unbehaun Leal da Silva analisa o efeito das clivagens social e política sobre a participação política de jovens em distintas modalidades de engajamento político. Para tanto, foram testadas hipóteses de que [H1] as clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens, [H1a] mulheres jovens participam mais do que homens jovens e [H2] as clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política de jovens. Os dados são oriundos de *survey* aplicado junto a estudantes do ensino médio de Porto Alegre pelo Nuposal (UFRGS). Os achados

confirmaram parcial e/ou integralmente as hipóteses, denotando haver diferenciação entre os determinantes da participação juvenil conforme as modalidades testadas, com destaque para o impacto do gênero na clivagem social e do processo de socialização nos anos impressionáveis, levantando aspectos para a continuidade da agenda de pesquisas sobre o tema no Brasil.

O sexto artigo, de Rosana Katia Nazzari e Maria Rosa Rodrigues da Silva, se debruça sobre a população jovem brasileira, formada por 37 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos que enfrentam obstáculos para ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Entre esses desafios estão a alta taxa de desemprego e um sistema educacional deficitário para seu desenvolvimento tecnológico imposto pelo processo de globalização. Esses problemas foram reforçados pela crise econômica e sanitária da covid-19. Assim, o objetivo central desse estudo é analisar o mercado de trabalho para os jovens no Brasil, nos anos de 2019 a 2022, nos períodos anteriores e posteriores à pandemia. Para avaliar os resultados, foi utilizada a estatística descritiva, sendo possível observar um aumento na evasão escolar, na dependência financeira e no número de jovens buscando emprego no período de pandemia, mas com perspectivas positivas a partir de 2022.

Esta edição também conta com dois artigos livres. O primeiro de Daniel da Rocha e Ednaldo Ribeiro, com o título “Protesto político em países latino-americanos: relação entre o contexto de oportunidade política e a estrutura de mobilização de recursos”. E o segundo de Leonidas Ramos e Rafael Miranda, com o título “Una estrategia para la enseñanza de políticas públicas: el caso de los proyectos de innovación pública en la maestría de gobierno y de políticas públicas de la PUCP (Perú)”.

Uma boa leitura a todos!

## REFERÊNCIAS

1. ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sydney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little Brown, 1965.
2. AMES, Barry. *The deadlock of democracy in Brazil*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2001.
3. CRUZ, Consuelo. *Political culture and institutional development in Nicaragua and Costa Rica: world making in the Tropic*. Cambridge University Press, 2005.
4. DALTON, Russel J.; WELZEL, Christian. *The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens*. New York: Cambridge University Press, 2015.
5. FAORO, Raimundo, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
6. FERNANDES, Cláudio. Tucídides e a história da Guerra do Peloponeso. Brasil Escola, ©2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/tucidides-historia-guerra-peloponeso.htm>. Acesso em: 01 ago. 2023.
7. FOA, Robert S.; MOUNK, Yascha. The danger of deconsolidation. The democratic disconnect. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-danger-of-deconsolidation-the-democratic-disconnect/>. Acesso em: 23 ago. 2023.
8. HIRSHMAN, Albert. *The rhetoric of reactions: Perversity. Futility. Jeopardy*. Cambridge. Harvard University Press, 1991.
9. PUTNAM, Robert D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.
10. ZILLER, Conrad; HELBLING, Marc. Public support for State surveillance. *European Journal of Political Research*, 2020.

DOSSIÊ

**SOCIALIZAÇÃO E TRAUMA:  
EFEITOS DA PANDEMIA  
SOBRE OPINIÕES  
E ATITUDES DE JOVENS  
DE CURITIBA**

*SOCIALIZATION AND TRAUMA:  
THE EFFECTS OF THE PANDEMIC ON  
OPINIONS AND ATTITUDES OF YOUNG  
PEOPLE IN CURITIBA*

Rodrigo Stumpf González\* 

Alexsander Dugno Chiodi\*\* 

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.  
[rodrigo.stumpf@ufrgs.br](mailto:rodrigo.stumpf@ufrgs.br)

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.  
[alexchiodi@gmail.com](mailto:alexchiodi@gmail.com)

## RESUMO<sup>1</sup>

O artigo analisa o impacto da pandemia de covid-19 e o contexto político brasileiro nos valores e atitudes dos jovens de Curitiba. A hipótese do estudo é que a pandemia intensificou o fenômeno da alienação política e o descrédito nas instituições entre os jovens, afetando sua confiança no futuro e percepção da política. A metodologia utilizada é quantitativa, por meio do método de pesquisa tipo survey aplicada na cidade de Curitiba/PR em dois momentos distintos: 2016, antes da radicalização política e da pandemia, e em 2022. A análise de dados apresenta a percepção dos jovens em relação à pandemia, buscando analisar as divergências entre eles quanto aos efeitos da covid-19 em suas vidas, e em seguida a comparação entre os jovens de Curitiba nos dois períodos, buscando identificar possíveis mudanças significativas em suas percepções e atitudes, e avaliar se essas mudanças podem ser atribuídas às experiências vivenciadas durante o período pandêmico. Os resultados indicam que os eventos ocorridos entre 2018 e 2022 não causaram mudanças substanciais na cultura política da juventude curitibana, permanecendo ambivalente em relação ao regime político e seus representantes, com a presença de valores autoritários e uma perspectiva pessimista em relação à política, sugerindo que a construção de uma cultura política democrática exigirá esforços contínuos e de longo prazo.

**Palavras-Chave:** Jovens; Pandemia; Socialização; Trauma.

---

<sup>1</sup> Este artigo contou com o apoio do CNPQ por meio da concessão de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

---

## ABSTRACT

*This article analyzes the impact of the COVID-19 pandemic and the Brazilian political context on the values and attitudes of young people in Curitiba. The study's hypothesis is that the pandemic intensified the phenomenon of political alienation and distrust in institutions among young people, affecting their confidence in the future and perception of politics. The methodology used is quantitative, employing a survey research method conducted in the city of Curitiba, Paraná, at two different time points: 2016, before the political radicalization and the pandemic, and in 2022. Data analysis presents the perception of young people regarding the pandemic, seeking to analyze the divergences among them regarding the effects of COVID-19 on their lives, and then the comparison between the young people of Curitiba in the two periods, aiming to identify possible significant changes in their perceptions and attitudes and assess whether these changes can be attributed to experiences occurred during the pandemic period. The results indicate that the events that took place between 2018 and 2022 did not cause substantial changes in the political culture of the youth in Curitiba, which remains ambivalent towards the political regime and its representatives, with the presence of authoritarian values and a pessimistic perspective on politics, suggesting that building a democratic political culture will require continuous and long-term efforts.*

**Keywords:** Youth; Pandemic; Socialization; Trauma.

## INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência sanitária internacional devido à identificação do início de uma pandemia provocada pelo coronavírus Sars-Cov-2, gerador da doença que foi denominada de covid-19. No período de 2020 a 2023, quando a OMS encerrou a emergência (embora a pandemia ainda persista), os registros mostram um total de mais de 750 milhões de casos de infecção pela doença em todo o mundo. No Brasil, especificamente, foram registrados mais de 37 milhões de casos e 700 mil óbitos decorrentes da doença.

A pandemia de covid-19 representa um evento sem precedentes em termos de disseminação de uma enfermidade em tempos recentes. A única comparação que se pode fazer é com a epidemia de gripe que ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, erroneamente chamada de “gripe espanhola”, embora sua origem possa ser rastreada nos Estados Unidos. Desde a Segunda Guerra Mundial, não houve nenhum outro evento que se espalhasse tão rapidamente e causasse tantas mortes em escala global.

As proporções da pandemia são extraordinárias e representam um evento traumático que certamente deixará marcas na trajetória de vida de todos aqueles que a vivenciaram e sobreviveram. Seu impacto se estende a todas as gerações, mas é particularmente significativo nas gerações que nasceram e cresceram em períodos de relativa estabilidade política e econômica, pois lhes falta uma base comparativa para avaliar as transformações em seu cotidiano.

Os jovens brasileiros não estão imunes aos impactos que afetam a juventude em diferentes partes do mundo. Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por eventos de grande magnitude nos campos político e econômico, os quais moldaram a vida da maioria da população. Dentre esses eventos, podemos citar a comoção

nacional após a morte de Getúlio Vargas em 1954, o Golpe Militar de 1964 e, especialmente, o aumento da repressão entre 1968 e 1974, a transição democrática e o Movimento das Diretas Já em 1984, além da hiperinflação e os planos econômicos entre 1985 e 1994, caracterizados pela constante mudança do padrão monetário, resultando em uma geração que vivenciou o uso de seis moedas diferentes em um período de apenas dez anos: Cruzeiro, Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro Novo, Cruzeiro Real e Real.

Os nascidos na virada do novo milênio conheceram a estabilidade econômica, com baixa inflação e diminuição da pobreza. Ainda que a década seguinte não tenha sido isenta de conflitos, como as manifestações de rua de 2013 e o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2015, esses eventos não tiveram um impacto tão significativo na sociedade como um todo em comparação com os mencionados anteriormente.

Essa tranquilidade de décadas mudou nos anos recentes. Em 2018 ocorreu uma eleição cujos resultados podem ser discutidos, tendo em vista a intervenção do Poder Judiciário para impedir a candidatura de Lula – o mesmo Judiciário, com uma pequena mudança de peças no Supremo Tribunal Federal, que posteriormente anulou os processos e permitiu sua candidatura vitoriosa de 2022.

O mandato de Jair Bolsonaro, que ocorreu entre 2019 e 2022, já continha elementos controversos o suficiente para gerar polêmicas e impactar a população, afetando a cultura política. No entanto, a situação se agravou ainda mais com a chegada da pandemia, resultando em uma combinação entre ameaça sanitária e uma reação desastrosa por parte do governo federal. O próprio presidente da República assumiu o papel de negar a ciência e prejudicar as ações de prevenção e combate à pandemia através de uma série de atos, incluindo a substituição frequente do Ministro da Saúde até encontrar alguém que seguisse suas ordens. Não por acaso, a escolha recaiu sobre um general do Exército, em vez de um médico ou cientista.

Como esses eventos afetaram os jovens e sua visão da política brasileira? Terão sido suficientes para mudar o padrão de valores e atitudes de jovens da mesma idade que viveram o período de relativa calma política das décadas anteriores?

A perda de confiança institucional já havia sido identificada por conta da polarização política (GONZÁLEZ e CHIODI, 2021), causada pela emergência eleitoral da extrema-direita no Brasil, que abandonou o papel secundário ao qual esteve relegada desde a redemocratização para tornar-se protagonista direta do exercício do poder (GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2020). A crispação, no entanto, foi potencializada pelo discurso anticientífico e o cenário de intensa rivalidade que se instaurou no processo político brasileiro, que teve seu auge com os acampamentos pró-golpe e a tentativa frustrada de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023.

A pesquisa *Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil*, coordenada pelo professor Marcello Baquero, coletou dados sobre valores e atitudes de jovens de escolas de ensino médio nas capitais do Sul do País, Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, entre 2015 e 2016 (NUPESAL, 2016).

Com o apoio do CNPQ, esse levantamento de dados estava previsto para voltar a ser executado entre 2019 e 2020. Os dados foram coletados em Porto Alegre em 2019, mas a realização da pesquisa teve de ser suspensa em março de 2020, com a declaração da emergência sanitária e o fechamento das escolas determinado pelas medidas de distanciamento social adotadas pela maioria dos estados e municípios.

O levantamento foi realizado em Curitiba no ano de 2022, quando da reabertura das escolas de ensino médio. Nessa oportunidade, o instrumento foi revisado para incluir questões relativas às percepções e experiências dos estudantes sobre a pandemia do coronavírus (NUPESAL, 2022).

Abre-se uma oportunidade para uma avaliação de outra natureza: a das teorias do impacto de eventos singulares no processo de socialização (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011). Quão diferentes são os valores e atitudes políticas dos jovens que vivenciaram a pandemia e a crispação com relação aos que não passaram por essa experiência?

Assim, estão disponíveis dados que permitem a comparação diacrônica entre dois períodos: 2016, anterior ao processo mais agudo de radicalização política e à ocorrência da pandemia, e 2022, auge da polarização e passada a parte mais grave da emergência sanitária.

A hipótese deste trabalho é que o fenômeno da alienação política, marcado pelo crescente descrédito na participação e nas instituições, previamente identificado como fenômeno intergeracional, é intensificado pelo trauma causado pela pandemia, que afetaria a confiança no futuro e percepção da política entre os jovens.

Na primeira seção do artigo, são abordadas as principais teorias sobre a socialização, com o objetivo de distinguir as perspectivas que destacam diversos fatores, tais como idade, experiências e a importância do trauma como fator de mudança.

Em seguida são apresentados os dados referentes à percepção dos jovens de Curitiba em relação à pandemia, com o objetivo de analisar o nível de divergência entre eles quanto aos efeitos da covid-19 em suas vidas. Posteriormente, realiza-se uma comparação entre os jovens de Curitiba nos dois períodos, 2016 e 2022, buscando identificar possíveis mudanças significativas em suas percepções e atitudes e avaliar se tais mudanças podem ser atribuídas às experiências vivenciadas durante o período pandêmico. Por fim, o artigo apresenta conclusões preliminares e sugere proposições e futuras abordagens para aprofundar o tema e compreender de forma mais abrangente o impacto da pandemia nas percepções e atitudes dos jovens de Curitiba em relação à política e à sociedade.

## TEORIAS DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

O termo “socialização política” se popularizou a partir da década de 1950, sob a influência dos trabalhos fundamentados na psicologia comportamentalista e na sociologia parsoniana. Além dessas bases, as teorias sobre o desenvolvimento de Piaget também foram incorporadas para complementar a compreensão desse fenômeno (SCHMIDT, 2001).

A obra de Herbert Hyman (1959) é considerada um dos textos fundadores do campo da socialização política. A análise de Gabriel Almond no final dos anos 1950 (ALMOND e COLEMAN 2015) incorporou a perspectiva funcionalista no modelo de comparação, e Almond e Verba (1965) contribuíram ao incorporar o conceito de socialização na formação da cultura política. Além disso, outros autores desenvolveram o conceito e conduziram estudos empíricos focados na juventude estadunidense, como os esforços de Easton e Dennis (1969) e Jennings e Niemi (1974).

Os estudos sobre socialização estadunidenses refletem o padrão de organização de sua sociedade. Nesse contexto, três agências de socialização são consideradas fundamentais: a família, a igreja e a escola. Durante a Guerra Fria, enquanto nos países socialistas a reprodução de valores ocorria por meio de organizações estatais, como o sistema escolar, sendo rotulada como doutrinação, nos Estados Unidos, a mesma atividade em suas próprias escolas (como a repetição da Pledge of Allegiance – Juramento de Fidelidade à Bandeira) era vista como formação de valores cívicos.

Essa perspectiva valoriza os anos iniciais de vida como período crucial para a formação dos valores e crenças que provavelmente se manterão ao longo da vida. Contribui para esta perspectiva a relativa estabilidade da sociedade. Nos períodos mencionados, a distância ideológica entre os dois principais partidos políticos (Republicanos e Democratas), especialmente em questões como política externa e fundamentos da sociedade, era relativamente pequena. Isso resultava

em um pertencimento partidário que tendia a ser mantido entre as gerações. Assim, a identidade partidária e ideológica recebida pela família, incluindo a sua confissão religiosa, é reforçada pela escola e mantida pela vida toda. A escola, assim, desempenha papel importante na consolidação e reforço dessas identidades políticas e ideológicas adquiridas durante a infância e adolescência.

Essa perspectiva de socialização fundamenta teorias como a modernização, de Ronald Inglehart (1971, 2015 [1977]). A mudança de valores, impactada pela experiência pessoal na busca pela sobrevivência material, afeta a formação dos indivíduos. A mudança tende a ser de longo prazo, pelo processo de substituição das gerações.

Sob a influência de autores como Lev Vygotsky (1994) e Erik Erikson (1968 e 1994), passa-se a entender a formação do indivíduo como um processo vitalício e que pode sofrer mudanças.

Vygotsky (1994), ainda que tenha construído sua obra muito antes, provavelmente pelo fato de ser um autor soviético, somente foi reconhecido por sua contribuição na análise do desenvolvimento psicológico do indivíduo décadas depois. Para esse autor, as experiências em qualquer fase da vida podem ter impacto no comportamento do indivíduo.

Segundo Erikson (1968 e 1994), a mudança de padrões de comportamento ao longo da vida não se relaciona apenas com a idade, mas com os papéis sociais que o indivíduo assume. Em alguns contextos sociais, a transição para a vida adulta e independência ocorre aos 18 anos, com a constituição de família e a independência material dos pais. No entanto, em outros, esse processo é mais lento, e as pessoas podem chegar aos 30 anos vivendo sob o mesmo teto e dependendo financeiramente da família. Nesse sentido, é preciso analisar o processo de socialização levando em conta a sociedade em que ele acontece. Os padrões de organização social, o grau de estabilidade ou instabilidade

econômica e política e eventos marcantes na vida dos indivíduos são fatores que podem afetar a socialização.

A seguir são analisados dados sobre dois grupos de jovens do ensino médio, da cidade de Curitiba, coletados em 2016 e 2022, buscando verificar se há diferenças marcantes na sua cultura política e se as diferenças podem ser atribuídas aos eventos recentes.

## **A JUVENTUDE DE CURITIBA E A PANDEMIA**

As questões propostas no levantamento de dados realizado em 2022 incluíram uma bateria sobre percepções do impacto da pandemia na vida dos jovens e percepção deste grupo sobre as reações da sociedade.

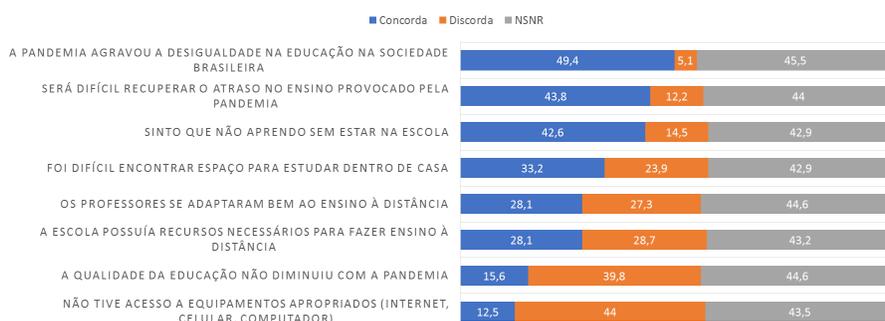
Apresenta-se aqui, inicialmente, a percepção de como a pandemia afetou o sistema de ensino. O Gráfico 1 indica que a avaliação do impacto da pandemia sobre o ensino é sujeita a controvérsia. Em primeiro lugar, chama a atenção o grande percentual de abstenção de respostas, indicando a existência de uma reflexão e avaliação definidas sobre o ocorrido no período. A avaliação gera mais dúvidas do que certezas.

Se observarmos a ampla maioria das respostas, fica evidente que há consenso sobre o agravamento da desigualdade devido à pandemia. Além disso, muitos participantes do levantamento concordam que enfrentaram dificuldades no aprendizado fora do ambiente escolar, principalmente devido às dificuldades de adaptação dos professores a novas práticas didáticas. Preocupações com a perda de qualidade na educação também foram amplamente compartilhadas, gerando inquietação quanto à possibilidade de recuperar o atraso acumulado.

É importante destacar que a percepção veiculada nos meios de comunicação pode não refletir totalmente a realidade das experiências individuais dos jovens durante a pandemia, uma vez que apenas 12,5%

afirmam não ter tido acesso adequado a equipamento no período. Sob essa ótica, outros fatores que não a desigualdade ao acesso de aparelhos eletrônicos ou à internet podem ter contribuído para as dificuldades de aprendizado relatadas.

**Gráfico 1.** Sobre as aulas durante a pandemia



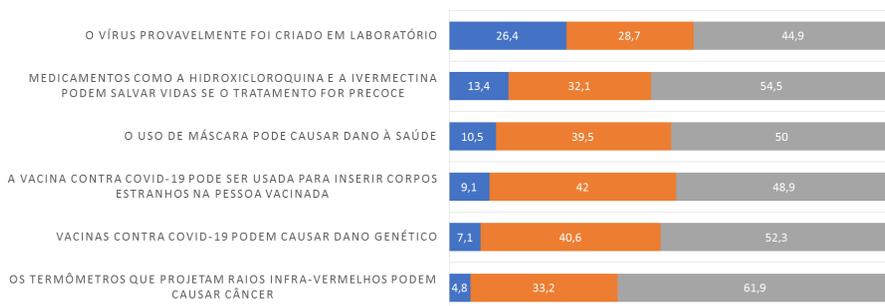
Fonte: Nuposal (2016, 2022). n 2016 = 774; n 2023 = 364.

Sobre as percepções da pandemia como fenômeno, a percepção dos jovens parece reproduzir a da população em geral. Por um lado, há uma parcela que acredita na proposição de que o vírus pode ser resultado de criação humana, levantando questões sobre a possibilidade de ser um produto de laboratório ou de alguma ação deliberada. Essa perspectiva pode ser influenciada por teorias da conspiração. Por outro lado, temos aqueles que aderem à teoria mais amplamente aceita de que a origem do vírus é zoonótica, respaldada por evidências científicas e que é a explicação predominante dada pelos especialistas em saúde pública.

Há uma presença marginal da aceitação dos discursos anticientíficos propagados no período, como o uso da hidroxicloroquina e da ivermectina como medicamentos contra o vírus, o uso de máscaras como prejudicial, o uso da vacina como arma ou danosa ao organismo. O alto percentual de não respostas observado sugere que muitos entrevistados

manifestam incerteza e desconfiança, optando por não se posicionar sobre temas polêmicos, resultado da alta circulação de desinformação sobre o assunto no período pandêmico (RECUERO, SOARES e ZAGO, 2021; SOARES *et al.*, 2021).

**Quadro 2.** Pensando em notícias e comentários que circulam durante a pandemia, qual sua posição sobre as afirmações abaixo



Fonte: Nuposal (2016, 2022). n 2016 = 774; n 2023 = 364.

## A JUVENTUDE E A POLÍTICA

Nesse contexto são analisadas atitudes e percepções dos jovens sobre a política, comparando as posições dos jovens de Curitiba em 2016 e 2022<sup>2</sup>.

Nessa primeira análise, focamos nas percepções da situação pessoal. Ao examinar a Tabela 1, observa-se um crescimento no sentimento de pessimismo em relação ao futuro, com uma elevação no número daqueles que acreditam que seu futuro será pior do que o de seus pais.

<sup>2</sup> Devido às dificuldades enfrentadas na coleta em 2022 por conta das restrições de acesso aos estudantes devido à pandemia, os questionários foram aplicados on-line, o que levou à redução do tamanho da amostra, com consequente aumento da margem de erro e a existência de algumas questões, em geral as últimas do questionário, com um percentual de não respostas fora do padrão habitual.

**Tabela 1:** Você acha que seu futuro será melhor do que o dos seus pais?

Opções	2016		2022	
	N	%	N	%
Sim, será melhor	370	47.8	140	38.5
Será Igual	60	7.8	30	8.2
Não, será pior.	52	6.7	50	13.7
Não respondeu	292	37,7	144	39.6
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>100,0</b>	<b>364</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Nupesal (2016, 2022).

Esse pessimismo reflete-se na avaliação que os indivíduos fazem do país. Em 2016, o sentimento predominante era o de indignação, que, embora compartilhado por diferentes motivos, unia tanto aqueles que criticavam o afastamento da presidente Dilma quanto os que percebiam uma escalada da corrupção. Em 2023, entretanto, nota-se uma maior divisão entre os diferentes sentimentos. O cenário político e social pode ter se tornado mais complexo e polarizado, resultando no aumento da fragmentação de sentimentos.

De toda forma, denota-se uma sólida maioria com sentimentos negativos em relação ao país. Mesmo a inclusão da opção “indiferente” em 2022, que não havia em 2016, alterou pouco esse domínio, havendo um percentual de menos de 10% de respondentes com sentimentos positivos em relação ao momento do país.

Os sentimentos pessoais e a avaliação sobre a situação do país interferem em parte no sentimento em relação à política. Nesse caso, ainda que tenha se reduzido, em 2016 quase um terço dos jovens declaravam sentimentos positivos (interessado, participativo), marcando 27,2% em 2022. As categorias que indicam uma aversão ou afastamento, como alienado, indiferente e desiludido, se equilibram com os sentimentos positivos, com uma visão menos negativa do país.

**Tabela 2:** Qual é o sentimento que você tem nesse momento do país?

Opções	2016		2022	
	N	%	N	%
Inseguro	165	21.3	85	23.4
Indignado	375	48.4	87	23.9
Assustado	39	5.0	29	8.0
Frustrado	130	16.8	70	19.2
Feliz	10	1.3	6	1.6
Confiante	8	1.0	13	3.6
Satisfeito	4	0.5	9	2.5
Outro	37	4.8	15	4.1
Indiferente	---	---	32	8.8
Não respondeu	6	0.8	18	4.9
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>100.0</b>	<b>364</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Nuposal (2016, 2022).

**Tabela 3:** Como você se sente com relação à política?

Opções	2016		2022	
	N	%	N	%
Alienado	63	8.1	24	6.6
Indiferente	114	14.7	63	17.3
Desiludido	94	12.1	44	12.1
Interessado	199	25.7	70	19.2
Participativo	54	7.0	29	8.0
Isolado	---	---	22	6.0
Outro	48	6.2	19	5.2
Não respondeu	202	26.1	93	20,9
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>100.0</b>	<b>364</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Nuposal (2016, 2022).

A eficácia política, conforme definida por Easton e Dennis (1969), pode ser compreendida como a percepção dos cidadãos em relação à sua capacidade de influenciar o processo político e de que suas opiniões e ações são levadas em conta pelas instituições políticas. Nesse contexto, o grau de interesse por política é uma variável de grande valor descritivo, uma vez que reflete o nível de engajamento e interesse dos jovens no cenário político.

A persistente polarização em relação ao interesse político é evidente, com uma minoria expressando grande interesse e outra minoria demonstrando total desinteresse, enquanto a maioria se enquadra na categoria intermediária, apresentando apenas um nível moderado de interesse político. Essa tendência tem se mantido ao longo do tempo, com um discreto aumento no número de indivíduos que demonstram alto grau de interesse político.

**Tabela 4:** Você se interessa por política?

Opções	2016		2022	
	N	%	N	%
Muito	127	16.4	87	23.9
Pouco	468	60.5	203	55.8
Nenhum interesse	141	18.2	60	16.5
Não respondeu	38	4.9	14	3.8
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>100.0</b>	<b>364</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Nuposal (2016, 2022).

O interesse por política é compatível com a percepção de importância da opinião das pessoas, com a maioria considerando que esta não é levada em conta. Entre 2016 e 2022, diminuiu o número dos que consideravam que ao menos às vezes isso ocorria.

**Tabela 5:** Você acha que a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no nosso país?

Opções	2016		2022	
	N	%	N	%
Sim	48	6.2	26	7.1
Às vezes	300	38.8	115	31.6
Não	354	45.7	169	46.4
Não respondeu	72	9,3	54	14.9
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>100.0</b>	<b>364</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Nuposal (2016, 2022).

A avaliação dos políticos reflete essa falta de interesse e percepções majoritariamente negativas. Questionados se todos os políticos são iguais, a maioria concorda totalmente ou em parte. Se considerarmos que o aumento de não respostas em 2022 provavelmente se deve não a uma indecisão sobre a pergunta, mas um abandono do questionário, há pouca mudança com relação a 2016.

Para padrões do Brasil, no entanto, um percentual de 40% que acredita haver diferenças e potencialmente considerando a atuação de alguns políticos como positiva, já seria algo considerável.

**Tabela 6:** Políticos são todos iguais.

Opções	2016		2022	
	N	%	N	%
Concordo	124	16.0	53	14.6
Concordo em Parte	291	37.6	127	34.9
Discordo	322	41.6	134	36.8
Não respondeu	37	4.8	50	13.7
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>100.0</b>	<b>364</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Nuposal (2016, 2022).

Uma possível visão positiva de parte da classe política se observa quando questionados sobre o cumprimento de promessas. Mesmo que a grande maioria tanto em 2016 como em 2022 aponte que concorda totalmente ou em parte que as promessas são descumpridas, ocorre uma mudança de uma maioria que concordava totalmente com a afirmação para a maioria concordar apenas em parte, o que corrobora a percepção de alguns que nem todos os políticos são iguais.

**Tabela 7:** Os políticos prometem, depois não cumprem.

Opções	2016		2022	
	N	%	N	%
Concordo	425	54.9	137	37.6
Concordo em Parte	310	40.1	169	46.4
Discordo	18	2.3	8	2.2
Não respondeu	21	2.7	50	13.7
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>100.0</b>	<b>364</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Nuposal (2016, 2022).

Avaliando a principal acusação aos políticos nas últimas décadas, a de corrupção se manteve relativamente estável tanto em relação ao percentual dos que concordam que todo político é corrupto quanto em relação aos que discordam. Nesse sentido, cerca de 20% dos jovens continuam acreditando na probidade de pelo menos parte dos políticos.

O que poderia representar uma perspectiva de desenvolvimento de uma cultura política democrática no futuro, contrariando padrões das gerações anteriores (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011; BAQUERO, 2018; BAQUERO, GONZÁLEZ e GROHMANN, 2020), no entanto, se revela menos alvissareiro quando se verifica que uma possível avaliação positiva dos políticos não se traduz necessariamente numa opção de regime.

**Tabela 8:** Todos os políticos são corruptos.

Opções	2016		2022	
	N	%	N	%
Concordo	171	22.1	71	19.5
Concordo em Parte	432	55.8	176	48.4
Discordo	158	20.4	67	18.4
Não respondeu	13	1.7	50	13.7
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>100.0</b>	<b>364</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Nuposal (2016, 2022).

Questionado qual a forma para resolver os principais problemas do país, mais de um terço dos respondentes prefere um líder que coloque as coisas no lugar e não a participação da população nas decisões do governo. Esse percentual se manteve estável entre 2016 e 2022.

**Tabela 9:** Qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver estes problemas?

Opções	2016		2022	
	N	%	N	%
Um líder que coloque as coisas no lugar.	273	35.3	132	36.3
A participação da população nas decisões do governo.	489	63.2	213	58.5
Não respondeu	12	1.6	19	5.2
<b>Total</b>	<b>774</b>	<b>100.0</b>	<b>364</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Nuposal (2016, 2022).

O questionário de 2016 não trazia questões diretas sobre o apoio à democracia, o que impede a comparação. No entanto, em 2022, ao serem perguntados se a democracia é melhor do que qualquer outra

forma de governo, quase o mesmo percentual de pessoas respondeu concordando e concordando em parte. Essa informação sugere que existe um grupo considerável de pessoas que têm restrições ou reservas em relação à democracia.

Se somarmos esse grupo (concorda em parte) com aqueles que discordam completamente da afirmação, podemos inferir que a maioria dos entrevistados demonstrou algum grau de dúvida ou insatisfação com a democracia como forma de governo. Essa atitude pode ser preocupante, pois pode indicar uma perda de confiança nas instituições democráticas ou uma insatisfação geral com o sistema político.

**Tabela 10:** Democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo 2022.

Opções	N	%	% Válido
Concordo	147	40.4	46.8
Concordo em Parte	142	39.0	45.2
Discordo	21	5.8	6.7
Não respondeu	54	14.8	---
<b>Total</b>	<b>364</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Nupesal (2022).

Para Lopes (2004), a confiança na democracia como o melhor regime político possível desempenha um papel central na estabilidade e sustentação do sistema democrático. Embora o conflito de ideias seja uma parte inerente ao arranjo de poder, é essencial preservar a supremacia do pleno funcionamento do regime, sob pena de “[...] ameaçar sua estabilidade e diminuir a aceitação voluntária dos cidadãos para com a política governamental, enquanto o impacto do apoio às autoridades está confinado ao domínio da atividade eleitoral convencional” (LOPES, 2004, p. 163).

A preocupação com a formação de uma cultura política democrática vai além dos riscos associados à defesa de lideranças carismáticas que se colocam acima do povo e à incerteza sobre a democracia como a melhor opção. O indicador crucial para acender o sinal de alerta é a disposição de considerar um governo autoritário como a melhor alternativa em determinadas circunstâncias.

**Tabela 11:** Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático 2022.

Opções	N	%	% Válido
Concordo	33	9.1	10.6
Concordo em Parte	95	26.1	30.4
Discordo	184	50.5	59.0
Não respondeu	52	14.3	---
<b>Total</b>	<b>364</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Nupesal (2022).

Nessa questão, um percentual de 41% dos que responderam concordaram no todo ou em parte que um governo autoritário pode ser melhor do que um governo democrático. Tal número supera inclusive o percentual próximo aos 30% entre os que apoiam o autoritarismo somados aos que dizem que “tanto faz”, encontrado na população brasileira nas pesquisas do Latinobarômetro (GONZÁLEZ, 2014).

As aparentes posições positivas de avaliação dos políticos nas Tabelas 7 e 9, com discordâncias em relação à crença de que todos são iguais ou corruptos, parecem ser resultado menos de uma crença universal na classe política e mais devido à intensa polarização política. Nesse contexto, a rivalidade política se manifesta com força, e os indivíduos tendem a enxergar os políticos do seu grupo como íntegros e virtuosos, enquanto rotulam os políticos do grupo adversário

como corruptos e inescrupulosos. Essa polarização e partidarismo exacerbados criam uma percepção seletiva sobre a honestidade dos políticos, contribuindo para a dissociação entre as opiniões públicas sobre diferentes figuras políticas.

## CONCLUSÕES

Neste trabalho se buscou comparar opiniões e atitudes de jovens da cidade de Curitiba em dois momentos distintos: um antes do governo Bolsonaro e pré-pandemia, e outro posterior à pandemia (pelo menos em seus efeitos mais graves). O objetivo foi investigar possíveis mudanças nas percepções dos jovens sobre questões políticas e sociais, levando em conta o contexto político e as repercussões da pandemia.

A hipótese apresentada lança a expectativa que estes dois fenômenos aprofundassem uma perspectiva pessimista e alienada da situação do país e da política, como reflexo do trauma tanto da polarização política ampliada a partir de 2018 como pela pandemia e da resposta estatal a seus efeitos.

No entanto, não se percebe grande diferença nas posições dos dois períodos. A perspectiva de avaliação predominantemente negativa da realidade se manteve, com as diferenças entre os dois períodos ficando dentro da margem de erro da pesquisa.

Apenas a substituição da indignação para outras posições negativas, na avaliação da situação do país, parece demonstrar uma mudança para uma posição menos reativa e que contribui para o sentimento de alienação.

O desinteresse por política e a avaliação negativa dos políticos permaneceu em patamares altos. Os percentuais dos que consideram saídas autoritárias como aceitáveis, colocando a democracia como

uma escolha descartável em certas situações, são compatíveis com as análises feitas por Moisés (2008), da manutenção de uma cultura política ambivalente em relação ao regime democrático, e por Baquero (2018), de existência de uma inércia na mudança dos valores, com a continuidade da presença de valores autoritários, apesar da criação de instituições democráticas há várias décadas.

Não se confirma a hipótese de que, ao menos até este momento, os eventos ocorridos entre 2018 e 2021 tenham causado uma mudança substancial na cultura política da juventude curitibana.

Mesmo o Paraná sendo amplamente identificado com o bolsonarismo, com sua capital atribuindo 64,78% dos votos ao candidato à reeleição, os jovens em 2022 não têm posições profundamente diferentes de 2016.

Essa situação pode ter duas interpretações. Do ponto de vista teórico, que nem sempre eventos de grande potencial de impacto são suficientes para mudar as atitudes de uma população. O aspecto inercial dos padrões culturais se suplanta com relação ao efeito dos fatores conjunturais. Do ponto de vista normativo, embora positivo que não tenha havido um agravamento da alienação e da visão antipolítica, a cultura política dominante entre os jovens mantém padrões semelhantes aos descritos para a população em geral, que é ambivalente com relação ao regime político e seus representantes e constitui uma cultura política que, se de um lado pode ser caracterizada como um misto de paroquial e sujeita (ALMOND e VERBA, 1965), por outro, continua incorporando avaliações positivas de soluções autoritárias.

Nesse sentido, há uma continuidade que impede a perspectiva de uma mudança no futuro próximo. Os jovens que estão entrando na esfera política neste momento, seja como eleitores, seja como atores do processo de participação política, mantêm o tradicionalismo e a aceitação do autoritarismo entre seus valores e atitudes.

Dessa maneira, a construção de uma cultura política democrática, capaz de promover a estabilidade do regime e evitar a tolerância ou recorrência de eventos como acampamentos à beira dos quartéis e o ocorrido em Brasília em 8 de janeiro de 2022, é um processo complexo que exigirá décadas de esforço contínuo. O país continua dependente de líderes carismáticos e de êxito nas políticas econômicas como fatores essenciais para alcançar a estabilização política.

Apesar das quase quatro décadas decorridas desde a transição para a democracia e do contínuo exercício do direito ao voto por meio de eleições, ainda nos deparamos com uma realidade semelhante à descrita na canção de Belchior (1976): “Minha dor é perceber / Que apesar de termos feito tudo o que fizemos / Ainda somos os mesmos e vivemos / Como os nossos pais”. Esse cenário evidencia que a mudança efetiva na cultura política é um desafio persistente, refletindo a complexidade e a resistência de elementos arraigados na sociedade que requerem uma abordagem de longo prazo para a efetiva consolidação da democracia.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Rodrigo Stumpf González:** Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Alexsander Dugno Chiodi:** Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## REFERÊNCIAS

1. ALMOND, Gabriel Abraham; COLEMAN, James Smoot (Eds.). *The politics of the developing areas*. Princeton University Press, 2015.
2. ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little Brown, 1965.
3. BAQUERO, Marcello. *Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2018.
4. BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. *Opinião pública*, v. 17, p. 369-399, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200004>
5. BELCHIOR. Como nossos pais. *Alucinação*. Rio de Janeiro: Phonogram, 1976.
6. EASTON, David; DENNIS, Jack. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.
7. ERIKSON, Erik H. *Identity and the life cycle*. WW Norton & company, 1994.
8. ERIKSON, Erik H. *Identity youth and crisis*. WW Norton & company, 1968.
9. GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, qualidade da democracia e interrupção de mandatos presidenciais na América Latina. In: IX ENCONTRO DA ABCP, 9., 2014. *Anais do IX Encontro da ABCP*. Brasília, 2014.
10. GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo M. ¿Nueva derecha o vino viejo en odres nuevos?: la trayectoria conservadora en Brasil en el último siglo. *Política y Sociedad*, v. 57, n. 3, p. 647-670, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7695578>. Acesso em: 12 ago. 2023.
11. GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; CHIODI, Alexander Dugno. O impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudantes de escolas públicas em Porto Alegre. *Conexão Política*, v. 10, n. 1, p. 160-189, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/259905/001169157.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 ago. 2023.
12. HYMAN, Herbert. *Political socialization: a study in the psychology of political behavior*. New York: Free Press, 1959.
13. INGLEHART, Ronald. *The silent revolution: changing values and political styles among Western publics*. Princeton University Press, 2015.
14. INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies. *The American Political Science Review*, v. 65, n. 4, p. 991-1017, dez. 1971. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1953494>. Acesso em: 14 ago. 2023.
15. JENNINGS, M. Kent; NIEMI, Richard. *The political character of adolescents*. Princeton: Princeton University Press, 1974.
16. LOPES, Denise Mercedes Nuñez Nascimento. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. *Opinião pública*, v. 10, n. 1, p. 162-187, maio 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762004000100007>

17. RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre Covid-19 no Twitter. *Revista Contracampo*, v. 40, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.45611>
18. MOISÉS, J. Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000100002>
19. NUPESAL. *Democracia, valores políticos e capital social*. [Banco de dados]. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina, 2022.
20. NUPESAL. *Democracia, mídias e capital social*. [Banco de dados]. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina, 2016.
21. SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
22. SOARES, Felipe Bonow *et al.* Desinformação sobre o covid-19 no WhatsApp: a pandemia enquadrada como debate político. *Ciência da Informação em Revista*, v. 8, n. 1, p. 74-94, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/160553>. Acesso em: 14 ago. 2023.
23. VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Submissão em: 19 jul. 2023.

Aceito em: 24 jul. 2023.





DOSSIÊ

**BRASIL, UM SISTEMA  
SOCIAL DIANTE DO CAOS:  
SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA  
DESIGUAL DE ESTUDANTES  
BRASILEIROS DURANTE A  
PANDEMIA DE COVID-19**

*BRAZIL, A SOCIAL SYSTEM IN THE  
FACE OF CHAOS: UNEQUAL POLITICAL  
SOCIALIZATION OF BRAZILIAN STUDENTS  
DURING THE COVID-19 PANDEMIC*

Felipe B. Zorzi\* 

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.  
[fbzorzi@gmail.com](mailto:fbzorzi@gmail.com).

## RESUMO

Qual foi o impacto da pandemia de covid-19 sobre a estrutura de poder emergente no sistema social brasileiro? A pandemia causou isolamento social por dois anos. A desigualdade ficou evidente durante esse período. O Brasil apresenta alta concentração de riqueza, estudantes de diferentes classes recebem educação desigual, e as autoridades políticas não enfrentam tais dilemas. Nesse sentido, a crise pode ter afetado a socialização dos jovens para a política. A teoria dos sistemas sociais diz que a sociedade é um todo interdependente com funções que se interpenetram: educação, economia e política. Aplica-se análise sistêmica em dados de questionários (*survey*, 2015-2022) sobre política que turmas de jovens responderam em escolas públicas e privadas de ensino médio. A hipótese é que a pandemia aprofundou a concentração de poder na sociedade capitalista. Evidencia-se ampliação da alienação política de estudantes de grupos subalternos como resultado da qualidade desigual do seu aprendizado.

**Palavras-chave:** Teoria dos Sistemas; Socialização; Política; Desigualdade; Pandemia.

## ABSTRACT

*What was the impact of the COVID-19 pandemic on the emergent power structure of the Brazilian social system? The pandemic caused social isolation for two years. Inequality became evident during this period. Brazil presents high levels of wealth concentration, students of different classes receive unequal education, and political authorities do not face such dilemmas. Thus, the crisis may have affected the socialization of young people for politics. Social systems theory says that society is an interdependent whole with interpenetrating functions: education, economics and politics. Systems thinking is used to analyze survey data (2015-2022) about politics answered by clusters of young students in public and private high schools. The hypothesis is that the pandemic deepened the concentration of power in the capitalist society. Evidence is found of an expanding political alienation that is suffered by students from subaltern groups as a result of unequal access to quality education.*

**Keywords:** Systems Theory; Socialization; Politics; Inequality; Pandemic.

---

## INTRODUÇÃO

A pandemia do vírus covid-19 expôs a fragilidade da democracia no Brasil. Por dois anos, os cidadãos ficaram em isolamento social. Isso destacou vários dilemas: o sistema de saúde ficou sobrecarregado, bens industrializados (vacinas, teste de diagnóstico, máscaras, aparelhos hospitalares etc.) tiveram que ser importados, mas o mais marcante foi a desigualdade. Enquanto uma minoria privilegiada tinha recursos para viver em isolamento, muitos trabalhadores precisaram de auxílio do governo para sobreviver. No entanto, o governo demonstrou descaso com os mais vulneráveis, incentivando a continuidade normal da economia capitalista. Os grandes empresários receberam apoio para que não demitissem seus funcionários. Muitos trabalhadores assalariados e empreendedores informais tiveram que arriscar suas vidas para custear as necessidades básicas: aluguel, comida, energia, água etc. Enquanto isso, as escolas tiveram que fechar as portas, tirando o acesso a um espaço essencial de socialização dos jovens. As escolas privadas conseguiram suprir a lacuna de comunicação à distância, com os estudantes isolados, melhor do que as escolas públicas. Houve dificuldades na educação dos jovens de famílias marginalizadas. Em várias dimensões da vida social, os pobres sofreram mais do que os ricos. Ainda que o governo tenha se deslegitimado pela má gestão da pandemia, não houve mudança nas instituições que reproduzem a concentração de riqueza e o privilégio escolar no país. Dada essa desigualdade, cabe questionar: qual foi o impacto da pandemia de covid-19 sobre a estrutura de poder emergente no sistema social brasileiro?

O artigo constrói, com base na teoria dos sistemas, um estudo sobre o efeito da pandemia na formação da consciência política dos jovens brasileiros de diferentes classes sociais. Divide-se o trabalho em três partes. A primeira parte apresenta uma teoria da autoprodução dos sistemas sociais. O argumento é que a sociedade é um sistema autoprodutivo, ou seja, um todo social autônomo, composto por

indivíduos interdependentes, os quais precisam se diferenciar de seu mundo para saber como conservar sua existência comum. O sistema social precisa se organizar coletivamente (política), compartilhando sentido entre as gerações (educação) sobre como adquirir a energia e os bens necessários (economia) para se viabilizar enquanto uma comunidade diante dos desafios do ambiente. Contudo, a vulnerabilidade econômica e pedagógica de cidadãos brasileiros, durante a crise, contradiz essa autonomia. Por isso, a segunda parte desenvolve uma metodologia para analisar a consciência coletiva dos jovens brasileiros. Utiliza-se um estudo de socialização política com questionários de opinião pública (*survey*) para entender o efeito histórico da pandemia sobre a formação da ação política de jovens em escolas públicas e privadas de ensino médio. Enfim, a terceira parte apresenta as análises dos dados reunidos nessa pesquisa. Busca-se entender se variáveis pedagógicas (como a qualidade do ensino da escola ou as séries dos estudantes entrevistados) e econômicas (como a divisão entre escolas públicas e privadas) impactam sobre variáveis políticas (como as atitudes de integração ou de alienação no processo decisório). Compara-se também a avaliação dos jovens sobre as autoridades políticas e os serviços públicos durante a pandemia. A hipótese é que a pandemia aprofundou a concentração disfuncional de poder no sistema capitalista entre classes sociais, apontando uma tendência à desordem no sistema social.

## **AUTOPRODUÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS**

No último século, as ciências começaram a convergir numa forma nova de pensar sobre a natureza, o que se sintetiza pelo termo “sistema” (BERTALANFFY, 1968). Por exemplo, uma molécula de água é um sistema, porque seus componentes (hidrogênio, oxigênio) interagem entre si, mantendo uma identidade química (polaridade, temperatura

de ebulição etc.) que a diferencia do ambiente. Uma célula de bactéria é um sistema, porque seus componentes (organelas, membrana etc.) interagem entre si, mantendo uma identidade orgânica (fenótipo, metabolismo etc.) que a diferencia de seu ambiente. Logo, uma sociedade como a brasileira pode ser pensada como um sistema com componentes (crianças, adultos etc.) que interagem entre si, mantendo uma identidade social (fronteiras, linguagem, modo de produção etc.) que a diferencia de seu ambiente. Por isso, o conceito de sistema tem uma complexidade inerente: sistema é um todo emergente cuja existência se realiza através da auto-organização de suas partes, diferenciando-se do que não é o sistema.

Com um conceito de sistema em mente, pode-se explicar a característica que assemelha todos os sistemas vivos: a autoprodução. A teoria da evolução por seleção natural diz que todas as espécies derivaram de um ancestral comum, o qual sofreu inúmeras variações de forma ao longo do tempo. Na busca por sobrevivência, o ambiente seleciona as formas de vida mais adaptadas. Por ter correspondência com seu meio, o ser adaptado leva vantagem na reprodução diferencial, deixando mais herdeiros (DARWIN, 2004). Formaram-se, assim, milhões de espécies ao longo da história do nosso planeta. Há inúmeras ideias para explicar o processo de evolução: seleção, variação, herança, reprodução, deriva, genes etc. Porém, essa lista não identifica uma semelhança fundamental entre todos os seres vivos. O pensamento sistêmico oferece um termo para o que há de comum na vida: autopoiese. Autopoiese vem do latim, *autos*, a si mesmo, e *poiesis*, produzir, o que denota que sistemas vivos se caracterizam por produzirem autonomamente suas próprias estruturas (MATURANA e VARELA, 2001).

A ideia de autoprodução aparece, através da termodinâmica, na fronteira entre a física e a biologia. Entropia, a lei de dissipação da energia, afirma que a energia do universo, desde o seu início, está sempre fluindo do quente para o frio, da maior concentração para a

menor concentração no espaço. Isso implica que a energia nunca vai espontaneamente do frio para o quente. Desse modo, qualquer sistema aberto às trocas de energia com seu ambiente perde parte dela na forma de calor para seu exterior. Por exemplo, o corpo humano esfria sem ingerir alimentos. Isso ocorre porque a probabilidade de o sistema permanecer na forma original (corpo nutrido) é sempre menor do que de perder parte da sua forma (corpo desnutrido). Essa tendência à aleatoriedade desafia o ser vivo, que precisa manter sua própria viabilidade estrutural enquanto sistema longe do equilíbrio termodinâmico (DI PAOLO, 2005; PRIGOGINE e STENGERS, 2018). Nessa direção, sistemas autoprodutivos são capazes de se autorregular porque eles transformam sua ação em conformidade com o que ocorre no ambiente, de modo a assegurar a reposição da energia livre e dos materiais necessários para persistir como forma de vida organizada na natureza.

Para realizar intencionalmente a autoprodução, os sistemas vivos apresentam processos de cognição, isto é, eles precisam conhecer seu mundo para cumprir as necessidades que decorrem de suas perdas (MATURANA e VARELA, 2001). Eles devem aprender sobre o que ocorre ao seu redor para saber como agir. Do ponto de vista da autoprodução, o conhecimento sobre como agir é corporificado materialmente no próprio ser. Ou seja, o sentido se encarna na forma do sistema. A informação sobre autoprodução no meio se corporifica na estrutura sensório-motora do corpo. A rede de estruturas internas se rearranja enquanto a autoprodução ocorre, de modo que haja um acoplamento entre perceber o mundo e agir no mundo. Ação e percepção são inseparáveis no sistema vivo. Por isso, todas as formas de vida do planeta, da mais simples à mais complexa, e sistemas compostos por elas, como sociedades e ecossistemas, fazem sentido sobre a sua interdependência com o ambiente para conservar a existência (MARGULIS e SAGAN, 1997; CAPRA e LUISI, 2014).

Do ponto de vista sociológico, esse argumento aponta para a tradição positivista de pensar a sociedade como “organismo social” que existe

na natureza (SAINT-SIMON, 1964). Em analogia à fisiologia humana, que explica como as células fazem parte de processos interdependentes do corpo organizado por sistemas nervoso, circulatório ou muscular-esquelético, indivíduos participariam de uma forma de sociedade organizada com processos políticos, pedagógicos ou econômicos. Se o tempo do corpo ultrapassa o tempo da célula e a célula depende do corpo, então o tempo da organização social ultrapassa as gerações e o indivíduo depende da sociedade para existir. Essa perspectiva exige humildade sobre a condição humana: já precisamos dos outros antes do nosso nascimento, ou seja, mesmo antes de nos percebermos enquanto indivíduos. Seres humanos não sobrevivem sozinhos, porque precisam da cultura compartilhada entre as gerações sobre como agir no mundo. Por isso, as diferentes religiões, artes, filosofias, ideologias e ciências manifestam o progresso incompleto do entendimento humano. Por exemplo, a astronomia estuda nossa posição no universo, a química estuda a transformação da matéria, a biologia categoriza tipos de vida com os quais nos confrontamos. Logo, a conservação da vida social depende de um conhecimento sobre a complexidade da nossa interdependência em meio a todos esses fenômenos. A utilidade das ciências sociais está em gerar conhecimento sobre a transformação histórica dos sistemas sociais enquanto evoluem para se acoplar nos padrões da natureza (COMTE, 1978).

Nessa direção, pode-se pensar nas funções complementares que a organização social realiza para existir. Qualquer sociedade emerge enquanto uma unidade cooperativa de indivíduos em interações interdependentes. Se a sociedade evolui fazendo sentido do ambiente, então as estruturas do meio são impactadas pela mudança de comportamento. Se o ambiente se transforma, gerando nova contingência à ação, então a sociedade precisa se adaptar. As ciências sociais devem entender como a circularidade entre sociedade e ambiente ocorre. Pode-se, assim, investigar se ocorre, na forma das

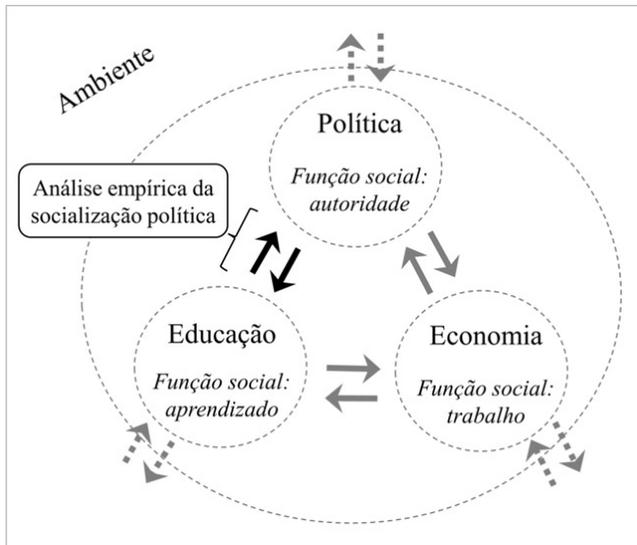
sociedades, uma situação crítica para a sobrevivência ou uma tendência de adaptação ao meio. Deve-se pensar as sociedades como organismos que nascem e morrem, permanecem funcionais ou adquirem patologias, ficam anacrônicos ou adaptam sua forma. Desse modo, pode-se usar a ciência para estudar como uma forma de sociedade dá espaço a outra (DURKHEIM, 2016): feudalismo, capitalismo etc.

Com base na ideia de autoprodução, pode-se postular a existência de sistemas sociais autoproductivos. Deve-se lembrar que os sentidos de ação social não se reduzem à condição biológica. Há um processo de socialização cultural que dá sentido à racionalização da ação (WEBER, 2019). Ao longo do desenvolvimento humano, os fenômenos socioambientais desafiam o indivíduo a realizar uma ação prática. A mente precisa acomodar em sua racionalização o sentido que dá orientação a seus hábitos. Através das interações na família, na escola, no trabalho, o indivíduo encontra oportunidades de interação que servem para corporificar um esquema mental que o ajuda a se situar numa posição social (THELEN e SMITH, 2006). Os círculos sociais, em meio aos quais a mente emerge, determinam o sentido que pode ser incorporado à ação. Através da socialização, a contingência que dois ou mais indivíduos enfrentam no mundo é reduzida a um entendimento compartilhado que serve para estruturar as ações de um com o outro (PARSONS, 1951). Com a comunicação, os significados codificados na linguagem (idioma e matemática) se encarnam no indivíduo. Ele aprende a colaborar com os outros ao seu redor. Por exemplo, para participar da produção de um computador, um engenheiro aprende na universidade e busca emprego na indústria, mas não há função de engenheiro sem a universidade que ensina e a indústria que produz. Por isso, entender-se enquanto parte de um grupo delimitado é importante. A ação individual se acopla na estrutura social. Sem as fronteiras de pertencimento funcional, a ação de cada indivíduo tende, conforme a entropia, à desordem (LUHMANN, 1995). Enfim, a autoprodução do sistema social depende da comunicação, a qual produz

sentido compartilhado diante de um ambiente em que indivíduos agem conjuntamente para continuar existindo.

Portanto, há circularidade entre o nível macro (organização social) e o nível micro (socialização do indivíduo). A sociedade transmite padrões estabelecidos de racionalização aos indivíduos, e os sentidos internalizados de ação reproduzem a forma de organização social. Com isso, pode-se ilustrar um modelo de sistema social autoprodutivo (Figura 1):

**Figura 1.** Sistema social e socialização política



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 1, observa-se um sistema social cujos membros se auto-organizam ao participar de padrões emergentes que reproduzem o próprio sistema. Qualquer organização social apresenta alguns imperativos culturais que cumprem funções complementares (MALINOWSKI, 1960): educação, economia e política. Há mais dimensões da vida social, mas esses imperativos simplificam um

sistema sem comprometer a amplitude e a profundidade da realidade. [1] A educação é uma dimensão da vida social responsável pela função de aprendizado. Qualquer indivíduo deve fazer sentido do mundo durante seu desenvolvimento cognitivo através de suas interações com os outros. O grupo dedica tempo e energia na família, na escola e na universidade para transmitir as orientações culturais que integram o indivíduo no todo. [2] A economia é uma dimensão da vida social responsável pela função do trabalho. Todo indivíduo deve garantir sua viabilidade material através da intervenção com seu grupo no ambiente. O grupo dedica tempo e energia nas práticas da agricultura, do comércio e da indústria para realizar a produção necessária para o uso de todos. [3] A política é uma dimensão da vida social responsável pela função da autoridade que regula a organização da interdependência entre aprendizado e trabalho. Todo indivíduo deve estruturar seu comportamento de acordo com as regras de ação que orientam a cooperação da comunidade. O grupo dedica tempo e energia na democracia, na ditadura e na revolução para influenciar as decisões regulatórias da ordem social. Dentro de cada esfera delimitada, há uma operação específica do todo, porém qualquer indivíduo é impactado por essas interações enquanto parte da sociedade. As flechas ilustram que as funções sociais se interpenetram (LUHMANN, 1995): o aprendizado influencia o trabalho e a decisão, o trabalho influencia o aprendizado e a decisão, a decisão influencia o aprendizado e o trabalho.

Assim, para entender o estado da adaptação da sociedade ao ambiente, deve-se analisar a interdependência entre suas funções imperativas. Deve-se observar como as regulações de um modo de produção impactam o bem-estar da sociedade: feudalismo, capitalismo etc. A forma do modo de produção é definida por teorias políticas: escolástica católica, liberalismo etc. As autoridades dominantes transmitem a ideologia para a população: clero/monarquia, capitalistas etc. As ideias internalizadas durante o desenvolvimento dão orientação à forma como o trabalho se acopla no modo de produção: educação privada,

educação pública etc. As desigualdades de integração no modo de produção manifestam as contradições entre bem-estar e aprendizado: concentração de riqueza, persistência da ignorância, alienação na decisão etc. Ainda que, por certo tempo, um modo de produção da vida social funcione efetivamente, algumas contradições que levam ao conflito sistêmico podem emergir (MARX e ENGELS, 2015). Desafios que expõem a crise social são, por exemplo, a presença externa de outro sistema predatório, um conflito de classes que exponha as fraturas internas, a ocorrência de um desastre natural. Eis a complexidade da análise social: é impossível isolar a parte do todo. Porém, com análise sistêmica, pode-se diagnosticar a desordem de uma organização obsoleta e a emergência de uma nova organização.

## ANÁLISE EMPÍRICA DO PODER

Na análise de um sistema social, pode-se investigar as assimetrias de bem-estar e de entendimento que se manifestam como contradições na cultura política. Na origem da ciência política, há um ponto de intersecção com a teoria dos sistemas sociais: a análise do subsistema político (EASTON, 1957). O estudo da política identifica as autoridades sociais. Pode-se focar no entorno do conselho executivo de uma corporação internacional, nas lideranças eleitas de uma democracia representativa etc. Deve-se entender a tomada das decisões que regulam as ações dos membros da unidade social. Como não há separação entre o todo e a parte, não se pode isolar o centro de poder do restante da sociedade. Para além de uma análise institucional, o estudo empírico da cultura política serve para entender como o povo se relaciona com as autoridades. Deve-se entender como o aprendizado pedagógico e a produção econômica influenciam as regulações políticas (*input*) e sofrem sua influência (*output*). Numa democracia, por exemplo, a decisão das autoridades eleitas, por um lado, sofre efeito do *lobby*

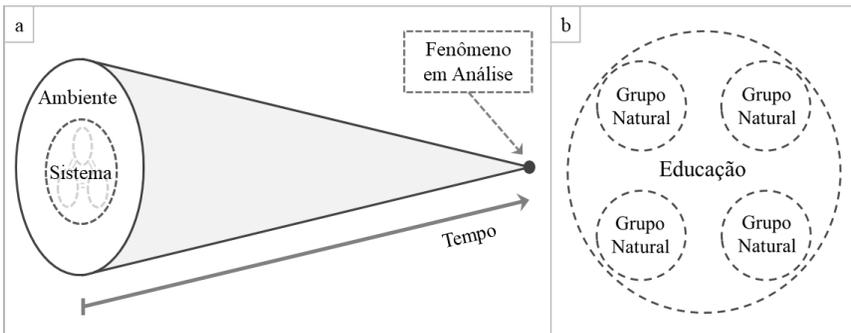
de setores produtivos e da consciência crítica das massas e, por outro lado, causa efeito de tributação sobre a concentração financeira e de investimento pedagógico sobre a mobilização popular. Perturbações do ambiente interferem nesses processos: conflitos internacionais, crises ambientais, pandemias etc. Para estudar as dinâmicas culturais, utiliza-se a análise de valores, crenças, sentimentos, atitudes e comportamentos da população que se manifestam nas racionalizações sobre os processos políticos (ALMOND e VERBA, 1965). Processos eleitorais, protestos de massas, polarizações ideológicas são fenômenos em que essas racionalizações se manifestam. Logo, estudos de cultura política servem para observar o estado de tendência, inércia ou mudança institucional, que ocorre na forma de organização social (BAQUERO, 2018).

Por fim, neste artigo, interessa observar a formação da racionalização política durante o processo de socialização das novas gerações (HYMAN, 1959). Na Figura 1, destacaram-se ciclos de socialização entre a educação e a política. O aprendizado se interpenetra com a decisão na doutrinação ideológica, no entendimento da legislação etc. Porém, sabe-se que há uma tendência de consolidação da cultura política durante as experiências que ocorrem ao longo do desenvolvimento cognitivo. Quando os indivíduos atingem a maturidade, os padrões atitudinais de uma geração tendem a se conformar nas regras dominantes. Nessa direção, a juventude pode tanto anteceder a manutenção das instituições estabelecidas quanto ser uma fonte de pressão pela renovação das instituições (DENEMARK, MATTES e NIEMI, 2016). As transformações que ocorrem entre infância e juventude têm sido historicamente o foco principal da análise empírica sobre socialização. Identifica-se que agentes de socialização tendem a se agregar num subsistema de educação. Na contemporaneidade, quando os pais trabalham, os filhos vão a uma instituição que emergiu para formar as novas gerações: as escolas. A dinâmica escolar importa porque esses órgãos são regulados pelas decisões políticas: quais recursos financiam cada escola, os filhos de quem têm acesso à educação de qualidade etc. Por isso, o estudo de

cultura política sobre a socialização escolar tende a expressar heranças estruturais do sistema, inclusive sua desintegração (ZORZI, 2022).

Embasando o estudo da socialização política na teoria dos sistemas, retoma-se o problema de pesquisa: *Qual foi o impacto da pandemia de Covid-19 sobre a estrutura de poder emergente no sistema social brasileiro?* Essa pergunta apresenta três dimensões: o caso da pandemia, a forma do poder e a autoprodução social. O problema de pesquisa se refere ao caso específico de crise de pandemia que tem origem externa ao Brasil, espalhando-se pela humanidade entre o início de 2020 e o início de 2022. O objeto da análise é o padrão de cultura política que está se estruturando durante esse momento. Porém, a forma do poder carrega heranças estruturais da história do sistema social. Como há irreduzibilidade do todo às partes no pensamento sistêmico, deve-se iniciar pelo mais abrangente para chegar ao mais específico. A figura abaixo apresenta uma metodologia para realizar essa análise:

**Figura 2.** Funil de causalidade e socialização comparada



Fonte: Elaboração Própria.

A Figura 2(a) ilustra um funil de causalidade (CAMPBELL *et al.*, 1980), o qual enquadra a crise em análise no fim da trajetória temporal de emergência do sistema social. Como o sistema é aberto às trocas com o ambiente, a história da autoprodução determina a forma do

sistema. Qualquer pesquisa social empírica é aplicada em um momento específico, mas a história qualifica o contexto das observações. Dito isso, pode-se pensar sobre a aplicação do estudo de socialização na pandemia. A mensuração dos padrões culturais pode ser feita através da técnica *survey* (questionários de opinião pública). Com uma amostra da população, pode-se mensurar a difusão do pensamento político. Faz-se perguntas sobre política (como: confia em partidos políticos?) com um número fechado de respostas (confio muito, pouco etc.), delimitando a racionalização dos respondentes conforme o sentido buscado pela pesquisa. Porém, para que o estudo sobre a estruturação do poder seja um caso crucial de aplicação da teoria dos sistemas, é preciso comparar a variabilidade interna dos membros do sistema de modo controlado (ECKSTEIN, 2000). Conforme a Figura 2(b), pode-se comparar grupos naturais de estudantes dentro da estrutura funcional que é responsável pela educação. A utilidade dessa forma de análise vem do fato de que os filhos de todos os membros do modo de produção precisam ser socializados. A categoria “escola” inclui tanto escolas públicas, que aceitam os filhos de qualquer cidadão, quanto escolas privadas, que excluem conforme a vantagem econômica dos pais. Assim, a técnica enquadra a comparação na interpenetração entre educação, política e economia. A comparação controlada de grupos em situação semelhante serve para entender como as diferenças internas à socialização escolar geram diferenças na formação da ação dos indivíduos (PRZEWORSKI e TEUNE, 1970). Esse método pode testar a hipótese de que *a pandemia aprofundou a desigualdade de poder que emerge naturalmente no sistema capitalista, apontando uma tendência à desordem social*.

Essa metodologia de pesquisa foi aplicada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPESAL, 2016, 2019). Uma primeira onda de pesquisa estudou jovens de 34 escolas de ensino média no Sul do Brasil, nas cidades de Porto Alegre (13), Florianópolis (10) e Curitiba (11), entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2016. Uma segunda onda da pesquisa foi aplicada em 17 escolas de ensino médio de Porto Alegre, das quais 11 foram repetidas e

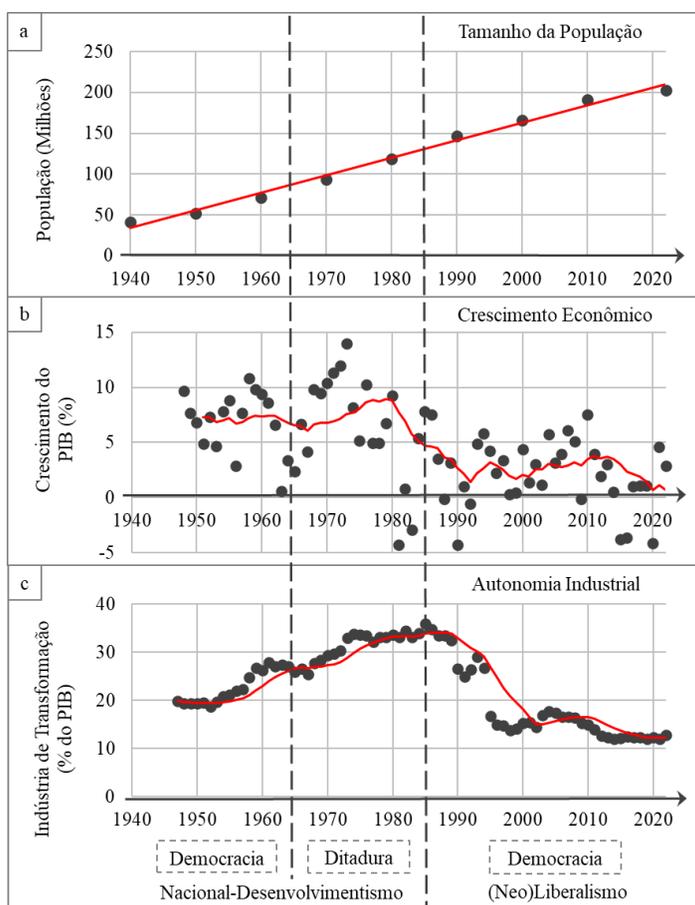
6 adicionadas, no segundo semestre de 2019. Houve um total de 40 escolas pesquisadas: 24 públicas genéricas (estaduais/municipais), 14 privadas, e 2 públicas exclusivas (federais/militares). A técnica de pesquisa foi a autoaplicação, na qual os estudantes responderam autonomamente ao questionário estruturado sobre política em sala de aula (*in loco*). A amostragem foi aleatória. Primeiro, sortearam-se escolas através de listas de todas as escolas de cada município e, na sequência, sortearam-se cerca de duas turmas de estudantes por escola em cada onda. Os jovens tinham entre 14 e 19 anos (99%). Eles responderam voluntariamente ao questionário num período de 50 minutos com entrevistadores treinados e membros do corpo pedagógico em sala de aula. Isso permitiu haver um controle técnico do processo. Com isso, as turmas de estudantes puderam ser comparadas como agregados de socialização política que recebem determinada qualidade da educação (médias por escola nas provas objetivas de matemática, português, ciências da natureza e ciências humanas do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem), em diferentes séries (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries) e em escolas para diferentes classes sociais (instituições públicas e privadas), utilizando técnicas de estatística descritiva e inferencial.

Após o início da pandemia do vírus covid-19, não foi possível aplicar a segunda onda da mesma forma em Florianópolis e Curitiba, o que foi remediado com questionários digitais. Não sendo possível acessar as salas de aula, foram buscados jovens aleatórios dessas regiões. Em 2022, a pesquisa foi finalizada pela internet. Para estudar o contexto, foram feitas perguntas sobre a própria pandemia. As respostas têm valor insubstituível como fonte de dados sobre o caso histórico (NUPESAL, 2022). Como a pesquisa ocorreu à distância, a nova técnica reduziu as possibilidades do método comparativo. Enquanto as respostas de 2015–2016 e 2019 podem ser comparadas através da qualidade da educação da escola específica em que os jovens responderam à pesquisa, as respostas de 2022 só permitem a comparação entre escolas públicas e escolas privadas. Apesar disso, a pesquisa serve para entender a socialização dos estudantes no sistema social durante o contexto de pandemia.

## O CICLO VICIOSO DE PODER E A PANDEMIA DE COVID-19

Inicialmente, para contextualizar a história do sistema social, apresentam-se variáveis sobre a economia política brasileira. O Gráfico 1 traz o tamanho da população, o crescimento da produção, e a autonomia produtiva do Brasil numa série histórica (1940–2022):

**Gráfico 1** – Tamanho da População, Crescimento Econômico e Autonomia Industrial



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE ([201-?]), IPEA (2023), CNI (2023).

Resumidamente, conforme a historiografia estabelecida (SCHWARCZ e STERLING, 2015), deve-se situar a trajetória da economia brasileira. [1] Numa primeira fase, o Brasil serviu de colônia extrativista do Império de Portugal: madeira, açúcar, minério, café etc. Colonizadores da Europa controlavam a produção latifundiária, enquanto o trabalho era realizado por escravos da América e da África. A elite colonial usava as divisas da exportação para consumir bens manufaturados da Europa. No início do século XX, cerca de 80% da população brasileira era analfabeta e vivia de subsistência sob uma oligarquia agroexportadora. [2] Numa segunda fase, a partir de 1930, o país se transformou aceleradamente num país industrializado como resultado de um movimento nacional-desenvolvimentista. Ao longo desse período, foram criadas indústrias de siderurgia, petróleo, automóveis etc. Houve um processo de democratização, com mobilização popular. Trabalhadores se organizaram em partidos nacionais, sindicatos, movimentos estudantis. Criaram-se leis trabalhistas. Porém, com apoio de potências estrangeiras (Estados Unidos), a elite agroexportadora se juntou com parte da elite militar e urbana, dando um golpe civil-militar contra os movimentos populares. Esse processo iniciou uma ditadura de duas décadas. Os partidos foram fechados, as lideranças reformistas foram exiladas e a crítica foi censurada. Com isso, enfraqueceu-se a mobilização nacionalista. Ainda assim, o país se tornou 80% urbano e alfabetizado. Conforme o Gráfico 1, passando por momentos de democracia e de ditadura, a população brasileira aumentou de 41 para 119 milhões entre 1940 e 1980 (1a), enquanto a produção nacional crescia em média 7,5% por ano (1b), e o tamanho da indústria, que transforma insumos primários em industrializados no próprio país, chegou a 35% do produto interno bruto (1c). [3] Na redemocratização, iniciou-se uma terceira fase, quando foram fundados novos partidos nacionais. Apesar de eleições ocorrerem, o país perdeu rapidamente a autonomia produtiva anteriormente conquistada. A produção se globalizou numa fase (neo) liberal, voltando a um neocolonialismo agroexportador que depende de bens industrializados importados. Conforme o Gráfico 1, enquanto a

população subiu de 119 para 203 milhões (1a), o crescimento econômico médio caiu drasticamente para uma média de 2,1% (1b), e a participação da indústria no produto interno se reduziu a só 11% (1c). Se a indústria havia puxado o fenômeno urbano até 1980, então a autonomia da vida social ficou ameaçada em 2022. Pode-se, portanto, dividir a história brasileira em três momentos: [1] rural-agroexportador, [2] urbano-industrial e [3] urbano-agroexportador.

Conforme esses dados, não há correlação entre o método da democracia e a produção econômica, logo, a vulnerabilidade nacional deve resultar da ideologia liberal. O liberalismo é hoje a doutrina hegemônica sobre uma economia globalizada. Ela nasceu no centro dos impérios europeus. Com a crise da Idade Média, após a pandemia de peste negra, o poder feudal da Igreja Católica foi questionado por lideranças regionais. Houve o protestantismo, que traduziu a Bíblia do latim para línguas locais, o racionalismo, que defendeu a capacidade de cada pessoa para entender Deus, e o método científico, que permitiu analisar o cosmos. Esse contexto fez com que cada nação europeia pudesse pensar em si mesma como um corpo com um centro de autoridade local que tomava decisões reguladoras: o monarca (HOBBS, 2014). Contudo, o liberalismo superou a monarquia, fazendo crítica ao controle da soberania nacional por uma linhagem hereditária de déspotas. Por isso, os liberais defenderam que a vida, a liberdade e a propriedade privada seriam direitos inalienáveis do indivíduo. Para recuperar os frutos do trabalho do controle dos monarcas, era preciso que todos tomassem democraticamente as decisões (LOCKE, 1961). Para finalizar a crítica, criou-se a hipótese da mão invisível do mercado: se cada indivíduo almejar o acúmulo de capital através do lucro de um empreendimento privado, inovações seriam estimuladas pela competição nas trocas comerciais, e a eficiência produtiva da empresa aumentaria com o emprego de trabalhadores assalariados especializados. Se o indivíduo precisa aprender como realizar o trabalho, certas necessidades (educação) poderiam ser fornecidas pelo governo com impostos. Porém, o livre-mercado deve tomar as decisões sobre

oferta e demanda (SMITH, 1977). O prefixo “neo” em neoliberalismo meramente demonstra que essas ideias retornam mais radicais após o momento nacional-desenvolvimentista, criticando o controle das burocracias republicanas sobre a produção, defendendo privatização de setores como educação e saúde, corte de impostos sobre a propriedade privada etc. (FRIEDMAN, 1982).

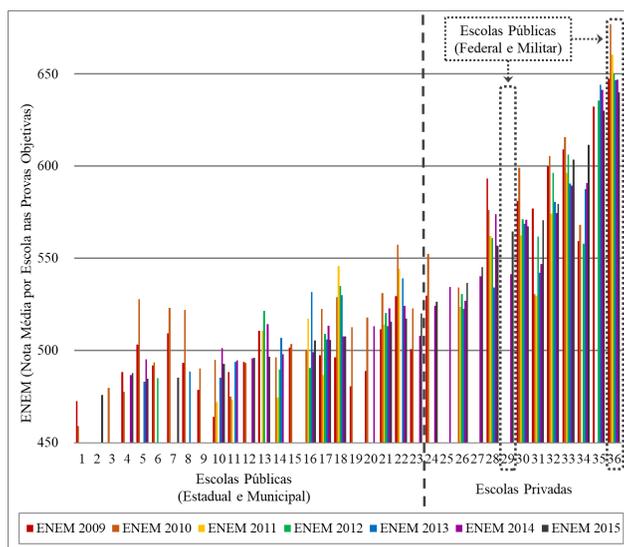
No entanto, do ponto de vista orgânico, essa maneira de pensar pode gerar uma patologia: a privatização do poder. O poder de decisão sobre o modo de produção da vida social pode virar uma herança através das gerações (SAINT-SIMON, 1964). Pode-se considerar o liberalismo como uma etapa necessária para pôr fim a uma forma anacrônica de produção. Cabe lembrar que a pandemia da peste negra antecedeu o nascimento da ciência. A aplicação do método científico na manufatura entrava em contradição com a estrutura de poder rural, fazendo com que fosse importante defender o empreendimento urbano. Porém, a cadeia produtiva é uma estrutura cooperativa que inclui, para além do patrão, inúmeros trabalhadores. É possível corromper o mérito da inovação, garantindo o controle sobre o processo produtivo por uma linhagem hereditária de capitalistas. O acúmulo de riqueza na classe capitalista produz uma contradição: a alienação dos assalariados do processo de decisão no modo de produção (MARX e ENGELS, 2015). Isso orienta a ação antinacional de maximizar lucro no curto prazo: importar produtos do exterior, demitir trabalhadores locais, subornar autoridades, facilitar especulação financeira, reduzir imposto sobre herança etc. No Brasil, é esse egoísmo que impera: apesar da crise produtiva nacional, a desigualdade de riqueza aumenta, porque o 0,1% mais rico da população controla mais riqueza e renda do que os 50% mais pobres (SOUZA, 2018).

Essa crise sistêmica leva à questão do processo de formação de consciência política através da educação. Ao longo da história brasileira, a educação foi um privilégio das elites, as quais recebiam formação católica em escolas privadas (SAVIANI, 2007). No último século,

foram finalmente construídas escolas públicas, que fizeram com que a maioria do povo fosse alfabetizado. Há escolas públicas de ensino básico (fundamental e médio) no nível estadual e municipal. Porém, essa estrutura permanece ineficiente e subfinanciada. Por necessidade material, muitos jovens pobres evadem o estudo antes do final dessa etapa básica. Algumas escolas públicas de ensino técnico e de ensino militar, financiadas pelo governo federal, oferecem qualidade, mas seu alcance é limitado. Enquanto isso, as escolas privadas continuam reservadas para os filhos da elite e da classe média alta, que possuem recursos para pagar por um acesso exclusivo. Assim, cerca de 80% dos jovens frequentam escolas públicas, e só 20% conseguem pagar por escolas privadas. Portanto, há uma lacuna significativa de escolaridade e de qualidade da educação entre estratos econômicos (BRASIL, 2020b).

Para ilustra isso, os dados sobre a qualidade da educação das escolas amostradas na pesquisa de socialização aparecem no Gráfico 2:

**Gráfico 2.** Qualidade da educação por tipo de escola



Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2020a), Nuposal (2016, 2019).

Os dados acima demonstram a fratura que existe entre a qualidade da educação pública e privada. O Exame Nacional de Ensino Médio serve para distribuir vagas em universidades públicas e privadas, testando o aprendizado dos jovens ao final do ensino médio em matemática, português, ciências naturais e ciências humanas. Entre 2009 e 2015, o Ministério da Educação disponibilizou uma tabela oficial com as notas médias de cada escola nessas provas. Buscando as 40 escolas que participaram da pesquisa na lista, 36 delas foram encontradas. As quatro notas específicas por escola foram somadas; depois, a soma foi dividida por quatro para chegar a uma média das provas objetivas por escola. A correlação média entre as notas das escolas durante os sete anos de provas é de 93%. Foi selecionado o ano mais recente de cada escola como aproximação (*proxy*) do desempenho de seu ensino. Por fim, elas foram ordenadas crescentemente de 1 a 36. O padrão está no Gráfico 2: as escolas públicas genéricas (estadual/municipal) ficaram no intervalo de desempenho entre 450 e 520, as escolas privadas, entre 520 e 630, e as escolas públicas exclusivas (federal/militar), entre 564 e 639. A média nacional tende a 500, porque há mais alunos de escolas públicas que privadas. Logo, o estado exponencial de desigualdade econômica penetra na educação, porque a qualidade escolar favorece os filhos das famílias que possuem privilégio.

O objetivo, então, é entender se isso gera uma desigualdade de poder. Foi escolhida uma bateria de três afirmações às quais os jovens reagiram: [a] “não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar”; [b] “não adianta participar da política, pois nunca muda nada”; e [c] “assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam”. As opções de respostas oferecidas para a escolha dos jovens lhes possibilitavam “concordar”, “concordar em parte” ou “discordar” dessas afirmações. Concordar significa que não acreditam na participação, e discordar significa que acreditam. Quanto mais crítico é o jovem no conjunto das respostas, menos alienado está da participação. Deu-se os valores 0 à

resposta “concorda”, 0,5 à resposta “concorda em parte”, e 1 à resposta “discorda”. Essa recodificação implica uma direção de [0] alienação a [1] integração. Somaram-se as respostas dos jovens às três perguntas, cujo total foi depois dividido por três. Assim, formou-se um indicador aritmético que permanece entre 0 e 1, mas inclui as respostas às três perguntas num sentido comum. Nos extremos, 0 corresponde a três respostas de alienação e 1 a três respostas de integração na política. Enfim, analisando as atitudes das 96 turmas (*clusters*) pesquisadas nas 36 escolas (2759 jovens, média de 27 por turma), construiu-se um modelo de regressão linear múltipla para testar o impacto, no indicador de alienação (variável explicada), de três variáveis explicativas: a média da escola no Exame Nacional de Ensino Médio, a série das turmas de jovens (1ª série, 2ª série, 3ª série e 4ª série) e o tipo de escola (públicas [1] e privadas [2]).

Segue o modelo de regressão (Tabela 1):

**Tabela 1.** Modelo de regressão linear múltipla: integração na política

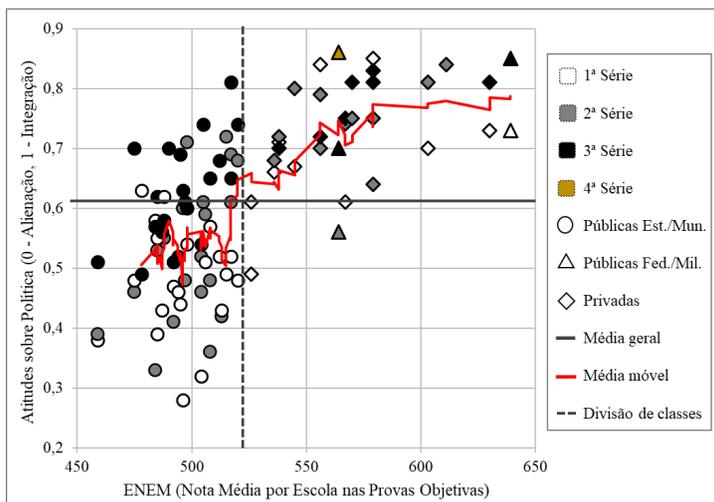
	Coef. não-padr.	Erro	Beta (padr.)	t	P-valor	Colinearidade (vif)
Constante	-0,480	0,132		-3,606	0,001	
<b>Desempenho da Escola</b> (Nota Média, ENEM)	0,002	0,000	<b>0,494</b>	5,568	<b>0,000</b>	1,920
<b>Série</b> (1, 2, 3, 4)	0,063	0,011	<b>0,379</b>	5,860	<b>0,000</b>	1,021
<b>Tipo de Escola</b> (Pub.1, Pri.2)	0,079	0,027	<b>0,258</b>	2,904	<b>0,005</b>	1,930
<b>R: 0,790</b>		<b>R2: 0,623</b>		<b>R2 Ajustado: 0,611</b>		

Anova: 0,000 (F = 50,775); n: 96 (turmas). Fonte: Nupesal (2016, 2019).

Conforme o modelo acima, há uma forte relação de causalidade entre contexto de socialização escolar e as atitudes políticas dessas turmas. A análise de variância demonstra que a regressão é significativa (Anova: 0,000). O efeito das variáveis explicativas (educação e economia) sobre a variável explicada (política) é de 61% ( $R^2$  ajustado = 0,611, não há multicolinearidade). Todas as variáveis de socialização tiveram impacto sobre os traços políticos das turmas de jovens ( $p$ -valor < 0,01). A variável que mais impacta é o desempenho da escola em matemática, português, ciências humanas e naturais (Beta = 0,494), o que significa que o aumento na qualidade do ensino que os jovens recebem tende a afastar a alienação política das respostas. Em seguida, vem a série (Beta = 0,379), o que diz que a integração na política sobe conforme os anos de estudos que a turma atingiu. Por fim, o tipo de escola também impacta (Beta = 0,258), o que implica que os jovens de escola privada tendem a ser mais empoderados em relação aos jovens de escolas públicas. Observa-se que, além de a economia selecionar o acesso à educação, a educação reforça a fratura no sistema social através da influência da qualidade do ensino e dos anos de estudo sobre a tendência de integração no processo político. Portanto, os jovens das massas trabalhadoras tendem a gostar menos de política, a ser menos crentes na participação e a se sentir menos competentes para lidar com assuntos da coletividade do que os filhos dos grupos privilegiados. O liberalismo econômico, ao limitar o impacto das políticas públicas e tornar o acesso à educação de qualidade exclusivo àqueles que possuem capital, reproduz uma privatização de poder. Portanto, há um ciclo vicioso de desigualdade no sistema social através das gerações.

Esses números são ilustrados no Gráfico 3:

**Gráfico 3.** Alienação na cultura política dos jovens



n: 96 (turmas).

Fonte: Elaboração própria com base em Nupesal (2016, 2019).

O Gráfico 3 ilustra assimetrias emergentes na cultura política dos jovens através da socialização, demonstrando que as instituições insulam a elite das massas (UNGER, 2018). Observa-se que as primeiras e segundas séries tendem a ficar abaixo das terceiras e quarta séries. A quarta série só existia no ensino técnico até 2020. Também se vê uma divisão entre classes sociais, pois as escolas públicas genéricas ficam em alta entropia (desordem), à esquerda, e as escolas privadas ficam em baixa entropia (ordem), à direita. Conforme a qualidade da educação aumenta (ENEM), as turmas de jovens se direcionam ao canto direito. Isso se observa na média móvel, que sobe do ponto 0,50 para o 0,79. As turmas que estão no quadrante superior direito são todas de escolas privadas ou públicas exclusivas (técnica federal ou militar). O fato de uma política pública especial ter desempenho similar às privadas reforça que a qualidade

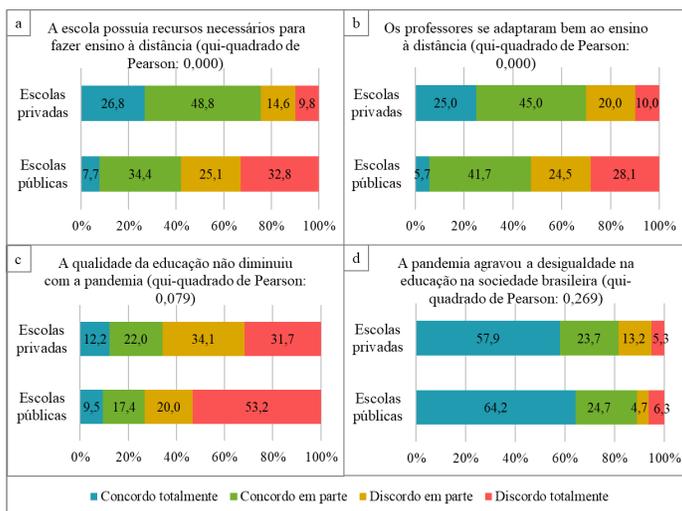
baixa da educação genérica (estadual e municipal) favorece a manutenção do liberalismo. O sistema seria diferente caso os recursos acumulados pelos 0,1% mais ricos, a oligarquia brasileira, fossem direcionados ao interesse público. A maioria dos 20% de jovens de famílias ricas e de classe média alta, que recebem boa educação privada, não perderiam com isso, porque eles estão abaixo desse patamar. Por enquanto, a maioria dos jovens brasileiros permanece desarticulada, deixando o papel de decisão política no sistema social para a elite dominante. O modo capitalista é essencialmente injusto. Ele mantém desigualdade econômica através das gerações, porque aliena as massas subalternas da consciência necessária para agir na política (GRAMSCI, 1991). Se a desigualdade aumenta enquanto a população cresce e a autonomia produtiva do país decai, uma crise pode levar essa desorganização das massas ao ponto da violência na luta por atender suas necessidades.

Um conflito social ainda não ocorreu, mas a pandemia de covid-19 pode elucidar se ele é possível. Um vírus é um sistema orgânico que parasita o metabolismo celular de bactérias, vegetais ou animais para se reproduzir. Surtos da gripe, por exemplo, são comuns durante o inverno. Porém, microrganismos passam por processos evolutivos. Uma novidade adaptativa pode permitir que um vírus tenha mais eficiência ao se reproduzir em humanos. O coronavírus covid-19 se especializou em infectar nosso sistema respiratório. Ele se espalhou no mercado público de Huanan, em Wuhan, na China, de onde se disseminou no fim de 2019 (WOROBEY *et al.*, 2022). Provavelmente, o contágio teve origem no contato com animais, mas se especula um vazamento de laboratório biológico. Ao se espalhar globalmente por um grande número de pessoas, o surto virou uma pandemia que pôs os países em alerta por mais de dois anos. Isso implicou a necessidade de impedir o aumento exponencial de mortes por sufocamento com um isolamento social obrigatório, na tentativa de impedir que o vírus fosse transmitido entre indivíduos por espirros, contato físico etc.

No Brasil, a pandemia foi particularmente impactante. Entre janeiro de 2020 e abril de 2022, houve cerca de 30 milhões de casos e 660 mil

mortes pela doença no país. No nível global, foram cerca de 500 milhões de casos e 6 milhões de mortes. Ainda que tenha cerca de 2,7% da população mundial nesse período (203 milhões de 7,9 bilhões), o Brasil acumulou um total 6% dos casos e 11% das mortes totais (WHO, 2023). Isso significa que o governo federal não agiu de modo eficiente para impedir a crise de se aprofundar, protegendo o livre funcionamento do mercado ao invés da vida. Por isso, ficar em isolamento tendia a ser um privilégio dos abastados, pois os pobres não tinham reservas para compensar perdas salariais e manter seus gastos com comida, aluguel, eletricidade, água etc. Enquanto isso, as escolas fecharam, deixando jovens longe de seu espaço de socialização formal. No questionário digital aplicado em 2022, perguntou-se aos jovens se concordavam ou discordavam das seguintes afirmações: [a] a escola possuía recursos necessários para fazer ensino à distância, [b] os professores se adaptaram bem ao ensino à distância, [c] a qualidade da educação não diminuiu com a pandemia, e [d] a pandemia agravou a desigualdade na educação na sociedade brasileira. Os resultados seguem no Gráfico 4:

**Gráfico 4.** Educação na pandemia

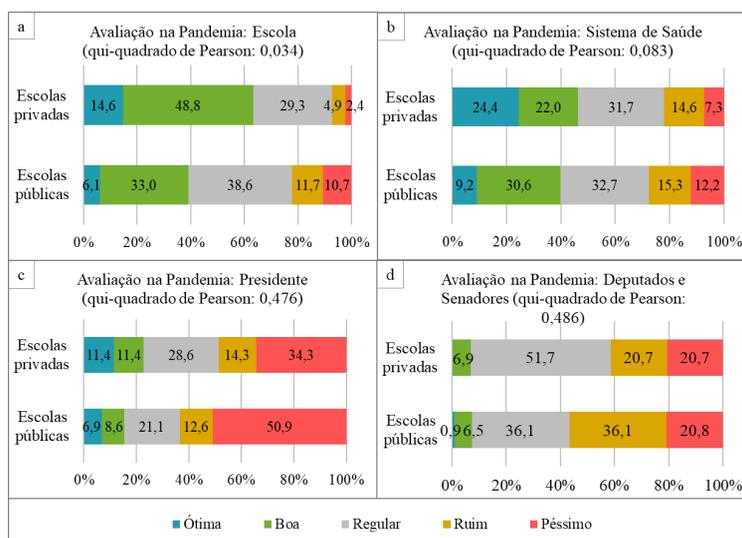


n: 236 [a]; 232 [b]; 231 [c]; 228 [d].

Fonte: Elaboração própria com base em Nupesal (2022).

Os dados acima comparam a socialização durante a pandemia. Para substituir a presença física, a comunicação entre escola e estudantes precisou ocorrer através de computadores, celulares inteligentes (*smartphones*) e internet. Porém, as escolas públicas não obtiveram infraestrutura e suporte apropriados à missão, o que contrastou com os serviços prestados pelas escolas privadas. A diferença na comparação dos dados relativos ao papel das escolas e dos professores entre tipos de escolas é significativa (qui-quadrado  $< 0,001$ , [a] e [b]). Cerca de 75% dos jovens de escolas privadas concordaram (total ou parcialmente) que sua escola possuía recursos e 70% concordaram que seus professores se adaptaram. Já entre os jovens de escolas públicas, só 42% concordavam que a escola possuía recursos, e 47% que os professores se adaptaram. Isto é, as escolas privadas responderam à pandemia de modo mais eficiente, e as escolas públicas de modo menos eficiente. Os jovens de ambas as categorias notaram mudança na educação durante a pandemia (qui-quadrado  $> 0,05$ , [c] e [d]). Ambos os grupos perceberam perdas na sua qualidade da educação: 66% dos jovens privilegiados e 73% dos jovens vulneráveis discordam (total ou parcialmente) que não houve perda de qualidade de ensino durante a pandemia. Ou seja, houve perda geral de qualidade. Mais importante, porém, é que a desigualdade entre ensino público e privado ficou clara para todos: 81% dos jovens de escolas privadas e 89% dos de escolas públicas concordam (total ou parcialmente) que a pandemia agravou a desigualdade na educação brasileira. Logo, houve aprofundamento da desigualdade na socialização durante a crise de saúde pública.

Assim, a resposta do governo à pandemia pode ter deixado impressões. Para testar como as instituições foram avaliadas durante a crise, foi perguntado: “qual sua opinião sobre a atuação das seguintes instituições na pandemia”: [a] escola, [b] sistema de saúde, [c] presidente da República e [d] deputados e senadores. Seguem as respostas no Gráfico 5:

**Gráfico 5.** Avaliação das instituições na pandemia

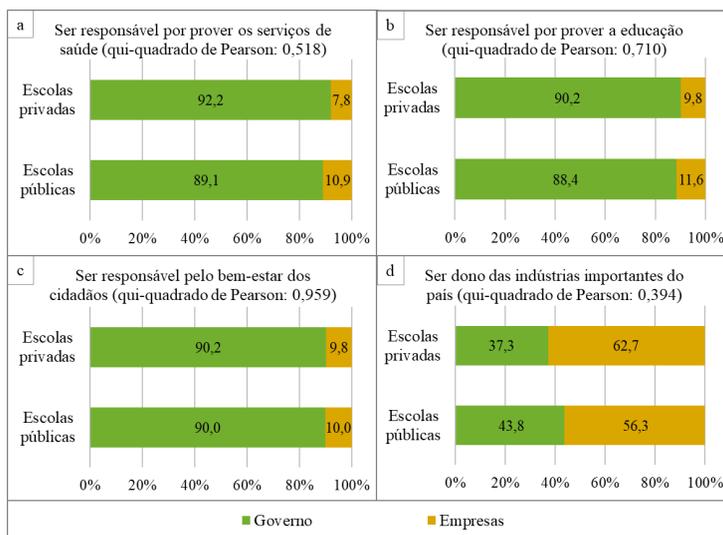
n: 238 [a]; 237 [b]; 210 [c]; 173 [d].

Fonte: Elaboração própria com base em Nupesal (2022).

O Gráfico 5 contrasta a avaliação dos órgãos que provinham saúde e educação com as autoridades políticas. Na comparação, somente a avaliação da escola difere significativamente entre tipos de escolas (qui-quadrado < 0,05), enquanto a avaliação do sistema de saúde e das autoridades eleitas não se diferencia (qui-quadrado > 0,05). Primeiramente, entre jovens de escolas privadas, 64% avaliaram as escolas positivamente (ótimo ou bom), e somente 7% as avaliaram negativamente (ruim ou péssimo), mas, entre jovens de escolas públicas, só 39% as avaliaram positivamente, e 23% negativamente. Quanto ao sistema de saúde, os grupos se assemelham: 46% de avaliações positivas e 22% negativas entre jovens privilegiados, 40% positivas e 27% negativas entre jovens vulneráveis. No geral, a avaliação dos serviços públicos tendeu a ser boa na crise. Quanto às lideranças eleitas para o Poder Executivo e Legislativo, tudo se inverte. A avaliação do presidente foi: 23% positiva e 49% negativa

entre jovens de escolas privadas, 16% positiva e 63% negativa entre jovens de escolas públicas. Quando se observa a avaliação dos deputados e senadores, há uma impressão ainda pior: só 7% dos dois grupos os avaliaram positivamente. Logo, a legitimidade desse sistema democrático que permite a reprodução da desigualdade se defrontou com o caos da pandemia.

Esse colapso da autoridade ocorreu concomitantemente com a falta de produtos para a saúde e a educação, como vacinas, testes para diagnóstico, máscaras, luvas, computadores etc. Muitos bens precisaram ser importados, porque a indústria brasileira não os produz ou deixou de produzi-los. Por isso, perguntou-se: “considerando a discussão sobre as ações do governo e do mercado, quem você acha que deve ser o maior responsável por gerenciar estas áreas/decisões”. Os jovens deveriam escolher entre as opções “governo” ou “empresas” para as seguintes frases: [a] “ser o principal responsável por prover os serviços de saúde”, [b] “ser o principal responsável por prover a educação”, [c] “ser o principal responsável pelo bem-estar dos cidadãos” e [d] “ser o dono das indústrias mais importantes do país”. Tem-se os resultados no Gráfico 6:

**Gráfico 6** – Função da política na vida social

n: 290 [a]; 292 [b]; 290 [c]; 291 [d].

Fonte: Elaboração própria com base em Nupesal (2022).

Claramente, para além da desigualdade interna de poder, emerge uma contradição ideológica entre a necessidade dos brasileiros e o controle estrangeiro sobre as cadeias produtivas. Conforme os dados, não há diferença de opinião entre os jovens de escolas públicas e privadas em relação a esse quesito (qui-quadrado  $> 0,05$ ). Uma ampla maioria de 90% dos jovens acredita que o dever de prover educação, prover saúde e garantir o bem-estar dos cidadãos é do governo. Porém, em conformidade com o liberalismo, 59% dos jovens preferem deixar o controle sobre a produção industrial para as próprias empresas. A análise de dados retorna à questão nacional: há uma maneira de pensar sobre a produção, durante a globalização liberal, que não converge com as expectativas sobre o governo nacional. A economia política está enviesada pelo individualismo, deixando a propriedade sobre os bens necessários para a vida social nas mãos dos donos das

corporações internacionais. Como a socialização mantém alienados aqueles que mais necessitam, o processo de decisão está enviesado para quem ainda se beneficia. A aplicação da teoria dos sistemas na análise da cultura política evidencia que o liberalismo corrompe a ordem social. A ausência de solidariedade nacional faz com que haja dependência externa, deixando a autoprodução do sistema vulnerável às crises globais.

## CONCLUSÃO

Evidencia-se, portanto, que a pandemia aumentou a concentração de poder das minorias privilegiadas pelo capitalismo no Brasil. Há uma alienação institucionalizada no sistema capitalista. A desigualdade de qualidade entre a educação pública e a educação privada fratura a consciência política dos jovens de diferentes estratos econômicos. Os mais pobres permanecem excluídos da formação necessária para participar das decisões coletivas, mantendo-se desorganizados na ação política. Já a elite compra o privilégio de seus próprios filhos para que eles sejam empoderados. A pandemia demonstrou que esse ciclo vicioso pode ser ampliado num momento de isolamento social. A assimetria na educação foi reforçada pela distribuição desigual de acesso à tecnologia e à infraestrutura para realizar o ensino à distância. Com essa desconexão, basta que os donos do poder comprem os meios alternativos de transmissão de informação, como partidos políticos e canais de mídia, para fazer com que as deficiências na socialização dos subalternos não sejam supridas. Assim, as lideranças eleitas perdem a legitimidade, mas a elite capitalista fica no poder.

O dilema é que o egoísmo está fazendo o país perder sua força vital e sua viabilidade sistêmica. As trocas desiguais de recursos naturais por produtos industrializados de empresas multinacionais são incentivadas

pela busca predatória de lucro privado no curto prazo. Ou seja, a democracia brasileira foi capturada por interesses que se beneficiam temporariamente de um declínio nacional. De acordo com os dados, essas fragilidades produtivas permanecem inconscientes na cultura política dos estudantes. Há expectativas grandes sobre o tamanho do papel do governo na vida social, mas qualquer sinal de bem-estar nacional será efêmero enquanto a elite fizer a escolha fácil (BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2016). Ainda que não entenda o porquê, o povo sente os efeitos dessa fragilidade nacional nas próprias necessidades: desemprego, fome, desejo de consumo etc. O contexto da pandemia, ao expor uma política corrompida, antecipa crises que possivelmente levarão à desordem generalizada: aquecimento global, destruição de ecossistemas, guerra civil ou mundial etc.

Inversamente, a reorganização do Brasil enquanto sistema social depende de aprender a ser autônomo diante dos desafios que oferecem risco à existência. O nacional-desenvolvimentismo propunha uma evolução nacional autônoma. Para isso, a ideia de organização social enquadrava os empreendedores individuais como mero centro articulador de uma cadeia produtiva cooperativa. Porém, esse projeto foi corrompido pelo apoio estrangeiro a uma ditadura civil-militar. As corporações privadas de países estrangeiros preferem submeter a posição brasileira à periferia da globalização liberal, dependendo da expansão produtiva do capitalismo central. Sua hegemonia é predatória, porque incentiva preguiçosamente a troca desigual de reservas de energia e recursos naturais pelos produtos tecnologicamente sofisticados dos polos industrializados (BAMBIRRA, 2013). Para superar essa dependência, movimentos políticos precisam fechar a lacuna de socialização das massas alienadas para disputar o poder. É preciso integrar os subalternos no sistema social, fazendo-os parte de uma estratégia solidária de reorganização nacional. As instituições precisam ser reformadas: aumentar imposto sobre riqueza e herança,

investir em educação pública, promover desenvolvimento tecnológico, dar crédito para uma indústria sustentável etc. Com esse esforço cooperativo, as várias populações que se reuniram violentamente no Brasil poderiam formar uma nova civilização (RIBEIRO, 2015).

## **SOBRE O AUTOR**

**Felipe B. Zorzi** possui doutorado e mestrado em ciência política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui também graduação em relações internacionais pela mesma universidade. Foi pesquisador visitante na Universidade de Harvard (Ash Center for Democratic Governance and Innovation). É membro do Núcleo de Estudos sobre América Latina (Nupesal – UFRGS). Estuda sistemas complexos, sistemas sociais, cultura política e desigualdade.

---

## REFERÊNCIAS

1. ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little Brown, 1965.
2. BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
3. BAQUERO, Marcello. *Democracia inercial: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2018.
4. BERTALANFFY, Ludwig V. *General systems theory*. New York: George Brazziler, 1968.
5. BRASIL. *Microdados do ENEM por escola 2005 a 2015*. Brasília: INEP, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem-por-escola>. Acesso em: 13 fev. 2023.
6. BRASIL. *Relatório Brasil no PISA 2018*. Brasília: INEP, 2020b. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_basica/relatorio\\_brasil\\_no\\_pisa\\_2018.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf). Acesso em: 14 jun. 2023.
7. BRESSER-PEREIRA, Luis; OREIRO, José L.; MARCONI, Nelson. *Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo*. São Paulo: Elsevier Brasil, 2016.
8. CAMPBELL, Angus *et al.* *The American voter*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
9. CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. *The systems view of life: a unifying vision*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
10. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Perfil da indústria*. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2023. Disponível em: <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/#/industria-total>. Acesso em: 20 jun. 2023
11. COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva e outros ensaios*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
12. DARWIN, Charles. *On the origin of species*. London: Routledge, 2004.
13. DENEMARK, David; MATTES, Robert; NIEMI, Richard G. *Growing up democratic: does it make a difference?* Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2016.
14. DI PAOLO, Ezequiel A. Autopoiesis, adaptivity, teleology, agency. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, v. 4, n. 4, p. 429-452, 2005. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11097-005-9002-y>. Acesso em: 14 jul. 2023.
15. DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Edipro, 2016.
16. EASTON, David. The political system. *World Politics*, v. 9, n. 3, p. 383-400, 1957.
17. ECKSTEIN, Harry. Case study and theory in political science. In: GOMM, Roger *et al.* (Eds.). *Case study method*. London: Sage Publications, 2000. p. 119-164.
18. FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
19. GRAMSCI, Antonio. *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publishers, 1991.

20. HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2014.
21. HYMAN, Herbert. *Political socialization*. New York: Free Press, 1959.
22. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, [201-?]. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em: 25 jun. 2023
23. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Produto interno bruto (PIB) a preços de mercado: variação real anual*. IPEA, 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/default>. Acesso em: 20 jun. 2023
24. LOCKE, John. *Two treatises of government*. New York: Simon and Schuster, 1961.
25. LUHMANN, Niklas. *Social systems*. Redwood: Stanford university Press, 1995.
26. MALINOWSKI, Bronislaw K. *A scientific theory of culture and other essays*. Oxford: Oxford University Press, 1960.
27. MARGULIS, Lynn; SAGAN, Dorion. *Slanted truths: essays on Gaia, symbiosis and evolution*. New York: Springer Verlag, 1997.
28. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
29. MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.
30. NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE A AMÉRICA LATINA (NUPESAL). *Democracia, valores políticos e capital social (Florianópolis e Curitiba)*. [Banco de dados]. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina, 2022.
31. NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE A AMÉRICA LATINA (NUPESAL). *Democracia, valores políticos e capital social (Porto Alegre)*. [Banco de dados]. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina, 2019.
32. NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE A AMÉRICA LATINA (NUPESAL). *Democracia, mídias e capital social*. [Banco de dados]. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina, 2016.
33. PARSONS, Talcott. *The social system*. London: The Free Press of Glancoe, 1951.
34. PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *Order out of chaos: man's new dialogue with nature*. New York: Bantam, 2018.
35. PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. *The logic of comparative social inquiry*. New York: John Wiley and Sons, 1970.
36. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
37. SAINT-SIMON, Henri de. *Social organization, the science of man and other writings*. New York: Harper & Row, 1964.
38. SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados Editora, 2007.
39. SOUZA, Pedro H. G. F. de. *Uma história de desigualdade: as maiores rendas no Brasil, 1926-2015*. São Paulo: Hucitec, 2018.
40. SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

41. SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.
42. THELEN, Esther; SMITH, Linda B. Dynamic systems theories. In: LERNER, Richard M. (Ed.). *Handbook of child psychology: theoretical models of human development*. V. 1. New Jersey: John Wiley & Sons Inc., 2006. p. 258-312.
43. UNGER, Roberto M. *A economia do conhecimento*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
44. WEBER, Max. *Economy and society*. Cambridge: Harvard University Press, 2019.
45. WOROBEY, Michael *et al.* The Huanan seafood wholesale market in Wuhan was the early epicenter of the COVID-19 pandemic. *Science*, v. 377, p. 951-959, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35881010/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
46. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Coronavirus (COVID-19)*. 2023 [atual.]. Geneva: World Health Organization, 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 31 mar. 2023
47. ZORZI, Felipe B. *Democracia e entropia: uma teoria decolonial dos sistemas sociais e um estudo empírico sobre desigualdade no Brasil*. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

Submissão em: 30 jun. 2023

Aceito em: 08 jul. 2023.



DOSSIÊ

**CAPITAL SOCIAL,  
JUVENTUDE E PANDEMIA:  
OS CASOS DE CURITIBA-PR E  
FLORIANÓPOLIS-SC**

*SOCIAL CAPITAL, YOUTH, AND PANDEMIC:  
THE CASES OF CURITIBA-PR AND  
FLORIANÓPOLIS-SC*

Jennifer Azambuja de Morais\*   
Felipe Milanezi\*\* 

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.  
[jennifer.amorais@gmail.com](mailto:jennifer.amorais@gmail.com)

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.  
[felipe\\_milanezi@hotmail.com](mailto:felipe_milanezi@hotmail.com)

## RESUMO

A pandemia da covid-19 aumentou as desigualdades enfrentadas no Brasil. Quando pensamos na juventude, sabemos que as aulas remotas e a falta de espaços físicos de socialização aumentaram as diferenças entre a qualidade do ensino público e do privado. Com isso, questionamos: quais os efeitos do isolamento social nos níveis de capital social dos jovens? Nosso objetivo é analisar os níveis de capital social dos jovens antes (2016) e depois da pandemia (2022), nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Partimos da hipótese de que o isolamento social corroeu ainda mais os baixos níveis de capital social existentes entre a juventude. Utilizamos o protocolo quantitativo, analisando os dados da pesquisa feita pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (Nupesal/UFRGS) com jovens de escolas públicas e privadas de ensino médio, em 2016 e 2022, nas cidades analisadas.

**Palavras-chave:** Capital Social; Juventude; Pandemia.

## ABSTRACT

*The COVID-19 pandemic has increased the inequalities faced in Brazil. And when we think about youth, we know that remote classes and the lack of physical spaces for socialization have increased the differences in quality between public and private education. With this, we question: what are the effects of social isolation on the levels of social capital of young people? Our objective is to analyze the levels of social capital of young people before (2016) and after the pandemic (2022), in the cities of Curitiba-PR and Florianópolis-SC. We start from the hypothesis that social isolation further eroded the already low levels of social capital existing among youth. We used the quantitative protocol, analyzing data from research carried out by the Research Center on Latin America (NUPESAL/UFRGS) with young people from public and private high schools, in 2016 and 2022, in the analyzed cities.*

**Keywords:** Social Capital; Youth; Pandemic.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a pandemia da covid-19 aumentou as desigualdades entre a educação pública e privada, reforçando as diferenças sociais, econômicas, digitais e no aprendizado. O isolamento social, que foi extremamente necessário, retirou os jovens do ambiente escolar e dos espaços de socialização físicos, colocando-os no ambiente virtual para as aulas remotas. Assim, para que a continuidade do sistema educacional se realizasse nesse período, foi necessária a rápida adaptação para o ambiente virtual por parte das escolas, bem como acesso à infraestrutura por parte dos professores e alunos. Isso, entretanto, não foi garantido a todos, especialmente aos alunos de escolas públicas periféricas.

Tal situação se agravou pela forma como os governos gerenciaram a crise sanitária, especialmente o federal, que minimizou os impactos pandemia. O ex-presidente Jair Bolsonaro fomentou o negacionismo em relação à doença, atacando a ciência, as universidades e todos a favor de medidas de combate à covid-19 e seus impactos. A falta de medidas efetivas contra a doença e suas consequências provocou uma crise sem precedentes no país.

Nesse cenário, era natural, para muitos jovens, a educação ficar em segundo ou terceiro plano, diante de familiares doentes, de pais desempregados e da falta de perspectiva para o futuro. O medo pela doença, as incertezas sobre o futuro e o rompimento de muitos laços sociais coletivos, pelo isolamento social, certamente contribuiu para aumentar as desconfianças interpessoal e institucional e o ceticismo com a democracia, bem como para diminuir os níveis de participação política.

Por isso, neste artigo objetivamos analisar os níveis de capital social dos jovens antes e depois da pandemia nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Testaremos a hipótese de que o isolamento social corroeu ainda mais os baixos níveis de capital social existentes

entre a juventude. Para alcançar o objetivo, utilizamos o protocolo quantitativo, analisando, de forma descritiva, os dados da pesquisa “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (Nuposal-UFRGS) com jovens de escolas públicas e privadas de ensino médio, em 2016 e 2022, nas cidades analisadas.

Como pesquisadores do Nuposal, avaliamos importante registrar as dificuldades de se fazer pesquisa no país, que, com a pandemia, aumentaram. Essa pesquisa com jovens, coordenada pelos professores Marcello Baquero e Rodrigo González, e feita com recursos do Edital Universal de 2018 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), teve sua primeira onda aplicada em 2015/2016 nas cidades de Porto Alegre-RS, Florianópolis-SC e Curitiba-PR. A segunda onda, planejada para 2019/2020, foi possível de ser aplicada na cidade de Porto Alegre, em 2019, e, quando fomos iniciar a coleta nas demais cidades, a covid-19 atingiu o país, fechando escolas e universidades. Mesmo com a reabertura das escolas, percebemos as dificuldades de acessar os alunos, pois muitas escolas, como protocolo, não permitiam a presença de pessoas externas. Diante disso, a adaptação do questionário impresso para o digital e a busca pelos alunos foram necessárias para que a pesquisa fosse aplicada em 2022. Resumindo, em 2016 foi aplicado questionário impresso, com a amostra feita por escolas, tendo 774 questionários aplicados em Curitiba e 571 em Florianópolis, enquanto, em 2022, devido à pandemia, o questionário foi aplicado on-line, com amostra feita por adesão, com 352 respostas em Curitiba e 271 em Florianópolis. Este registro justifica a escolha de analisar Florianópolis e Curitiba.

Pelas dificuldades enfrentadas para fazer pesquisa no Brasil, especialmente com a pandemia da covid-19, queremos agradecer aos pesquisadores do Nuposal pela persistência, às escolas de todas as

cidades que nos abriram as portas e aos estudantes que responderam, além de ressaltar a importância das verbas disponibilizadas para este fim no país, pois o combate ao negacionismo só pode ocorrer a partir do fortalecimento da ciência e da educação.

## **A RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL E SUPERAÇÃO DE CRISES**

Iniciamos esta seção concordando com Baquero (2013, p. 113), que diz que, em sistemas políticos instáveis, como é o caso do Brasil, o conceito de capital social assume importância fundamental em dois sentidos: “[...] em primeiro lugar porque nos alerta sobre a importância de trabalhar num sentido coletivo e, ao mesmo tempo, nos mostra que trabalho em equipe deve se dar num contexto horizontalizado”. O que vai ao encontro do que Putnam (1996) apontava sobre os altos níveis de capital social estarem relacionados com o desenvolvimento de uma região.

Para além da relação entre capital social e estabilidade democrática, estudos apontaram que a existência de altos níveis de capital social ajuda na recuperação de uma região após um desastre (econômico, ambiental, sanitário etc.) (PETTERSON *et al.*, 2006; BOETTKE *et al.*, 2007; HAWKINS e MAURER, 2010; DERYUGINA, KAWANO e LEVITT, 2014; ALDRICH e MEYER, 2015; RACKIN e WEIL, 2015; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018). Sabemos que, de forma geral, o foco das análises sobre recuperação, especialmente econômica, após uma crise, está em abordagens centradas na infraestrutura física, nos recursos individuais, e não nos recursos sociais e coletivos. Porém, conforme Aldrich e Meyer (2015), os investimentos nos recursos sociais e coletivos é o que gera resiliência. E estes dependem do comprometimento coletivo que os indivíduos têm com suas comunidades, da força dos laços sociais, da solidariedade

e reciprocidade entre os membros das comunidades e da confiança interpessoal e institucional.

As pesquisas que trabalharam com recuperação econômica após desastres e catástrofes ajudam no debate sobre a importância de altos níveis de capital social em uma região. Temos como exemplo os estudos sobre o Furacão Katrina, que atingiu mais de 200.000 casas na região litorânea do sul dos Estados Unidos em 2005 (PETTERSON *et al.*, 2006; BOETTKE *et al.*, 2007; HAWKINS e MAURER, 2010; DERYUGINA, KAWANO e LEVITT, 2014; ALDRICH e MEYER, 2015; RACKIN e WEIL, 2015; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018). Nessas análises encontramos duas abordagens: 1) a que trabalha com a importância das ações governamentais para a constituição de capital social (PETTERSON *et al.*, 2006; BOETTKE *et al.*, 2007; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018); e 2) a que evidencia que as comunidades com altos índices de capital social obtiveram um crescimento econômico mais forte (HAWKINS e MAURER, 2010; RACKIN e WEIL, 2015; ALDRICH e MEYER, 2015).

A atuação institucional, conforme as análises da primeira abordagem, impactou de forma determinante a recuperação econômica após o Furacão Katrina. Onde as instituições políticas, econômicas e socioculturais eram robustas (BOETTKE *et al.*, 2007) e onde as medidas emergenciais de apoio financeiro às famílias atingidas e políticas públicas de estímulo à retomada econômica foram priorizadas (WANG e GANAPATI, 2018), observou-se um aumento dos níveis de capital social, que produziram um sentimento coletivo e uma resiliência que facilitaram a retomada econômica das comunidades.

Em regiões onde já existiam altos níveis de capital social, conforme a segunda abordagem, as comunidades conseguiam superar os problemas ocasionados pelo desastre. Aldrich e Meyer (2015), ao analisarem diferentes desastres, reforçam essa abordagem, chamando a atenção para um recurso subutilizado que influencia fortemente a

resiliência no nível comunitário: o capital social. Ou seja, criar fortes laços com os vizinhos, saber o nome do síndico do condomínio e ter experiência em trabalhar com ONGs locais pode ser igualmente que ações somente econômicas em crises que aumentam as desigualdades existentes, pois ajuda a apoiar populações vulneráveis.

Diante dessas duas abordagens que relacionam o capital social com a superação, lembramos que o capital social, como outras formas de capital, pode ser gerado ou degradado. O foco da sociedade e seus governantes deve se voltar para aumentar nossa coesão social e aprofundar a confiança em nossas comunidades, pois o capital social pode ser, sim, um instrumento de reativação da economia e de diminuição de desigualdades sociais em momentos de crise (RACKIN e WEIL, 2015).

Conforme os estudos levantados, pode-se afirmar que o capital social desempenha papel decisivo no desenvolvimento econômico, inclusive em momentos de desastres que geram paralisia econômica e aumento de desigualdades sociais. Mas, obviamente, não se anula outras possibilidades de enfrentamento, apenas elucidam-se mais um instrumento produzido nas relações sociais: o capital social. Sabemos que os níveis de capital social são baixos em países emergentes, especialmente no Brasil, que apresenta baixos índices de participação e de confiança institucional.

Focando no Brasil, nosso capital social apresenta baixos níveis de participação política e altos níveis de desconfiança nas instituições políticas (BAQUERO, 2001, 2013; MOISÉS, 1995, 2013). Nesse sentido, Baquero e Morais (2021), ao analisarem o impacto da pandemia na construção de capital social, constataram que a redução dos espaços cívicos diminuiu a produção de capital social e minou as bases para a construção de uma cultura política assertiva no país. Com isso, os autores afirmam que, para o Brasil resolver os problemas gerados pela pandemia, é necessária uma solução inovadora, como o estímulo ao capital social no país, a partir do envolvimento amplo da sociedade.

Pensando nos jovens, que também foram impactados pela pandemia, especialmente em relação à educação, sabemos que estes também apresentam baixos níveis de capital social (MORAIS, 2021), o que justifica a necessidade de estudos que analisem os efeitos da pandemia nos níveis de confiança interpessoal, confiança institucional e participação política, para que possamos pensar como superar os problemas ocasionados pela covid-19.

## JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E PANDEMIA

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reconheceu que o surto de pandemia de coronavírus impactou o sistema educacional no mundo, e mais de 1,5 bilhão de jovens estudantes em 195 países foram afetados pelo fechamento de escolas (UNESCO, 2020). Essas instituições, em sua maioria, não estavam preparadas para realizar suas atividades nas plataformas digitais e on-line, que foram a solução para a continuidade das aulas. O impacto no sistema educacional se deu em países de diferentes níveis de renda (WAJDI *et al.*, 2020), mas os países em desenvolvimento sofreram mais, tendo maior declínio econômico com o fechamento de escolas (HALEEM, JAVAID e VAISHYA, 2020). O espaço físico foi substituído pelo virtual, as interações sociais pelas telas de computador ou celular.

É indiscutível que o ensino a distância era uma solução para dar continuidade ao sistema educacional e diminuir a propagação do vírus. No entanto, conforme apontam Tadesse e Muluye (2020)<sup>1</sup>, isso é um desafio nos países em desenvolvimento, especialmente entre as

---

<sup>1</sup> Os autores também destacam que os estudantes na maioria das áreas rurais podem ser forçados a sustentar totalmente suas famílias na criação de gado e na agricultura. Além disso, as alunas de famílias de baixa renda e áreas rurais podem estar em maior risco de abuso sexual, trabalho forçado e casamento precoce.

famílias pobres, analfabetas digitais e com níveis educacionais mais baixos, pois crianças com pouca motivação para aprender<sup>2</sup> sofrem mais nessa situação, e isso aumenta a desigualdade.

Por isso, os debates sobre a eficácia das aulas remotas para o desenvolvimento e habilidades sociais dos alunos, sobre o aumento das desigualdades entre escolas públicas e privadas, o acesso às aulas por parte dos alunos (seja por falta de equipamentos ou de internet), o treinamento dos professores para ministrar aulas on-line, a adaptação de plataformas para fornecer aprendizado personalizado, os reflexos na saúde psicológica dos alunos e professores, entre outros, estão presentes nos estudos pós-pandemia. Independentemente do debate, o principal foco, nas ciências humanas, está no aumento das desigualdades sociais, econômicas, educacionais e culturais que a pandemia gerou como fechamento de escolas.

Sabemos que os grupos mais vulneráveis receberam o maior ônus nesses aspectos, devido à recessão econômica, ao desemprego, à insegurança no atendimento à saúde e, no caso de famílias com jovens em idade escolar, à falta de infraestrutura para aulas remotas. Levantamentos em outros países indicaram que o fechamento das escolas, além de ter se traduzido em diferentes condições de acesso à educação a distância, significou, para as classes econômicas mais baixas, a fome (FORD, KWON e TSOTSOROS, 2021<sup>3</sup>; SEPÚLVEDA, 2020<sup>4</sup>), o que certamente distanciou ainda mais os alunos das periferias da instituição escola e aumentou diferença na formação entre escolas públicas e privadas.

---

<sup>2</sup> Essa falta de motivação pode ser a falta de infraestrutura, falta de apoio da família, falta de um ambiente tranquilo para estudar, como também falta de alimentos e segurança.

<sup>3</sup> Estudo nos EUA. Conforme dados de uma publicação no *The New York Times*, para a população menos abastada, além de não frequentar a escola, o fechamento destas gerou fome agravada pela recessão econômica, desemprego e trabalho precário: das 30 milhões de crianças nos Estados Unidos que consomem merenda escolar, 22 milhões são de baixa renda, habilitadas para refeições gratuitas ou a preços reduzidos (NIERENBERG e PASICK, 2020).

<sup>4</sup> Estudo no Chile.

Em um estudo sobre os impactos da pandemia nas crianças, Gupta e Jawanda (2020) resumiram os aspectos positivos e negativos. Nos positivos é possível destacar: desenvolvimento de novas habilidades educacionais, desenvolvimento pessoal, construção de autoconfiança, consciência de uma doença desconhecida, maior convivência familiar e desenvolvimento de sentimentos humanitários e empatia. Enquanto nos negativos, o destaque está na educação: total falta dela, perda de qualidade, ênfase nos resultados, aprofundamento do fosso entre ricos e pobres. Mas as autoras também destacam a ansiedade e a frustração face ao futuro, a falta de atividade física, o isolamento social, o *cyberbullying*, a exploração sexual, o abuso de substâncias, a violência doméstica e o trabalho infantil.

Complementando este debate, Gomes *et al.* (2021)<sup>5</sup> apontam que as fraturas sociais, internacionais e intranacionais, detectadas pelas teorias atuais, foram amplamente expostas nesse período de covid-19. Os autores reafirmam que, além da doença, outras crises se desenvolveram, como o empobrecimento e a violência, pois, em geral, a população teve perdas; no entanto, os menos privilegiados foram submetidos a um fardo maior. Por isso, para Gomes *et al.* (2021, p. 574), “[...] *countries cannot repeat past mistakes or try to restore Education as it was before, since the circumstances are different*”<sup>6</sup>. Ou seja, é necessário se pensar na educação e na juventude neste pós-pandemia, para que as desigualdades sejam diminuídas, para que os efeitos sejam amenizados e para que se reconstrua uma nova sociedade a partir da crise vivenciada no mundo.

Esse debate é fundamental, pois os jovens naturalmente já experimentam o medo e as incertezas em relação ao seu futuro; com a covid-19, isso foi multiplicado. A perda dos espaços físicos impacta também o processo de

<sup>5</sup> Os autores fizeram um levantamento da literatura especializada para elencar os impactos da pandemia na educação, bem como nos estudantes, nos professores e nas famílias.

<sup>6</sup> Os países não podem repetir erros do passado ou tentar restaurar a educação como era antes, pois as circunstâncias são diferentes (tradução dos autores).

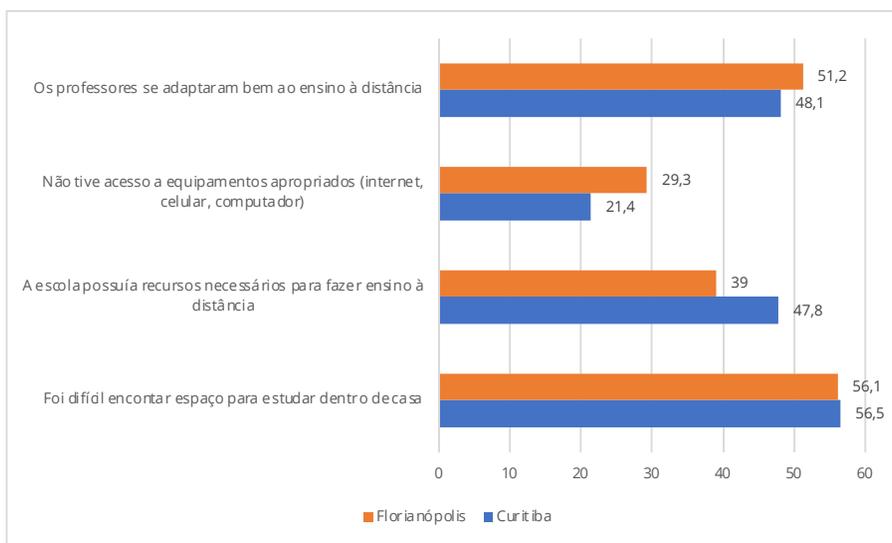
socialização política, ou seja, a troca de valores e crenças entre os jovens com seus pares e com seus professores. A escola não é só um espaço de conteúdo, mas também de interações que impactam as atitudes e os comportamentos. A juventude foi afetada não só pelo vírus em si, mas também pela ação ou não ação dos governos frente aos efeitos nocivos dessa crise. Assim, voltando para a área da Ciência Política, os estudos sobre socialização política com esse público para compreender os efeitos do isolamento são importantes.

Enquadrando nosso debate no Brasil, é importante lembrar que a pandemia de covid-19 teve seu início em março de 2020, com as cidades e estados adotando regimes de restrição de circulação de pessoas e de funcionamento de atividades. Inicialmente ocorreu a suspensão das aulas, ainda na expectativa de que o período de isolamento social seria breve. Entretanto, com a demora em mudar o contexto de saúde pública e a necessidade de se retomarem as aulas, estados e municípios adotaram alternativas às aulas presenciais, com uso de emissoras públicas de televisão e, especialmente, de plataformas virtuais de ensino. Ao longo de 2020, majoritariamente, as aulas ocorreram em formato remoto, e as desigualdades sociais se expressaram na dificuldade de acesso e de equipamentos adequados para a realização de aulas, conforme relatado nos estudos apresentados sobre outros países. Em paralelo a isso, houve problemas com as plataformas utilizadas, bem como dificuldades pedagógicas decorrentes da limitação do formato e da falta de preparação dos profissionais da educação para lidar com os desafios do período. Já em 2021 e 2022, as escolas foram retomando aos poucos o formato presencial, tendo de lidar com as readequações, os cuidados sanitários, bem como a defasagem no aprendizado de conteúdo ocorrida ao longo do período sem aulas e de ensino remoto.

Então, para a juventude, os desafios do isolamento social também estão presentes no seu desenvolvimento, seja pela qualidade da educação, seja pela falta de espaços físicos para as interações sociais. Diante das

colocações feitas, apresentamos as avaliações dos jovens de Curitiba e Florianópolis, no ano de 2022: primeiro, sobre a infraestrutura e adaptação dos professores, bem como as avaliações da educação; em segundo, avaliação das instituições durante a pandemia; e, por fim, o impacto econômico na vida dos jovens e suas famílias.

**Gráfico 1.** Acesso à infraestrutura e adaptação dos professores ao ensino remoto (%)



n Cur = 207; n Flo = 417. Fonte: Nuposal (2022).

Conforme o Gráfico 1, mais da metade dos jovens entrevistados teve dificuldade de encontrar espaço para estudar dentro de casa (56,5% em Curitiba e 56,1% Florianópolis), ou seja, a adaptação do ambiente na maioria dos casos foi necessária. Essa dificuldade, que certamente não foi solucionada em muitos lares, pode ter ocorrido pela falta de

<sup>7</sup> As questões trazidas nesta seção estavam mais ao final do questionário on-line aplicado. Como muitos jovens não responderam até o final, tivemos uma perda significativa na amostra inicial para as questões sobre covid-19.

espaço e de material adequado (mesa, cadeira), ou até mesmo pela falta de silêncio e necessidade de adequação de horários, já que mais membros da família também poderiam estar com aulas em casa ou em trabalho remoto.

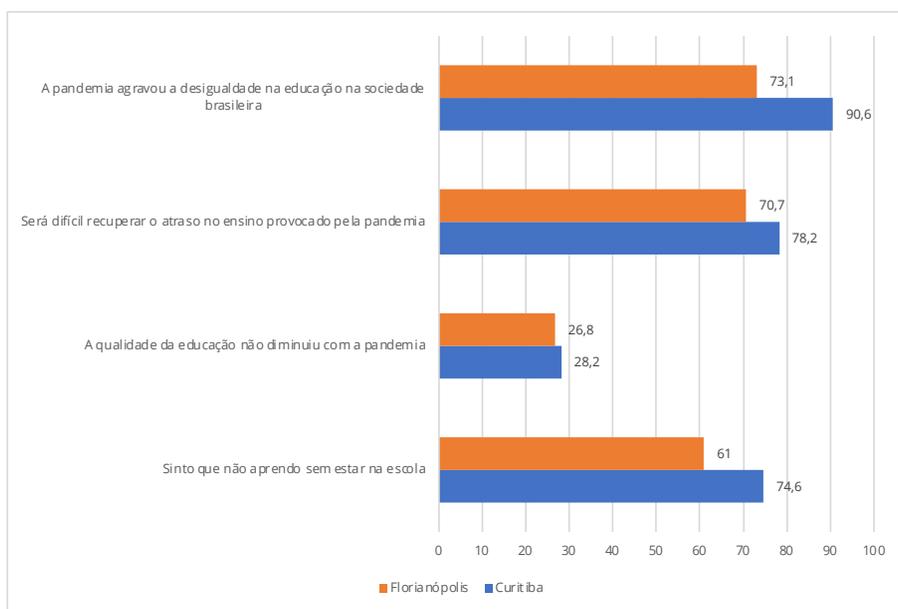
Com relação à infraestrutura da escola, 47,8% em Curitiba e 39% em Florianópolis apontam que esta não tinha os recursos necessários para fazer o ensino à distância. Aqui é importante ressaltar que as escolas privadas aderiram mais rapidamente ao uso das plataformas digitais para o ensino remoto, pois podiam, com recursos próprios, adquirir o equipamento necessário; no entanto, as escolas públicas dependiam da ação do estado ou município. Enquanto não se tinha esse espaço virtual, muitos professores optaram por disponibilizar materiais impressos para seus alunos. Nesse sentido, dos jovens entrevistados, 48,1% e 51,2%, em Curitiba e Florianópolis, respectivamente, perceberam que os professores se adaptaram bem ao ensino à distância. Tanto as escolas quanto os professores tiveram que encontrar soluções para dar continuidade às aulas, e na percepção dos alunos, as dificuldades, para ambos, foram altas.

Conforme as pesquisas apontadas anteriormente (TADESSE e MULUYE, 2020; GUPTA e JAWANDA, 2020; GOMES *et al.*, 2021), a desigualdade na educação foi reforçada durante a pandemia, começando pela falta de acesso à infraestrutura adequada para acompanhar aulas remotas. Conforme os dados do Gráfico 1, 21,4% dos entrevistados em Curitiba e 29,3% em Florianópolis apontam não ter tido esse acesso. Ressaltamos que essa porcentagem certamente é mais baixa do que a realidade, pois os jovens que responderam esse questionário tinham acesso à internet e algum equipamento. E mesmo nessa situação, quase 30% indicam esse como um dos problemas enfrentados.

Com relação à percepção dos jovens sobre a qualidade da educação e seu processo de aprendizado, é possível afirmar, com base nos dados do Gráfico 2, que a pandemia agravou a desigualdade da educação na

sociedade brasileira e diminuiu a sua qualidade, bem como provocou um atraso na aquisição de conhecimentos e uma sensação de não aprendizado fora da escola. Mais de 70% dos jovens, em ambas as cidades, percebem de forma negativa os efeitos do ensino remoto na educação e no aprendizado. Tais dados vão ao encontro do que a literatura já apontou (HALEEM, JAVAID e VAISHYA, 2020; TADESSE e MULUYE, 2020; FORD, KWON e TSOTSOROS, 2021).

**Gráfico 2.** Percepção sobre a educação e o aprendizado (%)

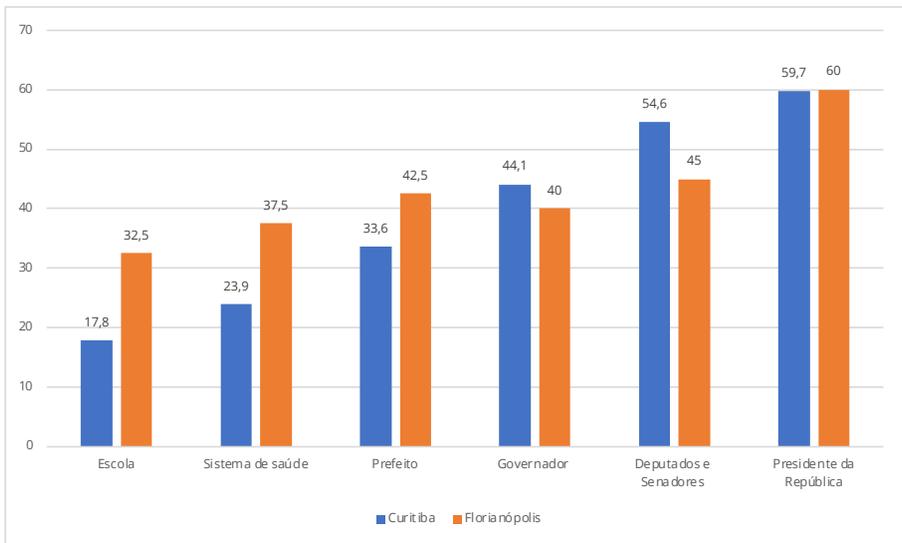


n Cur = 207; n Flo = 41. Fonte: Nuposal (2022).

Somando-se a essas percepções negativas, o Gráfico 3 mostra as avaliações negativas dos jovens em relação à atuação das instituições durante a pandemia (as porcentagens apresentadas são a soma das respostas *ruim* e *péssima*, numa escala que também tinha *ótima*, *boa* e *regular* como opções de resposta).

Podemos perceber que as avaliações negativas se concentram na atuação dos políticos, especialmente do presidente da República, com quase 60% em ambas as cidades. A escola e o sistema de saúde apresentam avaliações negativas mais baixas, mas ainda é importante destacar que uma porcentagem significativa dos entrevistados indicou ter essa percepção de atuação péssima ou ruim.

**Gráfico 3.** Avaliação negativa da atuação das instituições na pandemia (%)

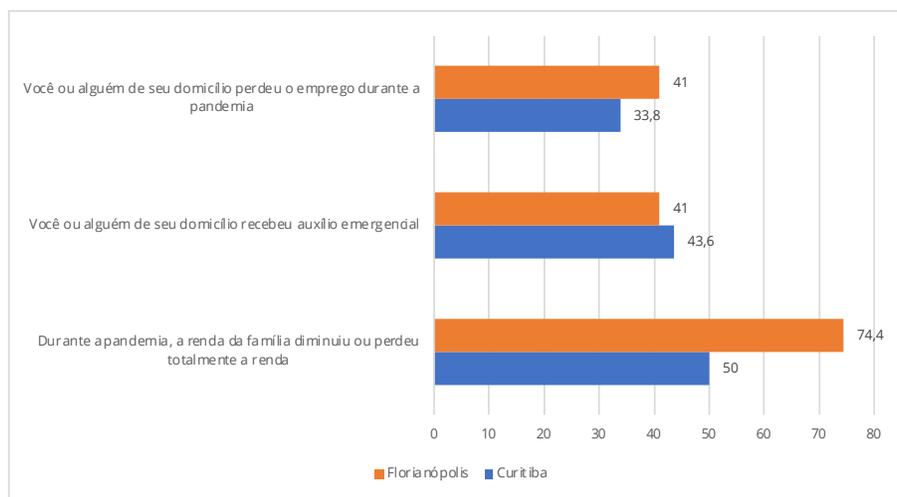


n Cur = 207; n Flo = 41. Fonte: Nuposal (2022).

As manifestações do ex-presidente Jair Bolsonaro em relação à pandemia da covid-19 foram de negação da doença e da ciência, bem como de minimização dos seus efeitos em todas as áreas. Enquanto governo, as ações para conter a propagação da doença, para resolução dos problemas econômicos dos mais vulneráveis e para aquisição de vacinas foram praticamente inexistentes. Isso se refletiu em uma parcela da população brasileira, que também reproduziu em

suas atitudes e comportamentos uma negação da gravidade da crise enfrentada, pois muitos acreditavam ser apenas uma “gripezinha” (como o próprio ex-presidente falou publicamente) e não usaram máscara ou se mantiveram em isolamento quando possível.

**Gráfico 4.** Impactos econômicos (%)



n Cur = 207; n Flo = 41. Fonte: Nupesal (2022).

Conforme o Gráfico 4, os impactos econômicos da covid-19 atingiram uma parcela significativa da população brasileira. Segundo a imagem, os jovens indicam que a renda da família diminuiu (50% dos entrevistados em Curitiba, 74,4% em Florianópolis), que alguém do domicílio perdeu o emprego (33,8% em Curitiba e 41% em Florianópolis) e que alguém do domicílio recebeu auxílio emergencial (43,6% em Curitiba e 41% em Florianópolis). Tais resultados reforçam o argumento de que a economia, especialmente dos mais vulneráveis, que necessitavam de agilidade na aprovação e distribuição do auxílio emergencial, é ponto central para uma avaliação negativa do governo federal.

O levantamento das percepções e avaliações negativas sobre os efeitos da pandemia não é uma novidade, como resgatamos nas pesquisas sobre a temática. Mas fazer este registro, mesmo que de forma descritiva, é relevante para que possamos pensar a educação e a necessidade de atuação do Estado, neste pós-pandemia, no sentido de amenizar as desigualdades e fortalecer a constituição de capital social na juventude. Na próxima seção, vamos analisar os impactos da pandemia nos níveis de confiança interpessoal, confiança institucional e participação política dos jovens entrevistados.

## **O CAPITAL SOCIAL DOS JOVENS ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA**

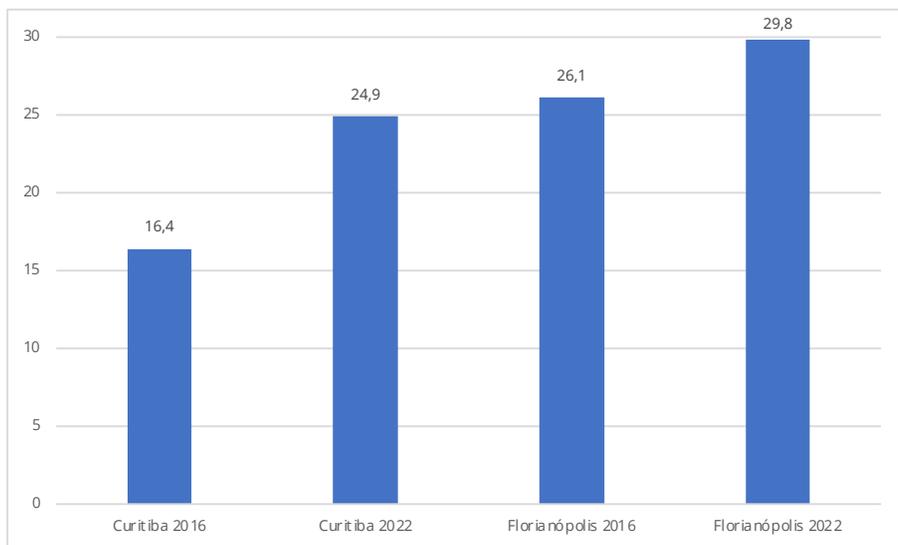
Pela revisão feita, consideramos importante a existência de altos níveis de capital em uma sociedade, não só para sua estabilidade democrática (PUTNAM, 1996), mas, também, para superar esse momento pós-pandemia (ALDRICH e MEYER, 2015; RACKIN e WEIL, 2015; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018), especialmente entre os jovens, que precisam superar as dificuldades enfrentadas na educação e nos seu processo de socialização.

Por isso, nesta seção, vamos analisar os níveis de capital social dos jovens antes (2016) e depois da pandemia (2022), nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Apresentamos dados sobre interesse por política, voto, confiança e participação política. As análises são descritivas, pois, devido à pandemia, a amostra da pesquisa nessas duas cidades, feita em 2022, foi reduzida, como apresentado na introdução deste artigo.

Iniciamos com o interesse por política dos jovens e se votariam caso o voto não fosse obrigatório.

Apesar de o interesse por política ser baixo, podemos perceber, conforme os dados do Gráfico 5, que houve um pequeno aumento no interesse dos jovens em ambas as cidades. Curitiba aumentou cerca de 8%, e Florianópolis, 3%. Esse aumento pode estar embasado no aumento de debates políticos pelas redes sociais, por 2022 ter sido ano eleitoral, entre outros motivos. Não podemos fazer uma relação direta entre a covid-19 e o aumento do interesse por política, pois esse pode ser um aumento momentâneo. Mas é indispensável fazer esse acompanhamento dos jovens para verificar possíveis mudanças na cultura política depois da crise sanitária.

**Gráfico 5.** Interesse por política (%)

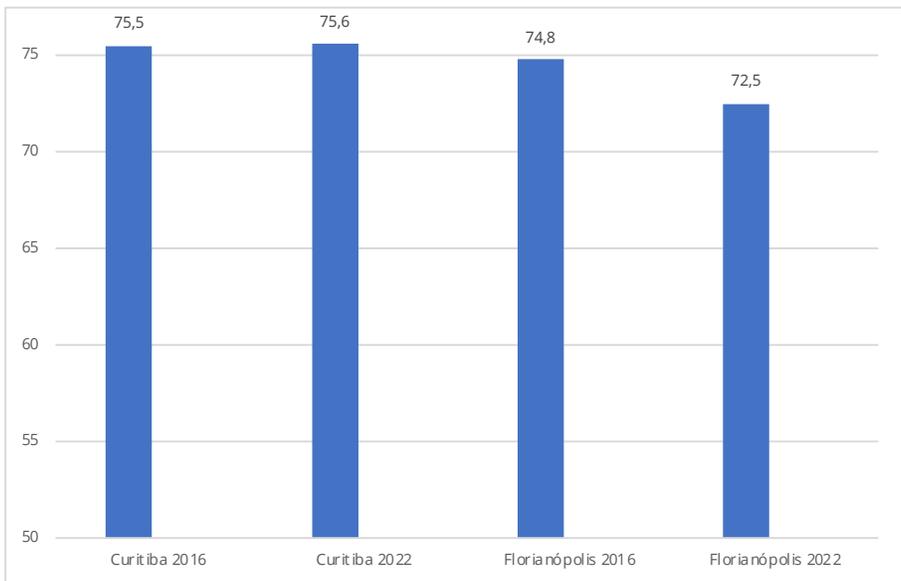


n CUR 2016 = 774; n CUR 2022 = 350; n FLO 2016 = 556 n FLO 2022 = 238. Fonte: Nupesal (2016 e 2022).

Sobre a intenção de votar caso o voto não fosse obrigatório, como nos mostram os dados do Gráfico 6, em ambas as cidades não é possível notar uma diferença significativa nos dois anos. Em Curitiba

a intenção de votar passou de 75,5% em 2016 para 75,6% em 2022. Já em Florianópolis, diminuiu de 74,8% para 72,5%. Destacamos que, em 2022, foi feita uma campanha pelo Tribunal Superior Eleitoral, políticos e *digital influencers* para que os jovens fizessem seu título de eleitor, o que teve sucesso, pois muitos jovens entre 16 e 18 anos se fizeram aptos a votar nesse ano. Mesmo o interesse por política entre os jovens não sendo muito alto, eles afirmam que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. Ou seja, os jovens percebem a importância de votar em uma democracia.

**Gráfico 6.** Votaria se o voto não fosse obrigatório (%)

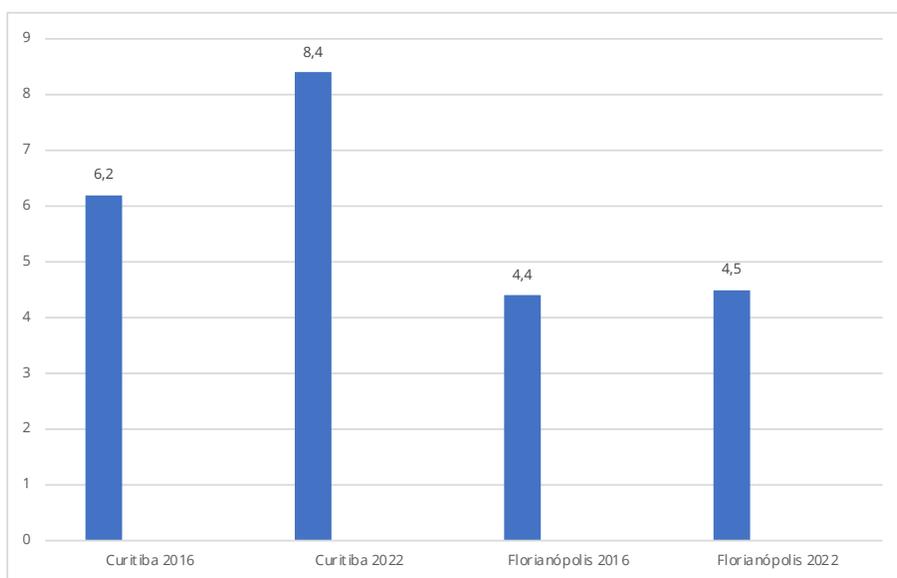


n CUR 2016 = 770; n CUR 2022 = 349; n FLO 2016 = 555; n FLO 2022 = 237. Fonte: Nuposal (2016 e 2022).

Os dados do Gráfico 7 podem ser um dos motivos pelos quais os jovens não se interessam muito por política, pois, como se vê, eles não acreditam que a opinião da maioria das pessoas é levada em conta

no país. É baixíssima a porcentagem que acredita que a opinião da população é considerada, sendo 6,2% em Curitiba em 2016, e havendo aumento para 8,4% em 2022, e 4,4% em Florianópolis em 2016, e 4,5% em 2022. O aumento entre as duas ondas não foi significativo, ou seja, o jovem continua avaliando que a opinião das pessoas não importa no país.

**Gráfico 7.** A opinião da maioria das pessoas é levada em conta no nosso país (%)

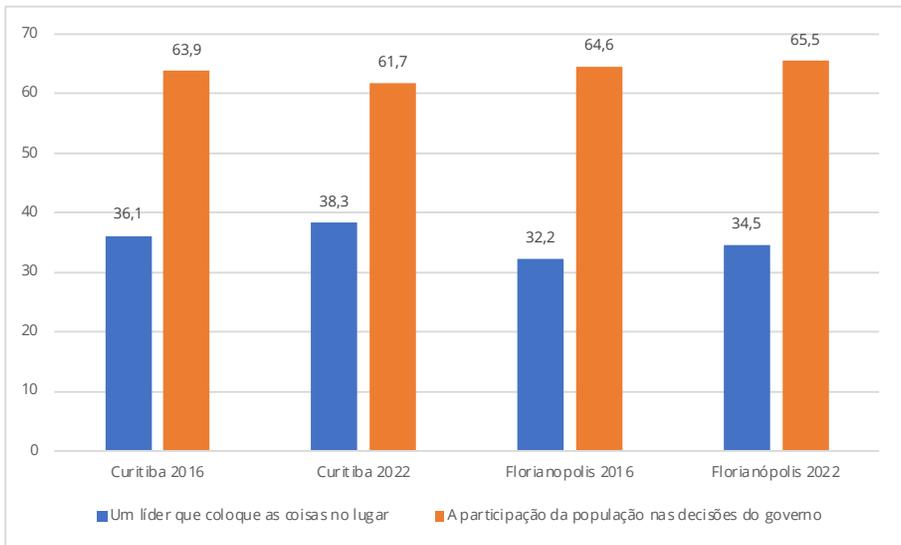


n CUR 2016 = 774; n CUR 2022 = 347; n FLO 2016 = 550; n FLO 2022 = 237. Fonte: Nuposal (2016 e 2022).

Até o momento, os dados apresentados sobre cultura política não indicam impactos da pandemia no processo de socialização política ao ponto de alterar suas opiniões e atitudes. A seguir, analisamos as variáveis referentes ao capital social: participação política e confiança interpessoal e institucional.

Ao serem questionados sobre qual a melhor solução para resolver os problemas no país, mais de 60% dos jovens, em ambas as cidades e nas duas ondas, indicam a participação política da população nas decisões do governo – o que reflete um nível médio a alto de participação em nível atitudinal, ou seja, se avalia a participação como uma ação importante em um país. No entanto, ainda é preocupante que mais de 30% dos jovens optem por “um líder que coloque as coisas no lugar”, apontando para um valor autoritário em uma porcentagem significativa da juventude entrevistada.

**Gráfico 8.** Qual a melhor solução para resolver os problemas do país? (%)



n CUR 2016 = 765; n CUR 2022 = 346; n FLO 2016 = 556; n FLO 2022 = 232. Fonte: Nuposal (2016 e 2022).

Apesar da diminuição nas porcentagens relativas à participação da população entre as ondas nas duas capitais, ela não é significativa, indicando, assim como nos gráficos anteriores,

uma manutenção nos valores dos jovens, incluindo a participação política em nível atitudinal.

A participação em nível comportamental, como podemos verificar na Tabela 1, é baixa, diferentemente do nível atitudinal. Ou seja, os jovens consideram a participação importante, mas não participam politicamente, nem mesmo nas atividades da escola e em atividades religiosas.

**Tabela 1.** Participação (%)

	Curitiba 2016	Curitiba 2022	Florianópolis 2016	Florianópolis 2022
Atividades na escola	22,2	24,6	34,3	36,4
Atividades religiosas	26,2	28,7	16,3	16,4
Partidos políticos	0,4	2,4	0,9	1,3
Movimentos sociais	6,1	10,3	10	13,5
Atividades no seu bairro	7,3	7,6	10,2	12,6
Manifestações, protestos e passeatas	8,2	8,3	13,7	17,6
Abaixo-assinados	7,6	11,1	11,6	15,8
Mobilizações organizadas nas redes sociais	12,3	12,5	18,9	19,5

n CUR 2016 = 774; n CUR 2022 = 347; n FLO 2016 = 571; n FLO 2022 = 242.

Fonte: Nuposal (2016 e 2022).

Apesar de percebermos um pequeno aumento de participação em todas as instituições entre 2016 e 2022, tanto em Curitiba quanto em Florianópolis, não podemos, novamente, atribuir como causa apenas a covid-19. Nos últimos anos, muitos fatos movimentaram o cenário político brasileiro e podem ter aumentado o interesse por política, como vimos no Gráfico 5, e os níveis de participação, tais como o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Luís Lula Inácio da Silva, a ascensão dos valores de extrema-

direita, conservadorismo e autoritarismo com o ex-presidente Jair Bolsonaro, entre outros fatos.

Conforme os dados da Tabela 2, percebemos que a confiança interpessoal (pessoas em geral, vizinhos e professores) diminuiu entre as ondas nas capitais, indicando que, mesmo com o aumento nas campanhas de solidariedade durante a pandemia, isso não impactou positivamente na confiança em relação às pessoas, especialmente em geral e nos vizinhos.

Em relação à confiança institucional, é possível perceber dois blocos. Em relação ao primeiro (composto por igrejas, partidos políticos, judiciário, forças armadas, escola, movimentos estudantis, conselho escolar [apenas em Curitiba], TV, jornal impresso/revista e rádio) houve uma diminuição nos níveis de confiança. Já em relação ao segundo, um aumento, estando ele composto por: presidente, governo federal, polícia, conselho escolar (apenas em Florianópolis), grêmios estudantis, associações comunitárias e internet.

Em 2016, a ex-presidenta havia acabado de sofrer um processo de *impeachment*, e Michel Temer assumido definitivamente a presidência, enquanto em 2022 estava na presidência Jair Bolsonaro. O aumento na confiança no presidente, governo federal e política indicam um aumento nos valores autoritários e conservadores defendidos por Bolsonaro. Enquanto o aumento da confiança em relação ao conselho escolar, grêmios estudantis e associações comunitárias pode indicar a ação que essas instituições tiveram durante a pandemia, com possíveis campanhas mobilizando a solidariedade entre os jovens. O aumento da confiança na internet pode ser pelo tempo que esta ferramenta ocupa no dia a dia dos jovens, tanto para entretenimento quanto para informação. Deve haver um cuidado no uso dessa ferramenta devido aos possíveis processos de manipulação através de fake news, bots

e bolhas virtuais que ela possibilita, e que certamente impactam a internalização de valores.

**Tabela 2.** Confiança interpessoal e institucional (%)

	Curitiba 2016	Curitiba 2022	Florianópolis 2016	Florianópolis 2022
Pessoas em geral	3,1	0,4	4,6	3,7
Seus vizinhos	4,1	2,8	8,4	7,2
Seus professores	34,4	32,8	34,9	34,4
Igrejas	43,9	25,2	20,1	19,1
Partidos políticos	0,4	0,4	0,9	0,7
Judiciário	14,3	11,1	9,3	8,1
Presidente	1,2	6,7	2,1	4,5
Governo Federal (ministros)	2,1	3,2	1,9	4,5
Polícia	15,1	18,9	14,9	15,4
Forças armadas	28,3	27,7	25,6	24,8
Escola	46,2	31,5	43,7	42,9
Movimentos estudantis	29,3	25,5	34,1	30,9
Conselho escolar	32,9	26,1	28,9	29,4
Grêmios estudantis da escola	23,1	24,6	19,3	20,4
Associações comunitárias	19,1	27,8	17,3	21,7
TV	3,4	0,4	5,5	4,6
Jornal Impresso/revista	6,5	0,4	6,4	4,6
Rádio	6,3	6,2	5,1	4,9
Internet	3,9	8,8	9,8	12,6

n CUR 2016 = 774; n CUR 2022 = 254; n FLO 2016 = 571; n FLO 2022 = 219.

Fonte: Nupesal (2016 e 2022).

Destacamos que as variações nos níveis de confiança, diminuindo ou aumentando, são baixas, não indicando mudanças significativas neste valor. Assim, apenas reafirma-se que os jovens continuam

desconfiados em relação aos seus pares e suas instituições políticas, o que constitui um risco para a estabilidade democrática, como apontado por Moisés (2013) e Baquero (2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências da pandemia da covid-19 para a educação ainda são nebulosas, mas aos poucos novas pesquisas darão conta dos problemas enfrentados e dos novos desafios deles decorrentes. Neste artigo buscamos analisar os níveis de capital social dos jovens antes (2016) e depois da pandemia (2022) nas cidades de Curitiba-PR e Florianópolis-SC. Reforçamos que, apesar das dificuldades para a coleta dos dados e a diferença no tamanho da amostra entre as ondas, uma análise descritiva dos dados é um passo inicial para a compreensão dos impactos da crise na juventude brasileira, por consequência da cultura política, capital social e até mesmo estabilidade democrática.

Apesar do aumento no interesse por política, percebido na indicação de votar mesmo não sendo obrigatório e nos níveis mais altos de participação política atitudinal, os jovens ainda apresentam baixa participação política comportamental e baixos níveis de confiança interpessoal e institucional. Ou seja, os níveis de capital social entre os jovens permanecem baixos, o que é um obstáculo para a superação dos problemas ocasionados pela pandemia, conforme estudos levantados (ALDRICH e MEYER, 2015; RACKIN e WEIL, 2015; WANG e GANAPATI, 2018; SMILEY, HOWELL e ELLIOTT, 2018).

Com isso, reforçamos a necessidade de o Estado fomentar o capital social, especialmente através da qualidade da educação, estimulando não só a confiança e a participação entre os jovens, mas o sentimento de pertencimento através de redes de solidariedade e ações de reciprocidade. O empoderamento do jovem é uma ação importante

para que possamos superar momentos de crise e diminuir as desigualdades socioeconômicas.

Sabemos das limitações deste artigo, por ser puramente descritivo, mas os dados apresentados ainda indicam um caminho a percorrer. Com isso, reforçamos a necessidade de novos estudos que acompanhem as variações nas atitudes e comportamentos dos jovens, para que movimentos antidemocráticos, marcados por valores conservadores, autoritários e intolerantes, tenham cada vez menos voz no país.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Jennifer Moraes:** Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL) e editora assistente da Revista Debates.

**Felipe Milanezi:** Doutorando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFRGS), mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFRGS). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL).

## REFERÊNCIAS

1. ALDRICH, Daniel; MEYER, Michelle. Social capital and community resilience. *American Behavioral Scientist*, v. 59, n. 2, p. 254–269, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764214550299>
2. BAQUERO, Marcello. *Qual democracia para a América Latina?* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013
3. BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
4. BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Brasil pós-pandemia. Reconstruindo o capital social e uma cultura política assertiva. *Revista USP*, n. 131, p. 99–120. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i131p99-120>
5. BOETTKE, Peter *et al.* The political, economic, and social aspects of Katrina. *Southern Economic Journal*, v. 74, n. 2, p. 363–376, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20111972>. Acesso em: 23 jul. 2023.
6. DERYUGINA, Tatyana; KAWANO, Laura; LEVITT, Steven. The economic impact of Hurricane Katrina on its victims: evidence from individual tax returns. *American Economic Journal Applied Economics*, v. 10, n. 2, p. 1–46, 2014. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20160307>. Acesso em: 23 jul. 2023.
7. FORD, Timothy; KWON, Kyong-Ah; TSOTSOROS, Jessica. Early childhood distance learning in the U.S. during the COVID pandemic: challenges and opportunities. *Children and Youth Services Review*, v. 131, p. 1–9. 2021. Disponível em: <https://researchconnections.org/sites/default/files/134021.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.
8. GOMES, Candido *et al.* Education during and after the pandemics. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, v. 29, n. 112, p. 574–594, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/qKJf3GyW4GFf7dVBRvBhXys/?lang=en>. Acesso em 10 jun. 2023.
9. GUPTA, Sonia; JAWANDA, Manveen. The impacts of COVID-19 on children. *Acta Paediatrica*, v. 109, n. 11, p. 2181–2183, July 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/apa.15484>
10. HALEEM, Abid; JAVAID, Mohd; VAISHYA, Raju. Effects of COVID-19 pandemic in daily life. *Current Medicine Research and Practice*, v. 10, p. 78–79, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32292804/>. Acesso em: 20 jun. 2023.
11. HAWKINS, Robert; MAURER, Katherine. Bonding, bridging and linking: how social capital operated in New Orleans following Hurricane Katrina. *British Journal of Social Work*, v. 40, p. 1777–1793, 2010. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1093/bjsw/bcp087>
12. MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In.: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.
13. MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia*. Bases socio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.
14. MORAIS, Jennifer Azambuja de. *Internet, cultura política e juventude no Brasil*. Curitiba: Appris, 2021.
15. NIERENBERG, Amélia; PASICK, Adam. Colleges closing: university outbreaks and parental angst. *The New York Times*, Aug. 19, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/08/19/us/colleges-closing-covid.html>. Acesso em: 23 jul. 2023

16. NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE A AMÉRICA LATINA (NUPESAL). *Democracia, valores políticos e capital social (Florianópolis e Curitiba)*. [Banco de dados]. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina, 2022.
17. NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE A AMÉRICA LATINA (NUPESAL). *Democracia, mídias e capital social*. [Banco de dados]. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina, 2016.
18. PETERSON, John *et al.* A preliminary assessment of social and economic impacts associated with Hurricane Katrina. *American Anthropologist*, v. 108, n. 4, p. 643-670, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4496510>. Acesso em: 23 jul. 2023.
19. PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
20. RACKIN, Heather; WEIL, Frederick. Social capital and the repopulation of New Orleans after Hurricane Katrina. In: ANNUAL MEETINGS OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, 2015. *Proceedings of the Annual Meetings of the Population Association of America*. San Diego, CA, 2015. p. 1-41.
21. SEPÚLVEDA, Paulina. Clases on line en los colegios más caros de Chile y la queja de los apoderados. *La Tercera*, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.latercera.com/que-pasa/noticia/clases-on-line-en-los-colegios-mas-caros-de-chile-y-la-queja-de-los-apoderados-hay-que-correr-bajaron-la-mensualidad-handsido-lentos/ZQCYXD6EMFFBNMPTKLRNY6UETI/>. Acesso em: 10 jun. 2023.
22. SMILEY, Kevin T.; HOWELL, Junia; ELLIOTT, James R. Disasters, local organizations, and poverty in the USA, 1998 to 2015. *Population and Environment*, v. 40, p. 115-135, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11111-018-0304-8>. Acesso em: 23 jul. 2023.
23. TADESSE, Seble; MULUYE, Worku. The impact of COVID-19 pandemic on education system in developing countries: a review. *Open Journal of Social Sciences*, v. 8, n. 10, 2020. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=103646>. Acesso em: 10 jun. 2023.
24. UNESCO. *UNESCO rallies international organizations, civil society and private sector partners in a broad Coalition to ensure #LearningNeverStops*. Mar. 26, 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/unesco-rallies-international-organizations-civil-society-and-private-sector-partners-broad>. Acesso em: 23 jul. 2023.
25. WAJDI, Muh *et al.* Education policy overcome coronavirus, a study of Indonesians. *Journal of Education and Technology*, v. 3, n. 2, 96-106, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29062/edu.v3i2.42>
26. WANG, Lili; GANAPATI, Nazife. Disasters and social capital: exploring the impact of Hurricane Katrina on Gulf Coast counties. *Social Science Quarterly*, v. 99, n. 1, p. 296-312, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/ssqu.12392>

Submissão em: 08 jul. 2023

Aceito em: 21 jul. 2023



DOSSIÊ

# **EDUCAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDES: POLÍTICA PÚBLICA E PERCEPÇÃO DO PÚBLICO- ALVO SOBRE O TEMA**

*POLITICAL EDUCATION AND YOUTH:  
PUBLIC POLICY AND PERCEPTION OF THE  
TARGET AUDIENCE ON THE SUBJECT*

Humberto Dantas\* 

Ana Julia Bernardi\*\* 

Jennifer Azambuja de Moraes\*\*\* 

\* Fipe, Gestão Pública e FGV/SP, Administração Pública, São Paulo, SP, Brasil.

[humberto.dantas@fipe.org.br](mailto:humberto.dantas@fipe.org.br)

\*\* Fipe, Gestão Pública, São Paulo, SP, Brasil.

[ana.bernardi@fipe.org.br](mailto:ana.bernardi@fipe.org.br)

\*\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, RS, Brasil.

[jennifer.amorais@gmail.com](mailto:jennifer.amorais@gmail.com)

## RESUMO

O presente artigo busca adensar o debate sobre a importância de uma política pública de “educação cívica” ou “educação democrática”, algo que, a despeito das críticas e temores atuais, sempre esteve presente nas estratégias pedagógicas oficiais do Brasil República, e que responde aos preceitos mais elementares de democracia. A partir disso, primeiramente o trabalho se concentra em compreender a percepção dos jovens sobre a política e o papel da escola na sua formação em assuntos dessa natureza, por meio de revisão de estudos concentrados em tais temáticas. Em seguida, procura compreender, com base em survey de 2018 com estudantes do ensino médio de escolas públicas paulistanas, que permitiu a construção de um indicador de afeição desses jovens à democracia, quais variáveis independentes seriam capazes de caracterizar o interesse do público pelo tema, por meio do uso de método estatístico de regressão linear simples.

**Palavras-chave:** Educação Política; Juventude; Democracia; Políticas de Educação.

## ABSTRACT

*This article seeks to deepen the debate about the importance of a public policy of “civic education” or “democratic education”, something that, despite the current criticisms and fears, has always been present in the official pedagogical strategies of Brazil since becoming a republic, and that answers to the most elementary precepts of the concept of democracy. Based on this objective, the first focus is to understand what young people perceive about politics and about the role of the school in their education in matters of this nature through the review of studies about such themes. Furthermore, we seek to understand, based on a 2018 survey of high school students from public schools of São Paulo – which allowed the construction of an indicator of the affection of these young people to democracy – which social, economic and political variables would be able to characterize the interest of the public in the theme through the use of statistical method of simple linear regression.*

**Keywords:** Political Education; Youth; Democracy; Education Policies.

## INTRODUÇÃO

Demonstrações de insatisfação com o Estado e desqualificações da política e dos mecanismos de representação têm sido comuns no mundo desde a década de 90 do último século (CASTELLS, 2013; DAHL, 2001). No Brasil, isso não é diferente, e parte dessa indignação se mostra contra o que se chama de políticas de “educação para a democracia”, “educação cívica” ou “letramento político”.

Ribeiro (2016), por exemplo, indica que o movimento “Escola sem Partido” passa a existir em 2004 e amplia sua visibilidade em 2014. O que poderia ser o combate a algo “subversivo”, criado “pela esquerda”, resultando numa doutrinação ideológica por parte de professores a serviço do “comunismo”, na verdade ocupa a pauta das políticas públicas de educação faz décadas no Brasil.

Santos (2010) destaca a intenção de as políticas educacionais da recém proclamada República, nos fins do século XIX, constituírem formalmente a ideia de “pátria, nação e povo brasileiro” na produção de materiais didáticos. Em 2021, o autor reforça tal percepção ao afirmar que “[...] o pensamento republicano moderno [...] considerava que a construção do cidadão, da democracia e do homem republicano [...] exigiria um esforço educacional consistente” (SANTOS, 2021, p. 170).

A ideia de uma “educação política” simboliza pensamentos seculares sobre a noção de democracia. Diversos pensadores reforçam uma associação entre o funcionamento de regimes dessa natureza e a formalização de conteúdos educacionais. Desde clássicos da Grécia Antiga a autores atuais, simbolizados pela percepção de Bobbio (1986, p. 31) de que a “[...] educação política é uma das promessas não cumpridas da democracia”, se debate o desafio de educar para o exercício da política.

Entre uma educação para a democracia e o uso de conteúdos para reforçar regimes populistas, no entanto, parece haver linha tênue. A

ditadura militar que vigorou no Brasil a partir de 1964 é acusada de práticas doutrinárias a partir de conteúdos escolares de disciplinas como “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política Brasileira”. A estratégia não representava novidade: Neto (2013) indica que, durante a ditadura do Estado Novo, “[...] escolas e bibliotecas eram inundadas com folhetos e cartilhas verde-amarelas, em que sobressaíam mensagens ufanistas”. Ademais, o país imprimiu “[...] biografias edulcoradas do presidente da República, a maioria destinada ao público infantojuvenil” (NETO, 2013, p. 326).

Tais percepções contribuem para a compreensão da educação política no Brasil como política pública, algo descrito em perspectiva histórica por Freire (2018), Jardim (2018), Pellanda (2016) e Resende (2010). Diante do compromisso de demarcar a trajetória de tais conteúdos escolares, que serviram a diferentes regimes e foram vistos de distintas formas nas últimas décadas, restaria compreender que resistências, como a trazida pelo movimento “Escola sem Partido”, fariam parte dessa narrativa como algo associado ao ato político e ideológico.

Contudo, o que precisa ficar estabelecido é: do mesmo modo que a educação política pode subverter a democracia e beneficiar regimes autoritários, ela se estabelece como compromisso fundamental ao desenvolvimento democrático. A temática é tão relevante que a *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA) organiza o *International Civic and Citizenship Education Study* (ICCS), cujo objetivo é dimensionar como programas básicos de educação, professores e estudantes de diferentes nações – dentre as quais o Brasil não está incluído – lidam com temáticas da cidadania em suas formações, atuações e desenvolvimentos pedagógicos (SCHULZ *et al.*, 2018).

O IEA coloca a educação cívica em condição de política pública. No caso do Brasil, a construção de conteúdos pedagógicos dessa natureza merece atenção: o que é “doutrinação oficial” e o que é “letramento

político”, como defende Cosson (2010) quando observa os desafios à “pedagogia da democracia”? As disciplinas dos períodos ditatoriais serviam a propósitos explícitos e pouco democráticos, os conteúdos da Primeira República eram ufanistas, mas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 explicitam parâmetros democráticos. No que diz respeito às competências a serem adquiridas pelos estudantes no ensino fundamental, é possível notar que os jovens devem:

Agir pessoalmente e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. Essa competência estabelece a necessidade de desenvolver na criança e no jovem a consciência de que eles podem ser agentes transformadores na construção de uma sociedade mais democrática, justa, solidária e sustentável. (BRASIL, 2018, p. 10).

Não é objetivo deste trabalho detalhar desafios pedagógicos ou aspectos filosóficos da relação entre democracia e educação política, tampouco investir na história dessa política no Brasil. Assim, em tempos recentes, é fato que a inclusão de conteúdos dessa natureza na formação dos brasileiros passa pelo desafio de construção de parte da sua política pública de educação. Santos (2018) busca compreender as dimensões do fortalecimento desses conteúdos, observando desafios à sua efetivação. Para o autor, é essencial, para além de proteger a escola contra os ataques desqualificadores e ideológicos contrários à democracia:

A construção de orientações curriculares explícitas destinadas a dar contorno às expectativas de aprendizagem e aos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que devem ser mobilizados ao longo da educação básica para promover a aprendizagem e internalização dos valores democráticos e a compreensão profunda da democracia como regime de

organização da vida comum [...]; a construção e implementação de iniciativas abrangentes de formação de professores [...]; a produção de materiais didáticos voltados ao campo da educação política para a cidadania [...] a adoção de estratégias de indução curricular para que as escolas efetivamente incluam a educação política para a cidadania no campo prioritário de seus projetos políticos pedagógicos e organizem os tempos, espaços e interações do cotidiano escolar para movimentar essas aprendizagens. (SANTOS, 2018, p. 27-28).

Partindo desses aspectos basilares, o objetivo deste artigo é lançar luz sobre dois pontos relevantes à consolidação de ações de educação política no Brasil. Primeiramente compreender o quanto a sociedade, e especificamente o estudante, público-alvo de tais políticas, reconhece a temática como conteúdo essencial. Em seguida, a partir da construção de um indicador que se utiliza de *survey* com jovens paulistanos, dimensionar quais variáveis explicativas caracterizariam sujeitos interessados por conteúdos políticos.

O que se busca é adensar o debate sobre a “educação política” como política pública, compreendendo a relação do jovem com a temática e sua percepção sobre a democracia. Para tanto, este trabalho se divide em mais quatro partes além desta introdução. Na seção seguinte serão apresentadas as metodologias utilizadas no estudo. A seguir, serão revisitados indicadores e pesquisas que buscam compreender a visão do jovem sobre a política no Brasil. A partir de então, a pesquisa com jovens paulistanos servirá de base para a criação de um indicador de envolvimento político, cujas variações serão analisadas sob o comportamento de variáveis independentes. Aqui se partirá de duas hipóteses: a) os jovens demandam conteúdos de política nas escolas, reforçando a ideia de se pensar tal política pública de educação; e b) não existem características marcantes que expliquem variações no indicador criado nesse estudo. Por fim, tem-se as conclusões.

## MÉTODOS UTILIZADOS PARA AS ANÁLISES

Este trabalho tem duas partes analíticas que demandam a descrição dos métodos utilizados. Na primeira delas, sem o objetivo de esgotar a discussão, é feita uma análise de estudos já existentes sobre a percepção do brasileiro sobre a política, com ênfase na posição de diferentes grupos de jovens acerca da temática. Em resumo, trata-se de uma revisão bibliográfica que se ocupa de entender a relação entre jovens, política, democracia e conteúdos escolares.

Na segunda parte, a utilização de método quantitativo associado à estatística descritiva busca compreender em que medida variáveis independentes comuns a *surveys* explicam variações de um indicador de envolvimento de estudantes de ensino médio com valores democráticos e com a política. A pesquisa foi realizada pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo em agosto de 2018. A capital paulista tinha, naquele ano, pouco menos de 298 mil matrículas de ensino médio regular público (INEP, 2019), e mais de 99% desse contingente estava concentrado na rede estadual. Complementarmente, 2.353 matrículas estavam nas oito escolas municipais de ensino médio, e foi para elas, à luz da realidade paulistana, que a pesquisa olhou. Ao todo foram coletados 2.317 questionários. Tais instrumentos eram compostos por 38 perguntas fechadas, algumas apresentadas em baterias que buscavam diversas informações. A aplicação do formulário se deu a partir: do treinamento de servidores da Escola do Parlamento; do alinhamento formal com a Secretaria Municipal de Educação; do agendamento com diretores das oito escolas a partir de comunicado do gabinete do secretário; de visita dos servidores do parlamento aos professores, os orientando à aplicação da pesquisa; e do autopreenchimento dos formulários por parte dos estudantes. Todas as turmas foram pesquisadas em todas as escolas, e no total foram obtidas 461 respostas de estudantes do primeiro ano, 961 do segundo, 850 do terceiro, e 25 do quarto – considerando que existiam matrículas em cursos técnicos.

Para este artigo, foram considerados inicialmente apenas os 1.895 questionários preenchidos por estudantes do ensino médio regular e, com base num processo de exclusão de formulários inconsistentes, que não estivessem ao menos 50% preenchidos, se chegou a 1.853 respostas – equivalente a 98% dos jovens do ensino médio regular e a 80% de todos os participantes do estudo.

A etapa seguinte às escolhas realizadas está associada à constituição do que se chamou de Índice de Democracia (ID). O método empregado é semelhante àquele utilizado por Martins Junior e Dantas (2004) para trabalhar com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002, ou por Dantas e Estramano (2015b) para analisar informações sobre jovens de ensino médio da Grande São Paulo. Foram combinadas variáveis do *survey* e cada uma que atendia ao critério estabelecido contabilizava um ponto ao respondente. São elas:

- a. Interesse por informação política: declarar que usa assiduamente quatro ou mais canais de informação em lista composta por telejornais, rádio, revistas impressas, YouTube, aulas, sites, redes sociais, eventos, conversas, jornais impressos pagos e jornais impressos gratuitos;
- b. Declarar desejo de obter, ou ter obtido, título de eleitor com menos de 18 anos;
- c. Afirmar que gosta de política diante da pergunta: “em relação à política você: a) não gosta e não precisa dela, b) não gosta, mas sabe da importância dela, c) gosta de política”;
- d. Declarar participação em ao menos um dos eventos sociopolíticos recentemente: passeatas, rolezinhos, abaixo-assinados, atividades no Legislativo ou ocupações de escolas;
- e. Ser filiado ou simpatizante de algum partido político;
- f. Indicar que concorda totalmente com sentença que indica serem “legítimas as manifestações de rua numa sociedade democrática”;

- g. Indicar que concorda totalmente com sentença que indica que “o voto tem poder de transformação em uma sociedade”;
- h. Indicar que concorda totalmente com duas sentenças associadas à importância da política como conteúdo escolar;
- i. Indicar que concorda totalmente com três sentenças associadas à ideia de que a participação direta de estudantes contribui para a melhoria da escola;
- j. Indicar que concorda totalmente com duas sentenças associadas à responsabilidade de cada indivíduo para a consolidação da democracia e à importância de participação ativa para o aprimoramento da sociedade.

A partir da construção do ID, que variava de 0 a 10 pontos, o objetivo foi compreender em que medida variáveis pessoais, sociais, políticas e econômicas independentes impactavam as variações do indicador. Para tanto, foram selecionados os seguintes marcadores:

- a. Gênero – masculino ou feminino;
- b. Idade – 14 a 18 anos;
- c. Cidade de origem – se nasceu na capital ou fora dela;
- d. Ano do ensino médio – do primeiro ao terceiro;
- e. Tipo de escola no ensino fundamental – privada, estadual ou municipal;
- f. Expectativa sobre mercado de trabalho ao término do ensino médio;
- g. Expectativa sobre educação ao término do ensino médio;
- h. Cor da pele – critério IBGE;
- i. Se mora com irmão(s), mãe e/ou pai;
- j. Quantidade de pessoas na casa;
- k. Escolaridade materna/paterna;
- l. Renda familiar em salários-mínimos;
- m. Possuir familiares filiados a partidos.

A partir dessas escolhas, para entender o impacto dessas variáveis no indicador, foi utilizado modelo de regressão linear simples (OLS). Seu principal intuito é definir uma relação linear entre a variável dependente – nesse caso o Índice de Democracia – e uma variável independente. O que é possível de se compreender a partir de então é a forma da relação existente entre tais variáveis e o grau dessa relação. Importante salientar que, com base no método adotado para a geração dos resultados, foram considerados 1.121 casos, total condizente com o volume de estudantes que respondeu todas as questões associadas aos marcadores acima.

## **PERCEPÇÕES DOS JOVENS BRASILEIROS SOBRE POLÍTICA – UMA REVISÃO**

Existem estudos que buscam compreender a relação de jovens brasileiros com o universo político. Não é o intuito desse artigo esgotar essa discussão, mas é relevante analisar os principais trabalhos encontrados.

Em 2002, o CESOP-Unicamp lançou a primeira versão do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), uma ampla pesquisa que, com amostra nacional, buscou conhecer o que eleitores pensavam sobre política. A partir dos resultados, Martins Junior e Dantas (2004) propuseram um Índice de Alienação Política (IAP), concentrado em três blocos de questões associados à atuação democrática dos entrevistados: 1) quanto consumiam de informações sobre política; 2) quanto se envolviam em causas sociais; e 3) quanto se aproximavam dos partidos, campanhas e candidaturas. Cada variável contemplada no indicador valia um ponto, e os resultados variavam entre 0 e 19. Mais de dois terços dos brasileiros marcaram até seis pontos, sendo que, com 13 pontos ou mais foram registrados menos indivíduos do que com zero, enfatizando que 5% dos cidadãos disseram “não” para todas as perguntas selecionadas e simbolizaram o que os autores chamaram de “alienação política”.

No que diz respeito ao perfil desses cidadãos, se observou que, quanto maiores as pontuações obtidas, mais elevado o interesse pelo voto e o comparecimento às urnas. Sobre as características socioeconômicas que impactaram o IAP, a educação formal se destacou: “[...] para cada ano de escolaridade, espera-se que o índice suba” (MARTINS JÚNIOR e DANTAS, 2004, p. 284). Ademais, ser homem, fazer parte da população economicamente ativa (PEA) e ser mais velho impactaram positivamente o indicador, mas nada de forma significativa, como sugere-se que ocorrerá com os estudantes paulistanos em relação ao ID.

Especificamente olhando para a juventude brasileira, Pedreira (2015) promove a análise dos resultados da pesquisa “Sonho Brasileiro da Política”. Diante das jornadas de 2013, a autora se perguntava: “[...] movimentos só florescem no contexto de crises efêmeras [...] [bem como se] borbulham e desaparecem porque carecem de elementos fundamentais para se sustentarem?” (PEDREIRA, 2015, p. 115). A despeito de não ter respostas para tais preocupações, a pesquisa indica que o jovem demanda mais envolvimento e informações sobre política, entende que a escola tem papel definitivo nessa realidade e indica que novos movimentos da juventude são respostas a formas inovadoras de se fazer política no Brasil.

Dantas e Estramano (2015a) seguem direção semelhante ao analisar pesquisas com jovens paulistanos. Numa delas, realizada pela Fundação Escola de Sociologia e Política em 2014, o intuito era responder a duas perguntas: “qual o nível de confiança do jovem residente na cidade de São Paulo nas instituições públicas?”; e “qual o nível de participação política do jovem na cidade?”. Parte das conclusões indica que, a despeito de ter participado intensamente das manifestações de 2013, o jovem não se envolvia formalmente “em” e “com” instituições políticas “típicas”, destacando que os movimentos daquele ano eram notadamente antipartidários e contrários às instituições formais relacionadas à política.

Olhando especificamente para estudantes do Ensino Médio atendidos por cursos livres de Iniciação Política da Fundação Konrad Adenauer nas periferias de São Paulo, Dantas e Estramano (2015b) sugeriram indicador denominado “Índice de Envolvimento Político” (IEP) composto por dez variáveis – algo semelhante ao que se propõe aqui com o ID. Com base em dados colhidos em 2011, cada resposta condizente à lógica democrática gerava um ponto. Numa escala de 0 a 10, mais de 85% dos alunos marcaram entre quatro e sete pontos, e os autores perceberam que a idade tinha impacto sobre a pontuação: “[...] a política tende a se tornar assunto interessante na medida em que os jovens amadurecem” (DANTAS e ESTRAMANO, 2015b, p. 24-25) no processo escolar – algo que Dantas e Caruso (2011) já apontavam comparando a percepção de estudantes do Ensino Fundamental com aqueles de Ensino Médio em suas sensações sobre política.

A exemplo da lógica etária, Dantas e Estramano (2015b) indicaram que o gênero também impactava, e quanto mais elevada a pontuação no indicador, maior a presença feminina – diferentemente do que Martins Junior e Dantas (2004) encontraram na população como um todo em 2002. Por fim, os autores notaram que quanto mais intenso o envolvimento com a política, maior a percepção da importância dos partidos e da existência de políticos que não são corruptos, e mais relevante o interesse pelo título de eleitor antes dos 18 anos.

Ainda utilizando os dados colhidos nos cursos da Fundação Konrad Adenauer, é de Dantas e diferentes coautores um conjunto de análises sobre o que estudantes do ensino médio pensam sobre política na Grande São Paulo (DANTAS, 2016) e em perspectiva comparada a tantas outras realidades. Em Dantas *et al.* (2019), dados paulistanos foram comparados com questionários aplicados em escolas públicas de Belém e Macapá em 2016. Nota-se que:

[...] em geral, [os jovens] têm percepções semelhantes em relação à política. Mesclam o afastamento bastante presente

no senso comum, e na sociedade em geral, com crenças mais consolidadas em torno de instrumentos essenciais da democracia. Concordam que devem participar mais, que precisam se aproximar, mas parecem carecer daquilo com o que concordam: a educação política deve estar presente nas escolas. (DANTAS *et al.*, 2019, p. 129).

Tais percepções se aproximam das conclusões de Baquero e Morais (2018) acerca da convivência da retórica e da falta de ação, ou pelo menos de uma incapacidade de agir de maneira mais ostensiva. Dantas e Lamari (2019), por sua vez, comparam a percepção sobre política de jovens de ensino médio da rede pública de São Paulo, capital, com Itapevi-SP, cidade da região metropolitana, e concluem que, com raras exceções, o olhar sobre política desses dois grupos está muito próximo. Ademais, destacam “[...] a percepção de que jovens têm interesse por política, percebem alguns valores relevantes à democracia e entendem que a escola seja o local para tais temáticas serem ensinadas” (DANTAS e LAMARI, 2019, p. 105). Conclusões semelhantes foram obtidas por Dantas, Nascimento e Silva (2016) ao comparar jovens de Araraquara, interior de São Paulo, e Suzano-SP, região metropolitana da capital. Caminham no mesmo sentido os achados de Dantas (2018), que compara pesquisas com estudantes de ensino médio paulistanos matriculados em escolas estaduais e municipais, sem notar diferenças significativas entre tais grupos.

Por sua vez, buscando compreender o que chamou de “perfil político do jovem” de escolas de ensino médio de Belo Horizonte-MG em 2008, Fuks (2012) avaliou três padrões capazes de caracterizar o estudante com base em “conhecimento político”, “participação política” e “atitudes políticas”, destacando que “[...] o tipo de escola e o interesse por política são fatores que têm, em geral, papel ativo e a classe social e a escolaridade dos pais estão, com frequência, na origem desse processo” (FUKS, 2012, p. 98). O objetivo do autor era compreender, a partir do reconhecimento de que a família e

a escola são “ambientes definidores” do perfil político dos jovens, em que medida a interação entre fatores influencia esse sujeito-estudante. Fuks (2012, p. 101) conclui que, a despeito de os ambientes familiar e escolar “[...] serem os principais meios de transmissão das três dimensões do perfil político” dos jovens, “[...] eles afetam cada uma dessas dimensões mediante mecanismos distintos”. Ou seja, as expressões “cognitiva, comportamental e atitudinal” são impactadas de diferentes maneiras, e, de acordo com o autor, a ampliação da amostra da pesquisa, assim como outros olhares sobre tais realidades, traria novos achados.

Ainda no que diz respeito às percepções de estudantes do ensino médio sobre a democracia, González, Morais e Bernardi (2020) indicam que existe perigosa degradação da visão dos jovens sobre o tema entre 2015 e 2019, de acordo com dados obtidos junto a estudantes porto-alegrenses. A pesquisa “[...] indica preocupação com grandes níveis de apatia combinados com graus relativamente elevados de intolerância e um predomínio do uso das redes sociais sem uma preocupação primária da veracidade de suas informações” (GONZÁLEZ, MORAIS e BERNARDI, 2020, p. 2-3). A despeito de tais percepções, o levantamento indica pontos de afeição do jovem à política, destacando que a internet adquire peso crescente na formação da cultura política dessa geração, o que não parece combinar com aspectos democráticos elementares. Baquero e Morais (2018), por sua vez, indicam, com base em pesquisa de 2015 com estudantes do ensino médio nas três capitais sulistas do país, que:

O engajamento dos jovens cidadãos com a política continua a ser reduzido e o apoio a princípios democráticos se localiza mais na retórica que na prática [...]. Em síntese, a cultura política juvenil contemporânea está caracterizada por sentimentos de frustração, indignação, desconfiança generalizada e incerteza sobre o futuro. (BAQUERO e MORAIS, 2018, p. 51).

Com base nos esforços para compreender padrões de relação com a política a partir das citadas pesquisas com estudantes sulistas, Zorzi (2018) procura diferenças entre instituições públicas e privadas. O autor estabelece um Índice de Competência Cívica com duas dimensões – afetiva e cognitiva – e apresenta variáveis com base no *survey*. Ao todo, foram entrevistados 737 estudantes de escolas públicas e 571 de entidades privadas entre 2015 e 2016. Em resultados que variam de 0 a 1, a média das escolas públicas fica em 0,54, contra 0,65 nas privadas. Segundo o autor: “[...] os jovens das escolas privadas superam os jovens das escolas públicas em todas as [17] variáveis de competência utilizadas para análise” (ZORZI, 2018, p. 158). Ademais, com base em exercícios estatísticos, Zorzi conclui que os “modelos de escola” potencializam “os jovens de maneiras diferentes” em relação a questões políticas. Enquanto nas públicas parece se reproduzir a cultura política existente, nas escolas particulares forma-se cidadãos aparentemente mais empoderados, por meio de “incentivos afetivos e cognitivos” capazes de os “potencializarem como atores com influência positiva da democracia” (ZORZI, 2018, p. 158).

Por fim, Forlini (2015) indica, em levantamento qualitativo com jovens do ensino médio de Araraquara-SP, que a juventude se interessa por política, tem apego a valores democráticos, reconhece a importância do tema, entende que precisa de conhecimento formal, indica a escola como local de disseminação desses conteúdos e se mostra pouco ativa diante da realidade. Aqui, mais uma vez, parece prevalecer a distância entre a existência da retórica e a ausência da ação (MORAIS e BAQUERO, 2018).

Observar os resultados desses autores sugere que “[...] os valores destas gerações, seja transmitido pela família ou pela escola, já apresentavam cultura política caracterizada pela apatia, desconfiança e baixa

participação” (GONZÁLEZ, MORAIS e BERNARDI, 2020, p. 2), mas ainda assim é possível afirmar um aparente interesse por parte da juventude em relação ao tema e um imaginado protagonismo desses agentes na construção de uma lógica democrática. Ademais, é fato que as pesquisas apresentadas por Dantas, bem como os achados de Pedreira ou de Forlini, indicam reconhecimento dos estudantes da importância desses conteúdos na escola, reconhecendo carecerem de tais informações.

A questão, assim, é compreender como essas temáticas devem ser desenvolvidas enquanto políticas públicas, bem como em que medida são reconhecidas como conteúdos basilares à cidadania. Restaria, para a conclusão dessa parte, perguntar: a política tem que estar formalmente nas fileiras escolares como disciplina ou seus conteúdos devem aparecer transversalmente na formação? Estramano (2016) elenca desafios temáticos sobre a política nas matrizes escolares, e não vê necessidade de uma disciplina formal no currículo, por exemplo. Adicionalmente, e de forma mais ampla, tais aspectos estão debatidos no relatório de 2016 do *International Civic and Citizenship Education Study* (ICCS) (Schulz et al., 2018), que busca compreender habilidades atreladas à cidadania entre estudantes de diferentes países. O Brasil, como observado, nunca participou das amostras de tal estudo, mas é possível verificar que a preocupação em saber o quanto as nações são capazes de formar cidadãos a partir das escolas tem perspectiva internacional.

A partir dessa necessidade de se consolidar uma política de “educação política”, é possível concluir, preliminarmente, que as parcelas pesquisadas das juventudes entendem a importância do tema e se afeiçoam, mesmo que retoricamente, a valores democráticos. Ademais, reconhecem a escola como espaço de obtenção de conhecimentos formais sobre o assunto, sendo necessário considerar a preocupante “institucionalização” (BAQUERO e MORAIS, 2018) de uma intolerância política e de apatia política. Por fim, é relevante considerar o impacto da família e da escola na constituição das percepções de estudantes sobre a democracia. O convívio desse processo de

formação com valores negativos sobre política cristalizados entre os mais velhos teria impacto sobre a visão dos jovens.

## O ÍNDICE DE DEMOCRACIA (ID) E A RELAÇÃO DO JOVEM COM A POLÍTICA

Diante desse contexto, o segundo objetivo deste artigo é explorar dados de pesquisa realizada em agosto de 2018 nas oito escolas municipais de ensino médio de São Paulo. Nesse trabalho, em especial, não há o intuito de entender o que esses jovens pensam sobre política e como se posicionam a respeito de diversos aspectos da democracia, algo que tem sido feito em artigos já analisados na seção anterior.

O intuito principal é compreender, com base no Índice de Democracia, quais variáveis independentes explicam oscilações no indicador. Partindo-se de estudos semelhantes, estabelece-se a hipótese de que não existem variáveis que carreguem peso significativo para justificar com ênfase as alterações do ID. Isso se mostrou assim em Martins Junior e Dantas (2004), Dantas e Estramano (2015b), Fuks (2012) e Zorzi (2018). No primeiro caso, o gênero, a escolaridade e a idade foram marcadores discretos de diferenças. No segundo estudo, o gênero e o ano de estada no ensino médio apareceram com alguma influência. Já no terceiro, a classe social e a escolaridade dos pais se destacaram. Por fim, no quarto trabalho, o tipo de escola pesou – pública ou privada. Nada, no entanto, foi capaz de ofertar aos pesquisadores posições conclusivas absolutas.

A partir disso, para contribuir com o debate, o intuito aqui é observar características que expliquem a relação dos jovens com a política, mesmo se imaginando que o indicador construído não será percebido em suas variações por características pessoais, familiares, sociais e econômicas. Não se defende aqui que o apreço pela política seja algo aleatório, mas sim será reforçada a percepção de se tratar de fenômeno complexo que se expressa de diferentes maneiras e por distintas

razões que não parecem reagir de forma organizada a um conjunto de variáveis independentes.

O público pesquisado nas escolas paulistanas municipais pode ser resumidamente caracterizado da seguinte forma: 51% de homens e 49% de mulheres; média etária de 16,5 anos; 93% naturais de São Paulo, capital; 315 matriculados no primeiro ano, 815 no segundo, e 723 no terceiro; mais de 60% cursaram o ciclo II do ensino fundamental em escolas municipais, outros 27% em instituições estaduais; 38% se declaram pardos, 20% pretos, e 37% brancos, seguindo critérios do IBGE; 25% se dizem católicos, 27% sem religião, e 26% evangélicos; 40% moram com pai, mãe e irmão(s), 49% vivem com o pai e a mãe sem coabitação com irmãos, e 80% vivem com a mãe, sem coabitação com pai e irmãos, sendo que nas casas desses estudantes moram em média 4,5 pessoas; 52% das mães têm ao menos o ensino médio completo, com 16% apresentando superior completo; 41% dos pais completaram ao menos o ensino médio, sendo que 10% terminaram a faculdade; mais de um quarto trabalha (26%) e outros 51% procuravam emprego; quando terminassem o ensino médio, 64% iriam procurar ocupação profissional, 67% indicaram que cursariam uma faculdade, e apenas 1,5% indicaram que não desejavam trabalhar, tampouco estudar imediatamente após essa fase da educação. Por fim, 69% têm renda familiar entre mais de um salário-mínimo e menos de cinco salários-mínimos.

Feitas as caracterizações do público, seguiu-se a aferição do indicador. O Índice de Democracia, que varia de 0 a 10 pontos, encontrou um pouco menos de 15% dos participantes que não marcaram um ponto sequer. Tendo por base as onze pontuações possíveis associadas ao ID, 78% se situaram nos quatro resultados mais baixos, entre 0 e 3 pontos; 20% ficaram nas três posições intermediárias, de 4 a 6 pontos; e apenas 2% se situaram nas posições mais elevadas, entre 7 e 10 pontos.

A distribuição dos resultados se assemelha àquela obtida por Martins Junior e Dantas (2004), com base no estudo da Unicamp de 2002 – a despeito de

as variáveis e o instrumento de coleta serem muito diferentes, assim como o público-alvo. Ainda assim, a título de percepção, os resultados negativos colhidos por Zorzi (2018) também não parecem muito diferentes do que se observa na Tabela 1 sobre os jovens paulistanos.

**Tabela 1.** Índice de Democracia (ID):  
estudantes de escolas públicas paulistanas de ensino médio

Pontuação	Total de estudantes	% sobre o total	% acumulado
0	268	14,46%	14,46%
1	419	22,61%	37,08%
2	418	22,56%	59,63%
3	340	18,35%	77,98%
4	197	10,63%	88,61%
5	106	5,72%	94,33%
6	64	3,45%	97,79%
7	30	1,62%	99,41%
8	7	0,38%	99,78%
9	3	0,16%	99,95%
10	1	0,05%	100,00%

Fonte: Escola do Parlamento de São Paulo-SP – tabulações para esta pesquisa.

Tendo em vista a distribuição dos estudantes de acordo com os resultados do ID, o objetivo principal é entender a influência de variáveis explicativas nas oscilações percebidas. Com base na utilização de instrumento de regressão linear simples, os resultados apresentados na Tabela 2 estão associados a um tipo padrão de estudante, desenhado a partir da ideia de se tratar de um menino, com 14 anos, autodeclarado preto, natural de São Paulo-SP, matriculado no primeiro ano, que cursou escola estadual no ensino fundamental e que, ao término do ensino médio, pensa em procurar emprego, bem como deseja cursar faculdade, mora com mãe, pai e algum irmão, seus pai e mãe têm ensino fundamental incompleto, e declara possuir familiar filiado a um partido político.

Ademais, testou-se o que significaria o impacto de cada pessoa a mais que o estudante diz morar na casa onde vive, ou seja, se procurou entender o que ocorre cada vez que se adiciona uma pessoa na casa em relação ao Índice de Democracia. Por fim, em relação à renda familiar, com base no valor médio de cada alternativa da pesquisa, tratou-se de entender o que o incremento de uma categoria superior de renda impactava no indicador.

É em relação a esse “estudante padrão” que será possível verificar em que medida as variáveis selecionadas explicam as oscilações de ID. Assim, por exemplo: partindo da ideia de que o padrão estabelecido é o masculino, o que ocorre com o indicador se tivermos uma estudante mulher? Tendo em vista que o jovem tem 14 anos, o que ocorre quando se incrementa um ano de vida? E assim por diante. Em resumo: o método busca dimensionar o quanto as mudanças nas variáveis impactam os resultados do ID. Em relação ao gênero, por exemplo, os achados indicam variação mínima negativa de 0,03 ponto, e isso não tem significância alguma, dado que p-valor é inferior a 5%.

Com base nos resultados colhidos na regressão, nota-se, com raras exceções, que não existe variável capaz de alterar a pontuação do indicador em meio ponto, por exemplo, a cada mudança de característica do indivíduo. Ademais, na última coluna, raros são os resultados com p-valor de 5%, ou seja, estatisticamente significativo.

Assim, o indicador tem alteração relevante, e a variável apresenta alguma significância em apenas duas características. A primeira está associada à ideia de não ser natural de São Paulo, e aqui o indicador tem incremento de praticamente meio ponto. Em se tratando de algo que varia de 0 a 10, é razoável partir da ideia de que ser de fora da cidade significa algo. Na segunda o impacto é mais relevante: quando assume que o respondente tem familiar filiado a um partido político, a despeito de qual seja, o indicador avança quase um ponto em relação àqueles que não sabem ou afirmam que não têm familiares nessa condição. Essa é a característica mais significativa em relação ao ID. Aspectos típicos como escolaridade dos pais, formato da família, ano

em que está na escola, renda, cor da pele, gênero etc. colaboram muito pouco, e com baixa significância sobre o fenômeno.

**Tabela 2.** Impacto das variáveis independentes sobre as variações do Índice de Democracia com base em regressão linear simples

Característica	Coefficiente	Erro Padrão	t	P> t
Sexo – masculino				
Feminino	-.0309258	.1125027	-0.27	0.783
Idade – 14 anos				
15	-.0142512	.8122639	-0.02	0.986
16	-.1406677	.8150021	-0.17	0.863
17	-.0017458	.8195279	-0.00	0.998
18	-.3086938	.8388448	-0.37	0.713
Cor – preta				
Branca	.2141087	.3488649	0.61	0.540
Parda	-.0101301	.500699	-0.02	0.984
Amarela	.2426208	.3483959	0.70	0.486
Indígena	.2999879	.3602208	0.83	0.405
Cidade de origem – São Paulo				
Fora SP	.4558997	.2401103	1.90	0.058
Ano no Ensino Médio – 1º				
2º	.2159074	.1795611	1.20	0.229
3º	.2408949	.2047072	1.18	0.240
Origem escolar – Escola Estadual				
Municipal	-.1223691	.1250255	-0.98	0.328
Particular	-.0847837	.1901987	-0.45	0.656
Desejo mercado – procurar trabalho				
Continuar trabalhando	.1443433	.1275504	1.13	0.258
Não pretende trabalhar	-.1180168	.1822943	-0.65	0.518
Desejo estudo – cursar faculdade				

... continuação Tabela 2

Curso técnico	-.0947243	.1304861	-0.73	0.468
Não pretende estudar	-.1241966	.2370741	-0.52	0.600
SIM, mora com irmão(s)				
Não mora com irmão(s)	-.1796999	.1343957	-1.34	0.181
SIM, mora com mãe				
Não mora com mãe	.0865341	.1578226	0.55	0.584
SIM, mora com pai				
Não mora com pai	-.1388717	.1208866	-1.15	0.251
Renda Familiar	-.0344996	.0629742	-0.55	0.584
Total de pessoas na casa	.0167448	.0384032	0.44	0.663
Familiar filiado a partido				
Não	-.9758086	.2262739	-4.31	0.000
Não sabe se tem	-.9395396	.2437788	-3.85	0.000
Escolaridade materna – fundamental incompleto				
Fundamental completo	.2342642	.2367924	0.99	0.323
Médio incompleto	.3778447	.2002503	1.89	0.059
Médio completo	.1466677	.168	0.87	0.383
Superior incompleto	-.4253234	.2487643	-1.71	0.088
Superior completo	-.0434447	.2252326	-0.19	0.847
Pós-graduação	.1550956	.2812401	0.55	0.581
Escolaridade paterna – fundamental incompleto				
Fundamental completo	-.1513302	.2213028	-0.68	0.494
Médio incompleto	-.1550752	.186226	-0.83	0.405
Médio completo	-.0226304	.1578684	-0.14	0.886
Superior incompleto	.1064909	.2401811	0.44	0.658
Superior completo	-.0368919	.2410307	-0.15	0.878
Pós-graduação	-.1821392	.3115676	-0.58	0.559

Fonte: Escola do Parlamento de São Paulo-SP – tabulações para esta pesquisa.

Com base em tal percepção, parece razoável tentar entender o que caracteriza os jovens que afirmam ter familiares filiados a partidos. Em média eles marcaram 3,5 pontos dos 10 possíveis no ID, contra 2,5 pontos dos demais. No entanto, as diferenças entre esses dois grupos são discretas. Média de idade, gênero, quantidade de pessoas morando na mesma casa, ano em que se encontra no ensino médio têm variações mínimas. O que parece diferenciar esses estudantes é: um percentual discretamente superior de brancos; renda familiar pouco mais elevada; escolaridade materna levemente mais alta e paterna levemente mais baixa. Tudo isso de forma discreta, o que significa dizer, em síntese, que não foi possível enxergar, a partir do ID, características marcantes que expliquem variações no envolvimento e valorização da política por parte desse grupo de estudantes de ensino médio. Assim, o que a regressão aponta é que a reconhecida aproximação familiar a partidos é o que mais pesa nas variações do indicador. Fuks (2012) indica a influência da família na percepção política dos jovens, o que pode ser em parte mostrado por este achado, mas, a exemplo do que o autor, bem como Zorzi (2018), verifica, é a necessidade de um estudo mais amplo que, no caso em especial da pesquisa aqui utilizada, vá além das oito escolas de ensino médio da Prefeitura paulistana.

## CONCLUSÕES

Os resultados obtidos para o Índice de Democracia, constituído a partir de pesquisa com jovens de ensino médio de escolas públicas da Prefeitura de São Paulo, não tiveram suas oscilações explicadas por parte expressiva das variáveis independentes utilizadas. Tal achado, que se aproxima da hipótese lançada inicialmente, e parece alinhado com outros estudos, não invalida os esforços empreendidos. O que é importante apreender dessa realidade está associado a quanto outros elementos do cotidiano seriam capazes de explicar a relação dos jovens

com a política. O indicador constituído, inclusive, precisa ser percebido em algo mais amplo: em geral os jovens não parecem afeiçoados ao assunto – e esse ponto divide autores e seus achados.

Isso porque, nesse caso, pouco menos de 80% de todo o universo marcou entre 0 e 3 pontos num índice que vai até 10. Encontrar algo capaz de explicar variações expressivas nesse indicador estava no campo da exceção, e foi simbolizado pela origem em outra cidade e, mais fortemente, pela existência de familiares filiados a partidos políticos. Se desconsiderarmos esses dois marcadores, será possível afirmar que a afeição do jovem pela política, ao menos desse grupo tomado para o estudo, não tem relação com as características selecionadas.

A partir de tais conclusões, se fortalecem os estudos de Fuks (2012) e Zorzi (2018), que buscaram compreender a lógica da política na vida dos jovens a partir de conceitos mais complexos e com base em diferentes percepções atreladas a distintos fenômenos, etapas de vida e olhares. Mas, tendo em vista os achados a partir da formulação do ID, o que seria possível pensar em termos de políticas públicas? A pesquisa mostrou um resultado aquém do desejado em termos de afeição a aspectos democráticos; no entanto, mesmo que de forma retórica, como sugeriram Baquero e Morais (2018), os estudantes reconhecem a importância de características associadas à democracia e entendem a escola como espaço de formação política. Isso reforça o que Dantas, em diferentes estudos, bem como Pedreira (2015) e Forlini (2015), apontam.

Observando separadamente as respostas dos 2.317 estudantes da pesquisa, não parece possível desprezar que: 73% concordam com o acesso do jovem de 16 anos às urnas; 74% entendem o voto como um direito, e não como obrigação; e que é de 74% o grau de concordância com a sentença “a educação política deve estar presente nas escolas”, bem como que é de 76% a percepção de que o “voto tem poder de transformação”, e de 68% a aceitação da ideia de que “é necessário aprender política na escola”. Mesmo que isso seja retórico, não se pode

desprezar tais resultados, assim como não se pode menosprezar o fato de que há 65% ou mais de concordância com as frases “justiça privilegia os políticos”, “a corrupção é o maior problema do país”, “a política está distante dos jovens” e “a mulher é discriminada na política”.

Tais pontos desafiam a democracia, e isso está em jogo num debate dessa natureza. Os resultados, assim, parecem se aproximar de percepções associadas a uma crise democrática – algo que não se aprofundará aqui. Mas que se destaque: indicadores preocupados com a democracia no Brasil mostram retrocessos recentes em sua qualidade, na percepção de aumento da corrupção e na escalada da violência. A confiança nas instituições formais, e principalmente na política, atinge níveis baixos e alarmantes (FERNANDEZ e TESTA, 2021), e tais fenômenos podem estar associados à incapacidade de se educar a sociedade para o exercício democrático.

Assim, as políticas públicas de educação devem contemplar o desafio de incluir em seus conteúdos e práticas o universo da democracia e da política. O que este estudo buscou reforçar é o reconhecimento dos jovens em relação a isso, bem como buscou encontrar o impacto de variáveis explicativas no envolvimento ou percepção democrática de estudantes. Essa é a lacuna que ainda merece atenção: a amostra restrita a estudantes de poucas escolas municipais levou a conclusões semelhantes àsquelas de Fuks (2012) sobre a importância de aprofundamentos dessas pesquisas. O desafio é enfrentado por Morais, Baquero, Zorzi e outros pesquisadores na região sul do Brasil, ampliando o total de cidades e diversificando o perfil dos estudantes, assim como por Dantas e coautores, que comparam percepções em distintas realidades municipais. No entanto, é fato que conhecer como pensam esses agentes por meio de uma pesquisa nacional e padronizada contribuiria para reforçar o desenho de uma política pública de educação política para a democracia, bem como para enfrentar o desafio de se conhecer o que os mais jovens pensam sobre a temática.

## SOBRE OS AUTORES

**Humberto Dantas:** Cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela USP, e pós-doutor em Administração Pública pela FGV-SP. Coordenador do curso de graduação em Gestão Pública da FipeEES, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas em Administração Pública, tendo a educação política como tema de sua pesquisa, e coordenador da pós-graduação em Ciência Política da FESPSP.

**Ana Julia Bernardi:** Doutora e mestra em Ciência Política pela UFRGS, professora visitante na pós-graduação de Ciência Política da FESPSP, professora na graduação em Gestão Pública na FipeEES. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (Nupesal-UFRGS). Bacharela em Relações Internacionais (ESPM, 2013) e em Políticas Públicas (UFRGS-2019). Diretora de projetos do Instituto Democracia em Xeque. Atua como pesquisadora e consultora em temáticas relacionadas à educação política, políticas públicas, educação midiática, combate à desinformação, projetos sociais e juventude(s).

**Jennifer Moraes:** Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL) e editora assistente da Revista Debates..

## REFERÊNCIAS

1. BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer. Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil? In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritas, 2018. p. 15-56.
2. BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
3. BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 19 jul. 2023.
4. BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 19 jul. 2023.
5. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
6. COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. *Cadernos Adenauer*, v. 11, n. 3, 2010.
7. DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: UNB, 2001.
8. DANTAS, Humberto. Escolas municipais e escolas estaduais – essa variável pesa na percepção sobre política de jovens da Grande São Paulo? *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 11, 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/147>. Acesso em: 19 jul. 2023.
9. DANTAS, Humberto. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. *Cadernos Adenauer*, v. 17, n. 1, 2016.
10. DANTAS, Humberto; CARUSO, Vinicius. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. *Revista E-Legis*, v. 4, n. 7, 2011. DOI <https://doi.org/10.51206/e-legis.v7i7.82>
11. DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Rodrigo. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. *Cadernos Adenauer*, v. 16, n. 1, 2015a. Disponível em: [https://www.kas.de/documents/265553/265602/7\\_file\\_storage\\_file\\_16491\\_5.pdf/e8f8f97d-4889-8ab1-b944-58c51ae3cff4](https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_16491_5.pdf/e8f8f97d-4889-8ab1-b944-58c51ae3cff4). Acesso em: 19 jul. 2023.
12. DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Rodrigo. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. *Conexão Política*, v. 4, n. 1, 2015b. DOI: <https://doi.org/10.26694/rcp.issn.2317-3254.v4e1.2015.p%25p>
13. DANTAS, Humberto; LAMARI, Roberto. A relação de jovens do ensino médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo-SP e Itapevi-SP. *Revista do Legislativo Paranaense*, n. 3, 2019. Disponível em: <http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/76>. Acesso em: 19 jul. 2023.
14. DANTAS, Humberto; NASCIMENTO, Alessandra; SILVA, Bruno. Mapeando o que os jovens pensam sobre a política: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 8, n. 29, 2016. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/article/view/113>. Acesso em: 19 jul. 2023.
15. DANTAS, Humberto *et al.* Educação Política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de ensino médio sobre a política. *Revista E-Legis*, v. 12, n. 30, 2019. DOI: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v12i30.518>

16. ESTRAMANHO, Rodrigo. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. *Cadernos Adenauer*, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: [https://www.kas.de/c/document\\_library/get\\_file?uuid=304ea079-726e-1e70-8505-7d68fff495a0&groupId=265553](https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=304ea079-726e-1e70-8505-7d68fff495a0&groupId=265553). Acesso em: 19 jul. 2023.
17. FERNANDEZ, Michelle; TESTA, Graziella. O IDL em perspectiva comparada: Possibilidades e limites da medição da democracia a nível local e nacional. In: MORAES SILVA, Diego; DANTAS, Humberto (Orgs.). *Índice de democracia local: estudos a partir da experiência de São Paulo*. Curitiba: Instituto Atuação, 2021. p. 203-217.
18. FORLINI, Danilo. *Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2015.
19. FREIRE, Myla. Abordagens teóricas relevantes para o estudo da educação política. *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 48-64, 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/145>. Acesso em: 19 jul. 2023.
20. FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100005>
21. GONZÁLEZ, Rodrigo; MORAIS, Jennifer; BERNARDI, Ana Julia. O novo ovo da serpente: emergência de valores antidemocráticos na juventude do Sul do Brasil. In: ENCONTRO DA ABCP, 12., 2020, João Pessoa. *Anais do XII Encontro da ABCP*. João Pessoa, 2020.
22. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf). Acesso em: 19 jul. 2023.
23. JARDIM, Luiza. O que se entende por educação política no Brasil? *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 33-45, 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/144>. Acesso em: 19 jul. 2023.
24. MARTINS JUNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. O Índice de Participação e a importância da educação. *Revista Opinião Pública*, v. 10, n. 2, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762004000200005>
25. NETO, Lira. *Getúlio: 1930-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
26. PEDREIRA, Beatriz. Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto. *Cadernos Adenauer*, v. 16, n. 1, 2015.
27. PELLANDA, Andressa. Potencialidades e limitações da educação política no currículo escolar brasileiro: um resgate histórico e uma análise de contexto. *Cadernos Adenauer*, v. 17, n. 1, 2016.
28. RESENDE, João Francisco. Educação escolar, hábitos e atitudes políticas: considerações sobre a experiência brasileira. *Cadernos Adenauer*, v. 11, n. 3, p. 37-53, 2010. Disponível em: [https://acervo-digital.espm.br/clipping/20101022/educacao\\_escolar\\_habitos\\_e\\_atitudes\\_politicas-6.pdf](https://acervo-digital.espm.br/clipping/20101022/educacao_escolar_habitos_e_atitudes_politicas-6.pdf). Acesso em: 19 jul. 2023.
29. RIBEIRO, Vera. Apresentação. In: AÇÃO EDUCATIVA. *A ideologia do Movimento Escola sem Partido*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

30. SANTOS, Alexsandro. Uma promessa não cumprida da democracia: fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira. In: DANTAS, Humberto; LUZ, Joyce (Coords.). *Ciência política e políticas de educação*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2021. p. 169-184.
31. SANTOS, Alexsandro. A escola básica e a educação política para a cidadania: provocações para um debate necessário. *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 17-31, 2018. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/143>. Acesso em: 19 jul. 2023.
32. SANTOS, Alexsandro. *Pátria, nação e povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
33. SCHULZ, Wolfram *et al.* *Becoming citizens in a changing world: IEA International Civic and Citizenship Education Study 2016*. International Report. Amsterdam: IEA, 2018.
34. ZORZI, Felipe. Educação e desigualdade: socialização política comparada em escolas públicas e privadas. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritos, 2018. p. 135-164.

Submissão em: 28 jun. 2023.

Aceito em: 08 jul. 2023.





DOSSIÊ

# **EXPLORANDO O EFEITO DAS CLIVAGENS SOCIAIS E POLÍTICAS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL**

*EXPLORING THE EFFECT OF SOCIAL  
AND POLITICAL CLEAVAGES ON YOUTH  
POLITICAL PARTICIPATION*

Julian Borba\* 

Éder Rodrigo Gimenes\*\* 

Gregório Unbehaun Leal da Silva\*\*\* 

\* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
[borbajulian@yahoo.com.br](mailto:borbajulian@yahoo.com.br)

\*\* Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.  
[ergimenes@uem.br](mailto:ergimenes@uem.br)

\*\*\* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.  
[cienciapoliticaporgregorio@gmail.com](mailto:cienciapoliticaporgregorio@gmail.com)

## RESUMO

Analisa-se o efeito das clivagens social e política sobre a participação política de jovens em distintas modalidades de engajamento político. Para tanto, foram testadas hipóteses de que [H1] as clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens, [H1a] mulheres jovens participam mais do que homens jovens e [H2] as clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política de jovens. Os dados são oriundos de *survey* aplicado junto a estudantes do ensino médio de Porto Alegre pelo Nuposal (UFRGS). Os achados confirmaram parcial e/ou integralmente as hipóteses, denotando haver diferenciação entre os determinantes da participação juvenil conforme as modalidades testadas, com destaque para o impacto do gênero na clivagem social e do processo de socialização nos anos impressionáveis, levantando aspectos para a continuidade da agenda de pesquisas sobre o tema no Brasil.

**Palavras-Chave:** Comportamento Político; Participação Política; Juventude; Democracia; Brasil.

## ABSTRACT

*This article studies the effect of social and political cleavages on the political participation of young people in different modalities of political engagement. Therefore, we tested hypotheses that [H1] social cleavages have effects on the political participation of young people, that [H1a] young women participate more than young men, and that [H2] political cleavages have no effects on the political participation of young people. The data are from a data bank from a survey applied by NUPESAL (UFRGS) to students at the secondary school level in Porto Alegre. The figures partially and/or fully confirm the hypotheses, denoting a difference between the determinants of youth participation according to the modalities tested, with emphasis on the impact of gender on social cleavage and the process of socialization in the impressive years, raising aspects for the continuity of research on this topic in Brazil.*

**Keywords:** Political Behavior; Participation Policy; Youth; Democracy; Brazil.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A conformação da cultura política dos indivíduos e seu impacto sobre a democracia é tema recorrente da agenda de pesquisas na área de comportamento político desde o seminal estudo de Almond e Verba (1963), que inaugurou as discussões sobre atitudes, valores e percepções dos cidadãos com relação à política. Em seis décadas desde a publicação de *The civic culture*, são inúmeras as perspectivas analíticas desenvolvidas, com ênfase na questão da participação e seus impactos sobre a qualidade e legitimidade de regimes democráticos e nas características que se relacionam com o comportamento político individual, como escolaridade, gênero e idade, por exemplo.

Em se tratando especificamente da questão etária, Dahl (1997) afirma que as duas primeiras décadas de socialização são cruciais à formação da cultura política dos indivíduos, pois trata-se do período de socialização primária, que ocorre basicamente em duas instituições, família e escola, nas quais convivemos durante nossa infância e adolescência. Conforme o autor, nessas décadas que configuram anos impressionáveis, a cultura política dos cidadãos se molda de modo a compor a base daquilo que orientará seus comportamentos, atitudes e valores no segundo período de socialização, que ocorre em instituições relacionadas ao trabalho e outras experiências da vida adulta, as quais podem até alterar ou incorporar novas crenças, mas têm como ponto de partida aquilo que se forjou ao longo da infância e parte da juventude.

De modo semelhante, Easton (1975), ao definir as medidas de adesão dos indivíduos ao regime democrático por meio da divisão entre apoio difuso e específico, afirmou que a conformação da primeira medida, de caráter normativo, ocorre também ao longo de seu processo de amadurecimento, sendo a juventude um período importante de socialização política.

Recentemente, Dolezal (2022) discutiu o impacto de clivagens sociais e políticas sobre a participação política entre um conjunto de 29 países

européus, com dados do *European Social Survey* (ESS) de 2018 e 2019, buscando identificar os impactos de características sociodemográficas e de posicionamento com relação a questões de ordem política e que podem gerar posicionamentos polarizados. O autor destacou a relevância da idade como variável explicativa de diferentes modalidades de engajamento dos indivíduos na política, o que reforça a pertinência da compreensão dos efeitos dessa característica no comportamento político individual, especialmente neste contexto, em que assiste-se ao avanço do conservadorismo e ao questionamento da legitimidade dos regimes democráticos em diversos países, inclusive pelas vias institucionais – como alertaram Levitsky e Ziblatt (2018) – como as eleições e discursos e/ou ações antidemocráticas de presidentes como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil, por exemplo.

Focando mais detidamente no caso nacional e pensando a relação entre juventude, participação e política, neste ano de 2023 completa-se 10 anos desde as “Jornadas de Junho”. Para uma parcela dos jovens, aquele foi o primeiro momento de contato com alguma ação política, assim como para parcela expressiva da população com mais idade, tanto que emergiu a máxima “O gigante acordou”, como se aquele fosse um primeiro momento de mobilização política nas ruas, a despeito de ondas de protestos ocorridas, por exemplo, no período das “Diretas Já” e pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello, em 1984 e 1992, respectivamente (TATAGIBA, 2014).

Fato é que muitos jovens foram às ruas; depois vieram os “rolezinhos”, como movimentos de crítica e ocupação de espaços públicos, com destaque aos *shopping centers* (CALDEIRA, 2014), as ocupações de escolas públicas por estudantes secundaristas entre 2015 e 2016 (TAVOLARI *et al.*, 2018) e a campanha pela inscrição de jovens para quem o voto era facultativo nas eleições de 2022 pela Justiça Eleitoral, buscando sensibilizar os adolescentes com idade entre 16 e 17 anos sobre a importância da participação eleitoral e do envolvimento na política.

Ante a esse contexto, o presente artigo tem o objetivo de analisar o efeito das clivagens social e política sobre a participação de jovens brasileiros em distintas modalidades de engajamento político. Nessa investigação, buscamos testar algumas hipóteses. A primeira diz respeito à expectativa de impacto de variáveis relacionadas ao perfil sociodemográfico desse grupo etário:

*H1. As clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens.*

Um desdobramento dessa hipótese é que, considerando mudanças culturais decorrentes do desenvolvimento humano (INGLEHART e WELZEL, 2009) e do avanço de conquistas sociais e de visibilidade pública de pautas femininas e feministas no Brasil nas últimas décadas, haja diferenciação expressiva entre a participação de jovens conforme o gênero, de modo que:

*H1a. Mulheres jovens participam mais do que homens jovens.*

Avançando às clivagens políticas, buscamos analisar os impactos das atitudes de tolerância a distintos grupos e das opiniões sobre o papel e tamanho do Estado em termos econômicos, sobre a participação.

*H2. As clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política de jovens.*

A fim de desenvolver testes empíricos que oferecessem possibilidade de testar nossas hipóteses, mobilizamos a pesquisa realizada entre jovens de Porto Alegre em 2019, presencialmente, pela equipe do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Nuposal/UFRGS), com estudantes secundaristas, que atingiu 865 respondentes. Trata-se de uma base vinculada ao projeto “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”,

coordenado pelo Professor Marcello Baquero, da qual extraímos os dados para esta discussão.

O artigo apresenta em sua estrutura outras quatro seções para além desta, introdutória. Na sequência, expomos um quadro teórico sintético do debate sobre participação, juventude e clivagens, a fim de estabelecer o *corpus* em que esta investigação está fundamentada. A terceira seção expõe aspectos metodológicos das análises, e a quarta trata dos resultados e sua discussão. Por fim, tecemos considerações finais acerca dos achados da pesquisa e potencialidade de debates com a agenda nacional e internacional em curso.

## **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE EM PERSPECTIVA TEÓRICA**

O desenvolvimento do debate acadêmico sobre participação política pode ser sintetizado em duas perspectivas. A primeira se preocupa com a classificação das modalidades de envolvimento dos cidadãos com a política, inicialmente partindo da diferenciação entre modalidades convencionais – tradicionais, relacionadas ao período eleitoral – e, pouco tempo depois, não convencionais – decorrentes de atividades contestatórias ou não convencionais – com a inserção de novas formas de atuação ao longo das décadas e conforme os contextos sociopolíticos se alteraram, como dimensiona o balanço teórico de Borba (2012), por exemplo.

A segunda perspectiva dos estudos sobre participação analisa os determinantes e a evolução dessas modalidades entre a população. Quanto aos determinantes, a teoria do voluntarismo cívico se constitui no esforço intelectual mais abrangente sobre o tema, destacando o papel dos recursos individuais (renda, escolaridade, tempo) e coletivos (as habilidades cívicas desenvolvidas através do associativismo civil)

(VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995). Dessa forma, como os recursos estão distribuídos de maneira desigual nas sociedades, isso se reflete em padrões desiguais de participação política.

Já no que se refere aos padrões de participação, o diagnóstico mais aceito nas últimas décadas aponta, por um lado, a redução do envolvimento de indivíduos em modalidades mais tradicionais de participação, combinada com a elevação de atuações não convencionais, de modo que estaria em curso uma mudança cultural, no sentido do estabelecimento de uma cidadania crítica (NORRIS, 2007) baseada em valores de autoexpressão e preferência pela participação menos hierarquizada e mais direta, em diálogo com a mudança cultural no sentido do estabelecimento do pós-materialismo (INGLEHART e WEZLEL, 2009).

Nesse contexto, especialmente em democracias consolidadas, mas também, em alguma medida, em democracias mais jovens, haveria redução da participação eleitoral e do partidarismo, por um lado, bem como aumento do envolvimento individual em manifestações e protestos e na atuação por meio do ciberativismo, por outro. Sobre tal diagnóstico, tem-se duas considerações: primeiramente, denota-se o impacto da mobilização de distintos repertórios de ação política (BARNES e KAASE, 1979) pelos indivíduos sobre a participação de modo amplo, que passaram a mobilizar distintas modalidades de participação conforme o objeto e o objetivo políticos; e, em segundo lugar, que tais mudanças em termos de padrões de engajamento impactam as novas gerações no sentido de que são socializadas com maior ou menor percepção sobre a relevância de determinadas modalidades de ação política.

Acerca desse segundo aspecto, especificamente com relação aos jovens, Milbrath e Goel (1977) sinalizaram que a participação é menos recorrente entre os jovens do que entre as demais faixas etárias e aumenta ao longo da vida adulta, com redução na velhice, o que

posteriormente foi reafirmado em estudos como os de Wattenberg (2003) e Blais e Rubenson (2013).

Tais resultados são reafirmados pelo recente trabalho de Dolezal (2022), que buscou identificar o impacto de clivagens sobre a participação política, asseverando que tal relação ainda não fora explorada pela Ciência Política. Em se tratando de clivagens, o autor explorou dois conjuntos de variáveis relacionadas às perspectivas social e política para compreender como um conjunto amplo de cidadãos europeus se relacionava com formas de participação política eleitorais e não eleitorais.

Antes de avançarmos ao debate e aos resultados de Dolezal (2022), cabe destacar que, de acordo com as contribuições de Bartolini e Mair (1990), clivagens são caracterizadas por divisões sociais e de valores associados às preferências partidárias. Bartolini e Mair (1990) explicam que se trata de uma relação relativamente estável ao longo do tempo entre um grupo ou grupos sociais que compartilham características e/ou valores semelhantes e um partido político. Moreno (2019), por sua vez, corrobora as ideias apresentadas por Bartolini e Mair (1990). Essa relação estável entre grupos sociais e partidos políticos indica que uma clivagem é um fenômeno mais complexo do que a simples associação entre determinadas questões estruturais e o voto.

Já Deegan-Krause (2007, 2013) propôs uma distinção entre clivagens “completas” e “parciais” com base no número de elementos de clivagem existentes, conforme definido por Bartolini e Mair (1990). Tal diferenciação se basearia em categorias de “diferença” (um único elemento de clivagem), “divisão” (dois elementos) e “clivagem completa” (todos os três elementos): a diferença ou “divisão de posição” seria uma divisão baseada em estrutura e atitudes, que se assemelharia à combinação entre diferenças estruturais e atitudinais sem que houvesse relação política correspondente; a divisão “por questões” representaria a interação entre as atitudes políticas e o partidarismo, sem um elemento estrutural dominante; e, por fim, a

clivagem completa, ou “divisão de censo”, seria uma aliança entre escolhas políticas e identidade de grupo, sem necessariamente aspectos atitudinais envolvidos.

De modo a operacionalizar sua investigação, Dolezal (2022) trabalhou com as perspectivas de clivagens social e política. A primeira buscou refletir diferenças comportamentais a partir de variáveis sociodemográficas relacionadas a características de gênero, idade, escolaridade e classe social, aos moldes do debate sobre centralidade social, em que aqueles que possuem características mais centrais, sob a perspectiva da estrutura social, tenderiam ao maior engajamento e à realização de atividades mais complexas (MILBRATH, 1965; REIS, 1978, 2000; REIS e CASTRO, 1992; AVELAR, 2004). Nesse sentido, tais variáveis foram inseridas nos modelos explicativos com a expectativa de identificação do impacto do status socioeconômico sobre a participação política, o que dialoga, em alguma medida, com a teoria do voluntarismo cívico de Verba, Scholozman e Brady (1995), que postularam que a participação implica disponibilidade de recursos que permitam o engajamento.

Já com relação à clivagem política, Dolezal (2022) baseou-se em indicadores que perpassam o debate clássico baseado em contraposições entre posicionamentos econômicos à esquerda x direita e politicamente liberais x autoritários, baseando-se em aspectos que dimensionam as posições divergentes de grupos que se colocam como mais progressistas ou conservadores sob diferentes perspectivas no contexto político.

Em termos de explicações, o autor buscou identificar os impactos das clivagens sobre o comparecimento eleitoral, o partidarismo, envolvimento em protestos e boicotes (consumo) e também ciberativismo, sendo que, para além de modelos de regressão para cada modalidade, foi também apresentado outro com vistas à identificação do efeito das clivagens enquanto determinantes do conjunto de formas de envolvimento político

analisadas. De modo objetivo com relação à temática deste artigo, destacamos que Dolezal (2022) encontrou resultados que confirmam o que a literatura vem destacando recorrentemente com relação à participação de jovens: idade tem efeitos positivos entre modalidades tradicionais (convencionais) de atuação política e negativo para modalidades não tradicionais (não convencionais), o que significa que o passar do tempo (anos de vida) estimula o envolvimento em formas convencionais ou eleitorais de relacionamento com a política e, ao contrário, diminui a participação não tradicional<sup>1</sup>.

Acerca dos estudos sobre participação política de jovens no Brasil, um texto de destaque nessa agenda de estudos no âmbito do comportamento político é a pesquisa de mestrado de Okado (2013), que buscou responder se haveria efeitos do ciclo de vida ou de gerações sobre a participação política dos brasileiros. Em seu balanço teórico, o autor destacou que o debate sobre juventude e participação política no país até aquele momento perpassava majoritariamente os processos de socialização juvenil, em que o envolvimento com a política era um dos aspectos dentro da conformação da cultura desses indivíduos, como presente em Abramo (1994, 2011), Abad (2002) e Sposito (2013).

Por meio de análises de dados do Latinobarômetro para os anos de 1995, 2000 e 2005, o pesquisador identificou resultado semelhante àquele de Dolezal (2022) entre os europeus, ou seja, diferenciação entre jovens e adultos no sentido de que indivíduos com menor idade optam pelo desenvolvimento de ações políticas tidas como não convencionais, ao passo que os mais velhos se utilizam de mais modalidades tradicionais de atuação política (OKADO, 2013).

Em balanço da produção acadêmica sobre a temática da participação política da juventude no Brasil no período entre os anos de 2007 e 2017, Peçanha (2022) identificou que as ocupações das escolas contribuíram para o aumento do interesse dos estudantes pela participação política,

---

<sup>1</sup> Os modelos completos e seus resultados encontram-se em Dolezal (2022).

especialmente aquela não convencional de protesto, e fizeram emergir diversas discussões no âmbito das escolas públicas, especialmente sobre questões relacionadas a direitos de minorias, com destaque para os atravessamentos de marcadores sociais de gênero e sexualidade, raça/etnia e classe social.

Por sua vez, em revisão sistemática da literatura acadêmica sobre os termos juventude, jovens, formação política e participação política, Cristo, Aragão e Saba (2022) identificaram, para além da polissemia que envolve o debate do engajamento político entre os jovens no Brasil, que se trata de grupo etário fortemente descrente com relação aos caminhos tradicionais de ação política e, simultaneamente, propensos e confiantes em modalidades não convencionais de participação.

Tais resultados são também identificados em diversos estudos sobre distintas modalidades de participação política no Brasil ao longo do tempo, sendo recorrentes entre debates do comportamento político o uso de variáveis relacionadas à idade – seja dividida em faixas etárias ou como variável contínua –, majoritariamente como controle em modelos explicativos, porém com efeitos significativos que reforçam a diferenciação entre os efeitos dessas medidas sobre as formas de engajamento político dos brasileiros.

Ainda com relação aos jovens brasileiros, cabe reforçar o destaque às pesquisas empreendidas pelo Nuposal, que se dedicam à coleta, sistematização e análise de dados coletados entre estudantes de escolas públicas e privadas nas três capitais da Região Sul do Brasil (Curitiba/PR, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS), cujas publicações versam sobre diferentes temáticas, como, por exemplo, Baquero e Baquero (2007), Baquero (2017), Baquero, Bernardi e Morais (2019), Morais, Milanezi e Lima (2021) e Morais e Bernardi (2021).

Contudo, entre as pesquisas brasileiras acerca da relação entre juventude e participação política, destacamos a ausência de publicações

que foquem especificamente ou mesmo mencionem o quadro teórico recente sobre as clivagens, que tem se desenvolvido mais expressivamente no contexto nacional apenas nos últimos anos, sem, no entanto, focar na temática deste artigo, o que justifica a relevância empírica desta investigação.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONALIZAÇÃO DOS DADOS DESCRITIVOS<sup>2</sup>

Conforme destacado acima, os dados para esta pesquisa são oriundos de *survey* aplicado com jovens de Porto Alegre, alunos do ensino médio. A representatividade da amostra foi calculada a partir do tipo de escola, se pública ou privada, chegando-se ao total de oito. Dessas, quatro estaduais, três municipais e uma federal (Colégio de Aplicação da UFRGS). Ao todo, foram 865 respondentes ao questionário.

Em se tratando de aspectos técnicos de operacionalização da análise empírica, assumimos o trabalho de Dolezal (2022) como inspiração para esta investigação, de modo que nos concentramos em quatro diferentes modalidades de participação disponíveis no banco de dados do Nupesal: voto (disposição a votar), preferência ou identificação partidária<sup>3</sup>, atuação em protestos ou mobilizações e ciberativismo. Para além desses modelos, buscamos também verificar quais os determinantes de um índice cumulativo desse conjunto de variáveis.

Optamos por binarizar as variáveis de participação, adotando a resposta “Já participou” e “Participo” como 1, e “Não participa” como 0<sup>4</sup>, ao

---

<sup>2</sup>O apêndice on-line consta disponível em:

<https://github.com/gregorioCPcG/Participa-ojovensSul/tree/main>

<sup>3</sup>Apesar de identificação partidária não ser uma modalidade de participação política, a utilizamos aqui como *proxy de participação em partidos*, considerando a semelhança de preditores já identificada em estudos anteriores (BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015). Outra justificativa para o uso dessa variável foi o fato de ela ter sido usada no estudo de Dolezal (2022).

<sup>4</sup>A exceção foi a questão relativa ao voto, que já era binária.

passo que, na construção do índice geral de participação, optamos pela soma simples daqueles casos<sup>5</sup> em que obtivemos respostas nas quatro perguntas. Os valores desse indicador, portanto, variam entre 0 e 4.

**Tabela 1.** Participação entre os jovens

Variável	%
Votaria	63,5
Partidarismo	4,5
Protesto/mobilização	38,2
Ciberativismo	37,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Nupesal (2019).

As frequências decorrentes das modalidades de participação que buscamos explicar neste artigo apresentam três diferentes intensidades. Com relação às duas modalidades convencionais, temos discrepância entre os percentuais de jovens que declararam que votariam (quase dois terços da amostra) e que manifestaram preferência ou vínculo partidário. Por um lado, é expressivo o primeiro percentual, de 63,5%, por se referir a um grupo para o qual o voto é facultativo, porém dependente de registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral, ainda que o questionário mencione a escolha do respondente em um cenário sem obrigatoriedade. Por outro lado, o reduzido percentual de partidarismo pode ter relação direta com a socialização desses jovens, já que o percentual de brasileiros filiados a partidos é baixo, e tais instituições são fortemente burocratizadas, o que tenderia a afastar a juventude, conforme apontam autores clássicos do comportamento político (PUTNAM, 2002; WATTENBERG, 2003; KINDER, 2006; OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018).

<sup>5</sup> Eram poucos os casos de não respostas às quatro variáveis que compunham o índice. 21 para o voto, 13 para partidarismo, 14 para protesto e 15 para participação on-line. Para a criação do índice geral, optou-se por imputar esses valores usando a técnica *mice*, conforme sugerido por Van Buuren e Groothuis-Oudshoorn (2011).

Já com relação às modalidades de participação não convencional, tanto para protestos quanto para ciberativismo, identificou-se envolvimento de cerca de quatro em cada dez brasileiros, portanto, percentuais intermediários com relação às modalidades tradicionais, porém relevantes para os jovens, o que também é consonante com achados de pesquisas internacionais anteriormente apresentadas.

Após definirmos as variáveis dependentes sobre participação, selecionamos as variáveis independentes para ambas as clivagens. Em termos de clivagem social, incluímos em nossa análise sexo, tipo de escola, classe social, religiosidade, raça/etnia e escolaridade dos pais. O gênero e o tipo de escola são binários e foram mantidos no formato original. Quanto à classe social, era uma pergunta subjetiva para a qual consideramos a codificação original, com exceção da junção das duas categorias com maiores rendimentos (média alta e alta), devido ao baixo número de respondentes em ambas<sup>6</sup>. Para raça/etnia, binarizamos a variável separando os jovens apenas entre brancos e não-brancos. Por fim, quanto à escolaridade dos pais, optou-se pela soma<sup>7</sup> simples dos níveis de escolarização da mãe e do pai com base nas perguntas correspondentes.

Os dados descritivos demonstram que, entre os jovens de Porto Alegre que responderam a pesquisa, havia pequena predominância feminina, com expressiva concentração de estudantes de escolas públicas e com classe social subjetivamente percebida como sendo média baixa ou média. Tratou-se de um público com baixa frequência em atividades religiosas, concentradamente branco e com pais que, juntos, tinham escolaridade média intermediária.

<sup>6</sup> Aqueles que não responderam ou não sabiam foram classificados como NS/NR e mantidos como uma categoria separada. Essa abordagem foi adotada devido à quantidade razoável de respostas nessa categoria e para evitar a perda desses casos nas análises de regressão. Nos modelos expostos no artigo, essa categoria não é apresentada por ter sido ocultada.

<sup>7</sup> Aqui, como na criação do index geral, se adotou procedimento semelhante de imputação dos casos ausentes, ou seja, a técnica *mice*, conforme sugerido por Van Buuren e Groothuis-Oudshoorn (2011). A medida de escolaridade de pai e mãe se distribui entre 1 e 7 em variável categórica, de modo que a somatória simples gerou valores entre 2 e 14.

**Tabela 2.** Informações descritivas de variáveis de clivagem social

Variável	Categorias	%
Sexo	Masculino	48,1
	Feminino	51,9
Tipo de escola	Pública	72,7
	Privada	27,3
Classe social (subjativa)	Baixa	11,8
	Média baixa	36,9
	Média	35,8
	Média alta e alta	12
	NS/NR	3,5
Religiosidade	Participa frequentemente	18,7
Raça/etnia	Branco	60,5
	Não-brancos	39,5
Escolaridade dos pais	Média	9,8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Nupesal (2019).

Com relação a essas variáveis e justificativas para sua inclusão, em geral temos que características sociodemográficas que remetem à centralidade tendem a impactar positivamente a participação, de modo que, ao nos reportarmos à *H1*. *As clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens*, a expectativa é de que homens, de classe média e/ou média alta/alta, brancos e cujos pais têm maior escolarização sejam aqueles que mais participam das distintas modalidades testadas.

Por outro lado, consideramos a religiosidade especificamente a partir do argumento de Dolezal (2022), de que a frequência em atividades religiosas implicaria o desenvolvimento de noção de hierarquia, respeito e comunidade, que poderiam impactar positivamente as modalidades tradicionais e negativamente aquelas não convencionais.

Já com relação ao tipo de escola, não há expectativa determinada, uma vez que, tendo em vista o impacto das ocupações realizadas em 2016 e discussões provenientes daquele momento, conforme destacado pelos balanços de literatura sobre participação política juvenil no Brasil, pode-se esperar que alunos de escolas públicas participem mais. Por outro lado, como a literatura internacional denota a relevância de recursos à participação, resultado favorável àqueles que estudam em escolas privadas também é possível de ser encontrado.

Contudo, no que se refere ao gênero, temos uma hipótese rival ou segmentada específica de que *H1a. Mulheres jovens devem participar mais do que homens jovens*. A disparidade de opinião entre homens e mulheres na política, conhecida como *gender gap*, tem sido amplamente discutida em sociedades avançadas, porém recebeu menos atenção em outras partes do mundo. De acordo com Norris e Inglehart (2003), em pesquisa que incluiu países em desenvolvimento, ainda existem diferenças significativas entre os gêneros nas atitudes políticas, sendo as mulheres geralmente mais conservadoras e menos envolvidas na política em comparação aos homens, uma disparidade denominada *traditional gender gap*, que foi também identificada por Morgan (2015).

No entanto, há teorias que sugerem uma possível mudança no padrão dessas diferenças de gênero. Estudos realizados em países desenvolvidos indicam que o declínio da influência religiosa (BOAS e SMITH, 2015) e o surgimento de valores pós-materialistas (NORRIS e INGLEHART, 2003) podem levar a transformações nesse cenário, resultando em um novo tipo de distanciamento, conhecido como *modern gender gap*. Morgan (2015), em sua pesquisa sobre votação na América Latina, ressaltou que as mudanças na dinâmica de gênero, incluindo o aumento da independência das mulheres, têm potencial de gerar maior participação das mulheres e uma posição menos conservadora.

Ademais, no caso brasileiro, nos últimos anos as mulheres têm alcançado cada vez mais visibilidade pública e política, a despeito da manutenção de condições discrepantes em múltiplas dimensões sociais – desde a quantidade de horas e a desigual distribuição das tarefas domésticas à discrepância salarial e posições hierárquicas “possíveis” no mundo corporativo e na política –, e também se destacaram no contexto de participação de jovens por ocasião das ocupações de escolas, conforme salientou Peçanha (2022) ao destacar as pautas de sexualidade e gênero naquele contexto. Considerando especialmente este último argumento, nossa expectativa é de que as jovens sejam mais participativas do que os jovens.

Para além da clivagem social, também buscamos testar os efeitos da clivagem política sobre a participação de jovens brasileiros. Para tanto, consideramos dois conjuntos de questões, que remetem a indicadores de intolerância e privatismo. A intolerância é uma medida que agrega três posições de incômodo com a convivência com pessoas de religiões diferentes, com homossexuais e com indivíduos com opiniões políticas diferentes. Já a visão privatista se refere àqueles que manifestaram preferência por privilegiar a administração de empresas em detrimento dos governos quanto ao bem-estar do cidadão e na provisão de aposentadorias e serviços de saúde e de educação.

**Tabela 3.** Informações descritivas de variáveis de clivagem política

Variável	Categorias	%
Intolerância a pessoas de outras religiões	Nada	86,7
	Pouco	10,3
	Muito	2,2
Intolerância a homossexuais	Nada	90,6
	Pouco	6
	Muito	2,5
Intolerância a pessoas com opiniões políticas diferentes	Nada	62,9
	Pouco	31
	Muito	4,9
<b>Índice de intolerância</b>	<b>0 a 1</b>	<b>0,09*</b>
Quem deve ser o responsável por: bem-estar dos cidadãos	Governo	86,7
	Empresas	8,8
Quem deve ser o responsável por: aposentadorias	Governo	80,8
	Empresas	14,5
Quem deve ser o responsável por: saúde	Governo	82,7
	Empresas	13,1
Quem deve ser o responsável por: educação	Governo	87,2
	Empresas	8,2
<b>Índice de visão econômica privatista</b>	<b>0 a 1</b>	<b>0,11*</b>

\* média. Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Nuposal (2019).

Para a construção dos dois indicadores de clivagem política, foi adotada a técnica de redução de variáveis de análise fatorial confirmatória (ROSSEEL, 2012). A literatura existente (ANSOLABEHERE, RODDEN e SNYDER, 2008; FELDMAN e JOHNSTON, 2014; CARMINES e D'AMICO, 2015) destaca os benefícios de criar fatores em vez de se basear exclusivamente em algumas questões, de modo que essas

variáveis obtidas propiciam a obtenção de um *score* individual para cada respondente<sup>8</sup>.

A hipótese de que H2. *As clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política de jovens* diz respeito à expectativa de que os jovens, por estarem no período final de sua primeira socialização, ainda não têm noção definida sobre questões relacionadas a temas políticos como tolerância/intolerância e posicionamentos progressista ou conservador.

A fim de testar nossas hipóteses, procedemos à construção de cinco modelos de regressão multivariada (HAIR *et al.*, 2009). Nos quatro primeiros, analisamos as modalidades de participação separadamente com uso da técnica de regressão logística. Para o índice geral de participação, optamos pela técnica de regressão linear, de modo que a lógica que perpassa os cinco modelos é:

$$Y_n = \alpha + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \beta_5 X_5 + \beta_6 X_6 + \beta_7 X_7 + \beta_8 X_8 + \epsilon$$

Nesse exemplo,  $Y_n$  representa a variável dependente;  $X_n$  representa as variáveis independentes e os controles utilizados, que são:  $X_1$  – gênero;  $X_2$  – tipo de escola;  $X_3$  – classe social;  $X_4$  – religiosidade;  $X_5$  – grupo étnico;  $X_6$  – escolaridade dos pais;  $X_7$  – tolerância/intolerância;  $X_8$  – visão economia Estado/privado.

<sup>8</sup> A literatura menciona que os escores dos fatores estimados para cada indivíduo costumam ser mais confiáveis do que os scores das variáveis observadas individualmente (TABACHNICK e FIDELL, 2007). A interpretação dos fatores é relevante para compreender as correlações entre as variáveis na matriz. No entanto, é necessário ter cautela ao aplicar essa interpretação no nível individual. Uma abordagem comumente empregada na literatura é o uso do escore fatorial, que atribui um valor a cada indivíduo com base no fator em questão. Isso proporciona uma medida mais confiável da associação do indivíduo com o fator, pois os escores são combinações ponderadas de todas as questões. Essa estratégia também foi adotada por pesquisadores como Dalton (2018) e Borba, Silva e Amorim (*mimeo*). Para obter mais detalhes sobre os testes e análises realizados, consulte o apêndice on-line deste trabalho. Os escores assumem forma contínua e foram recodificados com valores entre 0 e 1. As variáveis foram codificadas de modo que posições intolerantes e visão que privilegia a iniciativa privada tomassem valores maiores.

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE EM PERSPECTIVA EMPÍRICA

Nesta seção tratamos dos testes que nos permitem compreender como se comportam os jovens com relação às hipóteses de nossa investigação. Isto posto, na tabela a seguir, apresentamos nossos cinco modelos de regressão. A Tabela 4 apresenta as razões de chance (*odds ratio*) das quatro modalidades de participação separadamente e estimativa de efeito (*estimates*) para o modelo com índice cumulativo de participação.

Iniciamos nossa discussão sobre os resultados<sup>9</sup> pelos modelos unitários de modalidades de participação. Considerando o conjunto de variáveis referentes à clivagem social, a existência de significância se revelou pontual entre as diferentes formas de atuação política para tipo de escola, classe social, religiosidade, raça/etnia e escolaridade dos pais (todos explicativos em apenas um dentre os quatro modelos), havendo efeitos mais consistentes apenas para gênero em três modelos.

No modelo referente à propensão a votar, identificamos apenas uma variável estatisticamente relevante sobre clivagem social. Em relação ao tipo de escola, os alunos de escolas públicas demonstraram menor propensão a votar em comparação com os alunos de escolas particulares, o que pode ser efeito da demanda por recursos relacionada ao status de centralidade social com o qual se relaciona a imputação de custos relacionados ao voto (como tempo e dinheiro para deslocamento no dia da eleição).

---

<sup>9</sup> Para orientar o leitor menos familiarizado com a análise de modelos logísticos, como os apresentados para cada modalidade de participação de maneira separada na Tabela 4, vale ressaltar que valores inferiores a um indicam predições negativas, enquanto valores superiores a um indicam predições positivas. Em relação ao quinto modelo, a análise é realizada com base nos *estimates*, uma vez que lidamos com modelo linear, de modo que a interpretação se baseia no sinal que indica o sentido da relação entre as variáveis. Além disso, é importante frisar que o asterisco é utilizado para indicar a significância estatística, conforme legenda da tabela.

**Tabela 4.** Efeitos de clivagens sociais e políticas sobre a participação política de jovens

	Votaria <sup>1</sup>	Partidarismo <sup>1</sup>	Protesto <sup>1</sup>	Ciberativismo <sup>1</sup>	Índice de Participação <sup>2</sup>
(Intercept)	1.29 (0.52)	0.01 *** (0.01)	0.27 ** (0.11)	0.29 ** (0.12)	0.99 *** (0.21)
Gênero [Feminino]	1.28 (0.19)	2.35 * (0.89)	1.94 *** (0.29)	2.90 *** (0.45)	0.45 *** (0.08)
Tipo de Escola [Pública]	0.67 * (0.13)	0.98 (0.43)	1.35 (0.26)	0.77 (0.15)	-0.07 (0.10)
Classe <sup>3</sup> [Média Baixa]	1.04 (0.25)	1.53 (1.05)	0.89 (0.22)	1.74 * (0.46)	0.11 (0.13)
Classe [Média]	0.82 (0.20)	1.91 (1.30)	0.77 (0.19)	1.59 (0.43)	0.02 (0.13)
Classe [Média Alta e Alta]	1.39 (0.47)	6.70 ** (4.92)	1.04 (0.33)	2.10 * (0.71)	0.32 (0.17)
Religiosidade	1.26 (0.25)	2.43 * (0.89)	0.76 (0.15)	0.96 (0.18)	0.03 (0.10)
Etnia [Branco]	1.29 (0.20)	0.30 ** (0.11)	0.83 (0.13)	1.04 (0.17)	-0.01 (0.08)
Escolaridade dos pais	1.04 (0.03)	1.06 (0.06)	1.05 * (0.03)	0.98 (0.02)	0.02 (0.01)
Índice de intolerância	0.67 (0.29)	3.99 (3.03)	2.04 (0.88)	1.58 (0.70)	0.25 (0.22)
Índice de visão econômica privatista	0.76 (0.25)	2.57 (1.69)	0.54 (0.19)	0.56 (0.20)	-0.25 (0.17)
Observações (n)	832	840	839	838	850
R	0.020 <sup>4</sup>	0.011 <sup>4</sup>	0.001 <sup>4</sup>	0.009 <sup>4</sup>	0.058 <sup>5</sup> / 0.045 <sup>6</sup>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do NUPESAL (2019).

\* p<0.05, \*\* p<0.01, \*\*\* p<0.001

<sup>1</sup> Modelo logístico com valores *odds ratio*; <sup>2</sup> Modelo linear com valores *estimates*; <sup>3</sup> Classe baixa é a categoria de referência, sendo que a tabela omite NS/NR para classe social, sem efeitos significativos; <sup>4</sup> R<sup>2</sup> Tjur; <sup>5</sup> R<sup>2</sup>; <sup>6</sup> R<sup>2</sup> Squared.

No modelo sobre partidarismo, constatamos inicialmente expressiva relevância do gênero feminino como tendo maior propensão de manifestação de alguma preferência partidária. Ademais, há efeitos de relevante intensidade de perceber-se como sendo de classe social média alta ou alta e da intensidade de religiosidade. Por outro lado, verificamos que não-brancos têm mais possibilidade de serem partidários do que brancos.

Para a participação em protestos e mobilizações, se repete o efeito positivo e consistente relacionado ao gênero feminino, e também identificamos que o indicador conjunto de escolaridade dos pais teve um efeito positivo e significativo, destacando a importância dessa característica de centralidade social à participação contestatória.

Por fim, o ciberativismo revelou-se afetado entre os jovens pelo gênero feminino e pela manifestação de pertencimento à classe social média baixa, indicativo de utilização dessa modalidade de participação não convencional por aqueles que estariam à margem da centralidade em termos de acesso amplo a direitos, como constatado no caso nacional por Amaral, Bueno e Gimenes (2021) ao dialogar com o conceito de *subaltern counterpublics*.

Ao analisarmos o modelo cuja variável dependente é o índice cumulativo das distintas formas de participação testadas, destaca-se apenas o efeito do gênero feminino, reforçando o destaque dessa característica na participação juvenil.

Ante a esse conjunto de resultados, podemos inferir que confirmamos parcialmente *H1*. *As clivagens sociais têm efeitos sobre a participação política de jovens*, uma vez que identificamos efeitos de todas as variáveis inseridas como preditoras de clivagem social nos diferentes

modelos, ainda que para a maioria delas não haja recorrência de significância estatística<sup>10</sup>.

Em se tratando de efeitos consistentes, destaca-se dentre o conjunto de indicadores de clivagem social o gênero feminino, que apresentou associação positiva e significativa em comparação com a categoria de referência masculino em três das quatro modalidades, bem como efeito positivo e significativo no modelo com índice de participação. O resultado diverge de achados de pesquisas internacionais – inclusive Dolezal (2022) – e nacionais sobre determinantes da participação; no entanto, é importante ressaltar que a base de dados utilizada pela maioria dos demais manuscritos abrange o público em geral dos países analisados, enquanto nosso estudo se concentra em jovens de uma grande cidade.

Nesse sentido, ao analisarmos os valores preditos do modelo, com as demais variáveis mantidas constantes, observamos, por exemplo, um valor previsto de 1,64 (intervalo de confiança de 1,48 a 1,8) para mulheres e 1,19 (intervalo de confiança de 1,03 a 1,35) para homens no modelo conjunto, o que corrobora a hipótese relativa ao *gender gap* mencionada anteriormente neste trabalho. Tal resultado confirma nossa hipótese *H1a.*, de que *Mulheres jovens participam mais do que homens jovens.*

Com relação às variáveis de clivagem política, não apresentaram significância em nenhum dos modelos, o que confirma a hipótese *H2.* *As clivagens políticas não têm efeitos sobre a participação política*

---

<sup>10</sup> Rodamos um modelo alternativo ao quinto modelo, em que a variável dependente contemplou a soma de somente três das modalidades de participação, excluindo o partidarismo pela baixa adesão entre os respondentes. Os resultados não se alteram significativamente, tendo como única exceção que o índice de visão econômica mantém o sinal do teste e atinge significância, o que poderia refutar parcialmente *H2* especificamente para o índice, contudo, se afastaria do modelo de Dolezal (2022) com o qual dialogamos neste artigo. O modelo completo consta no apêndice.

*de jovens*, possibilitando estabelecermos que, de fato, nos chamados anos impressionáveis, são as características estruturais, ligadas ao posicionamento dos indivíduos na estrutura social, que conformam seu comportamento político. Nesse período, seus valores políticos, expressos em posicionamentos sobre *issues*, por exemplo, ainda estão em formação, o que explicaria a ausência de impacto de variáveis mais específicas do campo da política sobre a cultura política dos jovens<sup>11</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos recentes (FUKS e MARQUES, 2022) têm apontado uma crescente polarização na sociedade brasileira, expressa especialmente na dimensão afetiva, situação em que, cada vez mais, as pessoas desgostam e são intolerantes em relação àquelas identificadas como seus oponentes políticos. Se essas divisões estão afetando as novas gerações, é prova de que existem fraturas que estão se tornando estruturais na sociedade.

Tomando o cenário de polarização como pano de fundo, procuramos, neste trabalho, analisar em que medida duas dimensões do conceito de clivagem (social e política) se relacionam com padrões distintos de participação política entre os jovens. Um dado positivo é que as diferenças valorativas (intolerância política e preferência por Estado ou mercado) não se mostraram preditoras de participação.

---

<sup>11</sup>Para além das respostas às hipóteses que nos propusemos a testar neste artigo, salientamos que, enquanto algumas variáveis independentes dos modelos são binárias – como gênero, religiosidade e etnia – e de simples interpretação, outras possuem natureza contínua ou com mais de duas categorias. Com o objetivo de melhor compreender as relações desse segundo tipo de variáveis com relação às modalidades de participação, na Figura 1 apresentamos, no apêndice, gráficos dos valores previstos das variáveis explicativas não binárias que atingiram significância estatística nos modelos expostos na Tabela 4. Embora as clivagens atitudinais não tenham alcançado significância estatística em nenhum dos modelos, em alguns deles os valores ficaram próximos de  $p < 0,05$ , de modo que optamos por incluir esses casos também na figura.

Em termos de clivagens sociais, os resultados corroboram a literatura sobre centralidade social, porém afetando de maneira distinta as chances de participação nas diferentes modalidades. A única variável que se mostrou constante foi gênero, no sentido de maior participação das mulheres, uma descoberta relevante e alvissareira, que vai ao encontro dos debates recentes em torno da mudança cultural e do *modern gender gap*.

Se essa mudança aqui identificada para o caso das jovens de Porto Alegre estiver acontecendo em outros contextos do país, temos elementos para acreditar que, num futuro não muito distante, as desigualdades de gênero na política venham a desaparecer. Acompanhar essas transformações, porém, envolve o desenvolvimento de pesquisas sistemáticas sobre o tema a serem desenvolvidas em todo o território nacional. Uma tarefa para as(os) cientistas sociais!

## **SOBRE OS AUTORES**

**Julian Borba:** Doutor em Ciência Política pela UFRGS, professor titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisador do CNPq. Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas (NIPP/UFSC).

**Gregório Unbehaun Leal da Silva:** Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas (NIPP/UFSC).

**Éder Rodrigo Gimenes:** Doutor em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador do Núcleo de Pesquisas sobre Participação Política (Nuppou/UEM) e do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas (NIPP/UFSC).

## REFERÊNCIAS

1. ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. *Última Década*, v.10, n. 16, p. 117-152, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362002000100005>
2. ABRAMO, Helena W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 37-72.
3. ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
4. ALMOND, Gabriel A., VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1963.
5. AMARAL, Eloísa de S.; BUENO, Zuleika de P.; GIMENES, Éder R. Mídias sociais como repertório político de subaltern counterpublics. *Estudos de Sociologia*, v. 25, p. 147-174, 2021. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.14762>
6. ANSOLABEHERE, Stephen; RODDEN, Jonathan; SNYDER, James M. The strength of issues: Using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting. *American Political Science Review*, v. 102, n. 2, p. 215-232, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055408080210>
7. AVELAR, Lúcia. Participação política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio O. (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; UNESP, 2004.
8. BAQUERO, Marcello. Internet, political socialization, and youth's political culture in the south of Brazil. *Open Access Library Journal*, v. 4, n. 4062, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4236/oalib.1104062>
9. BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute V. A. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, n. 11, p. 139-153, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1506/1224>. Acesso em: 09 jul. 2023.
10. BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia; MORAIS, Jennifer A. de. Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil. *E-Legis*, v. 12, p. 42-63, 2019. DOI: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v12i28.440>
11. BARNES, Samuel; KAASE, Max. *Political action: mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills: Sage, 1979.
12. BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. *Identity, competition and electoral availability*. New York: Cambridge University, 1990.
13. BLAIS, André; RUBENSON, Daniel. The source of turnout decline new values or new contexts? *Comparative Political Studies*, v. 46, n. 1, p. 95-117, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414012453032>
14. BOAS, Taylor; SMITH, Amy Erica. Religion and the Latin American voter. In: CARLIN, Ryan E.; SINGER, Matthew M.; ZECHMEISTER, Elizabeth J. (Orgs). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: University of Michigan, 2015. p. 99-121.
15. BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, v.27, n.2, p.263-288, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>

16. BORBA, Julian; GIMENES, Éder Rodrigo; RIBEIRO, Ednaldo A. Los determinantes del activismo partidario en América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 5, p. 13–47, 2015. DOI: <https://doi.org/10.14201/rlop.22306>
17. BORBA, Julian; SILVA, Gregorio, AMORIM, Lucas C. Cleavages in Brazil: a longitudinal dimension. In: IPSA CONGRESS, Buenos Aires, 2023.
18. CALDEIRA, Teres Pires D. R. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 98, p. 13–20, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000100002>
19. CARMINES, Edward G.; D'AMICO, Nicholas J. The new look in political ideology research. *Annual Review of Political Science*, v. 18, p. 205–216, dec. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-060314-115422>
20. CRISTO, Hélio S. de; ARAGÃO, José Wellington M. de; SABA, Hugo. Os jovens podem participar? Considerações acerca da participação e formação políticas juvenis. *Cadernos de Pós-Graduação*, v. 21, n. 2, p. 46–58, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/22908>. Acesso em: 09 jul. 2023.
21. DAHL, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
22. DALTON, Russell J. *Political realignment: economics, culture, and electoral change*. Oxford: Oxford University, 2018.
23. DEEGAN-KRAUSE, Kevin. New Dimensions of political cleavage. In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.). *The Oxford handbook of political behavior*. New York: Oxford University, 2007. p. 538–556.
24. DEEGAN-KRAUSE, Kevin. Full and partial cleavages. In: BERGLUND, Sten et al. (Eds.). *The Handbook of political change in Eastern Europe*. 3rd edition. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 35–50.
25. DOLEZAL, Martin. Social and political cleavages and political participation. In: GIUGNI, Marco; GRASSO, Maria (Eds.). *The Oxford handbook of political participation*. New York: Oxford University, 2022. p. 471–488.
26. EASTON, David. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, v. 5, n. 4, p. 435–457, 1975. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/193437>. Acesso em: 10 jul. 2023.
27. FELDMAN, Stanley; JOHNSTON, Christopher. Understanding the determinants of political ideology: Implications of structural complexity. *Political Psychology*, v. 35, n. 3, p. 337–358, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/pops.12055>
28. FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, v. 28, n. 3, p. 560–593, 2022. DOI: <https://doi.org/http://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>
29. HAIR, Joseph F. et al. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman, 2009.
30. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
31. KINDER, Donald R. Politics and the life cycle. *Science*, Washington, v. 312, n. 5782, p.1905–1908, 2006.
32. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

33. MILBRATH, Lester W. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally, 1965.
34. MILBRATH, Lester W.; GOEL, Madan L. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally College, 1977.
35. MORAIS, Jennifer A. de; BERNARDI, Ana Julia B. Socialização política e as redes familiares e sociais: o papel da internet na cultura política dos jovens no Sul do Brasil. *Análise Social*, n. 239, p. 364-386, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232975>. Acesso em: 10 jul. 2023.
36. MORAIS, Jennifer A. de; MILANEZI, Felipe S.; LIMA, Caroline O. N. de. Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo. *Juventude. Br*, v. 19, n. 1, 16-24, 2021. Disponível em <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/243>. Acesso em 23 jun. 2023.
37. MORENO, Alejandro. *Political cleavages: issues, parties and the consolidation of democracy*. London: Routledge, 2019.
38. MORGAN, Jana. Gender and the Latin American voter. In: CARLIN, Ryan E.; SINGER, Matthew M.; ZECHMEISTER, Elizabeth J. (Orgs.). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: University of Michigan, 2015. p. 143-167.
39. NORRIS, Pippa. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University, 2007. p. 628-652.
40. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. New York: Cambridge University, 2003.
41. OKADO, Lucas T. A. *Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?* 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
42. OKADO, Lucas T. A.; RIBEIRO, Ednaldo A. LAZARE, Danilo. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. *Pro-posições*, v. 28, n. 1, 267-295, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0063>
43. PEÇANHA, Valéria L. Revisão bibliográfica sobre a temática da participação política da juventude nas pesquisas em educação de 2007 a 2017. *Cadernos de Pós-Graduação*, v. 21, n. 2, p. 181-192, 2022.
44. PUTNAM, Robert D. *Solo en la bolera: colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.
45. REIS, Fábio W. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
46. REIS, Fábio W. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.
47. REIS, Fábio W.; CASTRO, Mônica Mata M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Lua Nova*, n. 26, p. 81-131, 1992.
48. ROSSEEL, Yves. lavaan: an R package for structural equation modeling. *Journal of Statistical Software*, v. 48, n. 2, p. 1-36, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i02>
49. SPOSITO, Marília P. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

50. TABACHNICK, Barbara G.; FIDELL, Linda S. *Using multivariate statistics*. Boston, MA: Pearson, 2007.
51. TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p35>
52. TAVOLARI, Bianca *et al.* As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): entre a posse e o direito à manifestação. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 291-310, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300201800020007>
53. VAN BUUREN, Stef; GROOTHUIS-OUDSHOORN, Karin. mice: multivariate imputation by chained equations in R. *Journal of Statistical Software*, v. 45, n. 3, 2011. Disponível em: <https://www.jstatsoft.org/index.php/jss/article/view/v045i03>. Acesso em: 19 jun. 2023.
54. VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University, 1995.
55. WATTENBERG, Martin P. Electoral turnout: the new generation gap. *British Elections & Parties Yearbook*, v. 13, n. 1, p. 159-173, 2003.

Submissão em: 3 jul. 2023

Aceito em: 7 jul. 2023





DOSSIÊ

## **O MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS NO BRASIL: DE 2019 A 2022**

*THE YOUTH LABOR MARKET IN BRAZIL:  
FROM 2019 TO 2022*

Rosana Katia Nazzari\* 

Maria Rosa Rodrigues da Silva\*\* 

\* Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Departamento de Ciências Econômicas, Cascavel-PR, Brasil.  
[knazzari@hotmail.com](mailto:knazzari@hotmail.com)

\*\* Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Departamento de Ciências Econômicas, Cascavel-PR, Brasil.  
[maria.rosarodrigues@hotmail.com](mailto:maria.rosarodrigues@hotmail.com)

## RESUMO

A população jovem brasileira é formada por 37 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos, que enfrentam alguns obstáculos para ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Entre esses desafios estão a alta taxa de desemprego e um sistema educacional deficitário para seu desenvolvimento tecnológico imposto pelo processo de globalização. Esses problemas foram reforçados pela crise econômica e sanitária da covid-19. Assim, o objetivo central deste estudo é analisar o mercado de trabalho para os jovens no Brasil, nos anos de 2019 a 2022, nos períodos anteriores e posteriores à pandemia. Para avaliar os resultados, foi utilizada a estatística descritiva, sendo possível observar um aumento na evasão escolar, na dependência financeira e no número de jovens buscando emprego, no período de pandemia, mas com perspectivas positivas a partir de 2022.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Juventude; Brasil.

## ABSTRACT

*The Brazilian youth population comprises thirty-seven million people aged between 15 and 24 years old, who face some obstacles to enter and remain in the labor market, among them: the high unemployment rate, and a deficient educational system for their technological development imposed by the globalization process. These problems were reinforced by the economic and health crisis of COVID-19. The central objective of this study is to analyze the job market for young people in Brazil in the years 2019 to 2022, in the periods before and after the pandemic. Descriptive statistics were used to evaluate the results, making it possible to observe an increase in school dropouts, financial dependence and the number of young people looking for a job during the pandemic period, but with positive perspectives from 2022 onwards.*

**KEYWORDS:** Labor Market; Youth; Brazil.

## INTRODUÇÃO

A globalização e a velocidade das inovações tecnológicas marcam o cenário econômico do século XXI. As descobertas acontecem a todo tempo e impõem sérios desafios para a produtividade e técnicas de trabalho nos países, de forma global. O Brasil já enfrentava um déficit de produtividade e inovação, e isso se agravou muito no cenário de crise sanitária. Ao déficit de produtividade e mão de obra especializada para suprir as necessidades das novas tecnologias, soma-se o arranjo de desemprego, crise econômica, escassez de alimentos e assistência social insuficiente no período da pandemia de covid-19, o que levou a um aumento da pobreza e da fome, afetando, de forma contundente, os países periféricos.

No caso brasileiro, a pobreza atinge 19 milhões de pessoas e, ao menos, 9,1 milhões de crianças de 0 a 14 anos em situação de extrema pobreza (vivendo com renda *per capita* mensal de, no máximo, R\$ 275,00), ou seja, sem a possibilidade de suprir suas necessidades materiais básicas, segundo dados da Fundação Abrinq (2022). Além da população infantil, a população juvenil é impactada e torna-se importante tema de estudo nas ciências socioeconômicas. Este estudo pretende contribuir para elucidar a situação da população juvenil no Brasil.

Define-se a população estudada pelos parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n.º 8.069/1990) (BRASIL, 1990), que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Pelo artigo 2º, considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa de até 12 anos incompletos. Assim, essa população é a principal impactada pela insegurança alimentar, o que, em médio e longo prazos, pode comprometer seu desenvolvimento físico e mental.

Em 2023, conforme estimativa, a população jovem do Brasil seria formada por mais de 37 milhões de pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos, o que corresponde a pouco mais de 16% da população

nacional (IBGE, 2022). Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, ©1996-2023), do total de jovens brasileiros, 52% estão ocupados no mercado de trabalho, um terço destes recebe até um salário-mínimo e cerca de 36% destes frequentam a escola. Do total dos jovens, 71% apenas estudam, 14% estudam e trabalham, e 22% estão fora da escola e do mercado de trabalho, sendo esse percentual formado por mulheres e negros ou pardos. As mulheres que não estudam nem trabalham dedicam boa parte do tempo a serviços domésticos, cerca de 26 horas semanais, enquanto, para os jovens do sexo masculino, esse período é reduzido a 11 horas.

Diante do exposto, é possível observar que existem certos obstáculos que comprometem a trajetória e o desenvolvimento profissional dessa parcela da população. Entre os desafios, pode-se citar as altas taxas de desemprego, o trabalho informal, a insegurança em permanecer trabalhando e pouca perspectiva de avanço na carreira. “Somado a isso o jovem ainda encontra um sistema educacional carecido de ajustes e melhorias para ser eficiente” (RODRIGUES, 2017, p. 12).

Conforme pesquisa realizada pelo Atlas das Juventudes (2022), o efeito da pandemia sobre a vida profissional do jovem também vem afetando, além da renda, as formas de trabalho e o ingresso no mercado de trabalho. Cerca de 36% dos jovens entraram no mercado de trabalho durante a pandemia. Desse percentual, 41% trabalhavam para complementar a renda da família. O mesmo estudo aponta que o modelo educacional *on-line* no período pandêmico pode ter proporcionado um impacto grande na qualidade educacional e na formação do jovem para o mercado de trabalho.

Em países desenvolvidos, o ingresso do jovem no mercado de trabalho geralmente ocorre após a conclusão da graduação. No entanto, o cenário brasileiro está longe dessa realidade, haja vista as desigualdades entre sexo, cor, classe social e escolaridade. Cabe ao Estado e governos dispor de políticas e ações públicas que amenizem essa realidade (CORROCHANO *et al.*, 2008).

De acordo com a OIT (©1996–2023), em 2017, havia quase 70,9 milhões de jovens desempregados no mundo. Isso representa 13,1% da taxa de emprego juvenil global. Em países emergentes e em desenvolvimento, 16,7% dos jovens trabalhadores vivem com rendas inferiores à linha da extrema pobreza. Estima-se que, no mundo, 21,8% dos jovens não estão estudando ou trabalhando. Destes, 76,9% são mulheres. Entre 2017 e 2030, a força de trabalho global juvenil aumentará em 25,6 milhões, e os países precisam dar respostas para as novas demandas que se anunciam.

A esses contextos adversos, sejam de ordem interna ou externa, enfrentados habitualmente pelos jovens, soma-se uma pandemia sem precedente, desfavorecendo ainda mais essa parcela da população. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), na taxa de desocupação por idade, entre o primeiro trimestre de 2012 até o terceiro trimestre de 2021, os maiores percentuais estão entre os jovens entre 14 e 17 anos; em seguida, os jovens de 18 a 24 anos. Porém, na média total dos resultados, ficaram os indivíduos entre 25 e 39 anos. Nesse sentido, é importante verificar o cenário do trabalho juvenil no Brasil, primeiramente devido à lacuna de estudos sobre o tema, segundo para entender a qualidade e a *performance* do mercado de trabalho dos jovens no Brasil, no período de 2019 a 2022.

Assim, a pergunta a ser respondida é como a pandemia de covid-19 afetou a vida profissional do jovem brasileiro. Nesse sentido, o objetivo-geral deste estudo foi analisar o mercado de trabalho para os jovens, no Brasil, nos anos de 2019 a 2022. Para isso, apresentou as características do mercado de trabalho para os jovens em 2020 e 2021 conforme ocupação, independência financeira, situação de trabalho e setores empregados; apresentou as características do mercado de trabalho para os jovens no primeiro semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2022, o emprego e o desemprego conforme sexo, raça e cor, grau de instrução e renda média do jovem; e comparou as características do mercado de trabalho jovem entre os anos de 2019 e 2022, analisando como o mercado se comportou, antes, durante e após a pandemia de covid-19, para os jovens de 15 a 24 anos.

Como metodologia, utilizou-se de informações publicadas pelo Atlas das Juventudes (2022), sendo elas relacionadas à ocupação, independência financeira, situação de trabalho e setores em que os jovens estão empregados. Esses dados foram coletados entre os anos de 2020 e 2021, e serão apresentados na forma de gráfico, com a finalidade de avaliar o comportamento da vida financeira e econômica dos jovens durante o apogeu da pandemia de covid-19.

Para outra parte da análise, foram coletados microdados disponibilizados pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) (IBGE, 2022), contendo informações referentes à população geral e população jovem, percentual de jovens empregados e desempregados, em quais os setores estão empregados, trabalho formal e informal, e renda do jovem no Brasil. Os dados coletados são alusivos ao primeiro semestre de 2019 e ao primeiro semestre de 2022, para analisar o comportamento do mercado de trabalho para os jovens no Brasil, no período antes e pós-pandemia.

Para o desenvolvimento da avaliação, será utilizada estatística descritiva. Para Guedes *et al.* (2005, p. 1), “Estatística é a ciência que apresenta processos próprios para coletar, apresentar e interpretar adequadamente conjunto de dados”. Segundo Santos (2018), estatística descritiva é um conjunto de procedimentos e técnicas por meio dos quais se recolhe, organiza, sintetiza e descreve os dados. Para melhor observação dos dados, eles também serão apresentados em forma de gráficos, com o intuito de analisar o mercado de trabalho para os jovens no Brasil nos anos de 2019 a 2022.

## MERCADO DE TRABALHO DOS JOVENS

Segundo o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013), são considerados jovens os indivíduos com idades entre 15 e 29 anos. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e para a Organização Mundial da Saúde (OMS), são considerados jovens os indivíduos entre 15 e 24 anos. Para uma melhor parametrização, utiliza-se o conceito destas últimas para este estudo.

A definição de jovem, todavia, vai além da idade, pois é preciso considerar o contexto em que esse indivíduo habita, uma vez que seu desenvolvimento e sua trajetória dependem de determinadas condições, sejam elas sociais, culturais ou socioeconômicas. Assim, entende-se que:

A juventude constitui uma complexidade de situações que se expressam de diferentes formas na vida de cada jovem. Por isso, não é recomendável pensar em uma trajetória linear quando o assunto é educação e trabalho, cada jovem seguirá seu percurso conforme os determinantes sociais e culturais que está inserido. Portanto, é preciso que as políticas para a juventude sejam pensadas nesse sentido, respeitando as especificidades desse segmento, aliando suas necessidades a seus direitos. (FERNANDEZ e NUNES, 2016, p. 67).

O conceito de juventude pode ser definido por uma faixa etária, um período da vida, um limitador populacional, uma categoria social, uma geração, e todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade (FREITAS, ABRAMO e LEÓN, 2005).

Assim, o conceito de juventude é visto como um grupo específico cujas experiências de vida o tornam diferente de outras gerações (MELO e

BORGES, 2007). Outros aspectos a se considerar ao diferenciar o termo *juventude* é que “[...] os jovens são diferentes entre si, a depender de sua classe social, sexo, cor/raça, mas são também sujeitos que vivem em um determinado contexto social, econômico e político” (CORROCHANO *et al.*, 2008, p. 9). Logo, é possível deduzir que o ingresso do jovem no mercado de trabalho procede do cenário em que ele se desenvolveu, que pode ser favorável ou não.

A legislação brasileira voltada para atender aos interesses da população juvenil ainda é relativamente recente. Compreender os aspectos sociais, culturais e histórico do jovem é fundamental para o reconhecimento de sua relação com o trabalho. Dessa forma, é de grande relevância desenvolver programas e políticas sociais objetivas que envolvam e auxiliem seu acesso ao mercado de trabalho. Entre os fatores que dificultam a entrada do jovem no mercado de trabalho, destaca-se o excedente de mão de obra já disponível no mercado. O jovem, com menos experiência e conhecimento, acaba sendo prejudicado em seu primeiro emprego, sujeitando-se a condições de trabalho e salários inferiores (RODRIGUES, 2017).

Nesse sentido, se comparado ao grupo adulto, sendo, no caso brasileiro, a faixa etária entre 30 e 55 anos, o jovem passa mais tempo em condição de desempregado, hipoteticamente por falta de experiência no mercado de trabalho. Todavia, o período na condição de desemprego é menor para jovens do sexo masculino, chefes de família e que disponham de uma graduação (PEREIRA, ORELLANA e ARAGÓN, 2022).

As questões relacionadas aos jovens no Brasil vêm sendo apresentadas de forma segmentada. Entre os aspectos que influenciam a interação do jovem no mercado de trabalho estão o generalizado cenário de violência e a piora nos sistemas de educação (POCHMANN, 2007). As transformações dentro do mercado de trabalho, estas ocasionadas por mudanças no cenário econômico, como também a introdução de novas tecnologias, têm gerado mudança no âmbito trabalhista, exigindo

mais capacitação profissional e pessoal, atingindo cada vez mais o jovem que busca seu primeiro emprego (SILVA e COSTA, 2019). Ainda sobre o primeiro emprego, pode-se dizer que:

Uma iniciação digna no mercado de trabalho exige uma formação de qualidade que envolve desde o ensino fundamental e médio até o ensino superior. Portanto torna-se relevante o entendimento de como e onde o nível de formação dos jovens irá impactar na empregabilidade dos mesmos, ou seja, de que maneira os aspectos da formação acadêmica irão interagir com a vida profissional dos jovens. (RODRIGUES, 2017, p. 15).

O Brasil é um país que apresenta certa discrepância entre classes socioeconômicas. É possível afirmar que milhares de jovens estão longe de iniciar-se dignamente no mercado de trabalho, pois a maioria não tem condições ou o entendimento de que:

A formação dos adolescentes, que na maioria das vezes faz parte da classe baixa do país e que precisam do trabalho para sustentar a família e a si mesmo, se trata de um investimento no futuro, visto que são os mesmos que farão parte de uma sociedade economicamente ativa e que trarão riquezas para o Brasil. Contudo, entender o que regulamente as políticas/ programas públicos que auxiliam e capacitam os jovens para o mercado de trabalho é de suma importância para as empresas e a sociedade em geral. (SILVA e COSTA, 2019, p. 968).

O abandono escolar precoce dos jovens que precisam ajudar na complementação da renda é recorrente nas famílias de classe e renda mais baixas. Outro fator que leva à fuga do sistema educacional é que os jovens não estão aprendendo, e a escola não faz sentido para eles (SCHWARTZMAN e COSSÍO, 2015).

Há conquistas legais na área da educação, no Brasil, que levaram o ensino a ser um direito para todos; no entanto, algumas famílias não incentivam seus filhos a irem às escolas, nem mesmo sabem a importância da escolaridade para a vida e o mercado de trabalho. Assim, devido à situação financeira, poucos conseguem concluir o ensino médio, haja vista a necessidade de trabalhar logo cedo, para garantir sua sobrevivência e de sua família, tendo de abandonar os estudos.

Com isso, o círculo vicioso gerado pelo baixo nível de educação e as condições socioeconômicas precárias, as quais elevam às taxas de evasão entre os jovens de baixa renda, é resultado da necessidade da inserção precoce no mercado de trabalho (SCHWARTZMAN e COSSÍO, 2015).

Destacam-se as adversidades que impedem o ingresso do jovem brasileiro no mercado de trabalho, entre elas, os vários contrastes econômicos das famílias brasileiras. Pode-se dizer que a criação e a execução de políticas e programas públicos requerem um esforço no sentido de atingir, de forma eficiente, o público a quem são destinados. Entender como estão organizadas as políticas desenvolvidas para dar oportunidades ao jovem no mercado de trabalho é tarefa para o próximo item.

## **AS CONDIÇÕES DE EMPREGO E DESEMPREGO DO JOVEM BRASILEIRO**

As questões relacionadas ao emprego e desemprego do jovem têm sido causa de crescente preocupação dos governos e da sociedade em geral. Essas questões podem estar relacionadas às transformações socioeconômicas ocorridas no início do século XXI e que tiveram seus efeitos no desenvolvimento do mercado de trabalho. Com isso, jovens e adultos se deparam com os desafios de se ingressar, manter e permanecer dentro dessa esfera (MORAES *et al.*, no prelo).

Com a pandemia de covid-19, o número de jovens desempregados que buscavam trabalho havia pelo menos um ano aumentou de 29,9% para 38,8% na comparação entre o primeiro trimestre de 2013 e o primeiro trimestre de 2019. O fenômeno possibilita o aumento no número de jovens ingressando na informalidade. Entre 2012 e 2018, 53% dos jovens entre 15 e 29 anos adentraram no mercado de trabalho informal (IPEA e MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020).

Sabe-se que a falta de experiência é um dos fatores que dificultam a inserção do jovem no mercado de trabalho. Atrelados a isso estão os altos custos dos encargos sociais, pois o empresário, ao ter a possibilidade de escolher entre um jovem inexperiente ou um adulto com experiência comprovada, tendo os mesmos custos de contratação, vai escolher a segunda alternativa. Para mitigar esse cenário, a opção seria investir na qualificação do jovem, para que este ganhe experiência, e reduzir os custos de contratação para quem emprega a mão de obra jovem. Essa estratégia é adotada em países avançados, para enfrentar períodos de recessão, em que não há absorção da mão de obra jovem (PASTORE, 2020). Ainda com relação à falta de experiência, pode-se dizer que:

Quanto menos informações disponíveis, maior é o risco enfrentado pelo empregador ao contratar um trabalhador que pode não ter um desempenho satisfatório. Nesse sentido, contratar um jovem seria mais arriscado, pois eles tentem a ter baixos níveis (se houver) de experiência no mercado de trabalho. Isso, portanto, explicaria as maiores dificuldades encontradas pelos jovens, independentemente do contexto econômico. (IPEA e MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020, p. 101).

Nessa direção, é importante observar o mercado de trabalho para os jovens, no Brasil, antes e depois da pandemia de covid-19, como se destaca a seguir.

## A PANDEMIA DE COVID-19 NO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL BRASILEIRO NOS ANOS DE 2020 E 2022

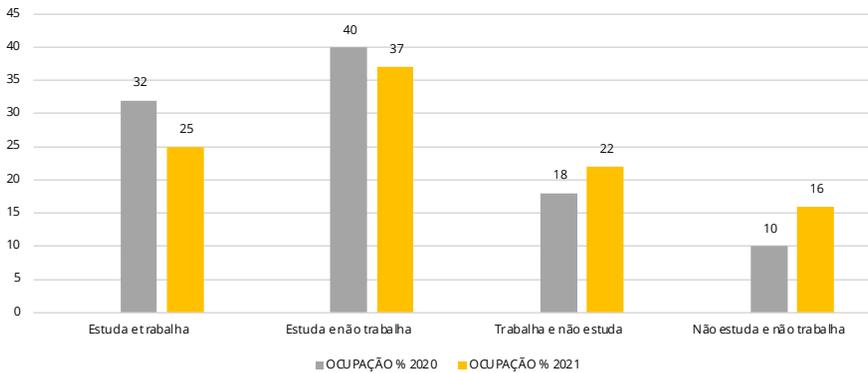
O fim do ano de 2019 foi marcado pelo início de uma pandemia que levaria o mundo a uma recessão, já nítida no início de 2020. Desencadeou-se a queda no nível de ocupação e produção de vários países, levando ao fechamento de empresas e ao distanciamento social. Com relação ao mercado de trabalho brasileiro, houve um aumento no número de desempregados, a recessão dos salários, os gastos das reservas financeiras das famílias e a desproteção social. Até o fim de 2020, os trabalhadores mais afetados foram aqueles que estavam na informalidade, com maior desamparo social. A queda no número de pessoas ocupadas e horas trabalhadas resultou numa contração nos rendimentos do trabalho, atingindo principalmente os menores salários. Dessa forma, a pandemia pode ter desencadeado a pior crise do mercado de trabalho brasileiro, impactando diretamente os níveis de emprego e de renda (MATTEI e HEINEN, 2022).

Com relação ao cenário do mercado de trabalho para os jovens, conforme o Atlas das Juventudes (2022), várias questões envolveram a participação dos jovens na vida econômica familiar no período entre 2020 e 2021. Para a divulgação da primeira e da segunda edição, foram ouvidos mais de 100 mil jovens entre 15 e 29 anos. Assim, fez-se um apanhado, apresentando os resultados no que diz respeito à ocupação, dependência financeira, situação de trabalho e em que trabalham. Para iniciar, o gráfico a seguir (Figura 1) apresenta um comparativo entre os anos de 2020 e 2021 no quesito ocupação.

Em 2020, o percentual dos jovens que estudavam e trabalhavam era de 32%; em 2021, esse índice foi de 25%; redução, portanto, de 7%. Com relação aos jovens que estudavam e não trabalhavam, também houve um leve decréscimo, passando de 40%, em 2020, para 37% em 2021. Já a relação dos jovens que trabalhavam e não estudavam era de 18% em 2020, passando para 22% em 2021. O relatório destaca que, dos jovens

que estavam trabalhando, 54% estudavam, e 46% não. Ingressaram no mercado de trabalho durante a pandemia 36% deles. Esse percentual é representado da seguinte forma: 10% eram jovens entre 15 e 17 anos; 50%, de 18 a 24 anos; e 40%, nas idades de 25 a 29 anos.

**Figura 1.** Percentual de jovens e sua ocupação na pandemia nos anos de 2020 e 2021



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Atlas das Juventudes (2022).

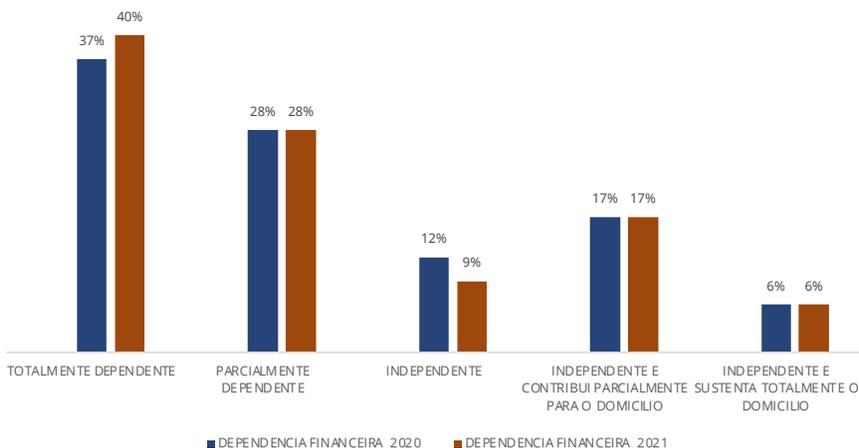
O que chama atenção é o aumento percentual de jovens que não estudavam e não trabalhavam, que passaram de 10%, em 2020, para 16%, em 2021, do que se deduz o abandono dos estudos por parte dos jovens. Conforme Schwartzmann e Cossío (2015), a evasão escolar é um fator determinante, que interfere negativamente na inserção do jovem no mercado de trabalho.

O gráfico a seguir (Figura 2) mostra a dependência financeira do jovem. É possível verificar que, em 2021, 40% dos jovens entre 18 e 24 anos se diziam totalmente dependentes financeiramente; em 2020, eram 37%.

Nota-se uma pequena variação na participação do jovem na vida econômica da família, com uma tendência à redução dos independentes financeiramente, que passaram de 12%, em 2020, para 9%, em 2021.

Uma variação de 3%, que é a mesma diferença percentual dos jovens totalmente dependentes (37%, em 2020, passando para 40%, em 2021), deduzindo-se uma migração de população.

**Figura 2.** Percentual de jovens e sua dependência financeira nos anos de 2020 e 2021



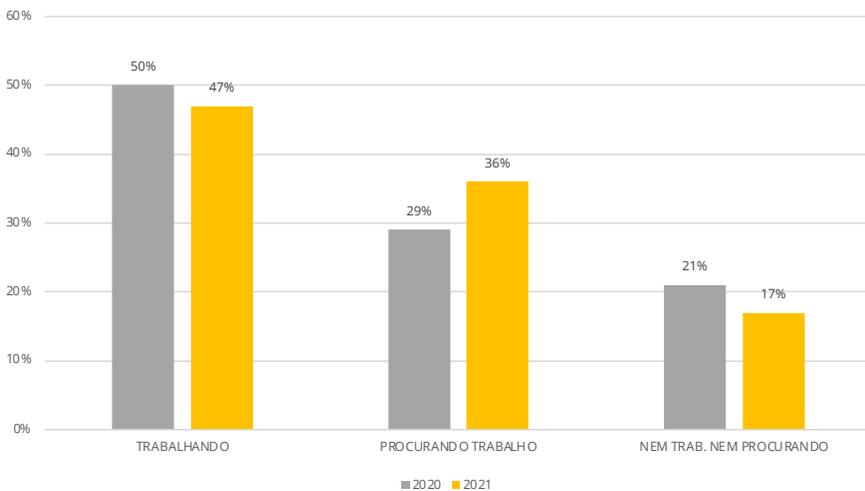
Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Atlas das Juventudes (2022).

No próximo gráfico (Figura 3), será exposta a situação de trabalho do jovem durante a pandemia. É possível observar uma queda no percentual de jovens que estavam trabalhando, passando de 50% em 2020 para 47% em 2021, e daqueles que não trabalhavam nem procuravam trabalho, que eram 21% em 2020, passando para 17% em 2021. Houve, contudo, um aumento no percentual de jovens que estavam procurando por trabalho: em 2020, eram 29%, passando para 36% em 2021.

Os jovens entrevistados foram questionados quanto à situação de trabalho, se essa era em virtude da pandemia. A questão foi apresentada apenas para o ano de 2021. Dos 47% que estavam trabalhando,

15% responderam que sim, a situação de trabalho era resultado da pandemia; 32% responderam que não era resultado da pandemia. Os que estavam procurando trabalho somavam 36%; destes, 23% responderam que procuravam trabalho por conta da pandemia; já 13% disseram que não. Por fim, os jovens que não estavam trabalhando nem procurando trabalho somavam 17%; destes, 5% afirmavam que se encontravam nessa situação em virtude da pandemia, e 12% responderam que não. A seguir, tem-se a classificação das áreas onde os jovens estavam empregados.

**Figura 3.** Situação de trabalho do jovem na pandemia

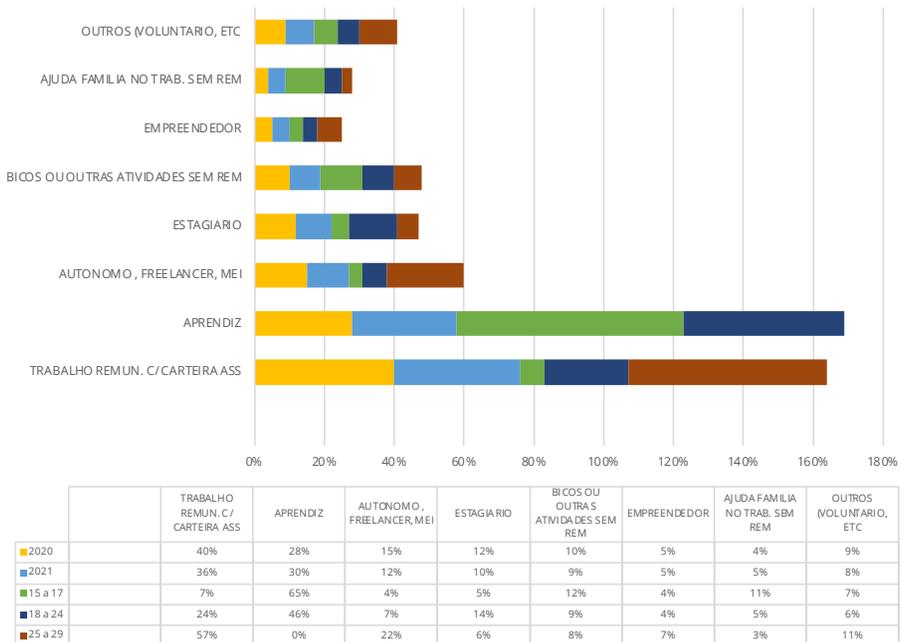


Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Atlas das Juventudes (2022).

Pode-se observar que o maior percentual é de jovens que trabalham com carteira assinada. Em 2020, eram 40%, caindo para 36%, em 2021. Deve-se destacar que os percentuais dentro dessa categoria são formados, em sua maioria, por jovens entre 25 e 29 anos, alcançando 57%. Com relação ao grupo de interesse, os jovens de 15 a 24 anos, é

possível verificar que a maioria da população estava empregada como aprendiz. Houve leve alta, passando de 28% em 2020 para 30% em 2021; desse percentual, 65% eram jovens entre 15 e 17 anos, e 46% entre 18 e 24 anos. Já os autônomos, *freelances* e MEI apresentaram baixa de 15% para 12%, sendo representados pela maioria dos jovens entre 25 e 29 anos. Os estagiários passaram de 12% para 10% e eram formados por 14% dos jovens entre 18 e 24 anos. Os que realizavam trabalhos esporádicos sem carteira assinada passaram de 10% para 9%. Os que ajudaram familiares sem receber remuneração passaram de 4% para 5%, sendo sua maioria também os jovens entre 15 e 17 anos. E, por fim, os voluntários, ou outros, passaram de 9% para 8%.

**Figura 4.** Jovem trabalhando: o que fazem?



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Atlas das Juventudes (2022).

Diante do cenário apresentado, é possível observar que o efeito da pandemia sobre a vida profissional do jovem afetou não apenas a renda e as formas de trabalho, mas também o ingresso no mercado de trabalho e, principalmente, a educação. A maioria dos jovens que trabalhavam também estudavam e ajudavam os que dependiam de seu salário.

O item a seguir apresenta as informações referentes aos anos que antecederam a pandemia e o período pós-covid-19.

## **O MERCADO DE TRABALHO JOVEM NOS ANOS DE 2019 E 2022**

Conforme mencionado anteriormente, nosso objeto de estudo são os jovens nas idades entre 15 e 24 anos. A escolha se deve à parametrização em torno do conceito de juventude. A maioria dos órgãos internacionais tem por definição os jovens dentro dessa faixa etária. Os dados a serem analisados referem-se ao primeiro semestre de 2019 e ao primeiro semestre de 2022. No gráfico a seguir (Figura 5), apresenta-se a parcela da população representada por esses indivíduos.

É possível observar uma queda no percentual de indivíduos menores de 15 anos e um aumento significativo na população entre 50 e 69 anos, e 70 anos ou mais. Esse dado aponta para a afirmação dos estudos que discutem acerca da pirâmide etária invertida. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), até 2060, a maioria da população brasileira será formada por indivíduos entre 55 e 74 anos. Isso não afetará somente o mercado de trabalho, mas causará mudança demográfica, com efeitos sobre a economia em geral (IBGE, 2022).

Houve também um decréscimo no percentual dos indivíduos entre 15 e 24 anos, passando de 16,01%, no primeiro semestre de 2019, para 15,04%, no primeiro semestre de 2022. O próximo gráfico (Figura 6)

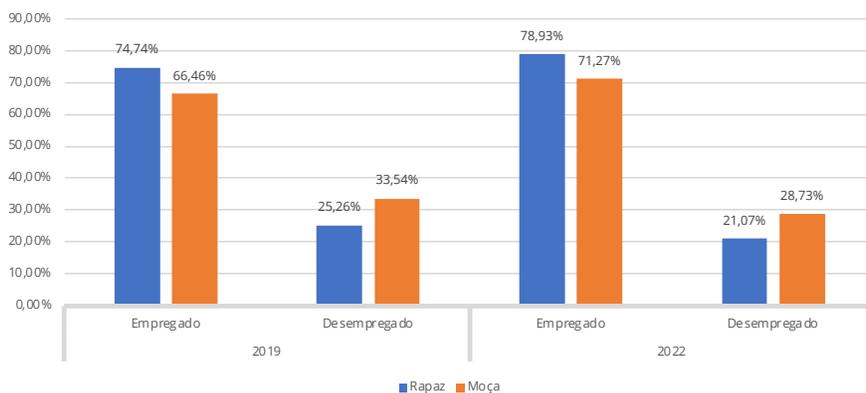
apresenta o percentual de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos segundo a taxa de emprego, desemprego e sexo.

**Figura 5.** Percentual total da população brasileira por idade em 2019 e 2022



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no PNAD (IBGE, 2022).

**Figura 6.** Porcentagem de jovens brasileiros segundo a taxa de desemprego e sexo (%)

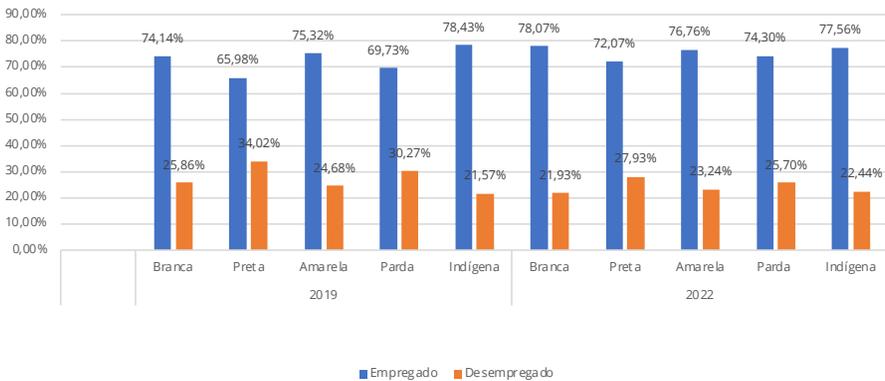


Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no PNAD (IBGE, 2022).

Pode-se notar que o número de empregados aumentou no primeiro semestre de 2022 se comparado ao primeiro semestre de 2019. Consequentemente, o desemprego apresentou leve declínio. Acredita-se que o pós-pandemia seja um período com perspectivas favoráveis aos jovens.

Quando analisado o percentual de jovens desempregados, vê-se um aumento do percentual de moças ou meninas em relação aos rapazes; já quanto aos empregados, elas representam menor percentual em ambos os anos. Isso reforça a existência de desigualdades no que diz respeito ao sexo. No entanto, essas desigualdades também são presentes quando se trata de raça e cor, conforme apresentado no gráfico seguinte (Figura 7).

**Figura 7.** Jovens brasileiros empregados/desempregados conforme raça e cor



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no PNAD (IBGE, 2022).

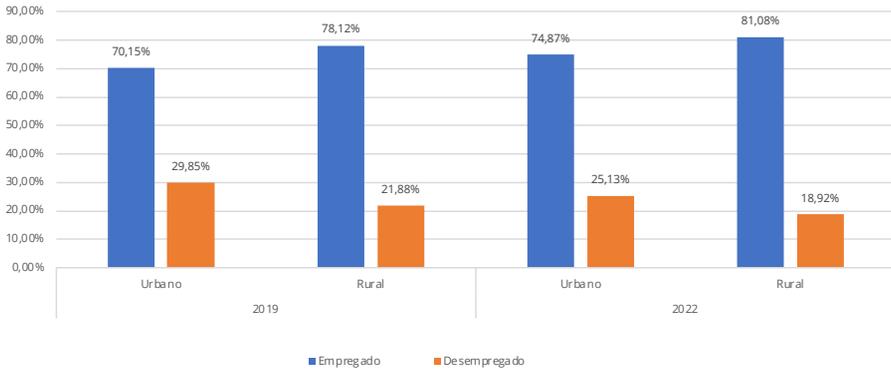
As informações apresentadas na Figura 7 dizem respeito à porcentagem de trabalho em relação à própria população, dividida entre raça e cor. Nota-se que as maiores variações percentuais entre emprego e desemprego estão concentradas entre os pretos e pardos, apresentando

uma melhora em 2022 em comparação a 2019; ou seja, dos jovens pretos entre 15 e 24 anos, em 2019, 65,98% estavam empregados e, em 2022, o índice subiu para 72,07%. Quanto ao desemprego, era de 34,02% em 2019, caindo para 27,93% em 2022. Em relação aos pardos, os empregados, em 2019, eram 69,73% e, em 2022, 74,30%; os desempregados eram 30,27% em 2019 e, em 2022, passaram para 25,70%. A população que apresentou menor variação, mas com maiores percentuais, é a formada por indígenas, visto que iniciaram no trabalho auxiliando principalmente na produção de artesanato, o que o IBGE já contabilizou como trabalho. Quanto ao regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), segundo dados de 2020 do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) (BRASIL, 2021), o número de indígenas com carteira assinada vem crescendo devido à expansão da oferta de ensino superior no Brasil, em especial o ensino a distância (EaD), o que facilita o acesso para esse público. Não é novidade que, não apenas para os indígenas, mas para a população em geral, a educação é o principal fator para a inclusão e permanência do indivíduo no mercado de trabalho.

Em relação à escolaridade, pode-se observar que, dentro de cada população, há declínio do desemprego quando o indivíduo apresenta um maior grau de instrução ou mais anos de estudo. Essa mesma parcela apresenta o maior percentual entre os empregados, dando destaque para o primeiro semestre de 2022, pois houve um aumento percentual de 5,07% se comparado ao primeiro semestre de 2019: passou de 80,28% para 85,35%.

Segundo Leone e Portilho (2018), o grau de instrução é uma variável que permite uma ocupação e rendimentos mais adequados. No entanto, se observa um percentual maior de emprego relativo à população juvenil sem qualificação profissional. Deduz-se que isso ocorre devido ao contexto socioeconômico característico do Brasil, no qual ainda se demanda mão de obra braçal; no entanto, é conclusivo que essa população dispõe de condições de trabalho e salários inferiores.

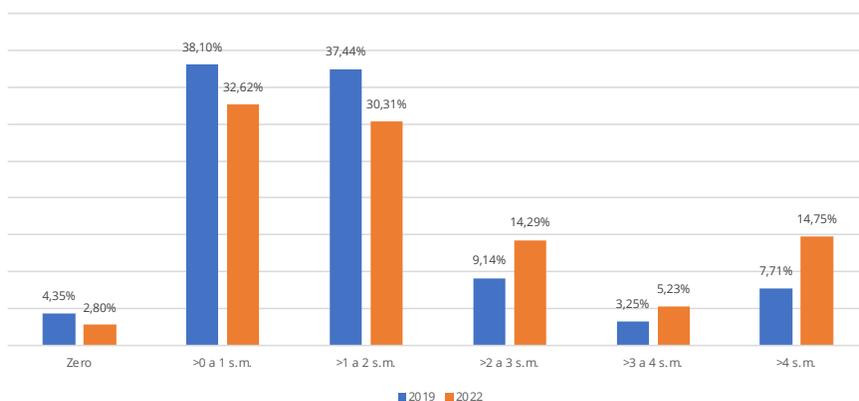
**Figura 8.** Percentual de jovens de empregados e desempregados por domicílio 2019 e 2022 (%)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no PNAD (IBGE, 2022).

Nesse cenário, observa-se um percentual de empregados maior no setor rural, com elevação entre o período analisado, passando de 78,12% em 2019 para 81,08% em 2022. Isso se deve, na maioria das vezes, ao auxílio que o jovem presta na propriedade da família. Quanto ao nível de desemprego, o maior percentual está entre os jovens que residiam nos centros urbanos. O que também é possível verificar é que, se comparados os dois anos, houve aumento significativo no percentual de empregados. No âmbito urbano, esse número passou de 70,15% em 2019 para 74,87% em 2022. No setor rural, passou de 78,12% em 2019 para 81,08% em 2022. No gráfico seguinte (Figura 9), avalia-se a renda do jovem.

Com relação à renda, aparentemente, os jovens passaram a ganhar mais em 2022. Houve redução no percentual dos jovens que não dispunham de renda e entre os que recebiam até dois salários-mínimos, e um aumento nos percentuais relacionados a rendas superiores.

**Figura 9.** Percentual de jovens empregados em 2019 e 2022 conforme a renda (%)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no PNAD (IBGE, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, com foco no período entre 2019 e 2022, indica que o efeito da pandemia na vida ocupacional do jovem teve alguns pontos a serem ponderados. Entre eles estão o aumento da evasão escolar durante a pandemia, da dependência financeira do jovem e o crescimento do número de jovens procurando por trabalho, sendo que, para a maioria, a situação foi provocada como consequência da pandemia de covid-19. Com relação ao primeiro semestre de 2022, se comparado ao primeiro semestre de 2019, percebe-se que o período, pós-pandemia, apresenta perspectiva positiva para o mercado de trabalho jovem, mesmo havendo diferenças de raça, sexo e cor.

Nota-se um cenário positivo, visto que há aumento no percentual de jovens empregados e melhora na renda. A respeito da pesquisa como um todo, nota-se, nos relatos das publicações utilizadas para este

trabalho, que a grande dificuldade na formulação de políticas públicas para formação e preparação do jovem para o mercado de trabalho está nas diferenças socioeconômicas, devido a peculiaridades regionais e socioeconômicas que o país apresenta.

Uma proposta para a questão abordada seria descentralizar o poder de formulação e aplicação das políticas e leis que garantam o amparo ao jovem, passando para cada estado a responsabilidade de criar mecanismos para que, juntamente com a população jovem, elaborem políticas que fortaleçam o que aquele estado tem de melhor, e políticas para minimizar os problemas mais graves que impactam o emprego e renda da juventude brasileira.

## SOBRE AS AUTORAS

**Rosana Katia Nazzari:** Pós-doutora em Educação; doutora e mestra em Ciência Política pela UFRGS; economista; professora sênior da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Experiência nas áreas de Economia e Política, com ênfase em Cultura Política, Democracia e Desenvolvimento Socioeconômico, atuando principalmente nos seguintes temas: juventudes, capital social, políticas públicas e desenvolvimento. Grupo de Pesquisa em Governança (GPG) e Grupo de Pesquisa em Democracia e Desenvolvimento (GPDD) Unioeste. Pertence à Rede de Pesquisadores da Jubra.

**Maria Rosa Rodrigues da Silva:** Bacharel em Ciências Econômicas pela Unioeste, Campus Cascavel-PR.

## REFERÊNCIAS

1. ATLAS DAS JUVENTUDES. Juventudes e a pandemia do coronavírus: e agora? Brasília: Atlas das Juventudes, 2022. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 25 mar. 2023.
2. BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Brasília: MTE, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/empregador/caged>. Acesso em: 20 dez. 2022.
3. BRASIL. Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 18 fev. 2022.
4. BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 17 fev. 2022.
5. CORROCHANO, Maria Carla *et al.* Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Ibi, 2008.
6. FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; NUNES, Maísa Bruna de Almeida. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. *Katálysis*, v. 19, n. 1, p. 64-72, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100007>
7. FREITAS, Maria Virgínia de; ABRAMO, Helena Wendel; LEÓN, Oscar Dávila (Orgs.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
8. FUNDAÇÃO ABRINQ. Relatório anual 2021. São Paulo: Fundação Abrinq, 2022. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/confira-o-relatorio-anual-2021-da-fundacao-abrinq>. Acesso em: 13 nov. 2023.
9. GUEDES, Terezinha Aparecida *et al.* Estatística descritiva: Projeto de Ensino Aprender Fazendo Estatística. São Paulo: [s.n.], 2005. Disponível em: [https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes\\_et\\_al\\_Estatistica\\_Descritiva.pdf](https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_et_al_Estatistica_Descritiva.pdf). Acesso em: 15 fev. 2023.
10. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Séries históricas: taxa de desocupação, por idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnadcontinua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 13 fev. 2022.
11. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); MINISTÉRIO DO TRABALHO. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília: IPEA; Ministério do Trabalho, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10398/7/bmt\\_70\\_insercao\\_jovens.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10398/7/bmt_70_insercao_jovens.pdf). Acesso em: 13 fev. 2023.
12. LEONE, Eugenia Troncoso; PORTILHO, Luciana. Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro. *Temáticas*, v. 26, n. 52, p. 227-246, ago./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v26i52.11709>
13. MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Balanços dos impactos da crise da covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. *Katálysis*, v. 25, n. 1, p. 43-61, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82492>

14. MELO, Simone Lopes de; BORGES, Livia de Oliveira. A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 3, p. 376-395, set. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000300002>
15. MORAES, Jhony Pereira *et al.* Juventude e inserção profissional: pensando a school-to-work para o Brasil. Porto Alegre. No prelo.
16. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Emprego juvenil. ©1996-2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 10 mar. 2022.
17. PASTORE, José. As dificuldades dos jovens no mercado de trabalho. *Correio Braziliense*, 3 jan. 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/01/03/internas\\_opiniao,818003/artigo-as-dificuldades-dos-jovens-no-mercado-de-trabalho.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/01/03/internas_opiniao,818003/artigo-as-dificuldades-dos-jovens-no-mercado-de-trabalho.shtml). Acesso em: 3 jan. 2020.
18. PEREIRA, Natália Terroso; ORELLANA, Vivian dos Santos Queiroz; ARAGÓN, Jorge Alberto Orellana. Duração do desemprego do jovem brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, v. 76, n. 3, p. 396-423, jul./set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/rybqpszyRRcZNM44GK8yKKH/>. Acesso em: 22 nov. 2022.
19. POCHMANN, Marcio. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. Campinas: Unicamp, 2007.
20. RODRIGUES, Thiago Machado. Juventude e mercado de trabalho no Brasil: formação e empregabilidade. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
21. SANTOS, Carla. Estatística descritiva: manual de autoaprendizagem. Lisboa: Sílabo, 2018.
22. SCHWARTZMAN, Simon; COSSÍO, Mauricio Blanco. Juventude, educação e emprego no Brasil. *Cadernos Adenauer – Geração Futuro*, v. 7, n. 2, p. 51-65, 2015. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/2007juventude.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.
23. SILVA, Andreza Bispo da; COSTA, Antonia Valdelucia. Políticas e programas públicos que oportunizam a inserção do jovem no mercado de trabalho. *Id on line – Revista de Psicologia*, v. 13, n. 43, p. 967-981, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i43.1571>

Submissão em: 29 jun. 2023

Aceito em: 04 jul. 2023





ARTIGOS LIVRES

**PROTESTO POLÍTICO  
EM PAÍSES LATINO-  
AMERICANOS: RELAÇÃO  
ENTRE O CONTEXTO DE  
OPORTUNIDADE POLÍTICA  
E A ESTRUTURA DE  
MOBILIZAÇÃO  
DE RECURSOS**

*POLITICAL PROTEST IN LATIN AMERICAN  
COUNTRIES: THE RELATIONSHIP  
BETWEEN THE POLITICAL OPPORTUNITY  
CONTEXT AND RESOURCE  
MOBILIZATION FRAMEWORK*

Daniel Leonel da Rocha\* 

Ednaldo Aparecido Ribeiro\*\* 

\* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, PPGCS,  
Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.  
[daniel.leonel.rocha@gmail.com](mailto:daniel.leonel.rocha@gmail.com)

\*\* Universidade Estadual de Maringá, UEM, PGC, Maringá, Paraná,  
Brasil.  
[ednaldorip@gmail.com](mailto:ednaldorip@gmail.com)

## RESUMO<sup>1</sup>

Desde a década de 1970, a literatura sobre movimentos sociais e protestos tem apontado para a importância do contexto de oportunidade política e de estruturas de mobilização de recursos, que tornam as ações de protestos mais viáveis. As principais hipóteses dessas teorias defendem que existe uma relação curvilínea entre o contexto político e protestos e que a maior disposição de recursos está relacionada com mais protestos. O objetivo deste artigo é testar essas duas proposições para o contexto dos países latino-americanos. A partir de 56 amostras de 17 países, disponíveis no repositório do *World Value Survey* (WVS), e dos indicadores políticos fornecidos pelo *Varieties of Democracy* (V-Dem), testamos diferentes cenários e analisamos em qual deles o protesto é mais frequente. Nossos resultados não corroboram a hipótese de curvilinearidade e sugerem que a maior disposição de recursos está relacionada com a maior frequência de protestos.

**Palavras-chave:** Contexto Político; Mobilização de Recursos; América Latina; Protestos.

---

<sup>1</sup>Agradecemos cordialmente a atenta leitura dos estimados colegas que compõem o Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL-UEM) e o Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP-UFSC), no contexto do workshop promovido conjuntamente por essas duas instituições. Da mesma forma, expressamos nossa gratidão pelas valiosas contribuições dos colegas vinculados ao Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA-UFSCAR). Não menos significativo, externamos nossos agradecimentos aos pareceristas que generosamente dedicaram seu tempo para avaliar e revisar o nosso trabalho.

## **ABSTRACT**

*Since the 1970s, the literature on social movements and protest has pointed to the importance of political opportunity context and resource mobilization structures that make protest actions more feasible. The main hypotheses of these theories argue that there is a curvilinear relationship between political context and protests and that greater resource disposition is related to more protests. The aim of this paper is to test these two propositions for Latin American country contexts. Using 56 samples from 17 countries, available in the World Value Survey (WVS) repository, and the political indicators provided by Varieties of Democracy (V-Dem), we test different scenarios and analyze in which of them protest is more frequent. Our results do not support the curvilinearity hypothesis and suggest that higher resource disposition is related to higher protest frequency.*

**Keywords:** *Political Context; Resource Mobilization; Latin America; Protests.*

## INTRODUÇÃO

O protesto político tem se tornado uma forma de participação convencional em diversas sociedades, dada a frequência com que vem sendo acionado como estratégia de mobilização, seja para a exposição de demandas, seja com o objetivo de influenciar as decisões políticas (BORBA, 2012). Desde a década de 1970, a literatura dos movimentos sociais e protestos tem apontado para a importância do contexto de abertura política e de estruturas de mobilização de recursos, que tornam as ações de protestos mais viáveis. As principais proposições dessas teorias defendem (1) que existe uma relação curvilínea entre o contexto político e protestos. Significa dizer que a frequência de protestos tende a aumentar à medida que as estruturas de oportunidades políticas se ampliam, mas esse crescimento cessa e passa a declinar quando a necessidade de protestos se torna obsoleta, já que o governo no poder tende a ser mais responsivo às demandas sociais; (2) e que a disposição de recursos está relacionada com a redução dos custos de participação em protestos, o que implica uma relação linear entre recursos e protestos. O objetivo deste artigo é testar essas duas proposições para o contexto dos países latino-americanos.

As teorias do contexto de oportunidade política e da mobilização de recursos receberam importantes contribuições nas últimas décadas (KITSCHOLT, 1986; KRIESI *et al.*, 1992; MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996; TARROW, 2009) e se transformaram numa poderosa saída analítica, sendo a primeira mais acionada em pesquisas sobre movimentos sociais e protestos com recorte dos países latino-americanos (RENNÓ, 2003; BORBA, 2011; ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018). Já a teoria da mobilização de recursos, como ponderou Alonso (2009), foi pouco explorada fora dos Estados Unidos da América (EUA). Além do déficit de pesquisas, essas perspectivas ainda carecem de estratégias mais objetivas para operacionalização dos conceitos (OPP, 2009). Por essa razão, procuramos contribuir com

a literatura, analisando a aplicabilidade das categorias do contexto de oportunidade política e mobilização de recursos para a região dos países latino-americanos.

Vale mencionar que Tatagiba e Galvão (2019) não encontraram uma relação entre a frequência de protestos e fatores de instabilidade política e econômica quando analisaram o caso brasileiro entre os anos 2011 e 2016. Paul Almeida (2020) também segue na mesma direção e explica que a relação entre essas duas variáveis pode ser encontrada em casos particulares. Segundo o autor, os estudos de caso seriam mais adequados para analisar a relação entre contexto político e econômico e protestos. De fato, a perspectiva macroeconômica e política do protesto está sob constante revisão desde a década de 1980. Autores como McAdam (1983, 1986), Snow *et al.* (1986) e Tarrow (2009) já apontavam para a necessidade da inclusão de variáveis que considerem características individuais em análises sobre a ação coletiva. Por essa razão, as categorias do “contexto político” e “mobilização de recursos” ainda estão em disputa e merecem novos exames.

O histórico de instabilidade política e desigualdades socioeconômicas marcam a realidade da maioria dos países latino-americanos. Esse contexto diverge daqueles que foram pesquisados pelos estudos clássicos sobre o papel do contexto político e mobilização de recursos. Neste caso, a escolha dessa região se justifica porque consideramos que ela seja um laboratório com condições favoráveis para verificar em que medida essas teorias são aplicáveis. Um teste empírico preliminar, que calcula o coeficiente de correlação intraclasse (ICC), nos informa que ao menos 8% da variabilidade dos protestos entre os países pesquisados se deve a fatores que pertencem ao próprio país, reforçando a importância de um estudo comparado para esses países.

Trabalhamos com 56 amostras representativas de 17 países latino-americanos, que compreendem o período de 1981 até 2022, disponíveis

no repositório do *World Values Survey* (WVS) e indicadores políticos do repositório *Varieties of Democracy* (V-Dem). Apresentamos testes para três hipóteses, sendo as duas primeiras relacionadas a teoria do contexto político: (H1) em contextos políticos desfavoráveis, o protesto político é menos provável e (H2) em contextos políticos mistos, o protesto político é mais provável. A hipótese da teoria da mobilização de recursos pode ser formulada da seguinte forma: (H3) em cenários com maior mobilização de recursos, o protesto é mais provável, porque a disposição de recursos reduz os custos de participação em protestos.

Este artigo está dividido em quatro seções além desta introdução. Na primeira seção, definimos os conceitos de “contexto político” e “mobilização de recursos”, quais aspectos da literatura podem ser destacados para operacionalização desses conceitos e os desdobramentos que os estudos clássicos postularam. Na segunda seção, apresentamos os materiais e os métodos de análise e propomos uma estratégia para construção dos fatores por meio de uma técnica psicométrica de validação de construtos teóricos. Na terceira seção, expomos os resultados de pesquisa, comparando diferentes cenários para contexto político, mobilização de recursos e frequência de protestos. Por fim, tem-se as conclusões.

## **CONTEXTO, MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E PROTESTO POLÍTICO**

Nosso foco se volta para os indivíduos que protestam, com base nas respostas ao questionário do WVS com 56 amostras representativas para 17 países latino-americanos. Por isso, não trabalhamos com eventos de protesto como foi no caso do trabalho de Tatagiba e Galvão (2019). Nessa direção, definimos o protesto político como um recurso de indivíduos incapazes de alcançar seus objetivos por suas próprias

forças, dependendo da mediação de “terceiros” na arena de negociação, e é direcionado a influenciar as decisões do governo, com o objetivo de alcançar bens coletivos que somente o governo pode proporcionar (OPP, 2009). A partir desse recorte, entendemos que o protesto é um tipo de ação não institucionalizada, no sentido de que não existe uma estrutura interna que garanta uma estabilidade organizacional, como é o caso de uma associação, sindicato, movimento social ou partido. Nossa questão se destina a investigar se o protesto é mais frequente quando existe um ambiente político favorável (EISINGER, 1973) e quando existe disposição de recursos de participação (MCCARTHY e ZALD, 1977).

Importa ressaltar que os estudos clássicos sobre protestos não foram claros sobre o recorte da unidade empírica de análise: se são os indivíduos que protestam ou se são eventos de protestos (OPP, 2009). A nossa escolha pelo “indivíduo que protesta” parte de um argumento lógico: mesmo que se considerasse os eventos de protestos como unidade analítica, esses eventos são formados por indivíduos. Sendo assim, tanto mudanças institucionais de oportunidades de participação política, quanto a disposição de recursos que reduzem os custos de participação, são percebidos pelos indivíduos.

A ideia de que a frequência de protestos depende de um contexto favorável e de grupos capazes de mobilizar recursos já está posta deste a década de 1970. Os proponentes principais dessas perspectivas foram Eisinger (1973) e McCarthy e Zald (1973, 1977)<sup>2</sup>. Os argumentos desses pesquisadores representaram um avanço teórico significativo, porque incluíram na análise do protesto político fatores exógenos ao indivíduo, de ordem política e econômica, e o papel das associações públicas e privadas para a mobilização de recursos. Antes, os principais

---

<sup>2</sup> Com exceção do trabalho de McCarthy e Zald (1977), que é estritamente teórico, dois dos estudos clássicos citados possuem recortes empíricos, como o de Eisinger (1973), que analisa a incidência de protestos com base em artigos de jornais de 43 cidades americanas, e de McCarthy e Zald (1973), que aproveitam os dados publicados no livro de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1961), no artigo de Herbert Hyman e Charles Wright (1971) e dados censitários dos EUA.

argumentos se concentravam quase que exclusivamente nas queixas (GURR, 1968) e nos atributos dos indivíduos descontentes (LIPSKY, 1968; TURNER, 1969).

As perspectivas do contexto político e da mobilização de recursos podem ser lidas como teorias que se complementam (JENKINS, 1983; MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996; OPP, 2009). Ambas admitem que a escolha individual e a forma como os indivíduos se comportam, no caso dos protestos políticos, são afetadas pelo ambiente político, por condições biográficas e apoios externos. A ideia básica é de que o protestante não é motivado unicamente pelo sentimento de insatisfação ou injustiça, pois depende também de mediações, seja de movimentos, associações e partidos, seja de um contexto político tolerante. A questão não está mais no “se” a insatisfação importa, mas “em que circunstâncias” ela importa.

Em princípio, deve-se pontuar que a definição de contexto político não sofreu alterações substantivas desde a publicação do trabalho seminal de Eisinger (1973). Sinteticamente, o contexto político é caracterizado pelas dinâmicas institucionais e normas sociais que facilitam ou obstruem a atividade cidadã na busca de objetivos políticos. Neste caso, a questão analítica busca investigar como a mudança de um contexto político afeta o ativismo político.

Definido o conceito de “contexto político”, o passo seguinte é a sua operacionalização. Nesta etapa, existem dois caminhos. O primeiro caminho parte de uma compreensão objetiva do contexto político (EISINGER, 1973; KITSCHOLT, 1986; KRIESI *et al.*, 1992; GOLDSTONE e TILLY, 2001). Por exemplo, assumamos que existem os movimentos A, B e C, que apresentam diferentes demandas. Agora, consideremos que o governo no poder defende abertamente a agenda do movimento A, é indiferente ao movimento B e avesso ao movimento C. Para não se tornar impopular, esse governo viabiliza, por meio de leis e decretos,

as demandas de A e B, mas C não é contemplado. Nesse exemplo, as oportunidades políticas não são iguais, porque existe um viés do governo no poder. A compreensão objetiva do contexto político mensura os níveis de igualdade de oportunidades que o movimento A, B e C têm para expressão e resolução de suas demandas. A ideia é de que quanto mais igualdade de oportunidades em proporção, mais o contexto político é favorável à atividade cidadã. Portanto, as oportunidades políticas são dadas objetivamente. Sendo assim, os aspectos mensuráveis do contexto político se restringem às leis, decretos, instituições e procedimentos institucionais. Aqui a pergunta específica seria: como uma mudança nas leis e na forma de atuação das instituições políticas afeta a atividade cidadã?

O segundo caminho parte de uma compreensão subjetiva do contexto político (MEYER e MINKOFF, 2004; VAN STEKELENBURG e KLANDERMANS, 2013). Por exemplo, suponhamos que, para reduzir as tensões sociais, o governo no poder edite um decreto que amplia as oportunidades políticas do movimento C. Assumindo que o governo no poder está mais alinhado com o movimento A e menos alinhado com o movimento C, e que estes dois grupos polarizam as preferências políticas, é de se esperar que A proteste contra o decreto do governo no poder, já que ele dispõe de mais oportunidades para expressão de demandas na conjuntura simulada. Neste processo que varia entre oportunidades e ameaças, o menos afetado é o movimento B. A compreensão subjetiva do contexto político mensura a percepção que os movimentos têm da mudança das oportunidades políticas. A ideia é de que as desigualdades de oportunidades não são percebidas da mesma maneira pelos movimentos organizados, muito menos pelos indivíduos isoladamente. Sendo assim, os aspectos mensuráveis do contexto político são os incentivos que mobilizam politicamente os indivíduos e grupos de indivíduos. Aqui a pergunta específica seria: em que circunstâncias os incentivos que resultam da mudança de contexto político afetam a percepção dos indivíduos e contribuem com a atividade cidadã?

Em certa medida, a perspectiva objetiva e subjetiva do contexto político são complementares. De um lado, a perspectiva objetiva nos alerta para o fato de que as regras institucionais, as leis e as instâncias de participação tornam mais ou menos efetiva a expressão política dos indivíduos. No caso dos países latino-americanos, boa parte viveu anos de ditadura com graves prejuízos às liberdades individuais e políticas até o início da década de 1990. Por isso, o estudo dos protestos em países latino-americanos se torna mais interessante, na medida em que dispomos de um ambiente que oferece elementos objetivos adversos à participação política, especialmente protestos.

De outro lado, a perspectiva subjetiva nos alerta para o fato de que a percepção sobre a mudança nas estruturas de oportunidades depende de características próprias dos indivíduos e dos grupos que eles formam. Essa capacidade de percepção das mudanças de oportunidades é potencializada pelo incremento em anos de escolaridade, habilidades políticas conquistadas por meio do engajamento político e melhorias nas condições de vida, como defendido pelo trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995). Também nesse caso, o contexto latino-americano se torna interessante, por que a partir da década de 1990 a grande maioria desses países viveu transições para democracia, com benefícios relativos às condições de vida e às liberdades individuais e políticas.

Mesmo sabendo que são perspectivas complementares, neste artigo partimos de uma compreensão objetiva do contexto político. Em primeiro lugar, porque essa é a compreensão que está posta no trabalho seminal de Eisinger (1973) sobre a categoria de contexto político. Em segundo lugar, porque a compreensão subjetiva do contexto político exigiria a inclusão de variáveis atitudinais, o que foge ao objetivo deste artigo. Nosso interesse é explorar o efeito de variáveis exógenas ao indivíduo, de maneira que possamos verificar como o ambiente político está relacionado com a frequência de protestos.

A compreensão objetiva do contexto político trabalha com duas teses. A primeira considera as queixas ou a sensação de injustiça como catalizadoras do protesto. Nesse caso, a tese é formulada da seguinte maneira: quando o protesto resulta da frustração de resposta da parte do governo no poder, então a relação entre contexto político e protesto é negativamente linear. Assim, quanto mais frustração, maior a frequência de protestos. O inverso também é verdadeiro: quanto maior a satisfação das demandas, menor a incidência de protestos. Nesse caso, um contexto com plena igualdade de oportunidades tornaria a incidência de protestos obsoleta. A segunda tese é parcialmente crítica da primeira. Por um lado, ela afirma que se não existe um ambiente político favorável para ações de protesto, as queixas não são preditoras suficientes. Por outro lado, a segunda tese concorda com a primeira na perspectiva de que quanto maior a satisfação das demandas, menor a incidência de protestos. Assim, a segunda tese propõe um efeito curvilíneo na relação entre ambiente político e a frequência de protestos, que os autores chamam de “contextos mistos”, em que o processo de abertura política não acompanha o volume de demandas sociais. Passamos agora à perspectiva da mobilização de recursos. Tal como na perspectiva anterior, a definição de recursos não sofreu alterações substantivas desde a publicação do trabalho de McCarthy e Zald (1973). Contudo, como aponta Opp (2009), é o conceito que mais carece de especificação quando comparado com a definição de contexto político. De todo modo, neste artigo definimos *recurso* como tudo aquilo que pode ser utilizado como meio para atingir algum objetivo político (GAMSON, FIREMAN e RYTINA, 1982).

A ideia básica é que existem grupos com objetivos comuns e que os recursos são meios para atingi-los. Aqui demarcamos a agência dos movimentos, associações públicas e privadas e até partidos políticos. São eles que mobilizam e garantem esses recursos. Sendo assim, uma forma de operacionalizar o conceito é listar as associações, movimentos e partidos que estão engajados no processo de ação coletiva. Além do

apoio externo, também vale acrescentar alguns atributos individuais dos protestantes. McCarthy e Zald (1973) chamam isso de “recursos discricionários” e se referem especificamente a tempo e dinheiro. Opp (2009) acrescenta, além do tempo e do dinheiro, o conhecimento e habilidades políticas. Ambas as formas de operacionalização contemplam a definição de recursos, porque se referem a bens que podem ser utilizados como meios para atingir os objetivos esperados.

Mesmo que já exista maior clareza sobre a unidade de análise dos teóricos da mobilização de recursos – são as organizações – o estudo desse objeto não é um fim em si mesmo, mas um meio para compreender o processo de engajamento dos indivíduos em eventos de protesto. O pressuposto teórico é de que o engajamento dos indivíduos em qualquer tipo de ação é uma função entre *custos* e *benefícios*, com articulação entre diversos atores com graus distintos de organização. Essa perspectiva é debitária da Teoria da Ação Coletiva de Mancur Olson (1965). Enumera-se ao menos cinco elementos apropriados da teoria de Olson: (1) a ideia de que indivíduos racionais e interessados em suas próprias metas não contribuem para alcançar objetivos comuns; (2) a definição de racionalidade que pode ser traduzida pelo comportamento orientado através do cálculo entre custos e benefícios – o indivíduo faz aquilo que é melhor para si; (3) a ideia de que o indivíduo auto interessado é aquele que está preocupado com seu bem-estar; (4) a definição de “bem público” como tudo aquilo que é útil para o coletivo e, mais importante, que, uma vez produzido, todos a ele têm acesso, mesmo que não contribuído para sua produção; e (5) a importância dos incentivos seletivos, que Olson (1965) define como um bem de segunda ordem. O incentivo seletivo é necessário porque um “bem público de primeira ordem” não é uma causa suficiente, embora seja necessária, para o engajamento do indivíduo. Neste caso, as associações públicas e privadas, os sindicatos e partidos assumem um papel importante, porque reduzem os custos de participação e oferecem incentivos seletivos.

A primeira versão da teoria da mobilização de recursos foi muito criticada por apresentar uma visão empresarial da organização dos movimentos sociais e protestos. Entre as críticas mais salutares, menciona-se a ausência de uma abordagem que considere a motivação individual para ação política. Nesta direção, Klandermans (1984) avança sobre a teoria da mobilização de recursos, incluindo elementos da psicologia social no modelo de análise. Na versão proposta por esse autor, admite-se que a expectativa do indivíduo, mensurada pela utilidade ou valorização das consequências comportamentais (OPP, 2009), tem um impacto positivo sobre o engajamento em movimentos sociais e protestos. A definição de utilidade se refere à percepção subjetiva de retorno positivo, traduzido como um benefício esperado de alguma ação praticada. Ferree e Miller (1985), por sua vez, atribuem um peso independente à dimensão psicológica no processo de ação política, afirmando que um componente motivador da ação política é a “conversão” (crença/ideologia) para o apoio dos objetivos do movimento. Ambas as críticas apontam para a fragilidade dessa teoria da mobilização de recursos e indicam variáveis que compreendam a dimensão subjetiva dos processos de ação política, especialmente em protestos.

Da mesma forma que não avançamos na discussão sobre questões atitudinais quando apresentamos a perspectiva do contexto político, também faremos o mesmo com a perspectiva da mobilização de recursos. Nosso objetivo é analisar o papel dos fatores externos ao indivíduo, que podem estar correlacionados com a maior frequência de protestos. Nesse caso, fixamos os aspectos objetivos da teoria, como os apoios infraestruturais aos protestos (WALSH, 1981). Contudo, como apontaremos na seção metodológica, não dispomos em nossas bases de uma variável de “apoio infraestrutural”, mas utilizamos um *proxy* que investiga se o entrevistado pertence e participa de algumas organizações políticas e civis.

Como já apontamos, os estudos clássicos sobre o papel do contexto político e da mobilização de recursos pesquisaram majoritariamente países com democracias mais velhas e consolidadas e condições socioeconômicas mais estáveis. Propomos ampliar o leque de investigação, incluindo os países latino-americanos. O motivo dessa escolha se dá pelo fato desses países apresentarem um histórico de instabilidade política e profundas desigualdades sociais e, portanto, com cenários relativamente mais adversos. Desse modo, queremos contribuir com a literatura, verificando o alcance da teoria do contexto político e da mobilização de recursos a partir da análise do protesto político em países dessa região.

Nas próximas seções, apresentamos os materiais e métodos utilizados e os resultados de pesquisa. Adiantamos que a operacionalização das categorias *contexto político* e *recursos* é pouco explorada pela literatura (OPP, 2009). Por isso, procuramos contribuir também com algumas estratégias metodológicas de mensuração dessas categorias. Felizmente, dispomos de um conjunto significativo de amostras representativas para países latino-americanos, cenário que não existia quando as teorias originais foram propostas.

## ESTRATÉGIA, MATERIAIS E VARIÁVEIS

Neste artigo analisamos se o contexto político e a disposição de recursos estão relacionados com a frequência de protestos. Com base nos pressupostos elencados na seção anterior, nossas hipóteses são: (H1) em contextos políticos desfavoráveis, o protesto político é menos provável, porque o custo da ação se torna mais alto e (H2) em contextos políticos mistos, o protesto político é mais provável, porque o processo de abertura institucional não acompanhou o fluxo de demandas; e (H3) em cenários com maior mobilização de recursos, o protesto é mais provável, porque eles reduzem os custos de participação.

Para testar as hipóteses, adotamos a seguinte estratégia: em primeiro lugar, optamos por classificar os países latino-americanos amostrados pelo WVS em três grupos, considerando níveis de contexto de oportunidades políticas: nível baixo, misto e alto. Em segundo lugar, dividimos os indivíduos em dois grupos para avaliar a disposição de recursos: aqueles que estão abaixo da média e aqueles que estão acima da média. Dessa maneira, podemos analisar a direção da relação entre frequência de protestos e contexto político, dado cada grupo de indivíduos. Essa estratégia nos permite comparar cenários variados, considerando contextos e disposição de recursos.

*Protesto = Recursos x Contexto de Oportunidades Políticas* (1)

Para o teste empírico, nos valemos de duas fontes de dados. Do *World Values Survey* (WVS) utilizamos 56 amostras de 17 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. A soma das observações de todas as amostras é de 76.559, coletadas entre os anos de 1981 e 2022. O conjunto da amostra está distribuído entre 53% de mulheres e 47% homens, com média de idade de 39 anos. Em termos socioeconômicos, renda e escolaridade, o perfil agregado da amostra apresentou uma pequena evolução nos últimos 10 anos, o que sugere uma melhora irrisória nas condições de vida. Do *Varieties of Democracy* (V-Dem), filtramos o índice de poliarquia referente aos países selecionados da base do WVS e os juntamos em uma única base.

A partir da estratégia que mencionamos no início desta seção, primeiro construímos os três cenários de contexto político. Nossa referência para seleção desses indicadores está no artigo clássico de Eisinger (1973), quando ele caracteriza o “ambiente político” pelos aspectos formais da estrutura política: a capacidade de resposta do

governo, estrutura social e estabilidade social. No repositório do V-DEM, encontramos um índice que contempla de maneira razoável as sugestões do autor: a medida de democracia eleitoral ou poliarquia. Esse índice é composto por cinco subíndices: liberdade de expressão; liberdade de associação; número de pessoas aptas a votar; eleições limpas; leis eleitorais. Com a média desses indicadores, o V-DEM fornece uma variável que está organizada numa escala de 0 até 1, em que, quanto mais próximo de 1, mais poliárquico. Calculamos o valor médio dessa variável para cada uma das 56 amostras que dispomos na nossa pesquisa. Após esse procedimento, padronizamos a variável, com média 0 e desvio padrão igual a 1. Assim, conseguimos construir os grupos que estão mais próximos e mais distantes da média. Por fim, dividimos os valores resultantes em quartis e, assim, construímos três cenários de contexto de oportunidades políticas: no 1º quartil estão os países com baixos níveis de oportunidades políticas; entre o 2º e 3º quartis estão os países que chamaremos de mistos; e no 4º quartil estão os países com altos níveis de oportunidades políticas. O Quadro 1 apresenta os países que estão alocados em cada cenário.

O segundo passo foi criar os grupos internos aos países, classificando-os como indivíduos que dispõem de mais ou menos recursos, considerando a média de cada amostra. Nossa referência para seleção das variáveis está no estudo de McCarthy e Zald (1977), como tempo, dinheiro, engajamento e apoio de organizações. Buscamos variáveis que fossem indicadores próximos do que foi pensado pelos autores da teoria da mobilização de recursos. No WVS, selecionamos três variáveis que pudessem mensurar os níveis de engajamento e apoio organizacional: o pertencimento e participação em partidos políticos, sindicatos e igrejas. As duas primeiras variáveis estão mais de acordo com as perspectivas dos autores sobre o apoio que as organizações políticas fornecem para os indivíduos engajados. A variável “igreja” foi incluída considerando especialmente o papel histórico da igreja

católica na mobilização extraoficial de grupos que foram resistentes aos governos autoritários durante as ditaduras que ocorreram em diversos países latino-americanos.

**Quadro 1.** Três cenários de contexto político e os países que estão alocados em cada um deles

Nível baixo	Nível misto	Nível alto
Colômbia_1998, Colômbia_2005, Haiti_2016, México_1981, México_1990, México_1996, Nicarágua_2020, Peru_1996, República Dominicana_1996, El Salvador_1999, Venezuela_2021	Argentina_1999, Argentina_2006, Argentina_2013, Argentina_2017, Bolívia_2017, Brasil_2018, Chile_1990, Colômbia_1997, Colômbia_2012, Colômbia_2018, Equador_2013, Equador_2018, Guatemala_2004, Guatemala_2020, México_2000, México_2005, México_2012, México_2018, Peru_2001, Peru_2006, Peru_2012, Peru_2018, Porto Rico_2001, Porto Rico_2018, Trinidad e Tobago_2006, Trinidad e Tobago_2010, Uruguai_2022, Venezuela_1996, Venezuela_2000	Argentina_1984, Argentina_1991, Argentina_1995, Brasil_1991, Brasil_1997, Brasil_2006, Brasil_2014, Chile_1996, Chile_2000, Chile_2006, Chile_2012, Chile_2018, Porto Rico_1995, Uruguai_1996, Uruguai_2006, Uruguai_2011

Fonte: Elaboração própria.

Além das variáveis que mensuram o engajamento e apoio organizacional, selecionamos do WVS mais quatro variáveis: a renda média familiar, o grau de escolarização, que funciona como uma medida cognitiva para processamento de informações políticas, número de filhos, que funciona como uma medida para calcular o tempo disponível para atividades políticas, e localização de residência, que também mensura um aspecto do tempo e dos custos para mobilização em protestos. Chamamos esse conjunto de características de “recursos discricionários” (MCCARTHY e ZALD, 1973). Como escolhemos um número grande de variáveis (sete no total), adotamos um procedimento psicométrico de modelagem chamado “análise fatorial confirmatória” ou CFA. Essa é uma técnica útil para manipulação de indicadores múltiplos extraídos de dados observacionais e validação de construtos teóricos (GERBING e HAMILTON, 1996)<sup>3</sup>.

As medidas de consistência interna foram menores que 0.60, o que sugere que ambos os fatores latentes são frágeis como índices. Contudo, como construto teórico, o P-close do RMSEA = 1.0 e GFI = 0.993 recomendam que são indicadores válidos para uso da análise que propomos neste artigo. Além dessas medidas de validação e consistência, verificamos que esses itens são próximos das variáveis citadas pela literatura que mobilizamos (EISINGER, 1973; MCCARTHY e ZALD, 1973, 1977). Por essa razão, optamos por manter os índices que construímos com auxílio da técnica da CFA. Vale pontuar que os dois fatores latentes não estão correlacionados ( $cov = 0.03$ ), o que sugere a utilização de cada fator separadamente. Nesse caso, construímos os grupos com base no fator “organização” e “recursos discricionários”. O fator “organização” resulta do somatório dos três itens relacionados: engajamento em sindicato, partido e igreja. Realizamos um somatório por respondente, de maneira que um

<sup>3</sup> Nossos testes foram realizados com o auxílio do software R, versão 3.3.0+, com o pacote lavaan. Nos valem de dois indicadores para validação de construto teórico: o P-close do Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) > 0.05, e o Goodness of Fit Index (GFI) > 0.9. Para avaliar a consistência interna do modelo, utilizamos o coeficiente ômega >= 0.60, que mede a intensidade de covariação entre variáveis observadas e variáveis latentes.

indivíduo poderia obter um score de 0 até 3 pontos em “organização”<sup>4</sup>. Entendemos que essa estratégia é mais útil, na medida em que podemos captar a intensidade de engajamento por indivíduo.

O fator “recursos discricionários” foi construído obedecendo o mesmo critério. Antes de realizarmos a soma dos quatro itens relacionados, modificamos a ordem dos valores na variável “número de filhos”. Como era esperado, o número de filhos está negativamente correlacionado com o fator latente “recursos discricionários”, porque teoricamente reduz o tempo disponível para dedicação a outras atividades, como é o caso de protestos. Na base do WVS, encontramos indivíduos com até cinco filhos. Invertemos a escala, onde ter zero filhos significa 5 pontos de disponibilidade e ter cinco filhos significa 0 pontos de disponibilidade. Após essa inversão, seguimos com o procedimento do somatório dos itens: renda, originalmente organizada numa escala de 1 até 10, a escolaridade, organizada de 0 até 8, número de filhos, organizada de 0 até 5, e localização de residência, organizada de 0 até 8. Construímos uma variável com a intensidade de “recursos discricionários” distribuída numa escala de 0 até 31.

Para a divisão dos grupos, utilizamos a mesma estratégia da variável poliárquica. Padronizamos as duas variáveis com média 0 e desvio padrão igual a 1. Dividimos os indivíduos entre aqueles que estão abaixo da média e aqueles que estão acima da média, seja no nível de organização, seja de recursos discricionários. Como

---

<sup>4</sup> Rennó (2003, p. 72) sugere que não é recomendado utilizar um índice aditivo único para um conjunto de formas de participação, porque “[...] tais formas de ativismo social e político têm não só objetivos diferentes, mas também formas variadas de recrutamento e estratégias distintas de ação”. Contudo, neste artigo não estamos interessados em analisar os objetivos e as formas de recrutamento de cada movimento, associação, sindicato e partido. Sabemos, como o autor chama atenção, que existem organizações com âmbito nacional, como sindicatos e partidos, e de nível local, como associações de bairro, grupos de igreja e voluntários para ações de caridade, por exemplo. O uso das variáveis selecionadas compreende uma interpretação da teoria da mobilização de recursos de que essas organizações fornecem recursos de participação.

verificamos pelo teste empírico (Apêndice 1), esses dois fatores não estão correlacionados. Embora mensurem aspectos da disposição de recursos, o pertencimento e participação em organizações se refere à adesão às perspectivas e às condições estruturais que são fornecidas por determinada organização, enquanto os recursos discricionários estão relacionados as características pessoais do indivíduo, como tempo, dinheiro e mobilidade urbana. Em resumo, os engajados seriam mais ou menos dependentes das estruturas das organizações a depender da sua disponibilidade, que é medida aqui pelo fator “recursos discricionários”. Por essa razão, apresentamos no Quadro 2 uma tipologia para classificar os indivíduos, sendo que 1 representa valores acima da média, e 0, valores abaixo da média.

**Quadro 2.** Tipologia dos indivíduos: disponíveis, indisponíveis, comprometidos e descomprometidos

		Organização	
		1	0
Recursos discricionários	1	<i>Disponíveis</i>	<i>Descomprometidos</i>
	0	<i>Comprometidos</i>	<i>Indisponíveis</i>

Classificamos como indivíduos disponíveis aqueles que dispõem de mais apoio organizacional e de recursos discricionários. Conforme defenderam Eisinger (1973), McCarthy e Zald (1977), esses indivíduos seriam os mais propensos a participar de protestos. No sentido contrário, os indisponíveis são aqueles que dispõem de pouco ou nenhum apoio organizacional e de recursos discricionários. Não seria correto nomeá-los de apáticos, porque as demandas mobilizadas no protesto podem ser de total interesse para esses indivíduos, mas eles não dispõem das condições necessárias para o envolvimento nesse tipo de ação.

Os comprometidos são aqueles que, apesar da baixa disposição de recursos discricionários, gozam de apoio organizacional. Na sua maioria, são aqueles indivíduos que são mobilizados por incentivos – a oferta de um ônibus para levá-los ao local do protesto, por exemplo – que reduzem o custo de participação. Chamamos de comprometidos, porque o engajamento em organizações indica uma adesão por parte do indivíduo às perspectivas dessas organizações (MCADAM, 1986). Por fim, os descomprometidos são aqueles que gozam de maior disposição de recursos discricionários, mas são pouco ou não são engajados em nenhuma organização. Os chamamos “descomprometidos” porque não devem sua participação em protestos à agência das organizações, tampouco às estruturas dessas mesmas organizações. Esses indivíduos agem por conta própria, participando ou não de um protesto a depender do interesse próprio.

Finalmente, e não menos importante, utilizamos como variável dependente o “protesto efetivo”. A pergunta do questionário do WVS está formulada da seguinte maneira: “Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse (1) se já fez alguma dessas coisas, (2) se poderia vir a fazer ou (3) se não faria nunca”. Escolhemos somente um item da lista de formas de atuação política, que é “Participar de manifestações pacíficas” e operacionalizamos como (1) para aqueles que participaram de manifestações pacíficas e (0) para quem não participou.

Na próxima seção, apresentamos os resultados da pesquisa. Testamos três cenários de contexto de oportunidade política e comparamos os quatro perfis de indivíduos em cada cenário. Esse desenho de pesquisa nos permitiu (1) verificar se a relação entre contexto e protesto é homogênea, a depender dos perfis; e (2) a relação entre a disposição de recursos e a frequência de protestos. Será que as tendências postuladas pela teoria do efeito curvilíneo do contexto político se sustentam quando testamos diversos cenários entre grupos

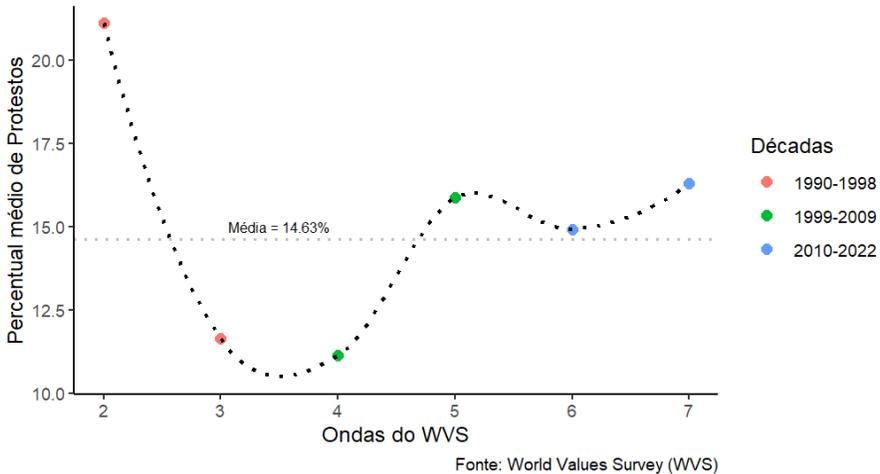
diferentes e numa região que possui um histórico de desigualdades sociais e regimes autoritários?

## RESULTADOS

Nosso conjunto de amostras compreende 17 países que foram pesquisados ao longo de 40 anos (1981–2022). Desse conjunto, a maioria viveu processos de ditadura. As transições mais recentes para democracia ocorreram no Chile e na Guatemala, respectivamente, em 1990 e 1996. Ao menos seis dos países estudados viveram suas transições na década de 1980: Bolívia (1982), Brasil (1985), Haiti (1986), México (1982), Peru (1980) e Uruguai (1985). Os demais países viveram seus processos antes da década de 1980: Argentina (1973), Colômbia (1958), República Dominicana (1978) e Equador (1978). Portanto, estamos lidando com democracias recentes do ponto de vista histórico.

Em muitos dos países pesquisados, registramos grandes manifestações de rua, como no caso do Brasil, com as Diretas Já em 1984, Caras Pintadas em 1992 e junho de 2013. Sobre esses eventos, Tatagiba (2014) recupera elementos de continuidade e descontinuidades que nos ajudam a pensar os repertórios e contextos de ação política. No Chile, a Revolta dos Pinguins em 2006 e em 2011, um movimento majoritariamente de estudantes secundaristas e universitários, reivindicou reformas no sistema de ensino que sobrevivia desde a época do ditador Pinochet. Na Argentina, o movimento Mães da Praça de Maio, que são mães de presos políticos desaparecidos na época da ditadura, pressionou o governo pela condenação dos responsáveis por crimes contra a humanidade cometidos nesse período. Em certa medida, muitos desses protestos foram viáveis em razão do processo de abertura política, na virada da década de 1980 para 1990, e depois com a ascensão de governos progressistas na década de 2000.

**Gráfico 1.** Percentual médio de indivíduos que afirmaram ter protestado em países latino-americanos: cálculo do valor agregado de 54<sup>5</sup> amostras distribuídas em seis ondas do WVS



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (INGLEHART *et al.*, 2022).

As ondas 3 e 4, que compreendem os anos de 1995 até 2004, apresentaram um percentual de protesto abaixo da média quando comparado aos outros períodos. Esse recorte temporal coincide com o momento entre o período de transição democrática e a ascensão dos governos progressistas. Se considerarmos os argumentos que mobilizamos na seção anterior, particularmente em diálogo com Eisinger (1973), MacCarthy e Zald (1977), esse declínio no percentual de protestantes é esperado, já que esse foi o momento de “lua de mel” dos indivíduos com a recente democracia. Em outras palavras, o processo de abertura, que se converteu em mais possibilidade de participação nas decisões políticas, contemplou grande parte das demandas dos protestantes do início da década de 1990, que eram

<sup>5</sup>Não incluímos a onda 1 do WVS porque só dispõe de dois países latino-americanos: Argentina (1984) e México (1981).

justamente voltadas para maior participação. Essa frequência de protestantes volta a subir, pois os avanços institucionais não ocorreram na mesma velocidade que as demandas populares, especialmente no que se refere às melhorias das condições de vida, por exemplo, emprego, serviços públicos, educação e melhores salários. Nessa direção, parece plausível a explicação de que, em contextos com mais abertura política, mas que ainda careçam de maior capacidade de respostas às demandas sociais, os protestos sejam mais frequentes.

Não menos importante, vale ressaltar que, após a onda 5, verificamos maior estabilidade na frequência de protestantes, o que denota certa “normalização” dessa forma de ação. Sobre esse aspecto, Borba (2012) já mencionava que o protesto político deixou de ser uma forma não convencional de ação política e se tornou um recurso cada vez mais acionado por indivíduos de diferentes estratos sociais. Em resumo, o Gráfico 1 fornece um panorama interessante sobre a frequência de protestantes nos últimos 30 anos, que aponta para uma percepção positiva dos indivíduos sobre a eficácia do protesto, dado o crescimento desses eventos, especialmente na década de 2010.

De fato, não são todos os países amostrados neste artigo que seguem no caminho da democracia, como é o caso da Venezuela e Nicarágua. A Venezuela vive um processo de fechamento político que começou a se desenhar em 1998, com a eleição de Hugo Chaves. De lá para cá, a Venezuela viveu uma mudança na sua Constituição (1999) e instabilidade política que culminou na queda de Hugo Chaves em dezembro 2002. Contudo, ele retornou ao poder dois meses depois, em fevereiro de 2003, e conseguiu duas reeleições seguidas – em 2006 e 2012 –, consolidando um governo de 14 anos. Hugo Chaves morreu em 2013 em razão de um câncer. No seu lugar, ascendeu ao poder Nicolás Maduro, que governa a Venezuela até o presente momento. Ao lado da crise política, a Venezuela também vive uma profunda crise econômica

em razão dos embargos implantados pelos EUA. A recessão que atinge o país e a ditadura bolivariana são as principais causas para fuga em massa de venezuelanos, que se espalham por diversos países latino-americanos, em particular o Brasil.

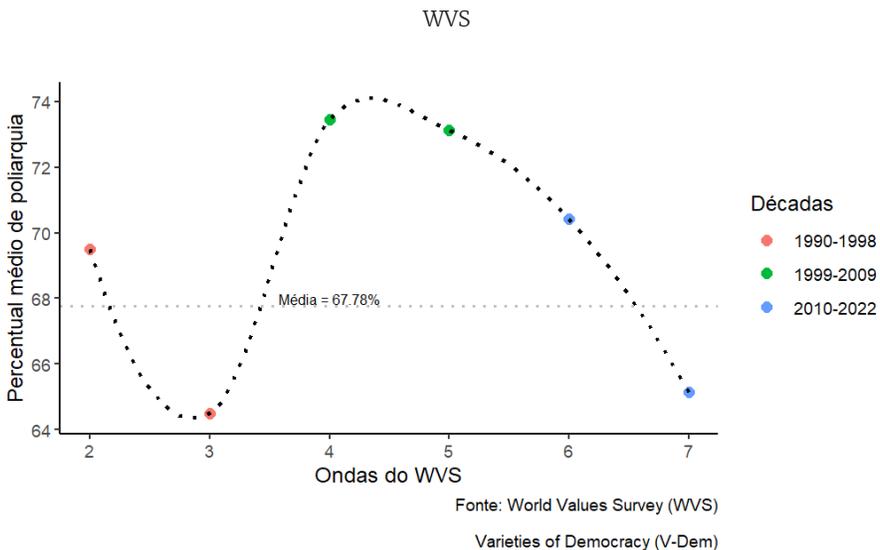
O contexto de fechamento político na Nicarágua é mais recente. Desde 2021, com a eleição de Daniel Ortega, o país vive sob reformas constitucionais que concedem poder ao chefe do Executivo para perseguir e, inclusive, cancelar a cidadania dos opositores. Também existem registros de conflitos com a Igreja Católica. O bispo católico Alvares foi preso junto de outros padres e condenado a 26 anos de prisão. O motivo seria a recusa do clérigo em sair do país, por ser opositor do governo de Ortega.

Embora não se possa equiparar com a situação política da Venezuela e Nicarágua, o Peru também passou por problemas políticos nos últimos anos. Ao todo, o país conheceu seis presidentes em quatro anos; como anunciou a chamada da BBC New Brasil: o país é “máquina de moer presidentes” (OLMO, 2022). Pedro Castillo, o último presidente eleito pelas urnas no Peru, tentou dissolver o Congresso em razão de conflitos de interesses entre os dois poderes. O resultado foi uma contraofensiva das instituições peruanas e a destituição do presidente. No momento, o Peru é governado por Dina Boluarte, a primeira mulher da história a ocupar o cargo de presidente nesse país.

Desde a década de 2000, diversos países latino-americanos viveram o que ficou conhecido como maré rosa. Esse fenômeno se caracteriza pela ascensão de governos progressistas, particularmente na América do Sul. Esse fenômeno conheceu seu revés na década de 2010, quando, nesses países, foram eleitos candidatos localizados à direita no espectro político. A posse desses governos representou um realinhamento político e econômico com os interesses dos EUA, principalmente nos anos do governo de Donald Trump (2016-2020), conhecido por ter

apoio da direita e extrema direita. O que chama a atenção no Gráfico 1 é que, apesar da mudança de perfil dos gestores – da esquerda para direita –, a média de protestos permaneceu estabilizada acima da média nas ondas 6 e 7. Isso sugere, por um lado, que a orientação ideológica desses gestores não interferiu nas estruturas de oportunidades a ponto de aumentar os custos de participação em protestos. De outro lado, seguimentos sociais localizados à direita no espectro político também ocuparam as ruas com protestos. O Brasil é um caso exemplar quando recordamos a mobilização de protestos de indivíduos de direita. Em resumo, os dados sugerem que não houve retrocesso institucional a ponto de representar uma ameaça real aos protestantes na sua forma de se expressar.

**Gráfico 2.** Percentual médio do índice de poliarquia do V-DEM para os países latino-americanos: cálculo do valor agregado de 54 amostras distribuídas em seis ondas do

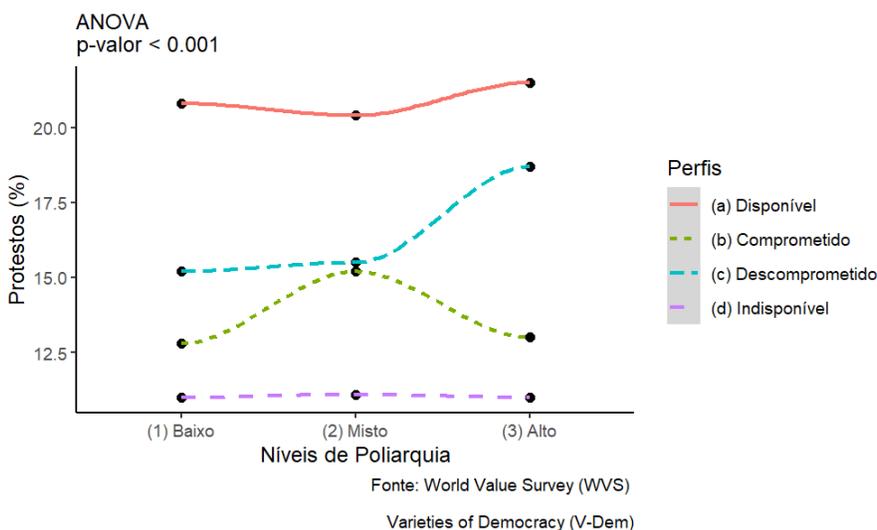


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do WVS (INGLEHART *et al.*, 2022) e do V-Dem (COPPEDGE *et al.*, 2023).

Quando observamos a tendência do Gráfico 2, percebemos que a presença ou ausência de gestões progressistas não alterara o quadro de queda nos indicadores de poliarquia desde a onda 5 (2005–2009). Nesse sentido, não seria prudente associar o fim da maré rosa em 2010 com a piora nos indicadores de poliarquia. De maneira idêntica, se compararmos com o Gráfico 1, a queda nos indicadores de poliarquia não alterou o quadro de protestos na década de 2010 (ondas 6 e 7). Vale ressaltar que, entre as ondas 6 e 7, houve um leve crescimento na frequência de protestos (Gráfico 1), período em que houve uma queda de quase 10% nos indicadores de poliarquia (Gráfico 2). De fato, as tendências dos Gráficos 1 e 2 não nos ajudam a verificar em quais contextos políticos os protestos são mais frequentes. Até o momento, especialmente na última década, verificamos certa estabilidade na frequência de protestos, apesar das mudanças nas gestões e queda dos indicadores poliárquicos. Esses resultados tendem a confirmar a perspectiva de Tatagiba e Galvão (2019) para o Brasil e de Paul Almeida (2020) para outros casos, de que o contexto político não permite prever a direção da frequência de protestos e que se faz necessário considerar características dos grupos que protestam e suas demandas. Em outras palavras, vale olhar para os processos políticos dos grupos protestantes e reconstruir os cenários das disputas em curso.

Com o objetivo de testar nossas hipóteses de pesquisa, aplicamos a tipologia que construímos na seção metodológica. A teoria do contexto político (EISINGER, 1973) e da mobilização de recursos (MCCARTHY e ZALD, 1977) postula que podemos prever a frequência de protestos a partir de características do ambiente político e características pessoais, seja pelos recursos discricionários, seja pelo engajamento em organizações, respectivamente. O Gráfico 3 apresenta um teste de médias com os quatro perfis que propomos neste artigo: os disponíveis, os comprometidos, os descomprometidos e os indisponíveis.

**Gráfico 3.** Percentual médio de protestos entre os perfis dos indivíduos disponíveis, comprometidos, descomprometidos e indisponíveis, dado o contexto político: cálculo do valor agregado de 56 amostras distribuídas em 7 ondas do WVS<sup>6</sup>



Fonte: Elaboração própria com base no WVS (INGLEHART *et al.*, 2022) e no V-Dem (COPPEDGE *et al.*, 2023).

Ao menos quatro aspectos podem ser destacados do Gráfico 3. Primeiro: indivíduos disponíveis foram mais ativos em protestos do que todos os outros perfis, o que confirma a hipótese segundo a qual, em cenários com maior mobilização de recursos, o protesto é mais provável (H3). Esse resultado não é uma novidade. O papel das organizações e dos recursos pessoais foi amplamente desenvolvido no trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995), no qual explicam que as desigualdades na participação política se devem à carência ou presença desses

<sup>6</sup> Realizamos o teste ANOVA com software R, versão 3.3.0+, usando o seguinte código: `modelo1 <- aov(protesto_efetivo ~ poli_grupos + recursos_pad + organização_pad, data = am_latim)`. O resultado foi significativo para confirmar a hipótese de que existem diferenças entre os grupos. Logo após, realizamos o teste Tukey para delimitar o grau de diferença entre os grupos. Apresentamos os outputs com os resultados dos testes no Apêndice 2 e 3 deste artigo.

recursos. O dado novo é que a frequência de protestos para esse perfil praticamente não variou entre os cenários políticos que testamos.

Segundo: indivíduos indisponíveis foram menos ativos em protestos do que todos os outros perfis. Esse dado reforça a hipótese de que, em cenários com maior mobilização de recursos, o protesto é mais provável. De maneira semelhante aos indivíduos disponíveis, verificamos que praticamente não houve variação na frequência de protestos entre os cenários testados. Esses resultados sugerem que os perfis disponível e indisponível são pouco sensíveis aos aspectos do contexto político. Ou seja, se possuem recursos pessoais e dispõem das estruturas fornecidas pelas organizações às quais são filiados, eles são ativistas políticos independente de se o contexto é fechado, misto ou aberto.

Terceiro: os descomprometidos protestam mais do que os comprometidos, o que indica certa sobreposição na importância dos recursos discricionários sobre o engajamento em organizações. Para o caso desse perfil, os contextos de maior abertura política apresentaram maior frequência de protestos. Os descomprometidos são aqueles que gozam de maior disposição de recursos discricionários, mas são pouco ou não são engajados em nenhuma organização. Esse perfil desengajado tem crescido nos últimos anos. Trabalhos como os de Welzel e Inglehart (2005) e de Dalton (2013) apontam para o declínio do engajamento político em organizações, o que não significa dizer que os indivíduos estão deixando de exercer sua cidadania ativamente. O próprio Dalton (2013) argumenta que está em curso uma mudança nos paradigmas do ativismo político, em que os novos ativistas são cognitivamente mobilizados e altamente críticos das instituições.

No caso brasileiro, Tatagiba e Galvão (2019), Alonso (2017) e Avritzer (2017) relatam que o perfil dos protestantes da última década se caracteriza mais por suas condições pessoais em termos de renda, tempo e escolaridade, do que pelo apoio de partidos e organizações

políticas. Como já ressaltamos, vimos surgir de maneira organizada seguimentos conservadores, de direita, particularmente dentro dos estratos sociais descritos pelos autores. Em grande parte, esse perfil está de acordo com um dos tipos que criamos para essa análise: os descomprometidos. O novo tipo de ativismo, mais individualizado, abriu espaço para maior diversificação das demandas sociais, o que ampliou o leque de temas a serem mobilizados por partidos e candidatos, especialmente em períodos eleitorais.

Quarto: os comprometidos são mais ativos em protestos em contextos mistos. Esse foi o único caso em que a hipótese do efeito curvilíneo se confirmou em nossa análise. Os comprometidos são aqueles que caracterizamos como indivíduos altamente engajados, mas com poucos recursos pessoais, e são mais dependentes das estruturas oferecidas pelas organizações às quais estão filiados. Como postulado pela teoria do contexto político (EISINGER, 1973), em ambientes políticos fechados, essas organizações são limitadas quanto à participação. Em alguns casos, são perseguidas quando estão em oposição ao regime autoritário, como é o caso da Nicarágua. Quando o ambiente político goza de maior abertura e possui um governo responsivo às demandas sociais, a mobilização perde força, mas não deixa de existir. Em contextos mistos, essas organizações tendem a assumir um papel mais central de negociação com o governo. Nesse caso, indivíduos com poucos recursos pessoais, mas que estão engajados nessas organizações, tendem a protestar mais.

Os perfis comprometido e descomprometido apresentam maior variabilidade dentro dos contextos que testamos. Esse dado sugere que esses perfis são mais sensíveis a mudanças do contexto político, tendência que não encontramos entre os indivíduos disponíveis e indisponíveis. Portanto, a primeira proposição é de que o contexto de oportunidades políticas possui uma relação heterogênea com a frequência de protestos, porque depende dos níveis de mobilização

de recursos. Esse resultado não contraria em absoluto a perspectiva original de Einsiger (1973) sobre a relação entre contexto de oportunidade política e protestos. Isso porque, para um dos perfis, a explicação do efeito curvilíneo se mostrou verdadeira. Os nossos dados reforçam que a relação entre contexto e protestos é mediada por outros fatores, como a mobilização de recursos, e que em contextos mistos as organizações desempenham um papel importante no processo de mobilização.

A teoria da mobilização de recursos apresenta um resultado mais consistente, especialmente para dois casos: para o perfil disponível e indisponível. A diferença entre os dois perfis supera os 10% na frequência de protestos, independentemente do contexto de oportunidade política. Já para os perfis comprometido e descomprometido, verificamos que existe uma sobreposição em grau de importância do último sobre o primeiro na frequência de protestos, e que a maior variação entre os cenários sugere que existem fatores contextuais que merecem maior atenção.

Chama a atenção que existe uma maior distância entre os perfis comprometido e descomprometido em contextos com altos níveis de oportunidades políticas, aproximadamente 6%. Por um lado, indivíduos descomprometidos, mas que possuem altos níveis de recursos discricionários, tendem a protestar mais. A disposição de recursos como renda, escolaridade e mobilidade urbana tornam os indivíduos mais críticos e os fazem perceber a abertura institucional como oportunidade de apresentar mais demandas. Para o caso desse perfil, dentro do contexto com níveis altos de oportunidades políticas, existe uma relação linear positiva entre contexto, recursos e protestos. De outro lado, indivíduos comprometidos, mas que não dispõem de altos níveis de recursos discricionários, tendem a protestar menos. Ainda não está clara a razão dessa redução. É possível que muito filiados às organizações tendam a ocupar cargos

nos governos e que as pautas mobilizadas por partidos e sindicatos sejam parcialmente ou completamente atendidas em alguns casos. O fato é que nossos dados indicam uma redução na frequência de protestos entre os indivíduos com esse perfil, dentro do contexto com níveis altos de oportunidades políticas.

Reconhecemos que qualquer tentativa de operacionalização de conceitos é limitada. Testes estatísticos e frequência por amostragem não estão isentos de erros. Ao mesmo tempo, estão ausentes das discussões desse artigo as análises dos processos políticos que culminaram em protestos nos 17 países amostrados, e faltaram discussões sobre as maneiras como os sindicatos e partidos atuaram para engajar indivíduos numa causa comum. Contudo, a tentativa de sanar essas lacunas nos levaria a discussões alongadas e nos desviaria do objetivo da pesquisa.

## CONCLUSÃO

Neste artigo analisamos a relação entre o contexto de oportunidades políticas, a mobilização de recursos e a frequência de protestos em países latino-americanos. De um lado, a teoria clássica do contexto político, como proposta por Eisinger (1973), defendeu a hipótese do efeito curvilíneo entre contexto e protestos. Nossos resultados apontaram que essa hipótese é verdadeira somente para um dos perfis testados nessa análise, que nomeamos como “comprometidos”. Esses indivíduos são aqueles que são engajados em organizações, mas dispõem de poucos recursos discricionários, como tempo, dinheiro e mobilidade urbana. Não obstante, nossos resultados indicam que o contexto de oportunidades políticas não apresenta um padrão para explicar as tendências de protestos. Nesse sentido, nossos dados sugerem que a relação entre contexto de oportunidades políticas e

protestos deve ser analisada em conjunto com outros fatores, como a disposição de recursos.

Por outro lado, como propõe McCarthy e Zald (1977), a disposição de recursos atua como um fator importante para compreender as tendências de protestos. Nossos dados indicam que indivíduos com altos níveis de recursos discricionários como tempo, dinheiro e escolaridade, e que estão engajados em organizações, são disponíveis para protesto, independentemente do contexto político. Entre esses indivíduos, a frequência de protestos ultrapassou a média de 20% em todos os cenários testados. Além desse perfil, se destacou outro tipo de indivíduo, que chamamos de descompromissado ou desengajado, e que esteve, ao menos no caso brasileiro, mais associado com a direita no espectro político (TATAGIBA, 2018). Esse perfil apresentou maior média de protestos em contextos com níveis altos de oportunidades políticas. Para esse perfil, identificamos que existe uma relação linear entre contexto, recursos e protestos, ou seja, quanto mais oportunidades políticas, mais esse perfil tende a ganhar espaço.

## SOBRE OS AUTORES

**Daniel Leonel da Rocha:** Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista FAPERJ. Desenvolve pesquisas com interface entre protestos e ideologia em países latino-americanos. É integrante do Laboratório de Estudos Políticos e Pesquisas da Metrópole (LEPPEM) e do Grupo de Pesquisa Cultura Política, Comportamento e Democracia (CPDC-UEM).

**Ednaldo Aparecido Ribeiro:** Professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Bolsista produtividade do CNPQ, nível 2. É doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2008) e desenvolve pesquisas na área de comportamento político, principalmente sobre valores, atitudes democráticas e participação política. Autor dos livros *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil* (2011) e *Participação política na América Latina* (2015), além de artigos em periódicos como *Dados*, *Brazilian Political Science Review* e *Opinião Pública*.

## REFERÊNCIAS

1. ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 15-46, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>
2. ALMEIDA, Paul. *Movimientos sociales: la estructura de la acción colectiva*. Buenos Aires, Clacso, 2020.
3. ALONSO, Ângela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos*, n. esp., p. 49-58, 2017. Disponível em: [https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso\\_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf](https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf). Acesso em: 30 jul. 2023.
4. ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXZ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.
5. AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. *Opinião Pública*, v. 23, p. 43-59, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201723143>
6. BORBA, Julian. Participação política como resultado das instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. In: PIRES, Roberto Rocha. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea, 2011. v. 7, p. 65-76.
7. BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, v. 27, p. 263-288, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-6922012000200004>
8. CONVERSE, Philip E. *et al.* Stability and change in 1960: a reinstating election. *American Political Science Review*, v. 55, n. 2, p. 269-280, 1961. DOI: <https://doi.org/10.2307/1952237>
9. COPPEDGE, Michael *et al.* (2023). *V-Dem codebook v13*. Varieties of Democracy (V-Dem) Project, 2023. DOI: <https://doi.org/10.23696/vdemds23>.
10. DALTON, Russell J. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. Cq Press, 2013.
11. EISINGER, Peter K. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, v. 67, n. 1, p. 11-28, 1973. DOI: <https://doi.org/10.2307/1958525>
12. FERREE, Myra Marx; MILLER, Frederick D. Mobilization and meaning: toward an integration of social psychological and resource perspectives on social movements. *Sociological Inquiry*, v. 55, n. 1, p. 38-61, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.1985.tb00850.x>
13. GAMSON, William A.; FIREMAN, Bruce; RYTINA, Steven. *Encounters with unjust authority*. Dorsey Press, 1982.
14. GERBING, David W.; HAMILTON, Janet G. Viability of exploratory factor analysis as a precursor to confirmatory factor analysis. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, v. 3, n. 1, p. 62-72, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1080/1070519609540030>

15. GOLDSTONE, Jack Andrew; TILLY, Charles. Threat (and opportunity): popular action and state response in the dynamics of contentious action. In: AMINZADE, Ronald. *Silence and voice in the study of contentious politics*. New York: Cornell University, 2001. p. 179-194.
16. GURR, Ted. A causal model of civil strife: a comparative analysis using new indices. *American Political Science Review*, v. 62, n. 4, p. 1104-1124, 1968. DOI: <https://doi.org/10.2307/1953907>
17. HYMAN, Herbert H.; WRIGHT, Charles R. Trends in voluntary association memberships of American adults: Replication based on secondary analysis of national sample surveys. *American Sociological Review*, p. 191-206, 1971.
18. INGLEHART, Ronald *et al.* (Eds.). *World Values Survey: all rounds*. Madrid: JD Systems Institute, 2022.
19. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. Cambridge: Cambridge university press, 2005.
20. JENKINS, J. Craig. Resource mobilization theory and the study of social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 9, p. 527-553, 1983. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.so.09.080183.002523>
21. KITSCHOLT, Herbert P. Political opportunity structures and political protest: Anti-nuclear movements in four democracies. *British Journal of Political Science*, v. 16, n. 1, p. 57-85, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1017/S000712340000380X>
22. KLANDERMANS, Bert. Mobilization and participation: social-psychological expansions of resource mobilization theory. *American Sociological Review*, v. 49, n. 5, p. 583-600, 1984. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095417>
23. KRIESI, Hanspeter *et al.* New social movements and political opportunities in Western Europe. *European Journal of Political Research*, v. 22, n. 2, p. 219-244, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1992.tb00312.x>
24. LIPSKY, Michael. Protest as a political resource. *American Political Science Review*, v. 62, n. 4, p. 1144-1158, 1968. DOI: <https://doi.org/10.2307/1953909>
25. MCADAM, Doug. Recruitment to high-risk activism: the case of Freedom Summer. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 1, p. 64-90, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2779717>. Acesso em: 31 jul. 2023.
26. MCADAM, Doug. Tactical innovation and the pace of insurgency. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6, p. 735-754, 1983. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095322>
27. MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer. *Comparative perspectives on social movements political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge University Press, 1996. (Series Cambridge Studies in Comparative Politics). DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511803987>.
28. MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2777934>. Acesso em: 31 jul. 2023.
29. MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *The trend of social movements in America: professionalization and resource mobilization*. General Learning Corporation, 1973. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/50939/164.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

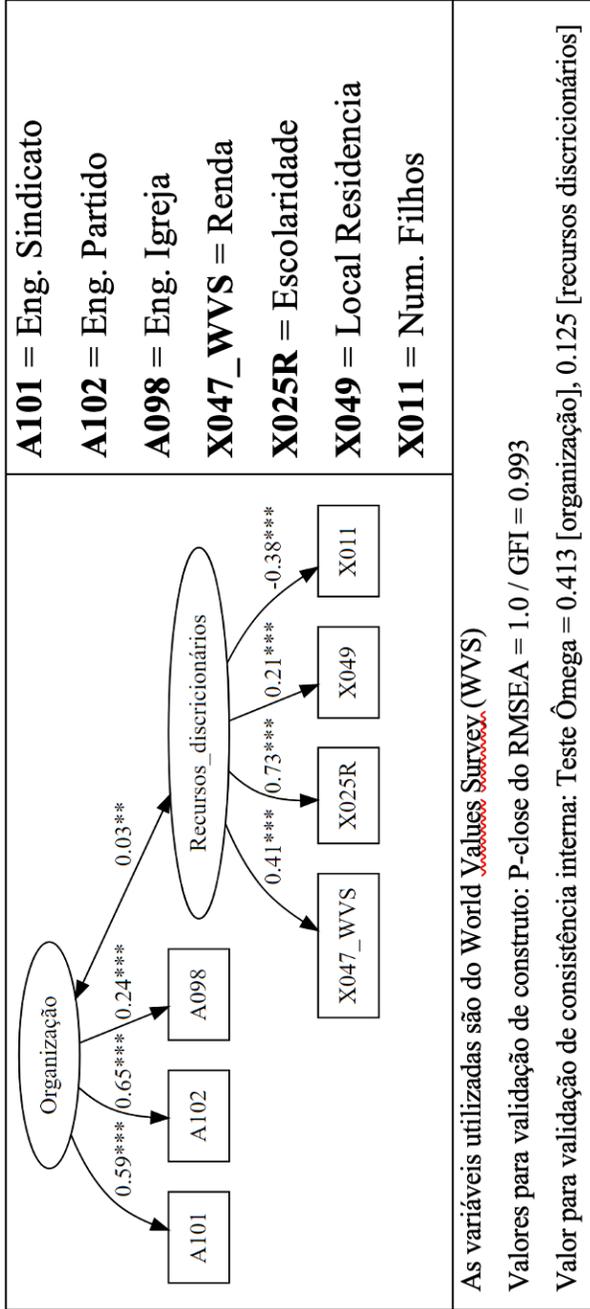
30. MEYER, David S.; MINKOFF, Debra C. Conceptualizing political opportunity. *Social Forces*, v. 82, n. 4, p. 1457-1492, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3598442>. Acesso em: 31 jul. 2023.
31. OLMO, Guillermo D. Peru: por que país, com 6 presidentes em 4 anos, é tão difícil de governar. *BBC News Brasil*, 08 dez. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63908709>. Acesso em: 29 mar. 2023.
32. OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. Edusp, 2015 [1965].
33. OPP, Karl-Dieter. *Theories of political protest and social movements: a multidisciplinary introduction, critique, and synthesis*. Routledge, 2009.
34. RENNÓ, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 71-82, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000200006>
35. SNOW, David A. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, p. 464-481, 1986.
36. TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.
37. TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil/1984, 1992 and 2013. On protest cycles and democracy in Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p35>
38. TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, v. 17, n. 1, p. 112-135, 2018. Disponível em: [https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMb2Ta0wNQ\\_MDA\\_c2b2c\\_/Entre%20as%20ruas%20e%20as%20institui%C3%A7%C3%B5es%20os%20protestos%20e%20o%20impeachment%20de%20Dilma%20Rousseff.pdf](https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMb2Ta0wNQ_MDA_c2b2c_/Entre%20as%20ruas%20e%20as%20institui%C3%A7%C3%B5es%20os%20protestos%20e%20o%20impeachment%20de%20Dilma%20Rousseff.pdf). Acesso em: 31 jul. 2023.
39. TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, p. 63-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>
40. TURNER, Ralph H. The public perception of protest. *American Sociological Review*, v. 34, n. 6, p. 815-831, 1969. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095975>
41. VAN STEKELENBURG, Jacqueliën; KLANDERMANS, Bert. The social psychology of protest. *Current Sociology*, v. 61, n. 5-6, p. 886-905, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0011392113479314>
42. VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry E. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.
43. WALSH, Edward J. Resource mobilization and citizen protest in communities around Three Mile Island. *Social Problems*, v. 29, n. 1, p. 1-21, 1981. DOI: <https://doi.org/10.2307/800074>

Submissão em: 14 abr. 2023

Aceito em: 08 jul. 2023



**APÊNDICE 1**  
**CFA DO INDICADOR DE ORGANIZAÇÃO E RECURSOS DISCRICIONÁRIOS COM**  
**ESTIMADOR ROBUSTO MLR**



## APÊNDICE 2

### ANOVA DOS GRUPOS DE PAÍSES SEPARADOS PELOS NÍVEIS DE POLIARQUIA E PERFS DE ATIVISTAS: OUTPUT DO TESTE REALIZADO COM SOFTWARE R

```

Tukey multiple comparisons of means 95% family-wise confidence level

Fit: aov(formula = protesto_efetivo ~ poli_grupos + rec_pessoais + eng_po], data = am_latin)

$Níveis de Poliarquia (poli_grupos)
              diff          lwr          upr          p adj
Baixo-Alto -0.02908498 -0.03771634 -0.02045362 0.0000000
Misto-Alto -0.01851603 -0.02586770 -0.01116435 0.0000000
Misto-Baixo 0.01056896 0.00319042 0.01794749 0.0022721

$Recursos discricionários (rec_pessoais)
              diff          lwr          upr          p adj
Baixo-Alto -0.05268516 -0.05767572 -0.04769459 0

$Engajamento em organizações (eng_po])
              diff          lwr          upr          p adj
Baixo-Alto -0.0377908 -0.04337461 -0.03220699 0

```

**APÊNDICE 3**  
**TUKEY DOS GRUPOS DE PAÍSES SEPARADOS PELOS NÍVEIS**  
**DE POLIARQUIA E PERFS DE ATIVISTAS: OUTPUT DO TESTE REALIZADO**  
**COM SOFTWARE R**

	Df	Sum Sq	Mean Sq	F value	Pr(>F)
Níveis de Poliarquia	2	8	4.02	32.45	8.18e-15 ***
Recursos discricionários	1	54	54.43	439.47	< 2e-16 ***
Engajamento em organizações	1	22	21.83	176.26	< 2e-16 ***
Residuals	76554	9481	0.12		

---  
 Signif. codes: 0 '\*\*\*', 0.001 '\*\*', 0.01 '\*', 0.05 '.', 0.1 ' ', 1



ARTIGOS LIVRES

**UNA ESTRATEGIA PARA LA  
ENSEÑANZA DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS: EL CASO DE  
LOS PROYECTOS DE  
INNOVACIÓN PÚBLICA EN  
LA MAESTRÍA DE GOBIERNO  
Y DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE LA PUCP (PERÚ)**

*A STRATEGY FOR EDUCATION IN  
PUBLIC POLICY: THE CASE OF PUBLIC  
INNOVATION PROJECTS APPLIED IN THE  
TEACHING OF GOVERNMENT AND PUBLIC  
POLICIES AT PUCP (PERU)*

Leonidas Ramos\* 

Rafael Miranda\*\* 

\* Pontificia Universidad Católica del Perú, Escuela de Gobierno y Políticas Públicas, Lima, Perú.  
[leonidas.ramos@pucp.pe](mailto:leonidas.ramos@pucp.pe)

\*\* Pontificia Universidad Católica del Perú, Escuela de Gobierno y Políticas Públicas, Lima, Perú.  
[mirandaa.rafael@pucp.pe](mailto:mirandaa.rafael@pucp.pe)

## RESUMEN

La investigación y la implementación de las políticas públicas son disciplinas que demandan, a pesar de sus puntos en común, sus propias formas de enseñanza-aprendizaje y sus propias formas de producción de competencias en los estudiantes. El primero se enfoca principalmente en el análisis de la política pública, el segundo en la hechura concreta de la política pública. Este artículo describe la propuesta de enseñanza-aprendizaje dirigida a estudiantes, interesados en la implementación de políticas públicas (directivos y ejecutivos estatales), de la Maestría de Gobierno y Políticas Públicas de la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), que utiliza como medio de graduación proyectos de innovación basados en investigación aplicada; y presenta, a partir de la información proporcionada por egresados de la maestría, los primeros resultados de la aplicación de esta estrategia en términos de logros profesionales y educativos y de principales desafíos en la implementación de las innovaciones propuestas. En términos metodológicos, este artículo es un estudio de caso descriptivo que plantea los principales componentes de la experiencia señalada, así como sus primeros efectos en los egresados. Para el cumplimiento de sus objetivos, este estudio utiliza tres herramientas: la revisión bibliográfica, entrevistas y una encuesta.

**Palabras claves:** Políticas Públicas y Gobierno; Innovación Pública; Proyectos de Innovación; Modelo Doble Diamante.

## **ABSTRACT**

*The research and the implementation of public policies are disciplines that demand, despite their common points, their own ways of teaching-learning and their own ways of producing skills in students. The first focuses mainly on the analysis of public policies, the second on the concrete making of public policies. This article describes the teaching-learning proposal applied to students, interested in the implementation of public policies (state managers and executives), of the Masters on Government and Public Policies of the Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP), which uses innovation projects as a means of graduation based on applied research; and presents, based on the information provided by graduates of the master's degree, the first results of the application of this strategy in terms of professional and educational achievements and main challenges in the implementation of the proposed innovations. In methodological terms, this article is a descriptive case study that outlines the main components of the indicated experience, as well as its first effects on students. To meet its objectives, this study uses three tools: bibliographic review, interviews, and a survey.*

**Keywords:** *Public Policies and Government; Public Innovation; Innovation Projects; Double Diamond Model.*

## INTRODUCCIÓN

La maestría de Gobierno y Políticas Públicas de la Pontificia Universidad Católica del Perú (MGPP – PUCP) tiene como objetivo formar directivos públicos y ejecutivos de alto nivel, capaces de formular políticas, dirigir organizaciones públicas con mirada estratégica, innovadora y orientada a resolver problemas públicos. Esta maestría, según la ley universitaria peruana (N°30220), es una maestría de especialización cuyo objetivo es impartir estudios de profundización profesional que pueden ser aplicados en sus trabajos. En ese marco, el perfil de los estudiantes de la MGPP/PUCP da cuenta que el 89% de los estudiantes trabajan en instituciones públicas, y 83% de ellos trabajan en cargos de analistas, asesores, coordinadores o directores dentro del aparato público.

La ley universitaria peruana propone distintas formas de trabajo de investigación para poder optar el título de magíster. Basado en dicha norma, la Escuela de Gobierno de la PUCP, organización a cargo de la maestría, apostó desde el 2016 en desarrollar trabajos de investigación a los que se ha denominado proyecto final de innovación, siendo los primeros trabajos presentados de esta modalidad en el 2018. Esta apuesta estuvo alineada a la incorporación del curso de innovación en el sector público dentro de la malla curricular. Mediante este proyecto, se espera que los estudiantes no solo demuestren lo aprendido en la maestría en términos teóricos y metodológicos, sino que puedan implementar sus propuestas en las instituciones públicas donde trabajan – en términos concretos, que aprendan sobre el hacer concreto de las políticas públicas. Entre el 2018 y el 2021, 98 proyectos de innovación han sido sustentados y varios de ellos implementados a nivel local o nacional.

La metodología del desarrollo del proyecto de innovación es similar al formato de *Capstone Project* que se realiza en otras maestrías o

programas de pregrado en universidades como Harvard o Pennsylvania. En este tipo de proyectos, se pide a los estudiantes identificar un problema real y concreto de política pública y, sobre ello, construir, incluso pilotear soluciones que demuestren valor y resuelvan el problema considerando lo aprendido. Como mencionan Amstrong *et al.* (2005), los proyectos *Capstone* estimulan el proceso de innovación para centrarse en el usuario y, a partir de ello, proponer algún nuevo producto o servicio.

Para el desarrollo del proyecto de innovación, la Maestría elaboró una guía de proyecto. Ese documento, siguiendo la metodología del doble diamante de innovación pública (LABORATORIO DE GOBIERNO, 2018), divide el proyecto en dos partes. En la primera, los estudiantes exploran el espacio de la política, definen y describen el problema público, analizan las causas del problema y definen el desafío de la innovación. En la segunda parte, se generan ideas que respondan el desafío de innovación, conceptualizan la idea innovadora, diseñan el prototipo de alta resolución y analizan la deseabilidad, factibilidad y viabilidad del proyecto. Este artículo sistematiza el proceso de construcción del proyecto de innovación a través de la guía de proyecto de innovación, así como los resultados logrados de los proyectos de innovación presentados.

En términos generales, el objetivo de este artículo es presentar una de las formas de construir competencias en torno a la creación o producción de políticas públicas a través del proyecto de innovación. En tanto los objetivos secundarios de este artículo son: i) describir el proceso de construcción de la propuesta por parte del cuerpo directivo y de los profesores de la Maestría; ii) describir la propuesta pedagógica de los proyectos de innovación de la Maestría; e iii) identificar los efectos de los proyectos de innovación en los egresados de la Maestría en materia de aprendizaje, laboral y de implementación de sus propuestas.

## MARCO TEÓRICO Y METODOLÓGICO DEL ESTUDIO

En este acápite se plantea el marco teórico y el marco metodológico del estudio. Para el primer caso, se definirán el significado de competencia y de la generación de competencias por medio de metodologías activas de aprendizaje en el contexto de las políticas públicas. Se define a las competencias profesionales como la capacidad “[...] para tomar decisiones, con base en los conocimientos, habilidades y actitudes asociadas a la profesión, para solucionar los problemas complejos que se presentan en el campo de su actividad profesional” (GALDEANO y VALIENTE, 2010). Esta característica implica evaluar de manera integrada el saber (conocimientos diversos), el saber hacer (habilidades, hábitos y destrezas), y el saber ser (valores y actitudes), los mismos que son movilizados para lograr un desempeño idóneo en un puesto de trabajo (MONTES DE OCA y MACHADO, 2014), que, en el caso que se analiza, están relacionados con puestos de trabajo dentro de organizaciones estatales o que se relacionan en general con asuntos públicos.

En la literatura se identifican dos tipos de competencias: las generales y las específicas. Entendemos a las competencias generales como “[...] el conjunto de conocimientos, actitudes, valores y habilidades relacionados entre sí, que permiten desempeños satisfactorios a toda persona en su perfil profesional y formativo” (LATORRE, 2016); mientras que entendemos como competencias específicas al “[...] conjunto de conocimientos, actitudes, valores y habilidades específicos, relacionados entre sí, que permiten desempeños satisfactorios a toda persona que aspire a estudiar un determinado perfil profesional” (LATORRE, 2016). Para un desempeño laboral óptimo se requiere ambas competencias, la primera permite desarrollar adecuadamente acciones con un amplio alcance para cualquier puesto (habilidades matemáticas, de lectura, análisis, síntesis etc.), y la segunda permite el desempeño en particular sobre cuestiones específicas de la profesión,

que en el caso específico que analizamos están relacionadas al accionar del Estado y de los asuntos públicos. Con respecto a esto último, se ha identificado que una persona que cumple actividades dentro del Estado debería tener el siguiente perfil: conocimiento sobre los problemas públicos, conocimientos en gestión y aseguramiento de la calidad, en la gestión de indicadores, en tecnologías de la información y gobierno abierto, en la gestión y organización por procesos, en la producción de propuestas de políticas, y en los sistemas administrativos; además de habilidades como la capacidad de adaptación, el análisis y solución de problemas, un pensamiento creativo y crítico, y la capacidad de negociación (PERÚ, [202-]). En ese sentido, el objetivo de la Maestría es desarrollar en términos generales hacedores de políticas públicas basados en evidencia y con un fuerte perfil directivo; y no un investigador puro de políticas públicas.

En ese contexto se plantea la cuestión sobre cómo construir estas competencias específicas (y de paso algunas generales) que se enfocan en los asuntos estatales y públicos, teniendo en cuenta que son fenómenos complejos, cambiantes y llenos de incertidumbre. La literatura indica que esas competencias se pueden construir en un proceso constante, deliberado y consciente propiciado por ciertos agentes que pueden pertenecer al ámbito educativo universitario. En ese sentido se plantea la necesidad de que el agente (en este caso la universidad) promueva el desarrollo y evaluación de trabajos que demuestren concretamente la progresiva adopción de las competencias mencionadas, que en la experiencia analizada se relaciona con la construcción de un proyecto de innovación. No se debería esperar construir una serie de competencias (perfil directivo estatal), mientras se les pide construir un trabajo que genera otro tipo de competencias (investigador puro en políticas públicas). Esa generación de competencias específicas, además, debería estar acompañada de una determinada metodología pedagógica que le de mayor dinámica; en ese sentido se habla de las metodologías activas

de aprendizaje (LUCHESE, LARA y SANTOS, 2022), entre las que destacan: el aprendizaje por proyecto, cultura *maker*, gamificación, aula invertida o *Design Thinking*.

Con respecto al marco metodológico, por los objetivos señalados, este trabajo se plantea como un estudio descriptivo, y que en particular sigue un diseño de un estudio de caso que evalúa los resultados inmediatos de una propuesta pedagógica para la generación de competencias directivas en políticas públicas. En términos de selección del caso, se ha elegido la PUCP por dos razones metodológicas. La primera de ellas es que, para el caso peruano, esta universidad es una de las dos que exige un trabajo final con una perspectiva de investigación aplicada y de construcción de un perfil directivo estatal; en la actualidad en el Perú, según la Superintendencia Nacional de Educación Superior Universitaria (SUNEDU), existen aproximadamente 56 maestrías en políticas públicas, gestión pública o en administración pública, casi todas apostando por un trabajo final relacionado con investigación pura (tesis). La segunda razón es que los autores de este artículo, al ser ambos docentes de la PUCP, tuvieron acceso a los documentos y a los contactos de los docentes y estudiantes de la maestría.

Para el cumplimiento de cada uno de los objetivos específicos señalados se utilizó una serie de herramientas de recojo de investigación. Para el primer y el segundo objetivo se realizó una extensa revisión documental de los documentos utilizados en la experiencia y una serie de entrevistas (15 en total). Para el tercer objetivo se realizó un levantamiento de información utilizando una encuesta dirigida a los egresados de la Maestría, esta se cargó en la plataforma de *Google Forms* y se envió mediante correo electrónico en las últimas semanas de junio del 2021 a todos los alumnos y alumnos egresados, recogiéndose 59 respuestas.

## METODOLOGÍA DE LA ENSEÑANZA DE LA INNOVACIÓN EN EL SECTOR PÚBLICO

En el Perú, un estudiante de maestría, según la normativa vigente, tiene dos vías para obtener el grado de magister: o con una tesis o con un trabajo de investigación (DUOC UC, 2023). La primera vía tiene una perspectiva de investigación pura; mientras que la segunda tiene una perspectiva de investigación aplicada. En ese contexto, si bien ambos tipos de investigaciones son empíricas y deben utilizar el método científico, sus objetivos y tiempos son distintos: la investigación pura busca incrementar el conocimiento de la naturaleza y de realidad sin fines prácticos inmediatos; mientras que la investigación aplicada busca la obtención de un conocimiento con aplicación inmediata para resolver un problema determinado (Figura 1).

**Figura 1.** La investigación pura y la investigación aplicada



Fuente: Elaboración propia.

## EL PROYECTO DE INNOVACIÓN DENTRO DE LA MALLA DE LA MAESTRÍA

La Maestría de Gobierno y Políticas Públicas de la PUCP desde tres años ha apostado por el desarrollo de un trabajo de investigación específico denominado “proyecto final de innovación”, un trabajo que por su enfoque de investigación aplicada requiere estudiar y analizar un problema público que afecta a la sociedad (incidencia de anemia, accidentes de tránsito, residuos sólidos etc.) o las operaciones estatales (corrupción, ineficacia, ineficiencia, reducida calidad en los servicios etc.) y estructurar una propuesta de solución innovadora sólida. En ese marco se entiende al proyecto final de innovación como un tipo de trabajo de investigación aplicada que se inicia con el análisis científico de un problema en el sector público y de sus causas; sigue con la generación de nuevas ideas; y termina con el diseño de un prototipo de alta resolución que enfrenta al desafío de innovación identificado. El objetivo de este trabajo de investigación aplicada es proveer una plataforma en la cual los alumnos integren, sintetizen y apliquen conocimiento, habilidades y perspectivas adquiridas en la Maestría de Gobierno y Políticas Públicas para abordar un problema real del sector público. A diferencia de una tesis que incide centralmente en el análisis de un problema científico, este proyecto incide en conocer un problema público concreto sucediéndose, para en base a esa investigación construir una solución práctica inmediata.

El objetivo de este proyecto de innovación es generar competencias generales y específicas en los alumnos útiles para mejorar su desempeño profesional dentro del Estado (a nivel de los distintos sectores de política, de los sistemas administrativos o de los diferentes niveles de gobierno) o dentro de organizaciones claves en la discusión de los asuntos públicos (cooperación internacional, organizaciones de la sociedad o asociaciones civiles). Esta mejora de desempeño no solo incidirá positivamente en la vida personal del profesional, sino de implementarse tendrá efectos

positivos en el funcionamiento del Estado y de la vida pública en tanto se enfoca en un problema público real.

En ese contexto se identificaron que principalmente son tres las competencias necesarias a formar en los y las alumnas de la maestría, habiendo muchas más: la identificación y el análisis de los problemas públicos concretos; el uso y el manejo de la metodología de investigación científica; y el uso y manejo de metodologías y estrategias innovadoras para la resolución de problemas públicos. Con respecto a la primera competencia, se consideró que era necesario que los alumnos desarrollen habilidades para identificar problemas públicos, definidos estos como situaciones indeseables que afectan a la sociedad o a las operaciones estatales, que requieren ser resueltos para generar valor público, una situación que se presenta cuando los ciudadanos perciben que el Estado les está entregando servicios públicos que les produce bienestar material concreto; y estos valoran positivamente el bienestar suyo y el de la sociedad. Con respecto a la segunda competencia a formar, el alumno deberá desarrollar la habilidad para poder investigar el problema público y estructurar una solución utilizando el método científico; en ese sentido es necesario que el alumno maneje los pasos generales de la investigación y las características y herramientas de los métodos cuantitativos (estadística descriptiva, estadística inferencial, métodos experimentales etc.) y cualitativos (estudios de caso, etnografías etc.). Con respecto a la tercera competencia a formar, el alumno deberá desarrollar la habilidad para manejar metodologías de producción de soluciones innovadoras frente al problema público identificado; en ese sentido el alumno podrá manejar metodologías como *Lean Startup*, *Design Thinking* o *Scrum*, entre otras, dependiendo de la situación y del problema al que se enfrenta.

La Maestría de Gobierno y Políticas Públicas se desarrolla a través de cuatro ciclos; en el segundo, tercero y cuarto ciclo los alumnos llevan los cursos relacionados al proyecto. En el segundo ciclo el alumno toma

el curso Proyecto Final 1, ciclo en el que además llevara otros cursos importantes vinculados, como métodos cualitativos y estadística. En el tercer ciclo el alumno toma el curso de Proyecto 2, ciclo en el que además llevara el curso teórico-práctico de Innovación en el Sector Público, en el que se les brindara nociones, modelos y herramientas de la innovación, así como casos prácticos en el sector público. En el cuarto ciclo el alumno lleva el curso de Proyecto Final 3.

En cada uno de los cursos que involucra el proyecto de innovación, es necesario que los alumnos utilicen todos los conocimientos y herramientas que este haya obtenido en los otros cursos de la malla curricular. En la malla curricular existen cursos que permiten conocer el aspecto político (teoría del Estado, gobierno en perspectiva comparada y ética) que el alumno debe de conocer para entender las dinámicas políticas e institucionales y generar cambios dentro de las instituciones estatales. En la malla curricular también existen cursos sobre los fundamentos para las políticas públicas (gobierno y decisiones públicas, análisis y diseño de políticas públicas, implementación, monitoreo y evaluación), cursos relacionados a la gestión de las organizaciones públicas (gestión por resultados, gestión por procesos, planificación en el sector público, gestión del servicio civil y control gubernamental) y sobre competencias gerenciales (pensamiento estratégico y dirección de organizaciones, comunicación, argumentación y análisis y gestión de los conflictos). Los docentes de estos cursos conocen sobre la metodología de los proyectos de innovación y aportan a su adecuado desarrollo.

Como tal, el documento final de proyecto final está compuesto de cuatro capítulos. En el curso Proyecto Final 1 el alumno desarrolla el capítulo I (definición y descripción del problema); en el curso Proyecto Final 2 desarrollara el capítulo II (causas del problema) y un avance del capítulo III; finalmente en el tercer ciclo el alumno desarrolla el capítulo III (diseño del prototipo) y IV (análisis de la deseabilidad, factibilidad y viabilidad del prototipo).

El curso de Proyecto Final 1 plantea contenidos conceptuales y metodológicos para la identificación y análisis de un problema de política o gestión pública relevante. El objetivo principal del curso es que los estudiantes lo completen habiendo elaborado el Capítulo I “Definición y descripción del problema” y el Anexo 1 “Descripción del espacio de la política: tema de interés, intervenciones relacionadas, cadenas de valor de las intervenciones relacionadas y ubicación del problema” del proyecto de innovación. En términos metodológicos, este curso es una base que proporciona el objeto de transformación sobre el cual trabajarán un proyecto de innovación en los próximos cursos. Al finalizar este curso, los y las estudiantes serán capaces de identificar un problema público; comprenderlo, mediante la puesta en práctica de diferentes diseños y métodos de investigación; y describirlo con el uso apropiado de información, teniendo en cuenta la naturaleza y los objetivos de proyecto particular.

El curso Proyecto Final 2 tiene como objetivo principal la búsqueda y producción de ideas de solución frente al desafío de innovación que ha planteado el alumno. Específicamente, el estudiante debe: i) revisar el análisis de las causas del problema, ii) definir el desafío de innovación y iii) generar y priorizar nuevas ideas. Cada uno de estos objetivos secundarios será cumplido de manera secuencial y, para ello, el alumno deberá comprender y utilizar diversas herramientas y técnicas propias de la innovación en el sector público. El curso Proyecto Final 3 tiene por objetivo terminar la propuesta de innovación de una política pública o de un proceso definido dentro de la gestión pública que deviene en la provisión de un bien o servicio al ciudadano. El estudiante realiza el diseño de la propuesta de innovación y el respectivo análisis de su viabilidad para una futura implementación.

En términos de organización, a inicios del curso de Proyecto Final 1, la dirección de la Escuela ejecuta un taller. Este taller es desarrollado en dos sesiones con el objetivo de informar sobre el proyecto de

innovación, así como sobre su guía, lograr la identificación por parte del alumno de un tema posible para el desarrollo de su proyecto e identificar potenciales compañeros con quienes podrían desarrollar este proyecto. Esto último es importante: de acuerdo con la normativa vigente, los trabajos de investigación, como el proyecto de innovación, pueden ser desarrollados de manera individual o grupal máximo hasta tres compañeros; una gran mayoría lo hace de dos o de tres; la Escuela alienta la conformación de grupos en la medida que la producción de innovación mejora cuando hay una discusión constante sobre los problemas y sobre las soluciones. En base a este ejercicio, la dirección determina por especialidad que alumnos van con que docentes para iniciar el proceso; cada docente tiene a su cargo entre cuatro y seis proyectos. El objetivo de la dirección de la Escuela es que el mismo docente acompañe al mismo grupo o alumno a lo largo del desarrollo del proyecto de innovación que compone los tres cursos mencionados.

El asesor se reúne semanalmente con los alumnos a fin de desarrollar los puntos de la guía de proyectos de innovación. A lo largo de las dieciséis semanas que componen el ciclo, el asesor se reúne con cada uno de los alumnos y les brinda las recomendaciones para el desarrollo de su proyecto; las subsiguientes semanas el asesor revisa los avances y brinda las siguientes recomendaciones. Dado que el desarrollo de proyectos de innovación constituye un proceso iterativo, el asesor está atento sobre los diversos avances y retrocesos. Se intenta que los asesores sean especializados en relación con la temática de los trabajos; los más especializados en políticas públicas en educación asesoraran a aquellos trabajos relacionados; los más especializados en programas sociales asesoraran a los trabajos relacionados con esa temática y así sucesivamente. Esta dinámica posibilita que el docente, dado su conocimiento y sus contactos, brinde un sólido soporte a estos alumnos.

Con respecto a la evaluación, existe un esquema ya establecido por la dirección de la Escuela y acordado por los docentes que tiene por

objetivo crear una investigación e innovación en el sector público sólida y estructurada cumpliendo los lineamientos científicos, innovadores, éticos y de calidad. En Proyecto Final 1, los estudiantes entregan el documento del proyecto final a la mitad del curso y hacia el final del curso, que es evaluado por el asesor; asimismo el alumno realiza dos presentaciones expositivas que se acompaña por un PPT (PowerPoint) que es evaluado por otro asesor del curso, dinámica que permite tener otra mirada sobre el avance del proyecto. En Proyecto Final 2, los estudiantes entregan el documento del proyecto a la mitad y hacia el final del curso para que sea evaluado por el asesor; asimismo el alumno realiza dos presentaciones expositivas acompañadas por un PPT, la primera de ellas es evaluada por otro asesor del curso y la segunda por un especialista invitado. En Proyecto Final 3, los estudiantes entregan el documento del proyecto a la mitad y hacia el final del curso, que es evaluado por el asesor; asimismo el alumno realiza dos presentaciones expositivas acompañados por un PPT, la primera de ellas es evaluada por otro asesor del curso y la segunda por un especialista invitado.

En este último curso se determina si el proyecto de innovación tiene un adecuado y óptimo nivel para ser aprobado; si ha logrado un nivel óptimo se aprueba y pasa a un siguiente proceso de estudio por parte de dos revisores quienes emiten un informe escrito sobre las mejoras que hay que realizar en términos de fondo, pero también de forma. El docente asesor junto a los alumnos evalúa los comentarios recibidos e inician las mejoras. El proyecto debe ser aprobado por el asesor y cumplir con los requisitos de la Escuela de Posgrado antes de ser expuesto al jurado de tres profesores (incluido el asesor) para su aprobación final.

## GUÍA DEL PROYECTO DE INNOVACIÓN

Para desarrollar de forma adecuada el proyecto de innovación y generar las competencias identificadas, la Escuela de Gobierno y Políticas Públicas ha planteado una guía metodológica que orienta el trabajo del equipo de docentes del curso y de los alumnos de la maestría para ejecutar el trabajo.

Construir esta guía fue importante debido a cinco motivos. El primero, y más importante, es que los alumnos tengan a la mano un documento orientador para el desarrollo del proyecto de innovación; mediante este documento los alumnos conocen paso a paso el proceso de producción de la innovación, las herramientas que disponen para la producción de la innovación, así como las rúbricas y los hitos de evaluación; en términos sencillos es un instrumento que brinda predictibilidad y transparencia para el estudiante. El segundo motivo es que brinda a los docentes asesores unidad de criterios para el desarrollo del proyecto, para la evaluación y entrega de recomendaciones; eso no implica que cada uno de ellos pueda brindar algunas sugerencias distintas de la guía; la realidad compleja obliga a que el docente pueda saltarse o a agregar algunos pasos no considerados en esta. El tercer motivo es que brinda a la dirección un documento que sirve para monitorear el desarrollo de competencias de los estudiantes; y permite observar el avance de cada uno de los docentes asesores con respecto al trabajo que vienen desarrollando. El cuarto motivo es que permite que los especialistas, expertos o jurados invitados tengan conocimiento de la dinámica y pasos del proceso de innovación del curso; muchos de ellos son especialistas en políticas públicas, otros son especialistas en elementos metodológicos o de producción de innovación, cuando son invitados se les entrega la guía y analizan las exposiciones o los documentos bajo este instrumento y un formato que sigue este instrumento. El quinto y último motivo es que sirve para mostrar a otros académicos y gestores interesados en innovación

en el sector público cómo desarrollar ese proceso; se convierte así en un instrumento que sirve para aquellas organizaciones que pretenden generar capacidad para la producción de innovación.

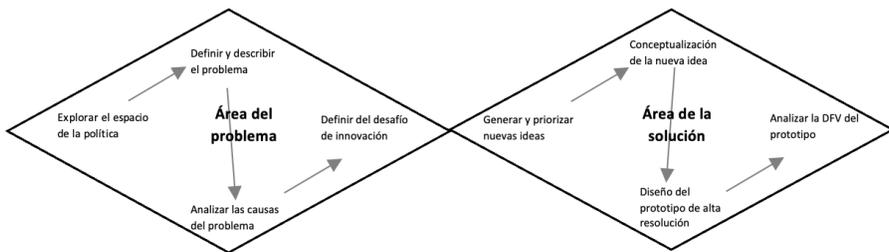
La guía tuvo cuatro ediciones. En una primera edición una pequeña comisión planteó la metodología general, los procesos y los pasos en función de los comentarios de los docentes asesores, teniendo en cuenta las experiencias exitosas alrededor del mundo y en función del marco normativo vigente planteado por la SUNEDU, organización estatal que norma los lineamientos de obtención de los grados universitarios, así como de las características de los documentos que hacen posible la obtención de estos grados universitarios. A lo largo de los siguientes semestres, esta primera versión fue implementada por los asesores y por los alumnos; al cabo de esta surgieron algunas dudas y sugerencias de mejoras a la guía. Es así que se genera las siguientes ediciones; la pequeña comisión se reunió, recogió y sistematizó los comentarios y sugerencias de mejora, y desarrolló los ajustes necesarios.

La estructuración del proyecto de innovación se realizó siguiendo experiencias internacionales exitosas. Esta guía se inspira en los cursos de *Policy Analysis Capstone* de Sergio Imparato de la Universidad de Harvard (IMPARATO, 2019); *Capstone Project* del *Data Science Institute del Columbia University* (DATA SCIENCE INSTITUTE, 2022); *Capstone Project* del Departamento *John Glenn College of Public Affairs* de *The Ohio State University* (OSU, 2021); *Capstone Project* de *Winona State University* (WSU, [202-]); *Public Health Capstone* de la Universidad de Kansas (KUMC, ©2023); y *MPA Capstone* de la *School of Public Affairs* de la *University of Denver Colorado* (CU SCHOOL OF PUBLIC AFFAIRS, ©2023).

Esta guía fue construida siguiendo lo que en teoría de la innovación ha sido denominada “doble diamante” (Figura 2). El primer diamante involucra el área del problema, y el segundo involucra el área de la solución innovadora. La idea central detrás de este modelo es que

no se puede pasar a la ideación de la solución innovadora si es que no se ha encontrado el verdadero problema; la idea entonces es “[...] entender lo que realmente es necesario y profundizar sobre lo que es aparente” (LABORATORIO DE GOBIERNO, 2018). Dentro de cada una de estas áreas encontraremos un conjunto de etapas. En el área del problema, en primera instancia el alumno debe explorar el espacio de la política, luego definir y describir el problema público, posteriormente analizar las causas del problema, para finalmente definir el desafío de innovación. En el área de la solución, el alumno primero debe generar y priorizar nuevas ideas frente al desafío de innovación; luego conceptualizar la nueva idea; posteriormente diseñar el prototipo de alta resolución; finalmente analizar la deseabilidad, factibilidad y viabilidad (DFV) del prototipo final.

**Figura 2.** Modelo de “doble diamante” para el desarrollo del proyecto final de innovación



Fuente: Elaboración propia.

La guía del proyecto final de innovación contiene diez apartados; dos de ellos plantean conceptos generales, y ocho de ellos describen cada uno de los pasos del modelo de doble diamante. El primer apartado plantea el modelo de “doble diamante” que guiará el proyecto final de innovación: el área del problema corresponde al primer diamante, y el área de la solución innovadora al segundo. Los apartados dos (el

espacio de política), tres (el problema), cuatro (las causas) y cinco (el desafío) describen cada una de las etapas del primer diamante; el apartado seis define los conceptos básicos de la innovación en el sector público; los apartados siete (generación de ideas), ocho (conceptualización de la idea), nueve (diseño de prototipo final) y diez (análisis de deseabilidad, factibilidad y viabilidad) describen cada una de las etapas del segundo diamante.

El desarrollo de cada uno de los pasos del doble diamante cumple con un objetivo. La primera etapa (espacio de la política) tiene como objetivo promover que el alumno se informe sobre las características del espacio de la política pública en que está interesado; la segunda etapa (definición del problema público) tiene por objetivo central identificar las características de la arquitectura y las características del problema del sector público que el alumno ha seleccionado; en la tercera etapa (análisis de causas del problema), el alumno identifica los factores que explican la aparición o mantenimiento de los problemas del sector público sobre el cual el alumno está trabajando; en la cuarta etapa (definición del desafío de innovación), el alumno deberá identificar el desafío de innovación que es aquel elemento causal seleccionado a través de determinados criterios que será enfrentado a través del desarrollo de un proceso de innovación con el objetivo de mitigarlo o eliminarlo; en la quinta etapa (generación y priorización de nuevas ideas), el objetivo es que el alumno desarrolle una serie de actividades con el objetivo de identificar la mayor cantidad de ideas posibles y posteriormente seleccionar las que se muestren como las más efectivas; en la sexta etapa (conceptualización de la nueva idea), el objetivo es evolucionar la nueva idea y convertirla en un concepto, que es posible a través de técnicas que permiten delinear y demarcar atributos específicos de la idea priorizada; en la séptima etapa (diseño del prototipo final), el objetivo es que el alumno diseñe un prototipo de alta resolución, en ese sentido se pasa a describir los niveles de prototipado y el proceso de testeo que permite subir de niveles

inferiores a los niveles superiores; finalmente, en la etapa ocho (análisis del prototipo), el objetivo es realizar el análisis de deseabilidad, de factibilidad y de viabilidad a fin de demostrar su sostenibilidad y que está potencialmente listo para el pilotaje.

La estructura del documento final que el alumno presenta para ser sustentado contiene cuatro capítulos que son desarrollados siguiendo la lógica del doble diamante. La versión final de este documento se presenta al final de tres ciclos lectivos (Cuadro 1).

**Cuadro 1.** Partes y componentes del proyecto de innovación en el sector público

Partes	Componentes
Elementos introductorios	Resumen ejecutivo Introducción
Capítulo I: Definición y descripción del problema	Redacción formal del problema Marco conceptual del problema Arquitectura del problema Marco institucional y normativo relacionada con el problema
Capítulo II: Causas del problema	2.1. Marco teórico sobre las causas del problema 2.2. Causas del problema
Capítulo III: Diseño del prototipo	3.1. Problema reformulado y desafío de innovación 3.2. Experiencias previas para hacer frente al desafío de innovación 3.3. Concepto final de la innovación 3.4. Prototipo final de innovación
Capítulo IV: Análisis de la deseabilidad, factibilidad y viabilidad del prototipo	4.1. Análisis de deseabilidad 4.2. Análisis de factibilidad 4.3. Análisis de viabilidad
Elementos finales	Conclusiones Bibliografía Anexos

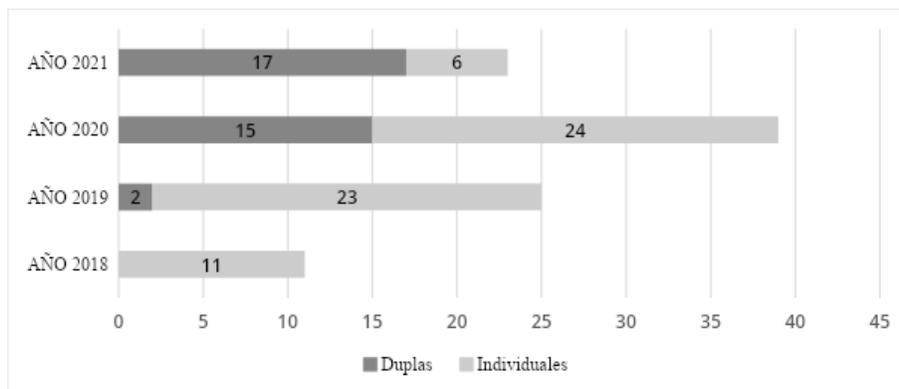
Fuente: Elaboración propia.

## LOGROS INMEDIATOS DE LA APLICACIÓN DEL PROYECTO DE INNOVACIÓN

Entre el 2018 y el 2021, se han presentado 98 trabajos de innovación para obtener el grado de Magíster en Gobierno y Políticas Públicas, 11 proyectos el 2018, 25 el 2019, 39 en el 2020 y 23 hasta julio del 2021. Este incremento de los proyectos de innovación está relacionado no solo con el aumento de matrícula de los estudiantes a la maestría; sino a la apuesta de la Escuela de Gobierno en mejorar el proceso de asesoría y facilitar a los estudiantes una guía de desarrollo del proyecto de innovación más completa, como se detalló en el apartado previo. Asimismo, el Gráfico 1 presenta la distribución de los proyectos de innovación presentados por año y teniendo en cuenta si estos proyectos fueron desarrollados de manera individual o grupal; como se observa, para el 2018, el 100% de los trabajos fueron realizados de forma individual, para los siguientes años la distribución entre los trabajos individuales comienza a emparejarse, incluso a junio de 2021, el porcentaje de proyectos de innovación realizado de manera grupal es de 74% en comparación con los 26% que han presentado sus trabajos en formato individual.

Este cambio en los porcentajes está relacionado a la estrategia impulsada desde la maestría para motivar a los estudiantes a trabajar de forma colaborativa, incluso hasta en grupo de tres personas, a fin de promover un enfoque multidisciplinario en el diseño del proyecto de innovación. Una característica para enfatizar de los alumnos de esta maestría es la diversidad de carreras de origen (pregrado), algunos de ellos son abogados, ingenieros, médicos, arqueólogos, politólogos, sociólogos, psicólogos, economistas, policías, militares etc. El trabajo de análisis de problemas públicos y técnicos y el planteamiento de propuestas sólidas se hace muy interesante en estos contextos.

**Gráfico 1.** Distribución de proyectos de innovación por año y si se realiza de forma individual o colaborativa



Fuente: Elaboración propia.

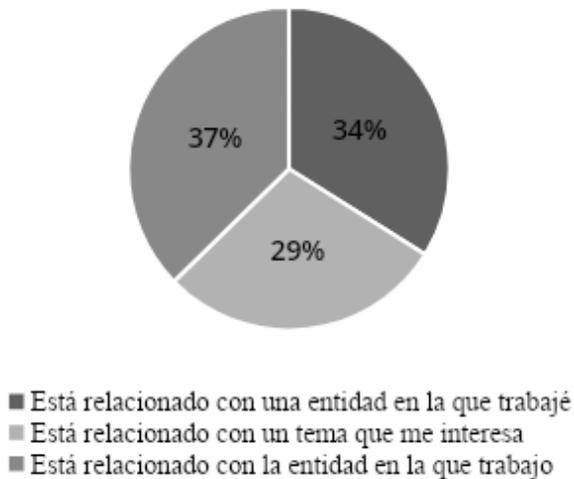
## LOGROS DEL PROYECTO DE INNOVACIÓN RELACIONADOS AL ESPACIO PÚBLICO Y LOGROS PROFESIONALES

Los resultados mostrados a continuación son producto de una breve encuesta para los estudiantes que sustentaron sus proyectos de innovación hasta junio del 2021, y que se constituyen ahora egresados. Esta encuesta se diseñó en la plataforma de *Google Forms* y se envió mediante correo electrónico en las últimas semanas de junio del 2021. La encuesta constaba de tres partes: i) situación laboral actual del egresado, ii) características de su proyecto de innovación y iii) proceso de implementación de su proyecto de innovación. En total, se recibieron 59 respuestas de estudiantes. Esta sección explica los principales hallazgos de esta encuesta.

Correspondiente a la motivación para realizar el proyecto de innovación, el Gráfico 2 muestra una distribución relativamente homogénea en

los motivos, específicamente, el 34% de los entrevistados señaló que su proyecto de innovación está relacionado con una entidad en la que trabajó (un ex puesto laboral), 29% señalaron que es un tema que le interesa y un 37% manifiesta que su proyecto de innovación está relacionado con la entidad en la que actualmente trabaja. Es importante notar que un total de 81% de los estudiantes manifestaron que su proyecto estuvo vinculado a su trabajo. Estos resultados resultan alentadores porque se evidencia la vinculación del producto generado con el ámbito laboral del estudiante. Este elemento es clave si se desea viabilizar su eventual implementación.

**Gráfico 2.** Motivación de los estudiantes para realizar su proyecto de innovación

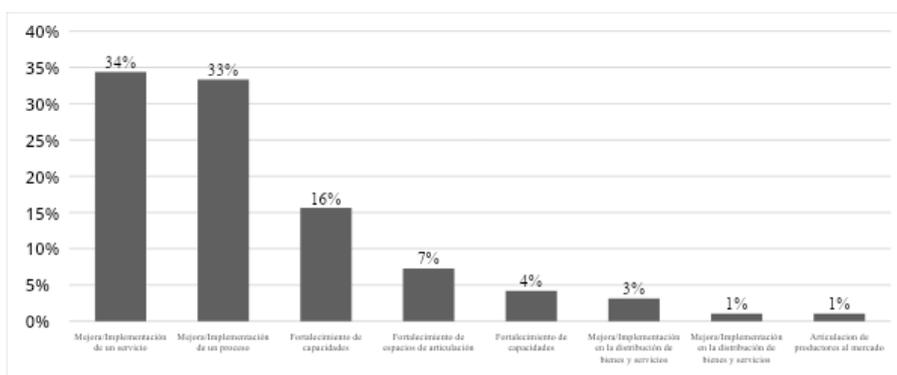


Fuente: Elaboración propia.

En cuanto al tema abordado en el marco de los proyectos de innovación, el Gráfico 3 muestra que un 34% de los proyectos de innovación se centran en la mejora o implementación de un servicio, seguido

de un 33% vinculado a la mejora o implementación de un proceso. Estos resultados guardan relación con el perfil y el lugar de trabajo de los estudiantes, que se concentran específicamente dentro del Poder Ejecutivo (gobierno nacional y gobiernos locales). Por último, un 16% de los proyectos de innovación están vinculados al tema de fortalecimiento de capacidades.

**Gráfico 3.** Temas abordados en el marco del proyecto de innovación

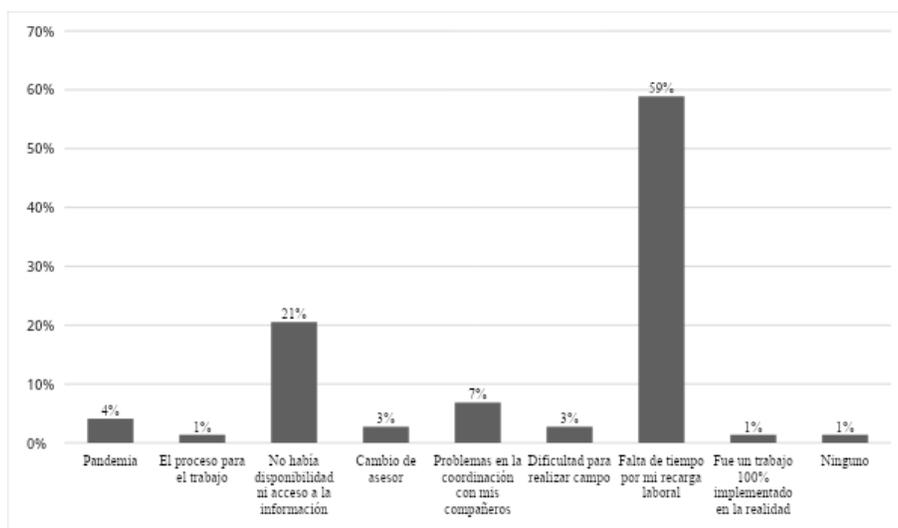


Fuente: Elaboración propia.

Sobre la pregunta relacionada a las dificultades experimentadas en la elaboración del proyecto de innovación, se observa en el Gráfico 4 que la razón principal fue por la falta de tiempo debido a la recarga laboral que tienen (59%), esta dificultad es una razón común en estudiantes de maestría para terminar sus trabajos de investigación, según lo señalan Urbaneja y Hudson (2019). La segunda dificultad que presenta una mayor prevalencia se debe a que no había disponibilidad ni acceso a la información (21%) referente a su proyecto de innovación. A pesar de que los trabajos de innovación estaban relacionados con su experiencia profesional, la falta de acceso por barreras burocráticas y la inexistencia o mala calidad de la información representó una barrera importante para desarrollar de manera apropiada sus proyectos de

innovación. Si bien el efecto de la pandemia solo representó un 4% de los motivos que dificultaron la construcción de los proyectos de innovación; probablemente esta situación represente un riesgo mayor actual para culminar con éxito el proyecto de innovación.

**Gráfico 4.** Dificultades experimentadas para realizar el proyecto de innovación



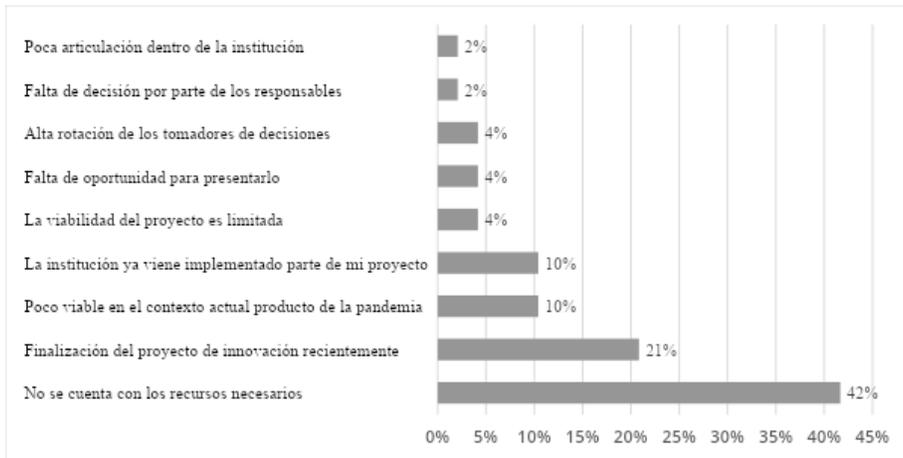
Fuente: Elaboración propia.

Por otro lado, a pesar de que la implementación del proyecto de innovación ha sido a partir del 2018, el 39% de los encuestados manifestaron que sí, han podido implementar su proyecto de innovación de forma total o por lo menos parcial. En ese sentido, la mayoría (85%) de los proyectos implementados está vinculada al sector policial y fuerzas armadas, el 15% restante son innovaciones vinculadas a temas de educación, cultura o salud. Asimismo, sobre el periodo de implementación de los proyectos de innovación, el promedio de tiempo ha sido alrededor de 8 meses. Por último, en cuanto a los problemas que tuvieron que afrontar los estudiantes

que implementaron sus proyectos de innovación, las razones más frecuentes fueron que la institución no cuenta con los recursos financieros para financiar este proyecto y el poco interés de los tomadores de decisiones.

De manera complementaria, se consultó a aquellos que no pudieron implementar su proyecto de innovación los motivos por el cual les ha sido inviable implementarlo. Como se muestra en el Gráfico 5, un 42% de los entrevistados manifestaron que la institución no cuenta con los recursos necesarios para poder implementar el proyecto de innovación. En segundo lugar, se encuentra la razón de que la finalización del proyecto de innovación ha sido reciente (21%), y en un tercer lugar, los encuestados manifiestan que la pandemia hace poco viable implementar el proyecto, con un 10%, o que la institución ya viene implementado un proyecto similar al desarrollado en el trabajo de investigación, con un 10%.

**Gráfico 5.** Motivos por los cuáles el proyecto de innovación no ha podido ejecutarse



Fuente: Elaboración propia.

Sobre la pregunta, teniendo en cuenta sus expectativas laborales, “¿Considera que el proyecto de innovación fue el trabajo de investigación más idóneo en comparación a un trabajo de tesis regular (investigación pura)?”, el 90% de los estudiantes respondieron que efectivamente este tipo de trabajo denominado proyecto de innovación es más idóneo para ellos. Además, un 95% de los encuestados manifestaron que el proyecto de innovación se encuentra alineado con la malla de los cursos de maestría.

## REFLEXIONES SOBRE LOS APRENDIZAJES LOGRADOS

En cuanto a los aprendizajes valorados por los estudiantes sobre el proyecto de innovación, los encuestados manifestaron tres grupos de aprendizajes: el primero, vinculado a la metodología del desarrollo del propio proyecto de innovación, con relación a esta categoría consideraron que, tal como propone la guía, la elaboración del proyecto de innovación aborda de forma idónea los temas que se desarrollaron en la maestría. Además, un grupo de estudiantes valoraron la implementación de metodologías ágiles, tal como el *Design Thinking*, como parte del proceso de la construcción del diseño de innovación; por último, se señala que tener el modelo de doble diamante fue de utilidad porque permite identificar y limitar con propiedad el problema público y el desafío de innovación para construir un proyecto de innovación delimitado, validado y que resulte ser viable, factible y deseable en su implementación.

Una segunda categoría de aprendizaje se centró en el desarrollo de capacidades como parte de la elaboración del proyecto de innovación. Algunos de los encuestados manifestaron que mejoraron sus capacidades de investigación debido a que tuvieron que aplicar una serie de instrumentos de recojo de información cuantitativa y cualitativa; asimismo, otro grupo de estudiantes mencionaron que desarrollaron su capacidad analítica y también creativa al momento de proponer soluciones innovadores frente a los problemas delimitados;

por último, un grupo de estudiantes manifestaron que al trabajar de forma grupal mejoraron sus capacidades de trabajo en equipo y comunicación. Por último, un tercer grupo de comentarios están relacionados a la valoración que dieron los estudiantes a la guía del proyecto: consideraron que presentó un orden lógico, fácil de seguir y que facilitó el desarrollo del proyecto de innovación.

## CONCLUSIONES

En conclusión, la Escuela de Gobierno y Políticas Públicas de la Pontificia Universidad Católica del Perú se planteó que sus estudiantes, la mayoría de ellos directivos o ejecutivos estatales, desarrollen un trabajo de investigación específico denominado “proyecto final de innovación” con el objetivo que estos obtengan competencias en la hechura de las políticas públicas. Ese es un documento que tiene una perspectiva de investigación aplicada que se concentra en analizar un problema público relevante y desarrollar una propuesta innovadora que lo solucione. La mayoría de los alumnos de esta Maestría trabajan dentro del Estado peruano o de organizaciones involucradas con asuntos públicos (organizaciones no gubernamentales o cooperación internacional); el objetivo es generar competencias que les permitan un mejor desempeño dentro de estas.

El desarrollo del proyecto de innovación implica utilizar todos los conocimientos y herramientas aprendidas en los cursos de toda la malla curricular de la maestría de políticas públicas. Es un documento que integra las lecciones aprendidas en todos los cursos; implica pues utilizar las metodologías cuantitativa y cualitativa; implica utilizar los conocimientos sobre el análisis, diseño y evaluación en políticas públicas; implica utilizar los conocimientos sobre análisis político y los conocimientos sobre gestión de organizaciones y liderazgo.

Para el desarrollo del proyecto de innovación se ha estructurado una guía metodológica. Esta guía metodológica ha sido desarrollada siguiendo el esquema del “doble diamante”: el primer diamante vinculado al análisis científico del problema público y de sus causas; el segundo diamante vinculado a la producción de la solución innovadora y del análisis de la deseabilidad, factibilidad y viabilidad de esta propuesta. Este documento orientador está compuesto de diez apartados, dentro de los cuales se describen los procesos, pasos y herramientas del proyecto, que son seguidos por los alumnos, los docentes y los revisores externos.

El desarrollo de estos proyectos, según el primer análisis realizado en función de los egresados, ha tenido impactos positivos. Los avances de esta apuesta pueden ser medidos por el incremento anual del número de alumnos que disertan sus proyectos de innovación para la obtención del grado de Magister, pero también por el alto porcentaje de proyectos que han sido implementados parcial o totalmente dentro de las organizaciones estatales en que laboran los alumnos. También se puede visibilizar, aunque por ahora de manera autodeclarada, la mejora en las competencias y en la obtención de logros académicos y profesionales dentro del Estado de los alumnos de la maestría.

## SOBRE OS AUTORES

**Leonidas Lucas Ramos Morales:** Candidato a doctor en Ciencia Política en la Pontificia Universidad Católica del Perú. Magister en Ciencia Política en la mención de Política Comparada por la Escuela de Gobierno y Políticas Públicas de la Pontificia Universidad Católica del Perú; licenciado en Ciencia Política por la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Es profesor en la Escuela de Gobierno y Políticas Públicas de la Pontificia Universidad Católica del Perú y en la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Investigador en innovación en el sector público y en capacidad estatal.

**Rafael Miranda Ayala:** Doctor en Psicología por la Universitat de Girona (España). Magister en Políticas de Desarrollo Internacional por la Universidad Nacional de Seúl (Corea del Sur) y magister en Estadística Aplicada por la Universidad Rey Juan Carlos (España). Licenciado en Ciencias Políticas y Gobierno por la Pontificia Universidad Católica del Perú. Profesor en la Escuela de Gobierno y Políticas Públicas de la Pontificia Universidad Católica del Perú. Investigador acreditado por CONCYTEC de nivel 2.

## REFERENCIAS

1. ARMSTRONG, Perry; KEE, Robert; KENNY, Robert; CUNNINGHAM, Geoffrey. A CDIO approach to the Final Year Capstone Project. In: ANNUAL CDIO CONFERENCE, 1., 2005, Ontario, Canada. *Proceedings of the 1st Annual CDIO Conference*. London, 2005.
2. CU SCHOOL OF PUBLIC AFFAIRS. *MPA Capstone information*. © 2023. Disponible en: <http://www.ucdenver.edu/academics/colleges/SPA/Academics/programs/PublicAffairsAdmin/Master/capstone/Pages/default.aspx>. Acceso: 07 ago. 2023.
3. DATA SCIENCE INSTITUTE. *Capstone Project*. 2022. Retrieved from <https://industry.datascience.columbia.edu/capstone>. Acceso: 07 ago. 2023.
4. DUOC UC. *Diferencia entre la investigación básica y la aplicada*. 20 jul. 2023. Disponible en: <https://bibliotecas.duoc.cl/investigacion-aplicada/Investigacion-basica-y-aplicada#:~:text=De%20este%20modo%2C%20la%20Investigaci%C3%B3n,que%20impacten%20a%20la%20sociedad>. Acceso: 07 ago. 2023.
5. GALDEANO, Carlos; VALIENTE, Antonio. Competencias profesionales. *Educación Química*, v. 21, n. 1, 2010. Disponible en: [https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-893X2010000100004](https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-893X2010000100004). Acceso: 07 ago. 2023.
6. IMPARATO, Sergio. *Policy Analysis Capstone*. 2019. Disponible en: <https://canvas.harvard.edu/courses/54440/assignments/syllabus>. Acceso: 07 ago. 2023.
7. KANSAS UNIVERSITY MEDICAL CENTER (KUMC). *Public Health Capstone* (PRVM 893). © 2023. Disponible en: <https://www.kumc.edu/school-of-medicine/academics/departments/population-health/academics/master-of-public-health/dual-degree-programs/public-health-capstone.html>. Acceso: 07 ago. 2023.
8. LABORATORIO DE GOBIERNO. *Permitido innovar: guías para transformar el Estado chileno. ¿Cómo podemos resolver problemas públicos a través de Proyectos de Innovación?* Santiago de Chile: Gobierno de Chile, 2018. Disponible en: <https://innovadorespublicos.cl/documentation/publication/33/>. Acceso: 07 ago. 2023.
9. LATORRE, Marino. *Las competencias y sus clases*. 05 sep. 2016. Disponible en: <https://marinolatorre.umch.edu.pe/las-competencias-y-sus-clases/>. Acceso: 07 ago. 2023.
10. LUCHESI, Bruna; LARA, Ellys M. de O.; SANTOS, Mariana A. dos. *Guia prática de introdução às metodologias ativas de aprendizagem*. Editora UFMS, 2022. Disponible en: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/4667/6/4%20-%20GUIA%20PR%C3%81TICO%20DE%20INTRODU%C3%87%C3%83O%20%C3%80S%20METODOLOGIAS%20ATIVAS%20DE%20APRENDIZAGEM.pdf>. Acceso: 08 ago. 2023.
11. OHIO STATE UNIVERSITY (OSU). *Capstone requirements*. 2021. Disponible en: <http://glenn.osu.edu/graduate/capstone/capstone-attributes/Capstone.pdf>. Acceso: 08 ago. 2023.
12. MONTES DE OCA, Nancy; MACHADO, Evelio. Formación y desarrollo de competencias en la educación superior cubana. *Humanidades Médicas*, v. 14, n. 1, 2014. Disponible en: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1727-81202014,000100010#:~:text=Las%20competencias%20se%20forman%20y,cotidiana%20en%20un%20contexto%20sociocultural](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1727-81202014,000100010#:~:text=Las%20competencias%20se%20forman%20y,cotidiana%20en%20un%20contexto%20sociocultural). Acceso: 08 ago. 2023.
13. PERÚ. Conozca el perfil del servidor público innovador que requiere el Estado. Portal del Gobierno del Perú, [202-]. Disponible en: <https://www.servir.gob.pe/conozca-el-perfil-del-servidor-publico-innovador-que-requiere-el-estado/>. Acceso: 08 ago. 2023.

14. PERÚ. Ministerio de Educación. *Ley Universitaria Peruana n° 30220*. 2014. Disponible en: [http://www.minedu.gob.pe/reforma-universitaria/pdf/ley\\_universitaria\\_04\\_02\\_2022.pdf](http://www.minedu.gob.pe/reforma-universitaria/pdf/ley_universitaria_04_02_2022.pdf) . Acceso: 14 ago. 2023.
15. URBANEJA, Nelson; HUDSON, Fulvia. *Causas que influyen para culminar la tesis de grado en la maestría de docencia superior de la Universidad Americana*. Universidad Americana, 2019.
16. WINONA STATE UNIVERSITY (WSU). *Capstone projects*. Winona State University, [202-]. Disponible en: <https://www.winona.edu/counseloreducation/capstoneprojects.asp>. Acceso: 08 ago. 2022 .

Submissão em: 28 jul. 2022

Aceito em: 08 jul. 2023



